

Nei Jorge dos Santos Junior

**A VIDA DIVERTIDA SUBURBANA:**

representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2017

Nei Jorge dos Santos Junior

**A VIDA DIVERTIDA SUBURBANA:**

representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos do Lazer.

Área de Concentração: Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo.

Belo Horizonte  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG  
2017

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional**  
**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Do Lazer**

Tese de Doutorado intitulada “**A vida divertida suburbana: Representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)**”, de autoria de Nei Jorge dos Santos Junior, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (Orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Prof. Dr. Rodrigo Caldeira Bagni Moura  
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

---

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. Dra. Maria Cristina Rosa (Suplente)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. Dr. Fábio de Faria Peres (Suplente)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017

Dedico este trabalho aos moradores de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e toda região suburbana que, mesmo distantes das famosas praias e dos cartões postais, porém, muito próximos do descaso e dos altos índices de violência, conseguem reunir outros elementos que dão charme à Cidade Maravilhosa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para continuar essa longa jornada.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador e amigo Victor Andrade de Melo, por dar sequência a orientação e pela paciência e carinho demonstrado desde o mestrado. Sem a sua ajuda, nada disso seria possível.

Agradeço aos amigos do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer que me apoiaram nos momentos difíceis, em especial aos amigos Rafael Fortes, Vivian Luiz Fonseca, Valéria Lima Guimarães, Álvaro do Cabo, Maurício Drummond, Luiz Carlos Sant'ana, André Couto, Ricardo Pinto, Karina Cancelli, Cleber Karls, Fábio Peres e Eduardo Gomes, suas intervenções foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Aos meus grandes amigos incontroláveis, companheiros com os quais posso contar não somente em momentos de lazer, mas, sobretudo, em situações difíceis: Jair Francis, André Martins, Felipinho, José Felipe, Francisco Vaz, Marcos André, Leandro Garcia, Eduardo (Mosquito) e Vinícius Coutinho. Também deixo o mais sincero agradecimento ao meu grande amigo Carlos Molinari pela infinita paciência e pela vasta obra qualificada sobre o bairro Bangu.

Às amigas Karen Gomes e Ana Paula Silva Santos pela consideração, amizade e solidariedade. À diretoria do Bangu Atlético clube, pelo livre acesso as atas e documentos do clube. Aos prestativos e pacientes funcionários do Arquivo Nacional, pelas orientações na procura das fontes. À Nathália Ganzer, sempre solícita e companheira. Sua ajuda foi fundamental na revisão do texto. À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado – seja nos momentos mais árduos, quando nada aparenta dar certo, até aqueles em que os sorrisos custam a deixar nossos rotos. Reconheço o quanto a senhora batalhou pela minha educação; as infinitas dobras do município, horas sem sono, entre outros percalços. Saiba que sem o seu suporte e carinho incondicional nada disso seria possível. Ao meu pai, que mesmo acompanhando de longe, teve papel fundamental na construção do que sou. Obrigado por tudo!

## RESUMO

Em diversas áreas das ciências sociais, abordaram-se questões sobre o tema “cultura popular”. Neste trabalho, fizemos o esforço de, através de um exercício historiográfico, pensar alguns “usos do povo” ou alguns significados atribuídos às manifestações da “cultura popular” nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, a base de nossa argumentação se estabeleceu na tentativa de compreender as redes de sociabilidade formadas ao redor das atividades festivas em Bangu, entre os anos de 1895 a 1929, buscando entender como o lazer se estabeleceu para esses sujeitos sociais e em que medida ele foi um elemento de constituição de identidades sociais mais amplas na região, sejam aquelas de classe, de pertença ou de etnia. Acreditamos que o olhar lançado sobre suas especificidades, abordado a partir da realidade em que ele está posto, permitiu compreendê-lo como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se definiu no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, isto é, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas.

**Palavras-chave:** Bangu. Vida divertida. Subúrbios. Rio de Janeiro. Fábrica.

## **ABSTRACT**

In several areas of the social sciences, questions were raised on the theme of "popular culture". In this work, we made the effort, through a historiographic exercise, to think some "uses of the people" or some meanings attributed to the manifestations of "popular culture" in the suburbs of the city of Rio de Janeiro. In order to do so, the basis of our argument was established in an attempt to understand the networks of sociability formed around the festive activities in Bangu between the years of 1895 to 1929, trying to understand how leisure settled for these social subjects and to what extent it was an element of constitution of broader social identities in the region, be they of class, of belonging or ethnicity. We believe that a look at its specificities, approached from the reality in which it is put, allowed to understand it as a social practice, a human and historical activity that was defined in the set of social relations, in the clash of the social groups or classes being, itself, a specific form of social relation, a space of human qualification, that is, of the development of physical, mental, affective, aesthetic and playful conditions.

**Keywords:** Bangu. Fun life. Suburbs. Rio de Janeiro. Factory.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
<b>CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DE UM BAIRRO OPERÁRIO CHAMADO BANGU</b>	<b>22</b>
1.1 As contradições de uma cidade dividida: as reformas urbanas .....	22
1.1.1 E para onde vamos? A formação dos subúrbios da Cidade e suas contradições .....	26
1.2 A evolução suburbana: o papel das fábricas na construção dos novos arrabaldes .....	45
1.2.1 A “Fábrica da Cidade” e um arrabalde chamado Bangu .....	50
1.3 O associativismo banguense .....	61
1.3.1 O apadrinhamento clubista: os presidentes honorários/diretores-gerentes .....	84
<b>CAPÍTULO II – DIVERSÃO À MODA SUBURBANA .....</b>	<b>99</b>
2.1 A geografia moral da cidade .....	99
2.2 Bailes e divertimentos suburbanos por Lima Barreto .....	114
2.3 Diversões suburbanas: carnaval, bailes e contradições .....	128
<b>CAPÍTULO III – SOLIDARIEDADES E DIFERENÇAS EM BANGU .....</b>	<b>156</b>
3.1 Tiros, facadas e pauladas: rivalidades em Bangu .....	156
3.2 Torcer à moda Bangu: patrões, imigrantes e brasileiros em campo .....	196
3.3 Entre diversões, álcool e orgias: os botequins e quiosques de Bangu .....	208
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>217</b>
<b>Fontes primárias .....</b>	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>224</b>



## INTRODUÇÃO

O primeiro sábado de fevereiro de 1926 foi de festa nos arrabaldes de Bangu. A comemoração do 17º aniversário da sociedade recreativa Prazer das Morenas despertou uma intensa alegria em boa parte do bairro, “fruto da simpatia que tal agremiação gozava entre os moradores da região”<sup>1</sup>. A fim de não ser desmentida “a invejável tradição do rancho da Rua Coronel Tamarindo”, seus diretores promoveram uma bela solenidade, “apresentando a sede no seu mais encantador aspecto”<sup>2</sup>. Para animar a festa, o clube contou com um dos mais barulhentos “*jazz bands*” de Bangu, “o invejável conjunto Sempre Firme, do ‘insigne’ clarinetista Annibal Carreiro”<sup>3</sup>. Ao som de um variadíssimo repertório de sambas e foxtrotes modernos, a banda não dava “um minuto de tréguas aos adoradores da sublime arte de Terpsychores<sup>4</sup>”, que prosseguiam “sempre animados até alta manhã”<sup>5</sup>. Nas palavras do extasiado cronista do *Jornal do Brasil*, o grêmio, destacado como “ponto predileto das famílias da pitoresca localidade, sem fanfarrice e fanfarronadas, ocupava com galhardia o lugar de merecido destaque nos arraiais recreativos da nossa soberba Sebastianópolis”<sup>6</sup>.

O relato nos mostra traços das ações que movimentavam a vida festiva da região. Em Bangu, até pela distância geográfica<sup>7</sup>, os clubes – dançantes ou esportivos – expressavam importantes elementos nas relações sociais estabelecidas entre sócios, moradores e trabalhadores<sup>8</sup>. Acreditamos que, no cerne deste conjunto, revelou-se um movimento associativo que tinha no lazer sua principal motivação, um indício da importância desses grêmios na organização e configuração das atividades de tempo livre da localidade.

Capazes de despertar o entusiasmo da população local, os bailes e festas realizados na região transformavam-se num importante espaço de convivência, notadamente nos primeiros anos do século XX, momento em que as relações cotidianas se construía e se fortaleciam a partir de um sentimento de pertencimento; não só por causa do endereço ou da moradia, mas também pelo caráter afetivo que se firmava entre os que ali habitavam<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de fevereiro de 1926, p. 16.

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> Musa da dança na mitologia greco-romana.

<sup>5</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de fevereiro de 1926, p. 16.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> O bairro, localizado na zona suburbana da cidade do Rio de Janeiro, fica numa distância aproximada de 31 km da zona central.

<sup>8</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>9</sup> *Ibid.*

Habitado em sua maioria por trabalhadores da Companhia Progresso Industrial do Brasil<sup>10</sup>, Bangu mantinha características próprias comparadas às demais áreas da cidade. A região, outrora rural, ficava situada na freguesia de Campo Grande, uma das 21 freguesias que compunham a Capital Federal. Em 1895, o bairro contava com cerca de mil habitantes, sendo possível apontar um grande número de estrangeiros. Destes, faziam parte cinquenta famílias italianas, cinquenta portuguesas, dez inglesas e dez de outras nacionalidades<sup>11</sup>. O restante dos moradores era composto por trabalhadores vindos de diferentes regiões da cidade ou do país, principalmente da área rural.

Comparado à freguesia Campo Grande, a qual Bangu pertencia, os dados mostram-se ainda mais interessantes. Segundo Carlos Molinari, Campo Grande representava uma área total de 245.822.000m<sup>2</sup>, que viviam 15.947 pessoas, dentre os quais 14.899 brasileiros (93,5%) e 1.048 estrangeiros (6,5%)<sup>12</sup>. Um percentual significativamente menor de imigrantes levando em conta o total da cidade do Rio de Janeiro que, entre 522.651 habitantes, reunia 155.202 estrangeiros (29,5%)<sup>13</sup>.

Para o autor, entre os 15.947 habitantes, 11.995 não sabiam ler, nem escrever, ou seja, um número próximo a 75% de analfabetos na região.

Apenas 3.632 brasileiros (24%) e 320 imigrantes (30,5%) eram letrados. O número de brancos era de 5.654 (incluindo os 1.048 estrangeiros), contra 10.293 de “pretos, caboclos e mestiços”. Os homens eram a maioria: 8.446 contra 7.501 mulheres (53% a 47%). No entanto, se entre os brasileiros este índice estava bem equilibrado: 7.593 pessoas do sexo masculino e 7.306 do sexo feminino (51% a 49%); entre os 1.048 estrangeiros, a quase totalidade era formada por homens: 853, havia apenas 195 mulheres (81% a 19%), o que mostra que a região parecia atrair imigrantes do sexo masculino, especialmente portugueses, sem família, que vinham buscar emprego nas obras da fábrica<sup>14</sup>.

Se levarmos em conta os dados apresentados por Molinari, podemos afirmar que Bangu representava cerca de 31% de toda a freguesia de Campo Grande, um número expressivo para uma região até então rural. Infelizmente não temos como identificar qual

<sup>10</sup> Inaugurada no dia 8 de março de 1893, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, - popularmente conhecida como Fábrica Bangu -, transformou-se rapidamente em uma das principais empresas no cenário têxtil nacional. SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro**. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>11</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro**. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>12</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)**. 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid, p. 20.

parcela desses letrados, analfabetos, brancos ou negros eram habitantes de Bangu, já que os números apresentados pelo Recenseamento de 1890 mostram os valores da Freguesia de Campo Grande como um todo, não fragmentada por seus bairros. No entanto, sabemos que em 1900, a população banguense já era estimada em quatro mil habitantes, o que atesta um crescimento de 300%<sup>15</sup>.

Seis anos depois, o bairro contava aproximadamente com cerca de 6.300 habitantes, o que representou 55% de crescimento referente ao dado anterior. Deste número, Santos Junior sustenta que 1.500 eram trabalhadores da Fábrica Bangu, o que mostra a importância da indústria como centro econômico catalisador, instituindo, concomitantemente, um polo produtivo e um mercado consumidor<sup>16</sup>.

Aliás, acreditamos que esses dados sejam importantes para compreendermos o impacto das ações da fábrica na região e na vida social dos seus habitantes, uma vez que as associações recreativas e esportivas mantinham ligação direta com a empresa, fosse pela composição de seus associados, diretores e trabalhadores da fábrica, ou até mesmo pelo uso do espaço físico oferecido pela companhia<sup>17</sup>.

Não era de se estranhar, portanto, o número significativo de sociedades recreativas organizadas na região a partir de 1895, quando fora fundada a primeira agremiação do bairro: a Sociedade Musical Progresso de Bangu, composta por operários da Companhia Progresso Industrial do Brazil<sup>18</sup>. Desde então, o número só crescia. Em 1910, por exemplo, o bairro contava com um pouco mais de vinte e cinco associações, fossem elas de caráter esportivo como o Sport Club Americano, o Esperança Foot-ball Club e o próprio Bangu Athletic Club, fossem aquelas diretamente dedicadas às atividades dançantes ou carnavalescas como a Flor da Lyra, o Casino Bangu, a Flor da União e o Grêmio Prazer das Morenas<sup>19</sup>.

A partir das observações colocadas, este trabalho tem por objetivo compreender as redes de sociabilidade formadas ao redor das diversões em Bangu, entre os anos de 1895 a

---

<sup>15</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro**. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>16</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. Quando a fábrica cria o clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 6, p.1-19, jan./jun., 2013.

<sup>17</sup> PEREIRA, L. A. M. A flor da união: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922). **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 14, p.169-179, jan./jun., 2006.

<sup>18</sup> A Notícia, 27 de setembro de 1901.

<sup>19</sup> Para alcançarmos esse número, utilizamos o quadro de associações do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, entre os anos de 1904 a 1912, tendo o bairro de Bangu como sede, disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional, por meio de seu sítio de Internet. Além disso, analisamos pedidos de licença enviados à Secretaria de Polícia do Distrito Federal e estatutos de clubes recreativos, disponíveis no Arquivo Nacional.

1929, buscando entender como o lazer se estabeleceu para esses sujeitos sociais e em que medida ele foi um elemento de constituição de identidades sociais.

Nossa hipótese é que ao mesclar os sentimentos clubísticos com laços de pertencimento ao bairro, as atividades desenvolvidas no interior dos clubes da região estabeleceram elos de interação e interconexão na construção de um sentimento de pertença. Essa compreensão se fortalece se entendermos que o bairro é um domínio do ambiente social, ao constituir para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, sente-se reconhecido. O bairro inscreve-se na história do sujeito como a marca de uma relação indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública<sup>20</sup>.

Em outras palavras, os moradores de um bairro se reconhecem a essa porção da cidade devido ao seu uso cotidiano. Nesse caso, o espaço, que é claramente público, assume *status* de privado, já que pode ser encarado, como mesmo aponta Pierre Mayol, uma “ampliação do habitáculo”<sup>21</sup>. Para o autor, ele representa “o termo médio” de uma dialética existencial entre um “dentro” – nesse sentido, a residência – e um “fora” – o restante da cidade, o mundo. Dessa forma, pela tensão que se estabelece entre essas duas esferas, o bairro passa a representar o prolongamento desse “dentro”, isto é, um lugar em que se mora passa a apresentar particularidades em relação às demais localidades da cidade.

Muito provavelmente o próprio modelo bairro-fábrica, expresso no desenvolvimento local, adotado pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, contribuía para a construção desse pertencimento, não só presente no estilo da moradia e no emprego para os demais familiares, como também na criação de creches e colégios para os filhos, assistência médica, igrejas e clubes. Tal modelo, que se pode qualificar, mesmo que genericamente, por paternalista, buscava introduzir normas e códigos de comportamento aos trabalhadores, na tentativa de desenhar um novo regime de trabalho, sob a justificativa de afastá-los da “ignorância” e “imundice” que prejudicava o seu desempenho no próprio processo de produção<sup>22</sup>.

Era dessa forma, como bem apontou Stanley J. Stein, que os empresários, dilatando suas atividades para além do espaço de trabalho, e alvejando vários setores da vida cotidiana do trabalhador, constituíam a ideologia paternalista, fazendo dessas práticas um dispositivo para tentar controlar o tempo livre do trabalhador através da outorga de serviços e

---

<sup>20</sup> MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. Ibid., p.42.

<sup>22</sup> RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e terra, 2014.

auxílios em diferentes atividades, inclusive voltadas para o seu lazer<sup>23</sup>. Assim, a vida da família e do próprio trabalhador, mesmo fora das horas de trabalho, continuava ligada à empresa por meio das atividades de lazer e dos benefícios sociais garantidos, uma vez que a criação de laços de solidariedade assim como os conflitos são perpassados pela relação estabelecida no local em que se vive e se trabalha.

É importante, contudo, salientar que tais formas de controle não podem ser compreendidas como representação da ausência de consciência de classe dos trabalhadores, tampouco reiteradas como símbolo de alienação desenhado pelos os próprios militantes daqueles que aderiam as atividades recreativas e se colocavam sob a proteção de seus patrões. Pelo contrário, a atuação política desses sujeitos sociais deve ser compreendida em seu caráter complexo e plural. Em outras palavras, para entender esses sentidos, é preciso analisar como tais práticas dialogavam com a política de controle implementada pelos gestores das fábricas têxteis no desenvolvimento de clubes recreativos como aqueles criados em Bangu. Na mesma proporção, é preciso compreender o *modus operandi* desses sujeitos dentro da própria lógica de domínio, na tentativa captar, sob um olhar intrínseco, o tratamento dado pelos próprios operários que coabitavam tais espaços de lazer na região. Assim, ora financiadas por empresários, ora administradas por ambos, as sociedades recreativas surgem como um instrumento de investigação que possibilita, por vários caminhos, compreender variados princípios que fomentavam as relações paternalistas entre patrões e trabalhadores – as quais revelam as relações ali estabelecidas como um complexo campo de negociação e luta cotidiana entre ambos.

Assim, tomamos como hipótese que esses elementos foram fundamentais para se criar um *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados que retratam a relação entre bairro e clubes, reforçando os laços de solidariedades horizontais e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes. Dessa forma, a experiência associativa presente nesses grêmios representava um nível significativo da capacidade de organização das camadas populares na luta por melhores condições de vida, trabalho e lazer.

Quanto ao recorte temporal adotado (1895-1929), levamos em conta as transformações ocorridas em Bangu ao longo desse período, resultado de uma orientação que optou pelo estreitamento da relação capital-trabalho, através de um modelo que transformou rapidamente o bairro de rural em urbano fabril.

---

<sup>23</sup> STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Entre 1904 e 1912, o número de operários da fábrica mais do que duplicou, passando de 1.286 para 2.754<sup>24</sup>. De acordo com Oliveira, isso, de certa forma, explica o aumento verificado na renda de imóveis, pois eram os próprios operários que estavam edificando as suas casas e pagando aluguel pelo uso do terreno<sup>25</sup>. Por sua vez, acreditamos que o crescimento do número de operários também geraria, indiretamente, uma procura maior por espaços de lazer. Foi no bojo de tal desenvolvimento que começaram a surgir as primeiras sociedades dançantes e esportivas na região, tendo, a partir da criação da primeira sociedade em 1895, aumentado significativamente o número de atividades festivas, com a promoção de bailes, eventos culturais e atividades esportivas<sup>26</sup>.

Já o ano de 1929 justifica-se por se tratar do ano marcado por nova orientação da Companhia Progresso Industrial do Brasil quanto ao uso da propriedade territorial e sua articulação com a estrutura fabril. A adoção da nova estratégia, agora de alienação patrimonial, contribuiria para desencadear o processo de retalhamento de terras nas propriedades da Companhia e faria emergir o bairro Bangu, agora sem ligação direta com a fábrica. Após esse processo, Bangu passava, aos poucos, de “cidade-fábrica”, a se transformar em um subúrbio carioca incorporado à dinâmica do Rio de Janeiro, modificando, portanto, o seu arranjo espacial e, concomitantemente, social<sup>27</sup>.

É bem verdade que a inclinação ao associativismo não era uma exclusividade do bairro banguense. A antiga capital federal vivia um período de efervescência cultural, em que as influências do cosmopolitismo conviviam com elementos das tradições populares, oriundas das várias províncias e regiões brasileiras. Neste cenário, repleto de transformações, crescia significativamente o número de associações ligadas ao lazer. A cidade contava aproximadamente com um número de 1.600 associações que se autodenominavam dançantes, esportivas, carnavalescas e, em menor número, culturais e educacionais, demonstrando que o hábito de associar-se já fazia parte de uma tendência facilmente observável no Rio de Janeiro

---

<sup>24</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro**. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, vol. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Dez.2013.

<sup>26</sup> PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, vol. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Dez.2013.

dos primeiros anos do século XX<sup>28</sup>. Dessas, 953 não tinham personalidade jurídica, isto é, não possuíam o Registro Especial de Títulos e Documentos<sup>29</sup>.

De acordo com Vitor Fonseca, esse registro, criado em 2 de janeiro de 1903, na antiga Capital Federal, estabelecia a formação de um conjunto documental com informações básicas e padronizadas sobre um grande número de associações existentes na cidade, desde aquelas criadas no império até as instituídas a partir daquele momento<sup>30</sup>. Dessa forma, todas as associações que desejassem a personalidade jurídica tinham que, obrigatoriamente, inscrever-se nesse órgão, fornecendo informações e documentos previamente determinados.

Contudo, como a obtenção de personalidade jurídica não era obrigatória, segmentos dessas associações, notadamente as de caráter recreativo, que podiam ser clubes esportivos, dramáticos ou dançantes, necessitavam de autorização da Secretaria de Polícia do Distrito Federal para garantirem seu funcionamento. Em casos específicos, por exemplo, as carnavalescas, além do pedido anual, precisavam também de uma licença especial para sair à rua em desfile, o que era então comumente denominado de “passeata”<sup>31</sup>.

As licenças tinham que ser renovadas anualmente. Os critérios para obtê-las eram definidos pelo Chefe da Polícia. Não eram critérios precisos, de fácil aplicação. Tampouco, totalmente eficazes do ponto de vista policial, sendo anualmente revistos e modificados. No primeiro registro, as associações deviam apresentar seus estatutos, os nomes dos dirigentes e o local da sede. Posteriormente, um policial era enviado para comprovar as informações fornecidas nos documentos, como também recolher dados sobre o cotidiano das associações e de seus sócios. Após essa investigação, o policial emitia um parecer, no qual poderia ser favorável ou não ao que havia sido requerido. Em caso de mudança de endereço, todo esse processo era repetido, havendo a necessidade de uma nova autorização.

Todavia, por mais geral que fosse esse crescimento progressivo em número, sistematização e importância no cotidiano popular, a relação estabelecida no interior dessas agremiações e o modo como eram simbolicamente apropriados pelos seus sócios revelavam suas singularidades. Isso significa que os clubes compostos por membros da elite carioca, que atraíam não somente segmentos da aristocracia, mas também comerciantes e estrangeiros ligados a órgãos diplomáticos, eram substancialmente diferentes daqueles organizados nos subúrbios da cidade.

---

<sup>28</sup> FONSECA, V. M. M. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ibid.

A Sociedade Recreação e a Sociedade Amizade, por exemplo, utilizavam, desde meados do século XIX, “os bailes como forma de identificação e diferenciação, ocasiões nas quais se minimizavam as tensões internas, celebravam-se alianças e acordos, estabeleciam-se distinções com quem estava fora (e entre quem estava dentro)”<sup>32</sup>. Para Victor Melo, saber dançar, nesse caso, “passava a ser uma necessidade”. Contudo, “não valia qualquer dança, mas estilos considerados civilizados. Nada que se confundisse com as práticas populares, razão pela qual era necessário aprender a forma correta de bailar”<sup>33</sup>.

Embora as conclusões do autor se relacionem às associações dançantes em meados do século XIX, tais características estavam presentes também em outras décadas, igualmente contribuindo para o fortalecimento das relações sociais compostas pelos distintos setores da elite carioca, não somente nas regras e procedimentos presentes em seus estatutos, como também nos ritmos que embalavam seus bailados<sup>34</sup>.

Em contraste, os clubes dos subúrbios apresentavam a existência de contextos diferenciados, sobretudo na composição social de seus associados. Em Bangu, por exemplo, “à noite o pessoal se divertia dançando ou apreciando as retretas da Sociedade Musical nas ruas do bairro”<sup>35</sup>. As principais bandas da região eram compostas por trabalhadores da fábrica, fazendo-se presentes em todos os eventos e bailes organizados na região, “atraindo gente de todas as cores, crenças e idades”, como descrevera, em seu caderno de memórias, o Sr. Murillo Guimarães, um antigo frequentador dos clubes do bairro<sup>36</sup>.

Por mais que estivessem baseadas em uma lógica espacial, é importante salientar, porém, que as contradições se estendiam por todo território da cidade. Havia também associações proletárias localizadas na própria Zona Sul, acentuando o contraste e a complexidade na demarcação dos espaços de lazer na sociedade carioca. Clubes como, Flor da Gávea, Chuveiro de Ouro, Flor das Morenas, Clube Musical Recreativo Carioca, Flor dos Amantes da Gávea, Diamantinos da Gávea, em sua maioria localizados nos bairros do Jardim Botânico e na Freguesia da Gávea, mantinham também experiências associativas, assim como nos arrabaldes da cidade, pautadas em contextos sociais mais amplos, fosse no chão da

---

<sup>32</sup> MELO, V. A. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educ. Pesqui., São Paulo, Ahead of print**, fev. 2014, p.757.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> A penetrabilidade do tango e do maxixe traduzem um belo exemplo das distinções entre os bailados da Zona Sul dos suburbanos. Dos salões populares, a dança penetrou nos palcos de revistas teatrais, só chegando aos clubes mais nobres no fim da década de 1910, juntamente com os embalos do fox-trot, ragtime e o Charleston, oriundos dos Estados Unidos.

<sup>35</sup> GUIMARÃES, M. **Uma rua chamada Ferrer**. Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 1996. p. 18.

<sup>36</sup> Ibid.



fábrica, nas pequenas paralisações locais por causas específicas, como aquelas, segundo Costa, ocorridas no Jardim Botânico, ou nos espaços cotidianos de lazer nos quais os trabalhadores do bairro tratavam de aproveitar a própria vida<sup>37</sup>.

De fato, o associativismo mostrava-se, no começo do século XX, um importante fenômeno social. Embora houvesse, desde o século XIX, um claro processo de estabelecimento de um modelo correto de diversão, como apontou Victor Melo, relacionado a iniciativas de controle da ordem pública, ou até mesmo ligadas a um perfil civilizacional que determinava o que deveria ser aceito ou não<sup>38</sup>, esse fenômeno associativo pode ser entendido como um conjunto de propostas e práticas culturais expressas nos discursos das instituições.

Dessa forma, é preciso lembrar que o termo “cultura associativa”, como aponta Cláudio Batalha, comporta um duplo significado<sup>39</sup>. O primeiro deles refere-se à construção institucional de formas de sociabilidade e o segundo diz muito sobre a forma como os indivíduos percebem o mundo através das associações<sup>40</sup>. Todavia, embora não desconsidere o primeiro significado, é, sobretudo, o segundo que será tratado. Ou seja, um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum e cuja participação não é obrigatória nem determinada por nascimento, e que existe independentemente do Estado<sup>41</sup>. Além disso, trata-se de:

Uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados<sup>42</sup>.

Ainda assim, é importante perceber que a diversidade e a mobilidade sociocultural que integram a lógica dessa interação, embora nos permitam avaliar diferentes índices de construção de laços e sentimentos de pertença, num determinado contexto, não devem ser extrapolados para a proposição de uma identidade homogênea, claramente associada à ideia

<sup>37</sup> Ver: COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta**: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 158. Entretanto, é notório que o pequeno recorte geográfico concentrava as principais sociedades elegantes e luxuosas da cidade.

<sup>38</sup> MELO, V. A. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educ. Pesqui., São Paulo, Ahead of print**, fev. 2014, p.757.

<sup>39</sup> BATALHA, C. H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: \_\_\_\_\_. ; SILVA, F.T.; FORTES, A. (Org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: UNICAMP, 2004

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> FONSECA, V. M. M. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 15.

<sup>42</sup> CESAREO, V. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília/DF: Editora da UnB, 1998.p.64.

tradicionalista e romântica de comunidade<sup>43</sup>. Nessa perspectiva, não se nega as ações organizadas e dos movimentos institucionalizados como importantes formas de atuação política entre os indivíduos. Pelo contrário, apenas lança-se um olhar para uma outra dimensão, que é tão legítima quanto aquela, e que permite uma análise da forma em que os sujeitos vivenciaram suas próprias experiências e o que pensavam sobre elas. Enfim, uma reflexão sobre ações e representações constituintes de uma história desenhada pelos próprios atores que a protagonizaram, resultado de um ponto de vista mais amplo sobre o multifacetado mundo do lazer.

Dessa forma, o lazer se coloca neste trabalho como objeto norteador das ações realizadas em benefícios de sócios, moradores e trabalhadores. Como aponta Victor Melo, desde que se organizou enquanto fenômeno social, o lazer sempre se apresentou como espaço de lutas simbólicas<sup>44</sup>. Num primeiro momento porque foram instantes conquistados, e não concedidos pelos donos dos meios de produção. Depois, porque nesse importante *locus* de vivência, defrontam-se parâmetros diferenciados de compreensão cultural, de acordo com os diversos interesses existentes na sociedade. Por isso, em seu sentido mais lato, a reflexão sobre o lazer pode acarretar na discussão de questões pertinentes à sua função social perante os diversos processos de desenvolvimento da sociedade, no que diz respeito à produção e reprodução das relações sociais.

Acreditamos que o lazer, abordado a partir da realidade em que ele está posto e de sua articulação com esta realidade, deva ser concebido como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se manifesta no contexto das relações sociais, na reação dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, figura inerente de relação social, um espaço de qualificação humana, isto é, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. Para o autor:

A vida festiva tem seu valor reconhecido não só como válvula de escape, mas também como manutenção da pressão, da coesão, como estratégia de subversão. Os momentos de diversão são eivados tanto por elementos de conservação quanto de contestação da ordem. Mais ainda, como tempo/espaço de vivência cultural, seria local privilegiado para compreender como o erudito e popular se cruzam <sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>44</sup> MELO, V. A. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 4-19, 2001.

<sup>45</sup> MELO, V. A. **Esporte e Lazer: conceitos**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 19.

Colocados nesse contexto geral, notamos que cresceram significativamente os estudos sobre o lazer operário no Brasil<sup>46</sup>. Tal interesse expressa múltiplos olhares para as situações cotidianas que acontecem fora das fábricas, fazendo com que o movimento operário deixasse de ser o único elemento possível de análise. Como bem propõem Foot Hardman e Victor Leonardi, havia uma pluralidade de ações culturais da classe em seu processo de desenvolvimento, ligada “à própria heterogeneidade nacional e regional do proletariado nascente”.<sup>47</sup> Essa pluralidade pode ser observada a partir dos locais onde os trabalhadores expressavam sua cultura, compartilhavam experiências e desenhavam sua identidade, por exemplo, clubes recreativos, sociedades dançantes e agremiações esportivas. Presentes em vários bairros operários, esses espaços de sociabilidade e diversão manifestavam mecanismos de diferentes identidades entre os trabalhadores – não só circunscritas as de classe, como também étnicas, nacionais e regionais. Para Betriz Loner, as múltiplas estratégias de associação “correspondem a necessidades sentidas pelos trabalhadores e todas favoreceram laços de conagração e de igualdade entre seus membros, dentro do espaço associativo, propiciando o necessário convívio aplanador de diferenças”<sup>48</sup>, desconsiderando, no entanto, a divergência entre diferentes identidades e sociabilidades com a identidade de classe.

Entretanto, embora se manifestassem como espaços de trabalhadores, que se constituíam em torno do lazer, as sociedades recreativas ainda recebem poucos olhares em suas especificidades, notadamente em bairros suburbanos como Bangu. Acreditamos que um olhar sobre suas especificidades possibilite compreendê-las como uma prática social, pois desconsiderá-las é ignorar as tensões do mundo dos trabalhadores, no momento em que o cotidiano fabril era transposto por situações em que atividades de lazer e lutas sindicais se entrecruzavam.

---

<sup>46</sup> Ver: COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.; SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.; RODRIGUES, J. P. **Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964**. 225f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.; GOMES, C. L. **Lazer, Trabalho e Educação - Relações Históricas, Questões Contemporâneas - 2ª Ed.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.; BATALHA, C. H. M. **Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República**. In: \_\_\_\_\_. ; SILVA, F.T.; FORTES, A. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: UNICAMP, 2004.; FONTES, P. R. R. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Campinas: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.; FOOT HARDMAN, F. **Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

<sup>47</sup> HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>48</sup> LONER, B. A. **Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Editora Universitária: Unitrabalho. 2001. p. 132.

Para concretizarmos essas intenções de pesquisa, dividiremos a tese em três capítulos:

- a) a formação de um bairro operário chamado Bangu;
- b) Diversão à moda suburbana;
- c) Solidariedades e diferenças em Bangu.

O capítulo inicial apresentará um breve panorama do processo histórico na formação dos subúrbios da cidade, lançando olhares mais amplos sobre a região, não sujeita ao reducionismo do tripé trens-subúrbios-proletários. Nesse momento, buscamos compreender os desdobramentos de uma cidade que vinha sendo fragmentada em dois polos: urbana x suburbano.

No entanto, é preciso levar em conta que antes de ser fragmentado, o espaço suburbano só pode ser compreendido a partir da totalidade da cidade. Em outras palavras, eles não se constituem em uma unidade isolada e autônoma. O bairro, arrabaldino ou não, é uma unidade, porém, como mesmo aponta Lefebvre, uma “unidade sociológica relativa” que só pode ser analisada tendo em vista a cidade como totalidade, não sendo a base, isto é, a condição da vida urbana<sup>49</sup>. Por isso, os subúrbios não podem ser pensados desarticulados das ações sociais da cidade, tampouco podemos entendê-los ignorando a história da mesma, pois a sua condição histórico-concreta sujeita-se da conjectura de diversas faces da sociabilidade de um local ao longo de um determinado período<sup>50</sup>. Assim, a dialética totalidade/fragmentação é importante, e será o nosso ponto de partida para compreensão da região. Acreditamos, portanto, que os arrabaldes vistos pela lógica da dialética, devem ser entendidos em sua completude, enquanto processo<sup>51</sup>.

Num segundo momento, aprofundo a análise sobre o crescimento de Bangu e as estratégias forjadas pelos trabalhadores que lá viviam, entre elas as suas possibilidades de lazer e a estreita relação com a Fábrica. Para explorar todos esses elementos, diversos tipos de fontes foram utilizadas, como dados censitários, os recenseamentos de 1906 e 1920, o *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, a imprensa suburbana, obras literárias, entre outros. Também iremos expor tensões entre trabalhadores nacionais e imigrantes que vieram a mando da Companhia Progresso Industrial do Brasil.

---

<sup>49</sup> LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3.ed. Barcelona, Ediciones Península, 1975.

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

No segundo capítulo, discutiremos as representações dos divertimentos suburbanos nos órgãos mais conhecidos da imprensa carioca (*Jornal do Brasil, A Imprensa, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias*), buscando entender como eram representados os moradores dos subúrbios, as possibilidades de resistência e o grau de inter-relações estabelecidas em meio a toda pluralidade de experiências. Trata-se de buscar as representações coletivas sobre os sentidos/significados representados pelas sociedades dançantes ou esportivas não somente do bairro de Bangu, mas também de outros bairros que integravam os arrabaldes da cidade a partir de um levantamento em jornais de grande circulação da época, seguido de uma leitura crítica que nos permita capturar em detalhes o universo simbólico ali representado. É, portanto, um esforço para conhecer detalhadamente as imagens e representações construídas por essa imprensa escrita acerca dessas agremiações.

Por fim, no terceiro capítulo, trato das relações entre os moradores e o bairro, especialmente na interface com as práticas de lazer, presentes não só em periódicos de grande circulação, como aqueles editados nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Embora consciente da existência de muitos jornais nessa região, escolhemos especificamente a *Gazeta Suburbana* (Méier) e *Bangú-Jornal* (Bangu). Esses jornais, motivados pelo recorte espacial e temporal desse estudo, destacavam-se pela intencionalidade dos seus objetivos, por um lado atuando fortemente na luta dos interesses locais, por outro pela exposição de uma elite suburbana culta e letrada.

Para dar conta dos objetivos apresentados, iniciaremos expondo elementos que expressam o cotidiano desses moradores e suas práticas de lazer. Dessa forma, um esforço em investigar como se organizavam. Por quais canais esses atores estabeleceram essa relação? Que significados eles atribuíram a essas experiências? Como a imprensa local os representava? Como se mantinham? Quem frequentava?

Posteriormente, discutiremos as representações de violência do Bangu Athletic Club nos órgãos mais conhecidos da imprensa carioca, os quais estereotipavam as ações de torcedores e jogadores locais como agressivas e desprovidas de educação. Por fim, trataremos sobre as redes sociais de lazer criadas fora do ambiente clubista, destacando a relação entre pequenos proprietários, notadamente donos de quiosques e botequins e os agentes de repressão policial.

## CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DE UM BAIRRO OPERÁRIO CHAMADO BANGU

Neste capítulo apresentamos um panorama sobre a formação dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. No item 1.1, exploramos o processo de estratificação socioespacial da cidade, que direcionava o crescimento da área suburbana, associando-o às tensões que marcavam o desejo de adoção de um estilo de vida moderno.

A seção 1.2 busca evidenciar a importância da Companhia Progresso Industrial do Brasil na construção e na estruturação do bairro Bangu. Por fim, no subcapítulo 1.3, buscamos compreender a formação e a organização dos Clubes recreativos – dançantes e esportivos – e seu progressivo e dependente relacionamento com a empresa à qual estavam vinculados, na tentativa de projetar olhares mais amplos sobre a região suburbana, não sujeita ao reducionismo do tripé trens-subúrbios-proletários.

### 1.1 As contradições de uma cidade dividida: as reformas urbanas

O Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras para aqueles que aspiravam novos tempos. Aproveitando-se de um papel privilegiado, principalmente por sua condição de centro político do país, a Capital Federal da jovem República reuniu, notadamente em seu núcleo, múltiplos recursos enraizados no comércio e nas finanças, mas também derivando para as aplicações industriais<sup>52</sup>. Ademais, a cidade possuía o maior núcleo ferroviário nacional, que a colocava em contato direto com o Vale do Paraíba, em São Paulo, os estados do Sul, o Espírito Santo e o *Hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, completando sua rede de comunicação com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte até Manaus<sup>53</sup>. Acrescenta-se a esse quadro o fato da cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão de obra.

---

<sup>52</sup> SILVA, L. M. Cidades Mortas: o rural como sinônimo de atraso e decadência. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 19, p. 69-82, 2012.

<sup>53</sup> SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

No entanto, em relação à configuração socioespacial da cidade, conservavam-se as estruturas do período colonial, sobretudo no que diz ao espraiamento urbano. Dessa forma, mesmo havendo alguns melhoramentos urbanísticos, a região central continuou abrigando uma extensa parcela da população de baixa renda a qual, contraditoriamente, podia situar-se ao lado de uma atividade comercial de *status* mais elevado. Isso significa que o centro não possuía uma estrutura espacial explícita no que diz respeito à separação entre funções econômicas. Pelo contrário, mesmo em suas ruas estreitas, sujas e congestionadas coexistiam armazéns, oficinas, fábricas, prédios públicos, bancos, sobrados, escritórios, casas térreas, cortiços e outras modalidades de habitação coletivas, como antigos casarões do Primeiro Reinado convertidos em casas e cômodos<sup>54</sup>.

Para Renato Cordeiro Gomes, esse cenário “revelava o anacronismo de sua velha estrutura urbana. Fazia-se necessária a remodelação da cidade, para que a ordem e o progresso civilizatórios fossem encenados”<sup>55</sup>. Dessa forma, para alinhar-se aos padrões e ao ritmo da sociedade europeia, a nova burguesia carioca buscou, portanto, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura. Por isso, mudanças na sua funcionalidade foram feitas, não sendo, nesse caso, circunscritas apenas ao plano físico, mas também simbólica, sendo ambas teorizadas por um discurso cientificista que, “ao fazer a crítica da cidade concreta, impõe um novo modelo a ser seguido, revelando a sua concepção de cidade ideal”<sup>56</sup>.

Por reunir os mais variados círculos sociais e, conseqüentemente, diferentes anseios do cosmopolitismo em efervescência, a cidade começa a transformar radicalmente a sua estrutura urbana, justamente por apresentar um plano espacial estratificado em classes sociais. Para o historiador Sevcenko, o primeiro deles se revela em 1904, com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória<sup>57</sup>. O segundo, a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, “que trouxe a glorificação definitiva dos novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza ilimitados”<sup>58</sup>. Tais atos possibilitaram uma transfiguração da cidade, que resultou na demolição dos imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de

---

<sup>54</sup> MOTTA, M. P. . O centro comercial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX - Uma interlocução com a noção de área central. In: Mauricio de Almeida Abreu. (Org.). **Rio de Janeiro: Formas, movimentos, representações**. Estudos de geografia histórica carioca. 1ed. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, v. , p. 106-127.

<sup>55</sup> GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.104.

<sup>56</sup> RODRIGUES, C. M. O Rio de Janeiro no século XIX: a busca pela cidade-monumento brasileira. In: ABREU, M. A. (org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005.p. 136.

<sup>57</sup> SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 43.

mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. Assim, assistia-se à transformação do espaço público, definida por uma nova paisagem urbana e cosmopolita, povoada por tipos elegantemente vestidos, com ternos bem talhados, camisas de seda, colarinho alto, colete, chapéu de bico, monóculo e bengala - o retrato do carioca snob, o “dândi”, aos moldes do figurino elegante do célebre Oscar Wilde<sup>59</sup>.

Dessa forma, as elites assumiram para si a função de modernizar a antiga capital federal, de modo a implantar uma imagem mais moderna para a cidade e, portanto, para o país. Em consonância, buscavam construir sua própria identidade – reprimindo hábitos e costumes tradicionais e negando todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a sua imagem civilizada –, alimentada por traços oriundos de aspirações contraditórios. Por um lado, o conservadorismo herdado das elites de origem rural que a precederam, somado a burguesia europeia que, apesar de fascinada pela vida moderna, ainda cultuava certas formas de distinção inspiradas na aristocracia do antigo regime. De outro, a revolução de costumes e as alterações de sensibilidade propiciadas pelas novas tecnologias e pelo surgimento das metrópoles. Ou seja, qualquer comportamento que lembrasse os velhos hábitos coloniais, entendidos como desviados do novo parâmetro que se instalava na cidade. Dessa forma, esse espaço passou a estabelecer relações com a linguagem de um cosmopolitismo agressivo, implantando uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, com o objetivo de isolar o espaço para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas<sup>60</sup>.

Embora houvesse diversas tentativas de regular os hábitos populares, a população pobre da cidade não deixava de disputar o espaço urbano com as elites. Pechman e Fritsch apontam que essa luta se deu por diversas maneiras: “por meio de motim, da desobediência às leis, do proselitismo de seus valores”<sup>61</sup>. Em outras palavras, a população continuou a praticar hábitos proibidos e a circular em áreas nas quais sua presença não era benquista, mostrando assim o seu inconformismo diante da exclusão que as elites ambicionavam.

Partindo desse ponto, a historiadora Josianne Francia Cerasoli criticou análises historiográficas que lançaram um olhar sobre os processos de renovação urbana como algo

---

<sup>59</sup> CALADO, L. E. F. A Belle Époque nas crônicas de João do Rio: o olhar de um flâneur. In: Ninth International Congress of the Brazilian Studies Association, 2008, New Orleans. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9. 2008. *Anais...*, New Orleans, 2008. p. 31-39.

<sup>60</sup> SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 43.

<sup>61</sup> PECHMAN, S.; FRITSCH, L. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v. 5, n. 8/9, set.1984/abr.1985, p. 189.



determinado pelos interesses da elite<sup>62</sup>. A partir da leitura de extensa documentação produzida no âmbito do poder municipal, a autora sustenta que os moradores da cidade de São Paulo, por exemplo, também lutaram pelo direito de decidir sobre os rumos e a configuração do espaço, notadamente por meio de reclamações dirigidas à administração pública ou feitas através dos periódicos. Para a autora, compreender esse processo como instrumento da “classe vitoriosa” pode não só criar falsos elementos que dificultam inteligir as tensões e possibilidades políticas em jogo naquele momento, como também fazer com que toda atividade urbana seja entendida como disputa entre vitoriosos e derrotados<sup>63</sup>. Isto é, “como luta polarizada e não política”<sup>64</sup>.

De certa maneira, reconhecer a pluralidade e as tensões desse curso, tanto no modo como se intervinha no espaço, como no que se entendia por modernização, melhoramentos, salubridade, entre outros conceitos que estavam na ordem do dia, naquele período – mas que tinham significados diferentes para os diferentes grupamentos sociais –, permite lançar novos olhares para o processo de reforma urbana empreendido no Rio de Janeiro, podendo retomar uma discussão sobre a participação popular sob uma ótica diferenciada, nem submissa, por um lado, tão pouco subversiva, por outro.

No entanto, não se pode negar que existia um desejo em redefinir a cartografia urbana carioca. A fixação de cada grupamento social, assim como a determinação de padrões de conduta e sociabilidade, vislumbrava para a cidade uma imagem homogênea, que caracterizava o espaço público como mero local de circulação<sup>65</sup>. Essa aspiração era compartilhada por uma parcela da intelectualidade carioca, já que a modernidade estava intrinsecamente ligada ao movimento de expansão urbana e de fomentação das cidades. Vejamos, por exemplo, as palavras do cronista Luiz Edmundo<sup>66</sup>.

Compara-se muito, entre nós, a obra de nosso maior prefeito com a de Haussmann, o aformoseador de Paris. Haussmann, porém, embelezou, apenas, a capital da França, e, isso, num ambiente propício à civilização e onde não existiam, como aqui, declarados inimigos do progresso. Passos fez coisa de vulto ainda maior, porque, além de remodelar materialmente a cidade, transformou-a até em seus usos e

---

<sup>62</sup> CERASOLI, J. F. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Unicamp, Campinas, 2004.

<sup>63</sup> *Ibid.*

<sup>64</sup> *Ibid.*, p.191.

<sup>65</sup> FREITAS, A. O. **Abalou Bangu! A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914)**. 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

<sup>66</sup> Luiz Edmundo (1878-1961) era jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo e orador, além de ocupar a Cadeira n°. 33 da Academia Brasileira de Letras.

costumes, vendo projetar-se, depois, no resto do país, como reflexo natural e profícuo, os benefícios que criara<sup>67</sup>.

Percebemos claramente a visão positivista das reformas urbanísticas, a importância do desenvolvimento e o ataque àqueles que a República considerava seus inimigos, como os vadios, os vagabundos, os preguiçosos. O cronista ressalta que a remodelação atingiu também os usos e costumes da cidade. O autor fala também da projeção do Rio de Janeiro para o restante do país, ou melhor, da função de vitrine que a capital deveria representar para as demais cidades e para o interior.

Se utilizarmos alguns pontos desenvolvidos por Roger Chartier como reflexão inicial, a representação da cidade ocorre através da imagem, determinada pelos interesses dos grupos que as forjam<sup>68</sup>. Ou seja, tudo o que representava seu oposto, como o atraso, deveria ser contestado ou ocultado. Nesse sentido, o deslocamento da população pobre para os subúrbios mostrava-se como uma das possíveis soluções para colocar a cidade do Rio de Janeiro à altura das necessidades exigidas pelos novos tempos.

De certa forma, isso significa que as manifestações foram muito além da simples remoção. Há, portanto, nesse período, uma aceleração do processo de estratificação espacial, que consolidou uma dualidade urbana – núcleo/periferia – que perdura até os dias de hoje. Em outras palavras, criou-se um núcleo bem servido de infraestrutura onde as ações do Estado estavam assiduamente presentes, residindo neste as classes mais abastadas. E, de outro lado, consolidou-se uma periferia esquecida pelo poder público, que serve de local de moradia para a população pobre da cidade.

### 1.1.1 E para onde vamos? A formação dos subúrbios da Cidade e suas contradições

tendo morrido sua mãe, em Diamantina, como filho único, herdara-lhe a casa e umas poucas terras em Inhaí, uma freguesia daquela cidade mineira. Vendeu a modesta herança e tratou de adquirir aquela casita nos subúrbios em que ainda morava e era dele. O seu preço fora módico, mas, mesmo assim, o dinheiro da herança não chegara, e pagou o resto em prestações. Agora, porém, e mesmo há vários anos, estava em plena posse do seu “buraco”, como ele chamava a sua humilde casucha<sup>69</sup>.

<sup>67</sup> EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Niterói: Imprensa Oficial, 2009, p. 41.

<sup>68</sup> CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>69</sup> BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 1998. p. 17.

Entre o final do século XIX e o início do XX no Rio de Janeiro, como citado acima, a zona suburbana foi para muitos o único espaço em que era possível comprar uma “humilde casucha” para morar. Dessa forma, morar nos arrabaldes da cidade no período e, por que não, ainda hoje, tornou-se uma das poucas opções da população pobre da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, a estruturação dos bairros suburbanos não se deu de forma tão simplista. Para compreendermos tamanha complexidade, é preciso, pois, estar ciente que estudar os motivos que levaram à renovação urbana é tão importante quanto investigar os seus desdobramentos, na tentativa de compreender que grupos sociais foram atingidos e de que maneira. Isto é, além de se debruçar sobre quem eram os trabalhadores que se deslocaram para os subúrbios nesse período, busca-se compreender como eles vivenciaram essas mudanças e como criaram alternativas para enfrentá-las.

A população carioca, entre 1872 e 1890, praticamente dobrou, passando de 274.972 para 522.651 habitantes, fazendo com que a cidade tivesse que se expandir para seus arrabaldes<sup>70</sup>. Houve, nesse período, a inserção de diversos serviços públicos<sup>71</sup>, que, de certa forma, tiveram particular importância para o desenvolvimento urbano carioca. A Estrada de Ferro Dom Pedro II, por exemplo, inaugurada em 1858, possibilitou, a partir de 1861, com a inauguração dos serviços regulares de passageiros, a ocupação de diversos bairros suburbanos. Assim, trens e bondes assumiram um papel significativo na expansão da cidade e na conseqüente transformação de sua forma urbana, principalmente em direção a dois eixos fundamentais que irão formar as regiões da Zona Norte e da Zona Oeste.

Concomitantemente, a busca por moradias próximas ao centro da cidade logo se tornou um problema para as classes populares. Uma grave crise habitacional se anunciava com a onda de demolições de cortiços e estalagens<sup>72</sup>. Para tornar pior a situação, além do alto custo dos terrenos nos arrabaldes mais próximos, como Glória, Catete e Tijuca, ainda havia um grande número de epidemias que tornava insalubre a vida no centro da cidade.

A opção em ocupar morros localizados no centro da cidade como Providência, Santo Antônio, São Bento, Conceição e Castelo não foi descartada pela população<sup>73</sup>. Tais opções padeciam dos mesmos problemas dos bairros mais próximos ao centro, o que os tornavam, com o aumento da população carioca, insuficientes para prover tamanha demanda.

---

<sup>70</sup> FERNANDES, N. N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio** - Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Faperj, 2011.

<sup>71</sup> Entre eles Transportes, gás e esgoto, via concessão obtida pelo Estado. Para saber mais: ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>72</sup> SANTOS, L. S. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano**, v. 1, 2011.

<sup>73</sup> Ibid.

Assim, o subúrbio da cidade, em extensa expansão, tornava-se uma alternativa, especialmente àqueles bairros cujos terrenos fossem cortados pelas linhas de trem da Central do Brasil, visto que as condições de transporte, junto com o próprio preço do terreno eram elementos que pesavam na escolha que um trabalhador fazia sobre o lugar em que iria residir. E, com isso, milhares de pessoas seguiram para morros e áreas periféricas, contribuindo para o adensamento populacional de novos bairros, em especial por meio da construção de “casas populares” em locais “apropriadamente afastados”<sup>74</sup>.

Aliás, esse foi um fator fundamental para o crescimento dos subúrbios. A maioria dos novos bairros foi constituída de empreendimentos particulares, reflexo de uma legislação mais branda que pesava sobre a ocupação do solo fora dos distritos centrais e de preços de venda acessíveis. Por essa razão, o mercado imobiliário pôde apostar na oferta de meios de transporte disponíveis, além dos preços dos imóveis e nas facilidades de pagamento para atrair diferentes grupos sociais para esses locais<sup>75</sup>.

Ademais, ao contrário da área nobre, como sustenta Maurício Abreu, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos<sup>76</sup>. Por conta disso, ainda num primeiro momento, a ocupação tomou uma forma tipicamente linear, com casas localizadas ao longo da ferrovia, concentrada, em maior número, em torno das estações<sup>77</sup>. Posteriormente, ruas próximas à via férrea foram sendo abertas pelos próprios proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, resultando num crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais ao longo dos anos<sup>78</sup>.

De acordo com o recenseamento de 1906, percebe-se que a proporção da população suburbana para o total dos habitantes do Rio de Janeiro, que fora de 18,85% em 1870, de 16,68% em 1872 e de 17,78% em 1890, subiu para 22,60% em 1906<sup>79</sup>. Ou seja, num total de 811.443 habitantes, sendo 625.756 domiciliados na região considerada urbana, os

---

<sup>74</sup> MATTOSO, R. **Echos de Resistência Suburbana**: uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903). 2009.160f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>75</sup> MOREIRA, L. V. S. Formação do espaço social suburbano no Rio de Janeiro do início do século XX nas páginas do jornal O Subúrbio. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, p. 43-55, 2013.

<sup>76</sup> ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 20 de set. de 1906**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

subúrbios já contavam com 183.402 moradores<sup>80</sup>. Nesse contexto, como aponta Leonardo Soares dos Santos, “os principais agentes impulsionadores foram, num primeiro momento, as linhas de trem e, num segundo, as linhas de bonde”<sup>81</sup>.

Contudo, é preciso salientar que embora indiquem nitidamente um crescimento, os números apontados no rescenciamento não ajudam a refletir sobre o universo social suburbano do período. A composição social da região suburbana era ainda bastante heterogênea. De acordo com informações extraídas do próprio documento, é possível falar em um subúrbio, nos dez primeiros anos do século XX, com predominância de letrados e ocupações que variavam de funcionários públicos e militares de baixa e média patente a profissionais liberais e prestadores de serviços<sup>82</sup>.

Em princípio, os baixos preços dos terrenos podem sugerir que a população pobre da cidade elegeu os subúrbios como lugar privilegiado de ocupação. Todavia, o custo dos transportes ainda era elevado para os padrões daquele segmento, contradizendo a ideia que parte da população pobre, que residia no centro, partiu imediatamente para os subúrbios da cidade<sup>83</sup>.

Certamente, a proximidade da moradia em relação ao local de trabalho continuava sendo um elemento fundamental na escolha<sup>84</sup>. Além disso, as vagas no mercado de trabalho ainda continuavam concentradas no centro da cidade. Na prática, a ocupação da região não se constituiu, em princípio, como alternativa viável para os membros das classes populares, pois favorecia exatamente os segmentos que tinham maiores condições de arcar com os altos custos de locomoção: militares, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes etc.<sup>85</sup>.

---

<sup>80</sup> Contudo, é preciso salientar que esses números não são precisos, uma vez que o próprio documento afirma não ter sido tarefa fácil o confronto da distribuição territorial dos habitantes do Rio de Janeiro, por conta do “curto prazo de três meses para realizar a operação censitária, a anormalidade da vida urbana perturbada pela obra de remodelação da cidade e, ainda, um certo retraimento da população carioca, pouco habituada aos alistamentos civis”, mesmo assim, houve um esforço em estabelecer certa comparação com os dados dos recenseamentos anteriores que, apesar de não muito preciso, apresentou resultados bem próximos da realidade.

<sup>81</sup> SANTOS, L. S. A cidade está chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). *Revista Crítica Histórica*, v. 1, p. 114-137, 2011.

<sup>82</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)**, realizado em 20 de set. de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

<sup>83</sup> Para ter ideia, em 1903, os trabalhadores que residiam em Madureira, por exemplo, tinham que pagar 1\$400 (Ida e Volta) de trem até o centro da cidade, dinheiro suficiente para comprar um quilo de feijão preto (\$690), mais um quilo de batatas (\$580). Fonte: ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1903.

<sup>84</sup> SANTOS, L. S. A cidade está chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). *Revista Crítica Histórica*, v. 1, p. 114-137, 2011.

<sup>85</sup> *Ibid.*

Dessa forma, era preciso investir na ampliação de serviços públicos na região. Ainda na administração de Pereira Passos, em 1903, o Intendente Francisco da Silva recomendou ao Dr. Prefeito, em uma das sessões do Conselho Municipal, a promoção de “melhoramentos” em alguns povoados “então esquecidos” da zona suburbana, como ele já vinha fazendo em Jacarepaguá e Cascadura:

Considerando que o digno Dr. Prefeito está disposto e tem resolvido dotar alguns pontos da zona suburbana com o importante e necessário melhoramento da iluminação.

Considerando que os povoados de Realengo, Campo Grande e Santa Cruz, pelo grande desenvolvimento que têm e pelo que contribuem para a receita municipal não podem e não devem ser esquecidos:

Indico que o Conselho Municipal solicite do Sr. Dr. Prefeito [Pereira Passos] a iluminação dos referidos povoados pelo systema que S. Ex. julgar mais conveniente e economico<sup>86</sup>.

De fato, as ideias expostas não garantiriam a implementação deste serviço, tampouco a indicação de outros serviços considerados básicos, não passando dos limites da promessa vazia. Afinal, como bem nos lembra Leonardo Soares dos Santos, ter uma autoridade política interessada em promover melhoramentos em determinados espaços da zona suburbana não causa, mesmo nos dias de hoje, nenhuma surpresa<sup>87</sup>. Contudo, a escassez dos serviços revela outros pontos importantes que nos chamam a atenção, notadamente a iniciativa de investidores particulares, que lançariam inúmeros projetos de investimento em serviços públicos, muitos deles frustrados, é verdade, outros bem rentáveis. Por exemplo, o Projeto n. 204, de Manoel Gomes Arruda, pelo qual lhe foi concedida permissão “para explorar a iluminação pública e particular, pelo sistema de gás carvão ou outro no curato de Santa Cruz, Realengo, Campo Grande e Bangu”<sup>88</sup>.

Não é difícil imaginar a expectativa de lucros rápidos vislumbrada pelo setor privado nesse contexto. Se analisarmos os recenseamentos de 1889 e 1906, os bairros contemplados pelo projeto ocupam mais da metade do território carioca, pois abarcavam regiões já populosas da área suburbana, com fábricas e um significativo volume de comércio<sup>89</sup>. Embora o documento não revele os números e os valores investidos, decerto,

<sup>86</sup> *Anais do Conselho Municipal*, 10 de outubro de 1903. p. 194.

<sup>87</sup> SANTOS, L. S. A cidade está chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). *Revista Crítica Histórica*, v. 1, p. 114-137, 2011.

<sup>88</sup> *Anais do Conselho Municipal*, 22 de outubro de 1896. p. 130.

<sup>89</sup> ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1844-1889. ; REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)**, realizado em 20 de set. de 1906. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.

percebe-se que a região emerge como uma espécie de fronteira aberta para a expansão de investimentos em serviços públicos lucrativos<sup>90</sup>.

Contudo, em que pese o contexto favorável para investimentos na região, havia casos em que os proponentes idealizavam ações utópicas, consideradas inviáveis em estrutura física e financeira por parte do poder público. Atentemos para o exemplo de Pedro Antonio Fagundes, cidadão brasileiro, domiciliado no Rio de Janeiro. Num projeto de sua autoria, apresentado ao Conselho Municipal em 26 de junho de 1891, lê-se que ele simplesmente desejava realizar “por si ou por empresa que organizar diversos melhoramentos na zona compreendida entre Engenho Novo e Santa Cruz, no distrito federal”<sup>91</sup>. De acordo com o projeto apresentado, o autor se responsabilizava por um território que abarcava mais de 60% da superfície do município<sup>92</sup>. Entre os “melhoramentos” por ele propostos constavam: fazer aquisição de terrenos marginais à Estrada de Ferro Central do Brasil; abrir ruas, estradas e caminhos; estabelecer núcleos coloniais para a pequena lavoura; construir sobre regras de boa e moderna higiene, casas econômicas isoladas umas das outras; dividir em lotes os terrenos; “estabelecer imigrantes de preferência belgas, alemães ou nacionais mediante contrato prévio, auxiliando-os para sua colocação”; “proceder a drenagens e plantações de vegetais especiais nos terrenos que forem insalubres nas proximidades dos núcleos coloniais que estabelecer”; “construir um edifício em terreno suficiente para manter uma escola prática e teórica de agronomia e veterinária, onde se dê educação profissional, segundo as regras modernamente ensinadas na Europa”; “construir escolas primárias nos núcleos coloniais que estabelecer para servir aos filhos dos colonos da localidade”; “construir um mercado em Cascadura e outro no Engenho Novo para vendas a varejo e por atacado”; “estabelecer armazéns em Cascadura, onde os lavradores sem perca de tempo poderão abastecerem-se de todos misteres concernentes a uso particular, como seja: gêneros, roupa, instrumentos de lavoura”; organizar anualmente em seus mercados uma “exposição agrícola, bem como de floricultura e avicultura etc cujo produtos sejam(sic) julgados por um júre e premiado”<sup>93</sup>.

Em contrapartida, para que o projeto tivesse efeito, o autor reivindicava alguns “favores”, entre eles: a exclusividade na área explorada; isenção de impostos prediais, taxas, laudêmios e direitos de transmissão por espaço de trinta anos para os terrenos e edifícios; isenção de vinte anos de direito de importação para todo o material necessário à construção;

---

<sup>90</sup> Entre mais ou menos 1890 e 1910 são vários os pedidos encaminhados ao Conselho Municipal solicitando concessão para implantação desse serviço.

<sup>91</sup> AGCRJ. “Melhoramentos entre Engenho Novo e Santa Cruz”. Códice 46-2-68.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> Ibid.

transporte gratuito para imigrante na Estrada de Ferro Central do Brazil; direito de desapropriação; estabelecimento de uma linha ferro carril<sup>94</sup>.

Mesmo diante de tão “patrióticos intuitos” – como classificou o próprio autor do projeto - não foi difícil para Miguel Guimarães, Intendente responsável em avaliar a sua (in)viabilidade, justificar a sua decisão pelo simples indeferimento de pedido tão megalômano. Como mesmo aponta o responsável pelo veto:

A zona onde o suplicante pretende fazer melhoramentos por meio dos extremos favores que solicita, é tão vasta que esta sua qualidade será suficiente para que não lhe fosse concedido o que se pede, pois importaria para esta Intendência a alienação de grande parte de sua fonte de renda – Mais, o pedido do suplicante fere direitos adquiridos<sup>95</sup>.

De fato, percebemos que havia um desejo em redefinir a ideia de espaço sintetizado pela “decadência” e “abandono”, mesmo que no interior desse desejo estivesse uma posição clara de lucro. Na verdade, ainda que tardiamente, o que percebemos é uma região em expansão, na medida em que se constituía aos olhos de muitos agentes, especialmente os do ramo do capital industrial, financeiros e de serviços, como um espaço verdadeiramente propício a investimentos de capital, compartilhado, inclusive, pela imprensa da região, como aponta o editorial da *Gazeta Suburbana*, publicado em 8 de setembro de 1910, procurando veicular exatamente essa ideia:

[...] Com o progressivo aumento da população do Distrito Federal, com o grande desenvolvimento do nosso comércio, os subúrbios, outrora abandonados e desprezados, tornaram-se ultimamente procurados e conhecidos. Tudo tem aumentado nos subúrbios: a população, o comércio, a indústria. Tão grande é o desenvolvimento atual da zona suburbana que, quase todos os jornais diários, viram-se na necessidade de, no noticiário geral, acrescentar um suplemento consagrado unicamente aos subúrbios [...]<sup>96</sup>.

O jornal parecia consciente das implicações do que escrevia em termos da visão que se tinha sobre a região dos subúrbios, “outrora abandonados e desprezados”. Mas a expansão de capitais na região, mais do que uma visão, era um fato concreto. Porém, pode-se pensar que eram apenas os serviços públicos que se expandiam na região. O que não é

<sup>94</sup> AGCRJ. “Melhoramentos entre Engenho Novo e Santa Cruz”. Códice 46-2-68.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> *Gazeta Suburbana*, 8 de setembro de 1910, p. 4.



plenamente correto. Vários projetos ligados a criação de habitações populares também passavam por experiência semelhante.

Outro tipo de projeto apresentado por particulares era o da construção de vastos conjuntos de “habitações populares”, abarcando uma área tão extensa que podiam ser consideradas verdadeiras cidades. Nesse sentido, destacaremos dois projetos que, de certa forma, revelam sobre o processo de expansão urbana dos subúrbios da cidade<sup>97</sup>. De acordo com o historiador Leonardo Soares dos Santos, ambos propõem a construção de habitações que, mesmo que não tenham saído do papel, de certa forma ajuda a compreender a identidade espacial em que ali foi se configurando<sup>98</sup>. O primeiro projeto, enviado em 29 de janeiro de 1891, é de autoria de Prudêncio Paschoal Telles dos Reis, Ignácio Antonio Teixeira Junior e Jose Baldracco, cidadãos brasileiros, domiciliados na antiga Capital Federal, que pretendiam fundar em áreas abarcadas pelas freguesias de Irajá e Jacarepaguá, a partir de Campinho, “uma espécie de cidade, onde em terrenos quase abandonados e de fácil aquisição, serão construídas três mil casas”<sup>99</sup>. Os autores fazem questão de sublinhar que essa “espécie de cidade” era pensada “não só para habitação de operários e classes pobres, oficinas e comércio local”, como também “para vivenda aprazível” daqueles que necessitarem morar um pouco mais distante da região central, “visto ser essa localidade um bairro reconhecidamente saudável e recomendado pelos facultativos, acrescentando ainda a vantagem de estar perto da Capital, cuja comunicação pela Estrada de Ferro Central do Brazil é rápida e constante”<sup>100</sup>.

Ademais, os autores chamam a atenção para outras vantagens do projeto, que além de facilitar “todas as classes” na compra ou aluguel de casas próximas a região central – “onde atualmente se encontrava com dificuldade para alugar”, pois “o número d’esta é insuficiente para a população da cidade”<sup>101</sup> –, também garantiriam a conservação da salubridade do bairro, com prédios alinhados e arborizados<sup>102</sup>. Sem contar que a cada grupo de 500 casas construídas, uma será destinada à Escola Pública e outras duas para Postos Policiais, “os quais ficarão pertencendo ao governo do Brasil”<sup>103</sup>.

Outro projeto, criado em 12 de junho de 1890, tem como autores Antonio Zeferino Candido, Barão de Vidal e o Barão de Santa Margarida, no qual visava promover

---

<sup>97</sup> SANTOS, L. S. A cidade está chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). *Revista Crítica Histórica*, v. 1, p. 114-137, 2011.

<sup>98</sup> *Ibid.*

<sup>99</sup> AGCRJ, “Melhoramentos e edificação de um bairro nas Serras do Matheus, Jacarepaguá, lugares Boca do Matto, Engenho de Dentro, Inhaúma e Irajá (1890)”. Códice 46-2-70.

<sup>100</sup> *Ibid.*

<sup>101</sup> *Ibid.*

<sup>102</sup> *Ibid.*

<sup>103</sup> *Ibid.*

melhoramentos numa extensa área compreendida pelas “Serras do Matheus (Jacarepaguá), [pelos] lugares Boca do Matto, Engenho de Dentro, Inhaúma e Irajá”. Além disso, os autores “propõem-se à edificação de um bairro ou cidade anexa a esta Capital Federal, principalmente destinada à habitação cômoda, elegante e saudável das classes mais abastadas”, composto por “ruas largas, jardins, logradouros, edifícios públicos e particulares”<sup>104</sup>.

Percebe-se, que um dos objetivos era montar uma “cidade” completamente diferente daquela “cidade velha”, marcado por “extrema acumulação de casario [...] a estreiteza de suas ruas, a quase falta total de arborização, a irregularidade das construções, a antiguidade dos moldes, a nenhuma aparência estética da grande cidade”<sup>105</sup>. Uma cidade superior para as “classes superiores” que ali ainda residiam.

É bem verdade que houve um volume significativo de projetos voltados para a região, mesmo sabendo que muitos deles nunca tenham saído do papel. Por essa razão, discutir sobre o grau e, fundamentalmente, a qualidade desse investimento, mostra-se um caminho importante, já que a leitura de tais propostas permite constatar os laços que ligavam o nascente mercado imobiliário com os serviços públicos. São estes, que no fim das contas, permitirão que os proponentes de projetos como esses obtenham o retorno financeiro de seus investimentos através da exploração dos serviços públicos.

Os dois projetos citados acima, por exemplo, expõem um dos aspectos mais instigantes do processo de expansão urbana dos subúrbios nesse período. Como havia sido dito, a própria composição dos grupos sociais que passam a se fixar na região ainda era bastante heterogênea, o que de certa forma, explica a pluralidade dos empreendimentos citados, chamando atenção para os problemas do centro da “velha cidade” em termos de moradia (higiene, preço do aluguel). Nesse sentido, ambos os autores buscam legitimar suas propostas recorrendo à associação da região a uma área em franca expansão. Imagem esta que se via reforçada na medida em que era confrontada com o problemático centro antigo da cidade. Contudo, ao propor à edificação de um bairro ou cidade anexa a esta Capital Federal, claramente destinada à habitação das famílias abastadas, os autores, especificamente os responsáveis pelo segundo projeto, declaram a heterogeneidade dos subúrbios da época.

Para compreendermos a ideia citada, recorreremos a outros bons exemplos encontrados nas obras de Machado de Assis e José de Alencar, tanto retratando a zona suburbana enquanto área residencial e veraneio da elite social carioca, como também uma

---

<sup>104</sup> AGCRJ, Melhoramentos em Irajá e Jacarepaguá - 1891. Códice 46-2-60.

<sup>105</sup> Ibid.

região marcada pela existência de construções suntuosas. No caso de José de Alencar, embora se remeta ao século XIX, a descrição torna-se ainda mais clara na obra “*Lucíola*”.

Sá habitava, num dos arrabaldes da corte, uma chácara, que caprichara em preparar. [...] A alma obcecada pelo trabalho, irritada pelas migalhas de prazer que bajulava aqui e ali, tinha de tempos a tempos necessidade de um banho russo. Nesses dias Sá dava férias às ocupações graves, convidava alguns amigos, e oferecia à imaginação um pasto régio. Era o reinado efêmero da devassidão, naquela existência alegre, mas calma de ordinário. A sua casa de moço solteiro estava para isso admiravelmente situada entre jardins, no centro de uma chácara ensombrada por casuarinas e laranjeiras. Se algum eco indiscreto dos estouros báquicos ou das canções eróticas escapava pelas frestas das persianas verdes, confundia-se com o farfalhar do vento na espessa folhagem; e não ia perturbar, nem o plácido sono dos vizinhos, nem os castos pensamentos de alguma virgem que por ali velasse a horas mortas.<sup>106</sup>

Certamente, o arrabalde era a denominação dos lugares que se distinguiam pela exuberância campestre da natureza e por sua relação com o desprendimento das “ocupações graves”, influenciada diretamente pela possibilidade de ares mais saudáveis, sendo um espaço agradável para se morar e para passear. Como mesmo retrata o texto, fugir do centro e buscar o arrabalde, eram as estratégias de moradia e divertimento de um recorte abastado da sociedade. As marcas aristocráticas dessa residência são nítidas. Percebe-se no texto que o subúrbio retratado ali não tinha a conotação negativa que passou a ter ao longo do século XX. Até porque, os subúrbios e arrabaldes eram a área de moradia de membros das classes ricas e médias da cidade, estabelecidos em suas chácaras, chalets e casarões. Contudo, após um surto descontrolado de abertura de ruas e consequentes loteamentos, de maneira irregular e tumultuada, a região suburbana passava a perder ano após ano aquele perfil aristocrático. Essa nova configuração é rapidamente representada por Lima Barreto em “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, quando narra a residência do personagem que dá nome à obra, localizada em Rio Comprido:

O jardim, de que ainda restavam alguns gramados amarelados, servia de curadouro. Da chácara toda, só ficavam as altas árvores, testemunhas da grandeza passada e que davam, sem fadiga nem simpatia, sombra às lavadeiras, cocheiros e criados, como antes faziam aos ricos que ali tinham habitado<sup>107</sup>.

De fato, esses elementos presentes no trecho acima podem ser compreendidos como porção substancial de um processo de transformação por consequência do deslocamento

<sup>106</sup> ALENCAR, J. **Lucíola: um perfil de mulher**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1997. p.36.

<sup>107</sup> BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. 2 ed. São Paulo: Editora Escala, 199

de uma “elite suburbana” para as áreas litorâneas da zona sul, reflexo de uma progressiva ocupação do espaço dos subúrbios por trabalhadores de menor poder aquisitivo. De acordo com Maurício Abreu, é justamente na década de 1920 que as contradições do sistema político-econômico do país passam a refletir a evolução da forma urbana carioca<sup>108</sup>. De um lado, os Governos da União e do distrito Federal, representando as classes dominantes, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e de embelezamento da zona sul. Por outro lado, a expansão das indústrias em direção aos subúrbios, criando novas áreas, dotando-as de infraestrutura e, principalmente, atraindo mão-de-obra numerosa. Isto é, “Centro e zona sul, de um lado, e subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação do capital (imobiliário, financeiro, comercial e industrial)”<sup>109</sup>.

Nessa mesma época, a população carioca teve um crescimento significativo, havendo a demanda por novas moradias em loteamentos que propiciassem uma qualidade de vida melhor do que até então ocorria, notadamente nos bairros suburbanos, já que a fonte de empregos tinha se deslocado do centro para lá. Além disso, beneficiados pela criação de uma tarifa única nas linhas suburbanas dentro do Distrito Federal, muitos trabalhadores decidiram instalar-se em lugares cada vez mais distantes do centro<sup>110</sup>.

Assim, bairros mais afastados do centro, porém bem servidos pelos transportes urbanos, como Engenho Novo, Andaraí e Campo Grande, obtiveram um crescimento populacional de 969,02% em 100 anos. A população suburbana aumentava em quase 357 mil habitantes, distribuídos em 48.487 domicílios, como veremos no quadro abaixo<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 72-73.

<sup>110</sup> ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1918.

<sup>111</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.

Tabela 1.1

**POPULAÇÃO RESIDENTE DA POPULAÇÃO URBANA E SUBURBANA DO RIO DE JANEIRO (1821-1920)**

ANOS	POPULAÇÃO					
	ABSOLUTA			RELATIVA %		
	Urbana (1)	Suburbana	Total	Urbana	Suburbana	Total
1821	79.321	33.374	112.695	70,39	29,61	100,00
1838	97.162	39.916	137.078	70,88	29,12	100,00
1849	205.906	60.560	266.466	77,27	22,73	100,00
1856	115.226	36.550	151.776	75,92	24,08	100,00
1870	191.002	44.379	235.381	81,15	18,85	100,00
1872	230.454	44.518	274.972	83,81	16,19	100,00
1890	429.745	92.906	522.651	82,22	17,78	100,00
1906	628.041	183.402	811.443	77,40	22,60	100,00
1920	801.097	356.776	1.157.873	69,19	30,81	100,00

**Fonte:** Recenseamento Geral de 1920. p.21.

O aumento progressivo da população suburbana, 16,19% em 1872, 17,78% em 1890, 22,60% em 1906 e, finalmente, 30,81% em 1920, nos possibilita compreender contínuo deslocamento da população dos bairros centrais para os da periferia, certificando o notável desenvolvimento das áreas suburbanas<sup>112</sup>.

Para esses novos bairros era fundamental que houvesse moradias baratas e higiênicas que proporcionassem a seus moradores “condições dignas de habitar”, não só com o intuito de evitar vetores de doenças, como também de criar moradias atraentes para compradores que trabalhariam nessas novas indústrias que se formavam. Para tanto, foram realizados projetos de casas populares que atendessem a esses requisitos. A revista “*A Casa*”, por exemplo, promoveu, em 1925, um concurso para projeto de casas econômicas na região

<sup>112</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.

suburbana, tendo como premiação 700\$000 para o primeiro colocado, 300\$000 o segundo e 150\$000 o terceiro<sup>113</sup>.

Dado o elevado número de projetos a serem analisados e apreciados sob diversos pontos de vista técnicos e artísticos, o trabalho da comissão julgadora, composta pelos senhores Dr. Mario Machado, Diretor de Obras da Prefeitura, Dr. Hyppolito Pujol Junior, engenheiro e arquiteto, e Dr. Alberlo Segadas Vianna, redator e representante da revista no concurso, não foi dos mais fáceis a ser levado a termo<sup>114</sup>. Pelo contrário, “à vista do número de bons projetos apresentados”<sup>115</sup>, a comissão sentia-se indecisa para a escolha do projeto merecedor do terceiro prêmio e, por este motivo, após um prévio entendimento com o Redator da revista, resolveu aumentar a quantia relativa a este prêmio, afim de que pudessem ser escolhidos três projetos dentre os melhores. “Aceito o alvitre e após a votação lograram obter o terceiro prêmio os projetos assignados por ‘Jamegão’, ‘Luizita’ e ‘Espinafre’,” sendo os dois primeiros da autoria da Sr. Josino Souza Camargo e o ultimo do Sr. Carlos Raposo<sup>116</sup>.

Para alcançar tal premiação, as habitações deveriam ser projetadas de acordo com a legislação Municipal, consentidas duas soluções: casa sobrado e casa térrea. Além disso, o projeto deveria seguir um padrão: uma sala comum, três quartos de dormir, uma pequena cozinha, banho e W.C., pequeno terraço coberto (varanda).

A princípio, embora versando sobre o mesmo tema – dois quartos, sala de jantar e mais dependências acessórias – “quase todos os trabalhos foram além da expectativa, fosse pela execução impecável do desenho e harmonia das fachadas, como também pela primorosa e lógica disposição interna dos compartimentos”. Por essa razão, a Comissão examinadora<sup>117</sup> “não regateou elogios aos projetos dos concorrentes, cujos trabalhos foram julgados tão bons, senão superiores aos que figuram nas melhores revistas que nos vêm do estrangeiro”.

A única crítica ficou por conta da padronização do estilo usado pelos arquitetos, que conquanto fossem facultados, os projetos, em sua maioria, apresentaram as fachadas em estilo colonial. Problema, aliás, segundo os jurados, “difícil de resolver, por isso que se tratava de casas de um só pavimento”. Vejamos os projetos vencedores:

---

<sup>113</sup> 1º lugar: “Mutt e Jeff.” Arquiteto: J. de Souza Camargo e C. Raposo. 700\$000; 2º lugar. “Zabúra” Arquiteto: Carlos Raposo. 300\$000; 3º lugar: “Jamegão” Arquiteto: J. de Souza Camargo. 150\$000; 3º lugar: “Luizita” Arquiteto: J. de Souza Camargo. 150\$000; 3º lugar: “Espinafre” Arquiteto: Carlos Raposo. 150\$000.

<sup>114</sup> A casa, agosto de 1925.

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Composta pelos Srs. Dr. Mario Machado, Diretor de Obras da Prefeitura, Dr. Hyppolito Pujol Júnior, engenheiro e arquiteto, e Dr. Alberlo Segadas Vianna, redator e representante da revista no concurso.

Figura 1: 1º colocado – “Mutt & Jeff”. Arquitetos Josino de Souza Camargo e Carlos Raposo.  
Área 56,00 m<sup>2</sup>.

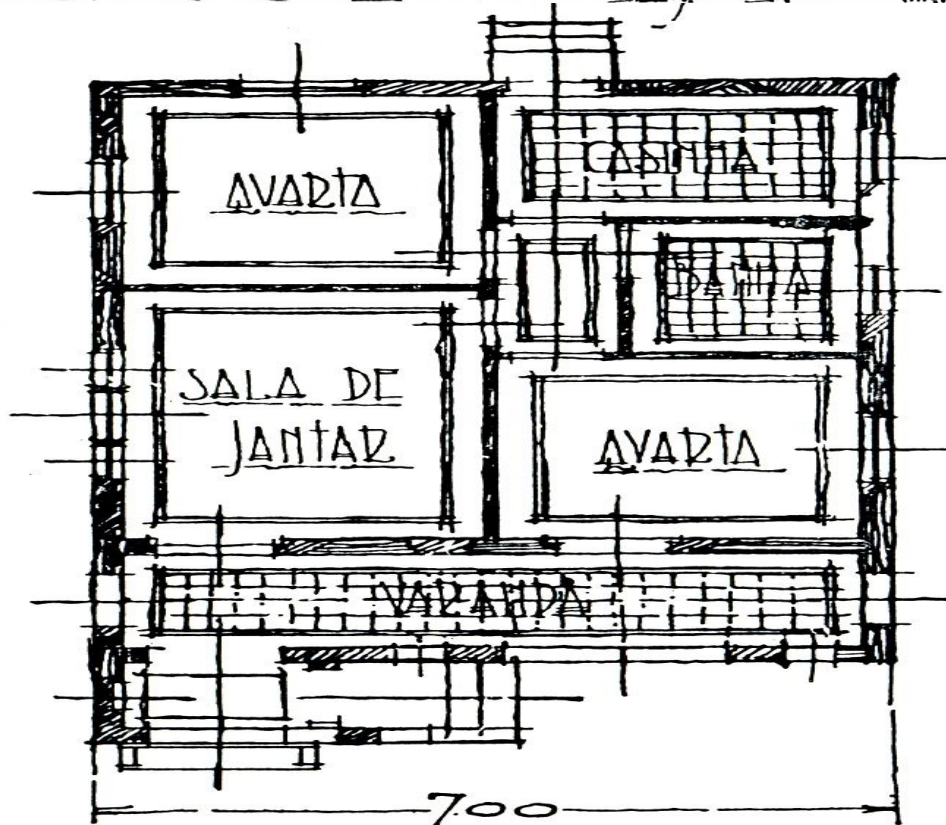
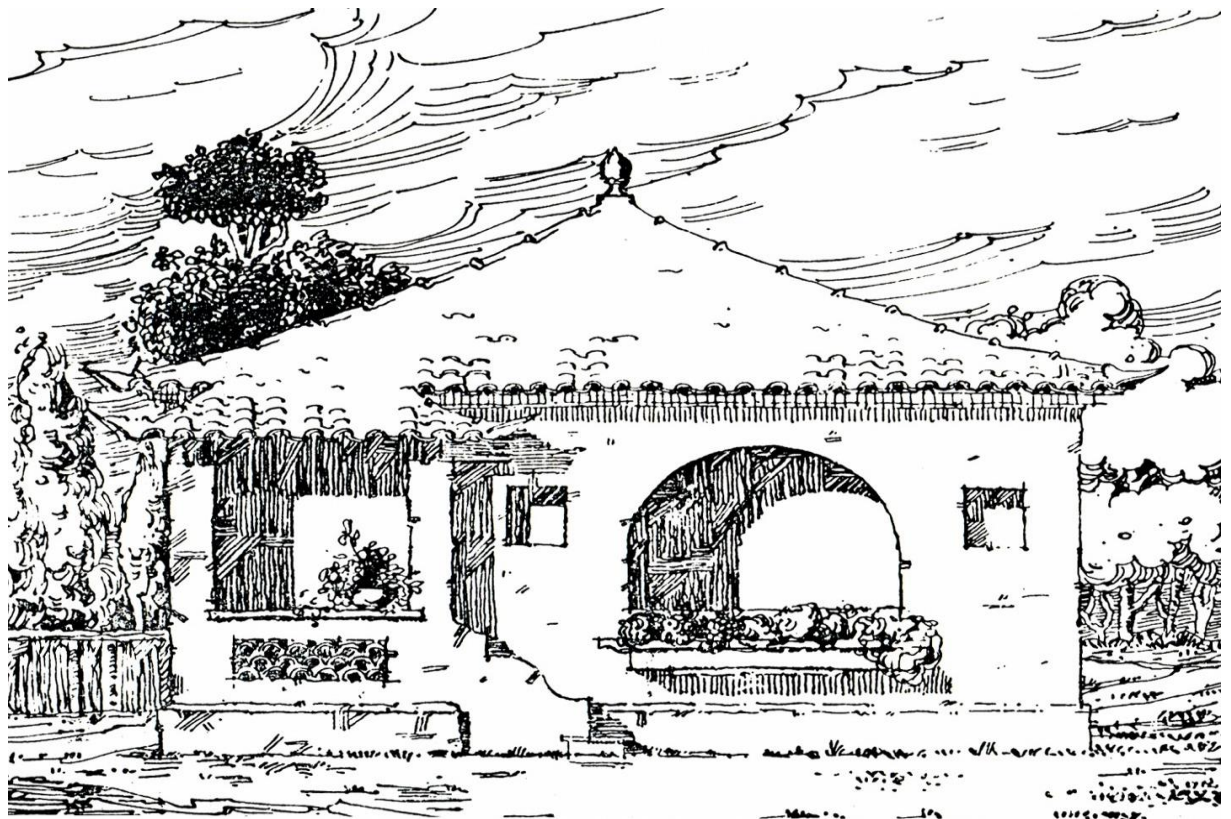
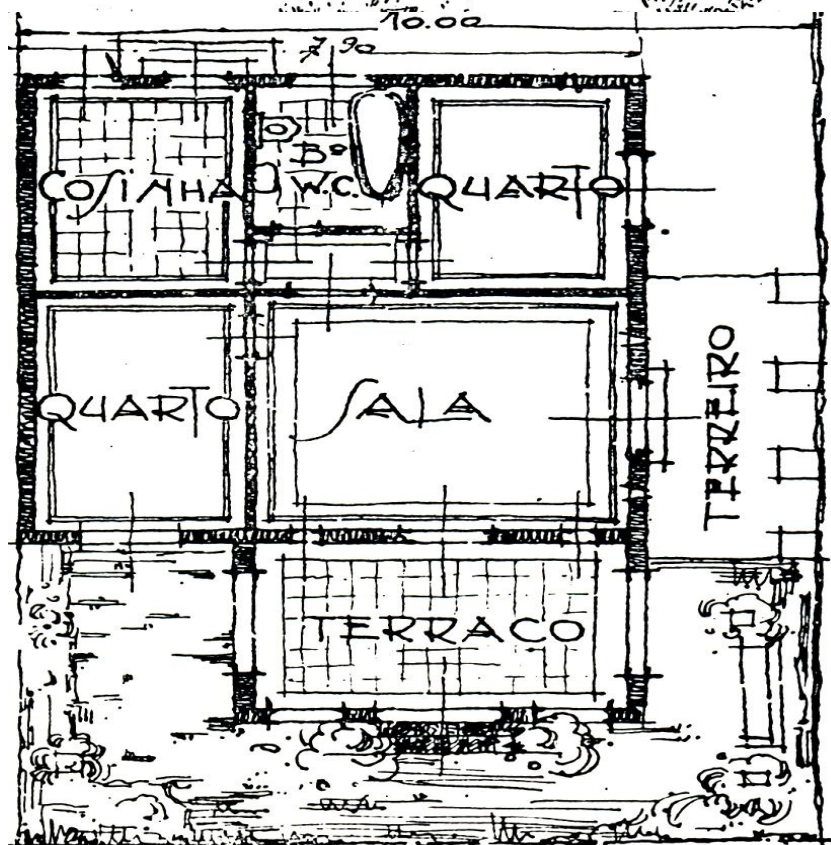
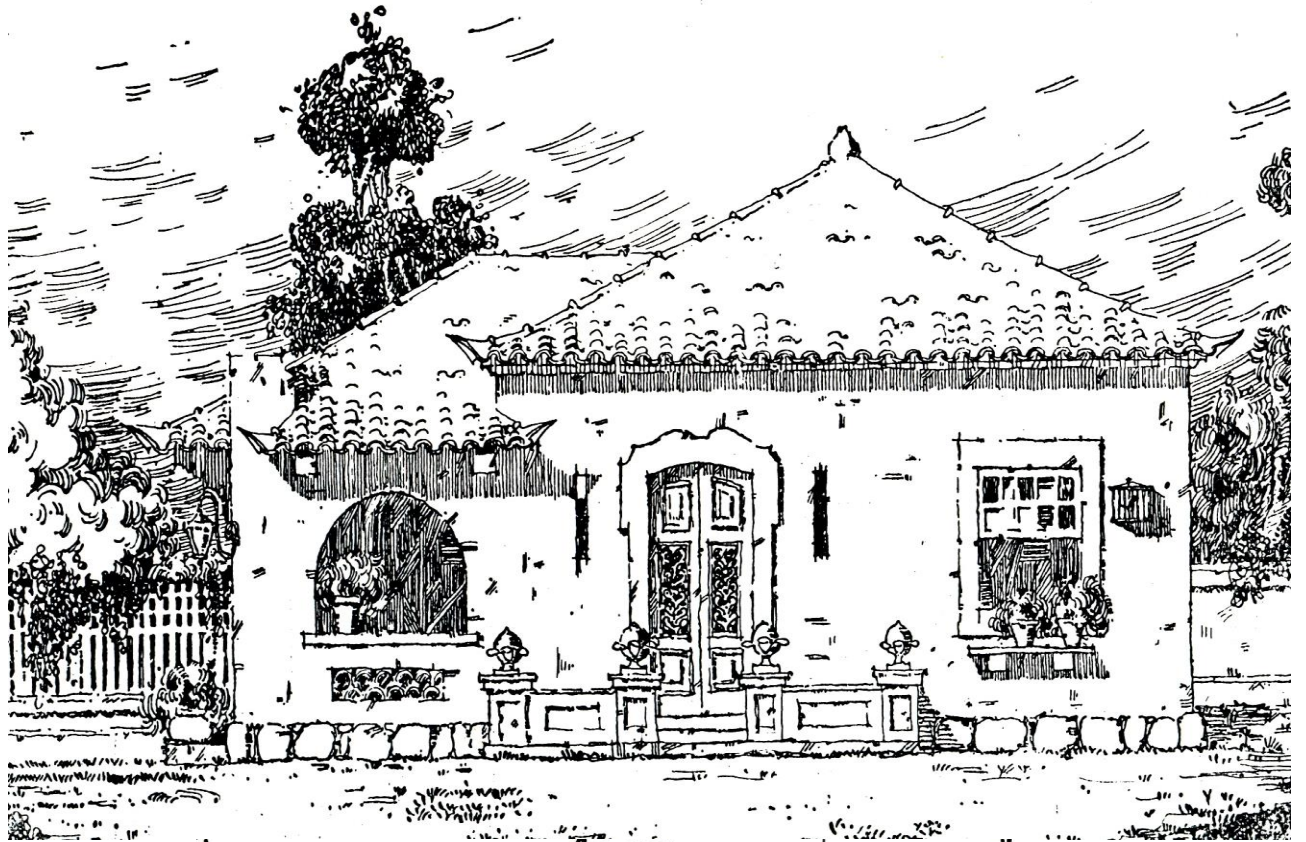


Figura 2: 2º colocado – “Zabura”. Arquiteto Carlos Raposo. Área 63,20 m².



Fonte: Revista A casa, agosto de 1925, n. 16.



Figura 3: 3º colocado – “Luizita”. Arquiteto Josino de Souza Camargo . Área 58,30m<sup>2</sup>.

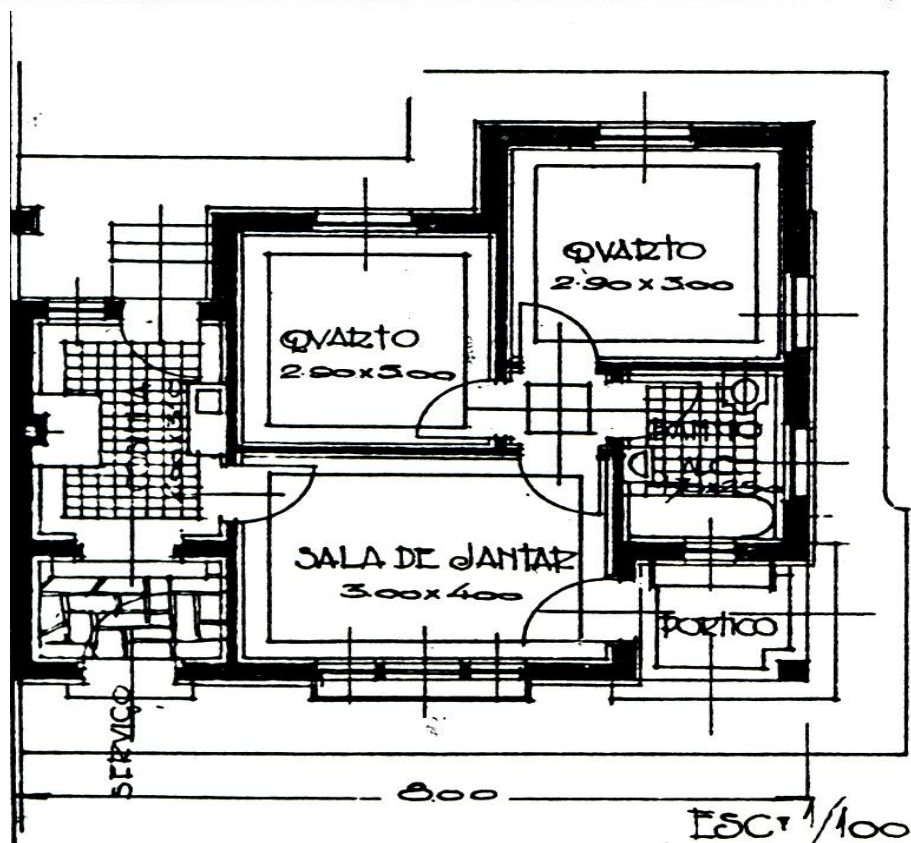
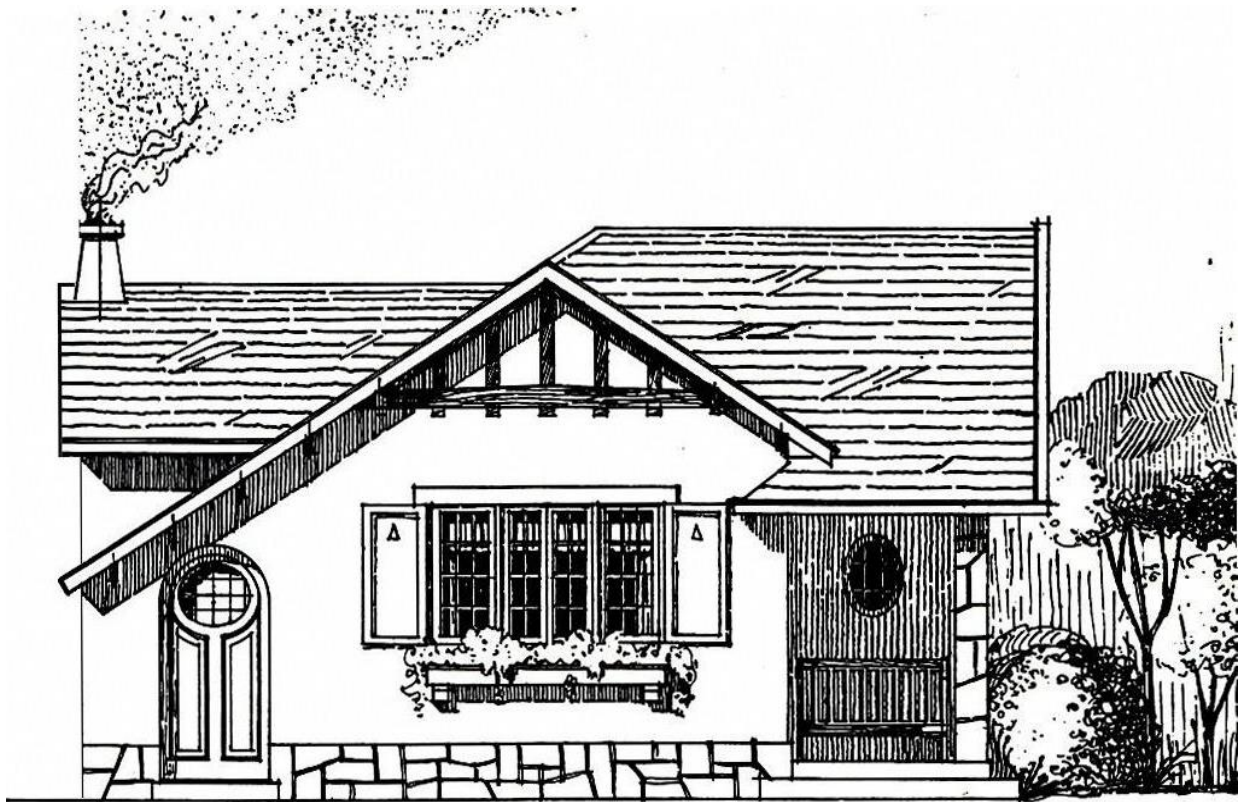
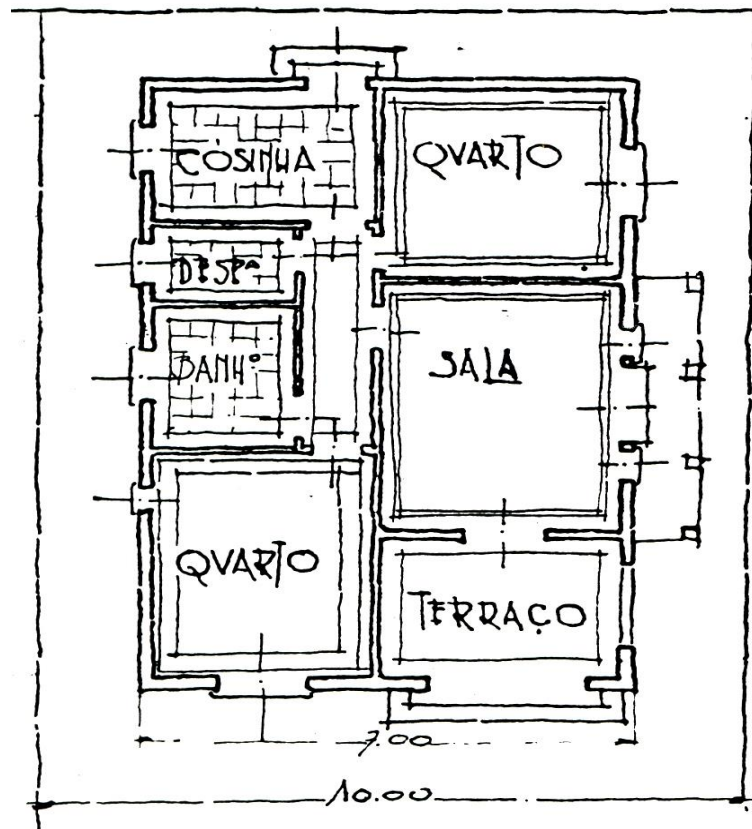
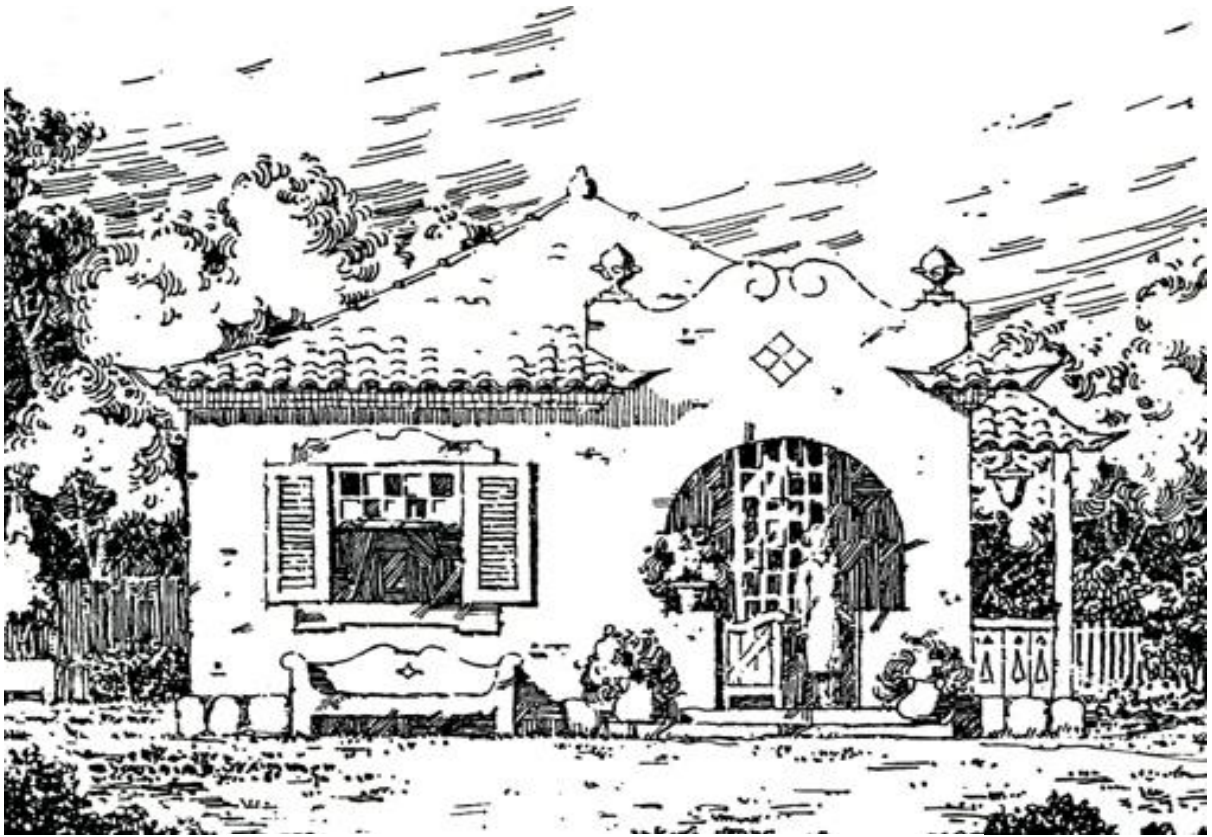


Figura 4: 3º colocado – “Espinafre”. Arquiteto Carlos Raposo. Área 67,90 m².



Fonte: Revista A casa, agosto de 1925, n. 16.

Ao analisarmos as plantas do projeto vencedor (figuras 1 e 2), percebemos a composição externa com telhado em quatro águas coberto com telha canal, além do frontão de inspiração *art déco*, muito visto em casas dos subúrbios. Aliás, temos evidência que o projeto foi implantado. Em 1917, instalaram-se, no bairro Maria da Graça, a Cisper, produtora de vidros por processo mecânico, em 1921, a General Eletric, com a fábrica D'castilho, e a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, inaugurada em 1924<sup>118</sup>. Tendo em vista atender a demanda de moradias para os trabalhadores das empresas da região, a Companhia Imobiliária Nacional lança em 1925, após o concurso, o Bairro-Jardim Maria da Graça (figura 3), formado por casas vencedoras do concurso daquele mesmo ano<sup>119</sup>.

Figura 5

Lançamento de empreendimento imobiliário no bairro de Maria da Graça



Fonte: Revista A CASA, edição de setembro de 1925.

<sup>118</sup> SILVEIRA, M. da R. A cidade-jardim e o subúrbio carioca. In: FERNANDES, N; COELHO, O.G.P.. (Org.). **Historiografia e geografia fluminense**. 1 ed. Rio de Janeiro: CREA, 2008, v. 1, p. 67-78 ; Ver também ANDRATTA, V. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

<sup>119</sup> A Casa, 1925.

De fato, existia uma preocupação em incorporar novas concepções espaciais através da reorganização do espaço doméstico, buscando baratear a construção através da produção em massa. Sendo a zona suburbana um espaço em explícita expansão, a iniciativa privada repensou seus padrões de moradia e de espaço urbano, enxergando nessa região a oportunidade de viabilizar um mercado lucrativo a um preço mais acessível. Era comum encontrarmos em periódicos a tentativa de transmissão do ideal de ter o seu próprio lar às classes menos abastadas, não apenas à classe média, por exemplo, anúncios de lotes pagos em prestações mensais, no “aprazível bairro do Andarahy”<sup>120</sup>.

A leitura das fontes nos permitiu compreender os laços estabelecidos entre o nascente mercado imobiliário com os serviços públicos. De certa forma, é a exploração destes elementos que ao final possibilitará aos proponentes daqueles projetos uma dupla conquista: o retorno financeiro de seus investimentos e a satisfação do Estado. Contudo, é importante salientar que embora alguns projetos buscassem defender uma política de habitação eficiente, não chegam a alterar a lógica essencial da distribuição socioespacial carioca: os bairros suburbanos, reconhecidamente fabris, continuariam reservados à função essencial de espaço de famílias pobres, negros e operários. Além disso, o que se pode continuar a discutir é sobre o grau e, fundamentalmente, a qualidade desse investimento. Nesse sentido, a qualidade de vida permaneceria demasiadamente inferior àquela das regiões de habitantes mais abastados, em consequência, principalmente, da composição social da região. Como aponta Abreu, não restam muitas dúvidas de que os serviços públicos oferecidos à classe pobre arrabalдина não era o mesmo daquele usufruído pelos filhos da aristocracia que habitavam Botafogo, Laranjeiras ou Ipanema<sup>121</sup>. Logo, nesse sentido, enxerga-se uma reafirmação de um processo então em andamento na capital federal: a construção de uma segregação socioespacial que se dá no tripé Oeste-Norte-Sul entre grupos menos favorecidos economicamente frente às classes média e alta.

Em outras palavras, é nesse momento que a divisão entre áreas urbana e suburbana passa a ter novos valores, ou seja, o que significava pertencer ou morar em uma ou outra área em termos simbólicos e sociais<sup>122</sup>. A partir de então, vai fortalecendo-se todo um processo que confere à palavra subúrbio um grau depreciativo, que inclui não somente uma

---

<sup>120</sup> A Casa, 1924, p.4.

<sup>121</sup> ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>122</sup> SANTOS, L. S. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano (Online)**, v. 1, p. 1-17, 2011.

ideia de região marcada, espacialmente por recursos e serviços mais limitados, bem como um certo gênero de vida particular ligado, diretamente, aos grupos que passam a ocupar esta região.

## 1.2 A evolução suburbana: o papel das fábricas na construção dos novos arrabaldes

A década de 1880 foi caracterizada pelo estabelecimento de indústrias na cidade do Rio de Janeiro<sup>123</sup>. Considerado por Roberto Simonsen como o primeiro surto industrial brasileiro<sup>124</sup>, esse período, no qual se estendeu até os primeiros anos da década seguinte, colocou a antiga capital federal como o principal centro industrial do país, o que representava a maior concentração operária entre os estados brasileiros<sup>125</sup>.

Não é por acaso esse surto se dá exatamente no Rio de Janeiro, a instalação de estabelecimentos fabris na capital e adjacências, a partir de meados do século XIX, atribuiu-se a um conjunto de fatores importantes, dentre os quais destacamos: a acumulação de capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior; a facilidade de financiamento dos bancos, cuja sede estava localizada na capital do país; um mercado de consumo de proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias; e, por fim, a substituição da água pela energia a vapor como força motriz<sup>126</sup>. Além disso, é importante salientar que, somado a tudo isto, a cidade ainda possuía o peso da presença do aparelho administrativo e a estrutura portuária, o que viabilizou o acesso às matérias primas e às máquinas necessárias à produção fabril<sup>127</sup>. Dessa forma, se na escala nacional o Rio de Janeiro apresentava, no final do século XIX, condições francamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade fabril, na escala local, ao nível da forma e

<sup>123</sup> Na década de 1880 há um crescimento significativo de indústrias na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo têxteis, como a Fábrica Aliança (1880), em Laranjeiras, as Companhias Carioca (1886) e Corcovado (1889) no Jardim Botânico, a Fábrica São Cristóvão (1889), em São Cristóvão, a Fábrica Cruzeiro (1891) e Confiança Industrial (1885), na região do Andaraí, a Fábrica Bonfim (1891), situada no atual Bairro do Caju e a Companhia Progresso Industrial do Brasil (1893), em Bangu.

<sup>124</sup> SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

<sup>125</sup> Segundo Francisco Iglésias, o primeiro surto industrial do país, embora tímido e logo tolhido, teria ocorrido ainda no início do século XIX, a partir de 1808 com a chegada da corte ao Brasil. Entretanto, considerando a indústria no seu sentido moderno, tal como foi estudada por Marx, ou seja, o sistema fabril, concordaremos com aqueles autores que afirmam que o primeiro surto industrial só ocorre na década de 1880 a 1890.

<sup>126</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>127</sup> Ibid.

funcionalidade da organização interna do seu espaço, faziam-se presentes algumas limitações para a implantação da indústria fabril, sobretudo a moderna indústria têxtil.

Até o ano de 1891, observa-se que as primeiras fábricas de tecidos fundadas no Rio de Janeiro localizavam-se nos contrafortes da Serra do Mar, isto é, distante da região central da cidade. É o caso, por exemplo, da Fábrica Santo Aleixo (1849), a mais antiga delas, e daquelas que surgem na década de 1870: a Brasil Industrial (1872); a Petropolitana (1874); a São Pedro de Alcântara (1874) e a Pau Grande (1878), com a exceção das fábricas S. Lázaro (1877), Santa Rita (1877) e Rink (1879) que estavam localizadas na área urbana do Rio de Janeiro, as duas primeiras em São Cristóvão e a última no Centro. Contudo, quando comparadas àquelas situadas nos contrafortes da Serra do Mar, estas fábricas eram pouco expressivas, tanto em volume de capital quanto em número de fusos, de teares, de operários e de força motriz.

De fato, no meio industrial do período, havia uma mentalidade de que para o Brasil a tecnologia baseada na energia hidráulica era a mais adequada para o desenvolvimento fabril. Por essa razão, até mesmo pelo potencial hidráulico do país, a distância do mercado urbano assumia posição secundária em relação à possibilidade das fontes hidráulicas, pois as indústrias têxteis que se instalaram junto à Serra do Mar tinham uma grande dependência das quedas d'água.

No entanto, a vantagem na utilização de energia hidráulica, barata e acessível nas regiões fora dos centros urbanos do Distrito Federal, deixara de existir após o início da segunda metade do século XIX, quando o desmatamento das bacias dos rios provocou alterações climáticas caracterizadas por curtos períodos de vastas enchentes, seguidos de prolongadas estiagens<sup>128</sup>. Diante desse novo quadro, os donos de fábricas localizadas nessas regiões foram obrigados a complementar a água com combustível para garantir o funcionamento de suas indústrias, o que dificultava imensamente a produção, além de gerar mais gastos.

Além disso, a força de trabalho também se mostrou um indicativo considerável. Para Oliveira, até o final da década de 1870, não existia um mercado de força de trabalho capitalista totalmente organizado<sup>129</sup>. Ainda de acordo com o autor, essa estrutura só se

---

<sup>128</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>129</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

realizaria de forma significativa ao longo das décadas seguintes, notadamente após a abolição da escravatura<sup>130</sup>. Tal fato fez com que estas empresas lançassem mão, quase que obrigatoriamente, da força de trabalho estrangeira (imigrantes), no estilo de núcleos coloniais afastados dos ares urbanos do Rio de Janeiro<sup>131</sup>. Foi, por exemplo, o caso da Santo Aleixo, da Brasil Industrial e da Petropolitana, sobretudo com a presença de imigrantes alemães e suíços.

Em contraposição às indústrias têxteis mais antigas, somado a um fator de ordem técnica (a possibilidade de substituir a força hidráulica pelas turbinas a vapor – utilizando o carvão como combustível – e, posteriormente, pela energia elétrica) refletiram-se no encorajamento das fábricas a expandirem seus negócios por outros fragmentos da região, caracterizando um surto, ao contrário do anterior, marcadamente urbano<sup>132</sup>. Podemos citar na região do Andaraí, por exemplo, duas respeitáveis fábricas de tecidos (Fábrica Cruzeiro e Confiança), várias olarias, e muitas outras, de porte variado: Vidros Escarroni, Lanifício Ideal, Indústrias Reunidas Alba (de material sanitário), Fábrica de Projéteis de Artilharia, Hanseática, Botões Hashya, Orlando Rangel, Capivarol, Merck, Knoll, Hidroesb.

De fato, a opção preferencial pelo vapor como força motriz teve um papel fundamental na reorientação locacional. De maneira integral ou parcial, todas as indústrias deste surto adotaram a energia a vapor, o que se traduzia, conseqüentemente, numa menor dependência das fontes hidráulicas e na maior liberdade para elencar outros elementos de prioridade, como o porto e a força de trabalho. É a partir desse momento que se torna cada vez mais constante o afluxo de imigrantes nacionais e estrangeiros, que vinham tentar a sorte na capital federal do País, e de ex-escravos, que deixavam as áreas decadentes da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba<sup>133</sup>.

Embora houvesse muitos estabelecimentos industriais no centro da cidade, a maioria ligada ao setor artesanal e manufatureiro (couro, chapéus, velas etc), o centro também

---

<sup>130</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>132</sup> Ver: WEID, E. v. d.; BASTOS, A. M. R. **O Fio da Meada: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.; WEID, E. v. d. Estratégias empresariais e processo de industrialização: a Companhia América Fabril(1878-1930). **Revista de historia de La industria argentina y latinoamericana**. v. 3, n.5, segundo semestre, 2009.

<sup>133</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

não representava, efetivamente, o espaço da moderna indústria têxtil. Dessa forma, segmentos do amplo capital passaram, portanto, a enxergar a região suburbana como possível alvo de investimentos<sup>134</sup>.

Os bairros suburbanos reuniam os elementos necessários para o processo de industrialização, inclusive um sistema regular de transporte e o preço relativamente mais baixo dos terrenos. Além disso, as fábricas localizadas em seus domínios atraíram trabalhadores que não encontraram moradia em outras vilas operárias<sup>135</sup> nem tinham condições de arcar com o preço dos aluguéis nos bairros próximos ao centro ou até mesmo em alguns bairros do subúrbio servidos pelos ramais de trem. Concentrando fábricas e moradias populares, a imagem suburbana foi se cristalizando como uma região proletária, que se destacava das demais regiões em seu entorno. Na esteira desses novos caminhos rumo à zona suburbana, algumas fábricas se destacariam por suas ações: a Fábrica Cruzeiro e a Confiança Industrial, na região do Andaraí e a Companhia Progresso Industrial do Brasil, em Bangu.

A estratégia implementada por essas fábricas se caracterizava pela tentativa de solucionar os problemas relacionados à permanência, ao controle e à formação de força de trabalho. Assim, o recurso às vilas operárias e, posteriormente, a adoção de uma política de cunho social, permitiu a criação de mecanismos de controle sobre a mão de obra que transcendia aquela exercida apenas ao nível da jornada laboral<sup>136</sup>. Tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no cotidiano dos trabalhadores em vários aspectos: na moradia; na educação, através da construção de escolas primárias para trabalhadores e familiares; e no lazer, na criação de agremiações que promoviam bailes, piqueniques, passeios, jogos de futebol, sessões de cinema e teatro. Vale ressaltar que essa não era uma prática usual no Rio de Janeiro. A alternativa de moradia mais comum para os trabalhadores eram as habitações coletivas e, com sua destruição, as favelas.

Havia também outros estabelecimentos industriais na região, como o Matadouro de Santa Cruz, a Oficina de Central do Brasil em Engenho de Dentro, uma fábrica de chitas em Piedade e a fábrica de tecidos em Sapopemba (Deodoro) que, embora em pequeno número, contribuíram para impulsionar uma tendência que ganharia corpo a essa nova fase: a

---

<sup>134</sup> ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>135</sup> Na década de 1880, havia vilas operárias mais próximas da área urbana da cidade, como Jardim Botânico, Gávea e Laranjeiras.

<sup>136</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. Quando a fábrica cria o clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 6, p.1-19, jan./jun., 2013.



fixação da região suburbana como espaço do operariado carioca<sup>137</sup>. Entretanto, dessas indústrias têxteis que tiveram origem neste surto urbano, a Companhia Progresso Industrial do Brasil se notabilizou por uma proposta diferenciada em relação às demais, já que foi a única que escolhera a área rural da cidade para estabelecer a organização do seu espaço fabril<sup>138</sup>.

Certamente, a localização em área rural aparece, portanto, como uma variante ao padrão desenhado por um surto eminentemente urbano. Para Oliveira, a instalação da fábrica em Bangu levava o progresso para o interior da cidade, para um território até então pouco estruturado<sup>139</sup>. Em outras palavras, ao instalar uma fábrica em plena área rural, mesmo sendo essa região no Distrito Federal, a Companhia Progresso Industrial do Brasil conduzia o desenvolvimento e a modernização a um espaço ainda caracterizada pelo modo de vida das fazendas.

No entanto, no que diz respeito à distância do centro urbano, por exemplo, “a Fábrica Bangu não apresentaria uma situação tão díspar e desvantajosa em relação às demais”<sup>140</sup>. Mesmo estando a 31 km do porto e da região central do Rio de Janeiro, esta distância, em termos relativos, representava cerca de uma hora de viagem via Estrada Federal Central do Brasil, quase o mesmo tempo que se levava em carris de bonde da Gávea ou Tijuca até o centro da cidade. Além disso, o transporte ferroviário permitia conduzir um volume maior de carga de uma única vez, reduzindo significativamente os gastos<sup>141</sup>. Em vista disto, não só a matéria-prima, mas também o produto industrializado (o tecido) poderia se deslocar do centro até a fábrica e desta para o mercado sem qualquer tipo de baldeação. Dessa forma, a ferrovia para a Fábrica Bangu tornou-se fator de fundamental importância na organização do seu espaço fabril, ao contrário do que ocorreu com as demais indústrias têxteis do mesmo período, que utilizavam os serviços prestados pelas companhias de ferro-carris. Aliás, é importante destacar que a diretoria da fábrica conseguiu com recursos e força política, (principalmente após a venda do terreno pelo Barão de Itacurussá) inaugurar, em 1º de maio de 1890, ou seja,

---

<sup>137</sup> ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1903. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.; **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal), realizado em 20 de set. de 1906**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.; ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.

<sup>138</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>139</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> Ibid.

três anos antes da inauguração da fábrica, a estação de Bangu, estrategicamente frente à Companhia Progresso Industrial do Brasil<sup>142</sup>. De acordo com o chefe do tráfico da Estrada de Ferro Central do Brasil, Abel Ferreira de Mattos, a nova parada do Ramal de Santa Cruz ficaria entre as estações de Realengo (inaugurada em 2 de outubro de 1887) e Campo Grande (inaugurada em 2 de dezembro de 1879), com trens mistos e suburbanos, tornando-se fundamental para o deslocamento de maquinários e de volumes maiores de carga<sup>143</sup>.

Outro ponto que chama a atenção está na dinamização do espaço e processo de captação de mão de obra. Por razão da sua localização, a Companhia Progresso Industrial do Brasil não pôde contar com o mercado de força de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, e por isso teve de criar mecanismos próprios para garantir um mercado de força de trabalho a nível local<sup>144</sup>. Em outras palavras, a fábrica buscou mobilizar força de trabalho, não apenas através da moradia em vilas operárias, o que já era comum nas áreas suburbanas, mas também através do controle dos meios de produção e reprodução, estimulando a fixação de população em suas dependências através da produção agrária em sistema de parcerias e arrendamento. Por essa razão, a fábrica optou por utilizar a atividade rural de forma bem utilitária, colocando-a a serviço da dinâmica fabril e de sua rentabilidade capitalista, ou seja, subordinando o modo de vida rural e suas práticas à mais-valia fabril.

### 1.2.1 A “Fábrica da Cidade” e um arrabalde chamado Bangu

Fundada em 1673, pelo negociante português Manoel de Barcelos Domingos, a Fazenda Bangu, como era conhecida no período, revelava, ainda no final do século XVII, suas riquezas naturais e a capacidade produtiva local. A região era basicamente rural, fazia parte da freguesia de Realengo, que foi desmembrada da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, formada por fazendas que se dedicavam à produção de açúcar, aguardente e produtos que se destinavam à exportação pelo porto de Guaratiba, bem como ao mercado

---

<sup>142</sup> Diário Oficial, maio de 1890, p. 1915.

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. Quando a fábrica cria o clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 6, p.1-19, jan./jun., 2013.

interno. Com a Proclamação da República, um novo fator veio alterar a condição exclusiva da agricultura da região: a construção de uma fábrica de tecidos<sup>145</sup>.

A escolha do local ficou por conta do engenheiro Henrique de Morgan Snell, que conhecia a região por sua participação nos trabalhos de aumento da extensão do ramal de Santa Cruz, iniciados em 1878, partindo de Sapopemba e passando por Bangu em 1881<sup>146</sup>.

Morgan Snell tinha um projeto de instalação de uma fábrica de tecidos e saiu oferecendo-o a quem tivesse capital para viabilizá-lo, apresentando sua suntuosa fábrica como um excelente investimento, em plena crise da economia agroexportadora<sup>147</sup>. Contudo, como sustenta Carlos Molinari, “nada se deu com tamanho grau de acaso”<sup>148</sup>. Pelo contrário, o engenheiro, que havia estudado na Inglaterra e montado uma empresa “De Morgan Snell & Co.”, com sede em Londres, já estabelecia relações com os banqueiros Francisco de Figueiredo (o Conde de Figueiredo) e com o português Manoel Salgado Zenha (o Barão de Salgado Zenha)<sup>149</sup>. Ainda de acordo com o autor, a empresa de propriedade do engenheiro havia inaugurado, em 27 de outubro de 1888, a Companhia Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries, para beneficiamento de cereais, como o trigo e a farinha, no bairro da Gamboa, “tendo como principais acionistas o próprio Visconde de Figueiredo e o Conselheiro Zenha, além do Dr. Antônio de Siqueira, um profissional liberal, que também iria investir na fábrica têxtil a ser criada pelo engenheiro”<sup>150</sup>.

Além disso, esse momento associado ao declínio da burguesia comercial tradicional, que financiava a colheita do café, da borracha e do açúcar, marcava o crescimento de uma nova burguesia comercial, interessada em investir em transportes e na indústria. Por sua vez, essas atividades, apoiadas pelo governo, também eram favorecidas pela abertura de crédito às mesmas; pela desvalorização da moeda, que dificultava a importação de

---

<sup>145</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>146</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro**. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>147</sup> FREITAS, A. O. **Abalou Bangu! A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914)**. 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

<sup>148</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)**. 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.13.

<sup>149</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)**. 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>150</sup> Ibid.,p.14.

mercadorias, mas não a de máquinas e tecnologia; pela integração do mercado de mão-de-obra; pelo aumento do mercado consumidor, em virtude da Abolição da Escravatura e pela migração dos trabalhadores rurais para a cidade, barateando os salários<sup>151</sup>.

Nessa caminhada, portanto, não foi uma surpresa encontrar banqueiros dispostos a investir em um segundo projeto. Como havia relações estreitas com alguns empresários, o engenheiro conquistou o apoio dos banqueiros Conde de Figueiredo e o Comendador Manoel Salgado Zenha, juntamente com os comendadores Estevão José da Silva e Manoel Antônio da Costa Pereira, ambos portugueses, pelo Banco Rural e Hypothecário do Rio de Janeiro que decidiram financiar o projeto. Assim, em 1889 foi constituída a Companhia de Progresso Industrial do Brasil, com a finalidade de “organizar e fundar, nas proximidades desta Corte,”<sup>152</sup> uma fábrica de tecidos com 1.200 teares, “para explorar a indústria de preparar, fiar, tecer, tingir e estampar algodão ou outros materiais têxteis, adquirindo, para esse fim, os mais aperfeiçoados maquinismos, e quanto for necessário ao aperfeiçoamento desta especialidade fabril”<sup>153</sup>.

Para a construção da fábrica e execução das obras foi contratada a Companhia De Morgan Snell Cia., com sede em Londres, que assinara contrato no valor de 4.100:000\$000 (quatro mil e cem contos de réis) para a construção e execução do projeto. Silva sustenta que esse valor cobriria não somente a construção dos prédios, como também os tanques, reservatórios e o maquinário necessário para dar início a produção<sup>154</sup>.

Após medidas e avaliações sobre os mananciais e sua capacidade de fornecimento, constatou-se alguns indicativos que dificultariam a atividade fabril, entre eles: um déficit no fornecimento de água local. Para tal, concluiu-se que seriam necessários 2.000.000 litros de água diários, logo, tornava-se indispensável a compra de quatro propriedades<sup>155</sup> interligadas a Freguesia de Campo Grande, que somadas, representavam cerca de uma légua quadrada<sup>156</sup>.

---

<sup>151</sup> LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

<sup>152</sup> Companhia Progresso Industrial do Brazil. Estatutos aprovados na Assembleia Geral de 14 de janeiro de 1889. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1889, pp. 3-4.

<sup>153</sup> Ibid.

<sup>154</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>155</sup> Essas propriedades foram a fazenda Retiro, Fazenda Bangu, Sítio do Agostinho e Sítio do Amares, estes dois últimos faziam partes da Fazenda do Guandu do Senna.

<sup>156</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

Apesar da despesa extra de R\$ 132:137\$910, o investimento ainda se mostrava rentável, porque além de possuir uma légua quadrada, o que custaria o dobro em qualquer área mais próxima da Capital, essa escolha reduziria significativamente as despesas de transporte, já que oferecia um terreno apropriado à construção de uma fábrica ao lado da Estrada de Ferro Central. Ademais, a fábrica foi adquirindo novas terras para proteger e aumentar as suas nascentes. Essa política de aquisição de terra se estendeu até 1905, em que a Companhia passou a ter uma área total 39.830.000 m<sup>2</sup>, tendo seu perímetro demarcado por meio de marcos pelo engenheiro Orozimbo do Nascimento.

Inserida no contexto histórico da época, quando o Rio de Janeiro era palco de um surto industrial e os ventos da modernidade contagiavam o imaginário social do período, a Fábrica Bangu conferia ao empreendimento a ideia de algo grandioso. A própria utilização da palavra progresso no nome da Companhia expressa a enorme importância desse tema, juntamente com as ideias de civilização e modernidade, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Sendo assim, a Companhia de Progresso Industrial do Brasil dava seus primeiros passos para assumir o papel de destaque no cenário têxtil nacional.

Inaugurada no dia 8 de março de 1893<sup>157</sup>, a Companhia Progresso Industrial do Brasil – popularmente conhecida como Fábrica Bangu – tocara oficialmente o apito da chaminé de 57 metros de altura pela primeira vez. A fábrica com linhas típicas inglesas, pertencentes ao período neoclássico, ao apresentar arcos romanos, frontões gregos e grandes platibandas, encaixava-se no padrão da arquitetura conhecido por “Britânica Manchesteriana”: fachada típica com tijolinhos vermelhos aparentes, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos, paredes elevadas e janelas ao alto<sup>158</sup>.

Quando o trem partiu da Central do Brasil, às 8 horas da manhã, trazendo consigo um número expressivo de jornalistas, diretores, acionistas e políticos, entre eles, o Prefeito do Distrito Federal, chegou à estação de Bangu, houve uma suntuosa festa, como descreveu o cronista do *Jornal do Commercio*, demonstrando o valor econômico que as fábricas ofereciam naquele período<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Em 1892, a fábrica já mantinha suas funções ativas em caráter experimental.

<sup>158</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>159</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

Ao chegar o trem à fábrica, a banda de música da Sociedade Recreio do Bangu, sob a direção do professor Barbosa, e composta por operários, executou o hino nacional, sendo os convidados recebidos com vivas e foguetes pelo pessoal do estabelecimento<sup>160</sup>.

O grupo de convidados fez uma longa visita às seções, percorrendo os quatro cantos da fábrica, contando sempre com as exposições detalhadas do diretor-gerente Antônio Xavier Carneiro, que na opinião do representante da Gazeta de Notícia em “nada absolutamente poupou para que todos os convidados trouxessem da visita à monumental fábrica a mais agradável e lisonjeira impressão”<sup>161</sup>.

Por conta da celebração, foi oferecido aos 700 operários um almoço com vinho<sup>162</sup>. Aos 200 convidados, um belo banquete, encomendado à famosa Casa Castelões, situada à Rua do Ouvidor. Pela opulência do menu daquele dia – publicado em francês pela Gazeta de Notícias -, já se podia prever que estava surgindo “o mais grandioso estabelecimento da América do Sul”<sup>163</sup>:

Serviço de mesa: empadinhas à la financière, ostras, camarões recheados, suspiros de batatas, croquetes de lagostim, coxas de frango à la Béchamel, perna de porco com agrião, roast-beef à inglesa, cordeiro no espeto.

Serviço principal: Canja à brasileira, peixe fino ao molho Chambord, filé picado à la parisienne, perdiz recheada à la Perigueux.

Serviço de frios: língua escarlata à pás pic, maionese à la Progreso Industrial, recheado de peru em um espeto, presunto gelado à la prussiano.

Sobremesas: pudins variados, geleias de frutas da Baviera, sorvetes sortidos, sobremesas à escolha, café.

Vinhos: Madère, Xérés, Chablis, Sauterne, Collares, Bordeaux, Bourgogne; Champagne Porto Vieux, licores, conhaque, águas minerais, cervejas<sup>164</sup>.

O prédio principal da fábrica foi construído do lado esquerdo da Estrada de Ferro Central do Brasil. A construção cobria uma área de 18.649, 59m<sup>2</sup>, em forma retangular, cujas laterais mediam respectivamente 174,9m e 106,63m. A fachada está orientada conforme a linha leste-oeste e voltada para o leito do ramal de Santa Cruz, a quem está ligada por um pequeno ramal, que partia da parada do Bangu, situado no Km 31, num percurso de 400

<sup>160</sup> Jornal do Commercio, 9 de março de 1893, p. 1.

<sup>161</sup> Gazeta de Notícias, 9 de março de 1893, p. 1.

<sup>162</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

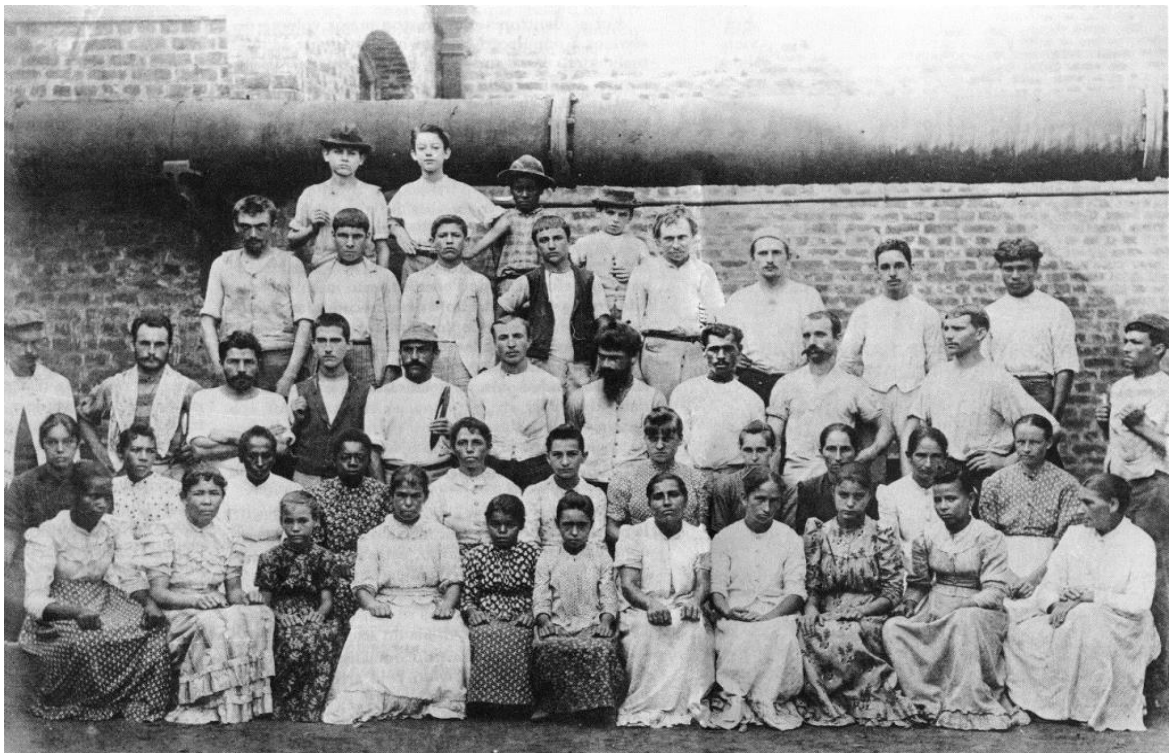
<sup>163</sup> Gazeta de Notícias, 9 de março de 1893, p. 1.

<sup>164</sup> Ibid.

metros e terminando no pátio central junto aos depósitos e armazéns<sup>165</sup>. De acordo com Silva, este prédio se unia a dois pequenos anexos, colocados ao lado da fachada principal e destinados, respectivamente, ao escritório do gerente ou administrador e aos seus empregados encarregados da contabilidade; sendo o outro reservado à residência do porteiro e do encapador, formando-se, por esse espaço, a entrada e saída de todos os operários<sup>166</sup>.

Logo, a fábrica mostrou-se ser um empreendimento importante. O setor de montagem, por exemplo, constituído de 1200 teares, máquinas de alvejar, tinturaria e estamperia, demonstrava um indicativo da capacidade de produção da empresa, sem contar com os motores do tipo “compound” britânicos, num total de 1900 cavalos-força. Além disso, a composição do quadro funcional merecia destaque: composta por 745 pessoas, divididas em: 310 homens, 165 meninos, 171 mulheres e 99 meninas, como nos mostra algumas imagens abaixo sobre a composição dos trabalhadores da Fábrica Bangu.

Figura 6



**Fonte:** Imagem de operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil, em 1892. Vejam a quantidade de crianças e mulheres. Fotografia retirada da Revista Rio de Janeiro, número 1, UFF, dezembro de 1985.

<sup>165</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>166</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

Anos depois a Fábrica já trazia novos números segundo os dados apresentados pelo *Jornal do Commercio* em 29 de novembro de 1895. De acordo com o periódico, “a fábrica ocupa atualmente cerca de 1.000 operários, sendo 400 homens, 300 mulheres e 300 crianças de ambos os sexos”<sup>167</sup>. Desse número, uma parte expressiva era composta por brasileiros, recebendo mensalmente cerca de 80\$000 e produzindo em algodões, morins e chitas mais de 30.000 metros diários, podendo elevar esse número a 40.000 metros quando todas as máquinas estivessem ativadas para uso contínuo<sup>168</sup>. Além disso, mediante uma pequena porcentagem dos salários, os trabalhadores também teriam acesso a médico, enfermeiro, medicamentos, serviços fúnebres e auxílios pecuniários<sup>169</sup>.

Quanto aos seus investidores a fábrica contava, em sua fundação, em 1889, com capital inicial de 3.000 contos, dividido em 15.000 ações de RS200\$000 compostas por 127 acionistas, entre esses, 40 eram ligados ao comércio em geral (exceto café e tecidos); 10 ligados ao comércio de café; 6 ligados ao comércio de tecidos; 9 eram bancos e banqueiros — dentre os quais o Banco Internacional do Brasil e o Banco Commercial do Brasil, e mais sete banqueiros—; 5 indústrias e industriais; 7 proprietários e capitalistas; 17 profissionais liberais e 33 acionistas que não forneceram sua atividade, designados como ‘outros’. Em termos percentuais de ações, temos 48,07% das ações nas mãos de comerciantes, 29,43% nas mãos de bancos ou banqueiros, 2,13% em poder de indústrias ou industriais, 4,7% com capitalistas e proprietários, 6,33% com profissionais liberais e 9,31% nas mãos de pessoas que estão classificadas como ‘outros’. Ou seja, seus principais acionistas eram pessoas ligadas ao capital comercial e bancário.

Com o desenvolvimento expressivo na produção, a fábrica assumiria um papel fundamental no desenvolvimento do bairro, transformando-o, rapidamente, de rural em urbano fabril. Como afirma Silva, “a partir deste momento estava lançado o bairro”<sup>170</sup>.

Aliás, esse é um fator importante para compreendermos o impacto das ações da fábrica na região e na vida dos seus trabalhadores. Como se instalou numa região rural, um antigo engenho, a fábrica teve que transformar o espaço original, sendo responsável pela urbanização da área em que foi construída. Assim, modificou toda a estrutura regional, transformando a antiga fazenda numa fábrica-cidade.

---

<sup>167</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de novembro de 1895.

<sup>168</sup> *Ibid.*

<sup>169</sup> *Ibid.*

<sup>170</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.p.879.



A região era praticamente inabitada, além de contar com pouca estrutura. Para se ter ideia, havia na região apenas uma rua, a Estrada Real de Santa Cruz, que foi aberta para permitir a comunicação com as Sesmarias dos Jesuítas, que se estendiam pelo litoral até as proximidades de Itaguaí<sup>171</sup>. Com a expansão da indústria, logo se abriram outras duas ruas, a Estevão, nome do então presidente da fábrica; e a Fonseca, em homenagem ao diretor Manuel Moreira Fonseca. Foi nessas duas ruas que começou a ser erguida uma vila operária para técnicos e operários, com 95 casas, sendo uma delas localizada no fim da Estrada do Engenho, para a residência do Administrador da fábrica<sup>172</sup>.

Como era habitual no restante da cidade, as primeiras casas da vila operária não se destinavam aos operários menos favorecidos, mas aos mestres e contramestres. De acordo com Freitas, essas primeiras casas possuíam três cômodos em tijolos e um pequeno anexo em madeira, nos fundos, utilizado como cozinha<sup>173</sup>. Ainda de acordo com a autora, nessa época, as “casinhas” da Fábrica Bangu não possuíam sequer sanitários, que foram construídos mais tarde, em 1895, do lado de fora das casas, hábito considerado higiênico na época. No mesmo ano, as cozinhas foram ampliadas<sup>174</sup>.

Para compreendermos melhor essas transformações empreendidas pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, recorremos a duas fotografias, utilizadas por Freitas, oriundas do acervo da companhia. As fotografias a seguir mostram com clareza a intervenção no espaço promovida pela fábrica. Na figura número 4, nota-se que a região ainda possui características rurais, enquanto na imagem seguinte, percebe-se uma mudança significativa no espaço da região, transformando o antigo ambiente rural num espaço urbanizado e limpo. Segundo Freitas, a companhia dava importância a essas intervenções, posto que as registrassem em fotos que figurarão, mais tarde, em álbuns comemorativos, parte de sua memória.

---

<sup>171</sup> ASSAF, R. **Bangu**: bairro operário, estação do futebol e do samba. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>172</sup> Esta casa, chamada de "Chalet" pelos operários, tinha um importante papel nas negociações comerciais, era nesta casa que se hospedavam as personalidades que visitavam a Fábrica.

<sup>173</sup> FREITAS, A. O. **Abalou Bangu!** A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

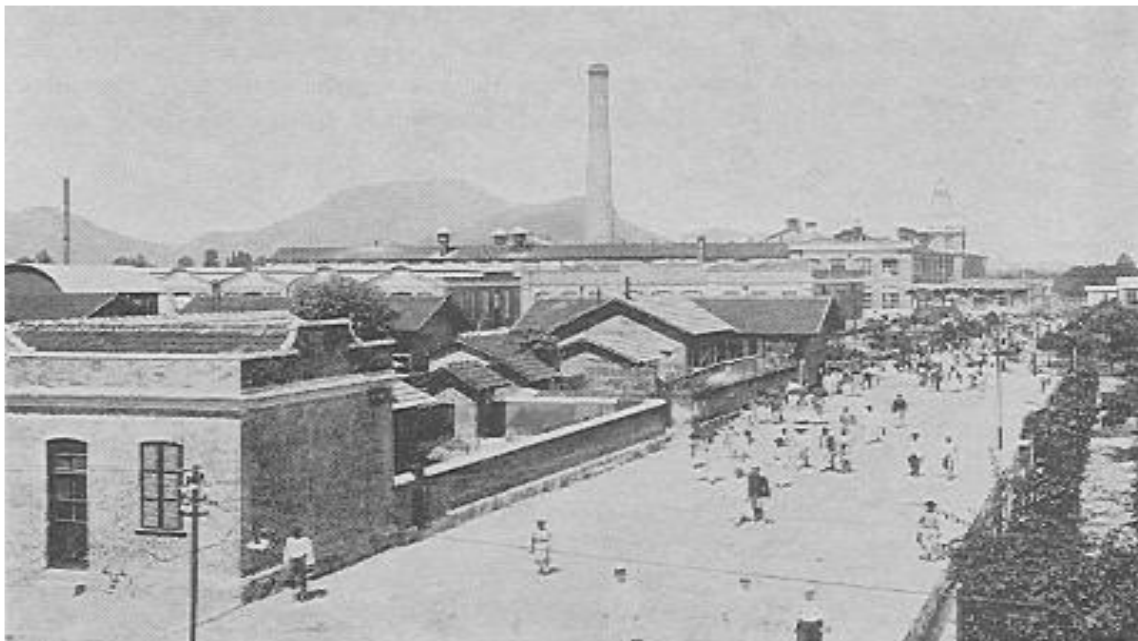
<sup>174</sup> Ibid.

Figura 7: Vila operária, as chamadas "casinhas" (1896)<sup>175</sup>.



**Fonte:** FREITAS, A. O. **Abalou Bangu!** A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

Figura 8: Saída para o almoço, 1907. <sup>176</sup>



**Fonte:** FREITAS, A. O. **Abalou Bangu!** A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

<sup>175</sup> FREITAS, A. O. **Abalou Bangu!** A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

<sup>176</sup> Ibid.

Com o término das obras em 1892, a vila operária transformava significativamente as ações do bairro. Alguns dos seus emissários recebiam estímulos para convidar famílias que residiam nas zonas rurais do Rio de Janeiro, com intuito de expandir a população do bairro, e com isso, acentuando as diferenças entre a realidade fabril-urbana da agrícola-rural. Por outro lado, essa transformação correspondia à ocupação de novas áreas habitacionais em função da produção de novos empregos que atraíam novos trabalhadores para região, provocando uma aceleração de construções ilegais no terreno da própria companhia, como expõe os relatórios da companhia.

Diante disto, a fábrica via-se na obrigação de repensar o seu espaço físico, permitindo que qualquer operário, “mediante prévio exame e aprovação das competentes plantas, possa construir também, se o desejarem, casas para sua moradia”<sup>177</sup>. Segundo os relatórios da empresa, essa exigência servia para evitar o crescimento fora dos preceitos higiênicos entendidos pelo corpo de dirigentes da fábrica, além de garantir, mensalmente, a quantia de 4\$000<sup>178</sup>. De certa forma, esse seria, na concepção do corpo competente, o único procedimento que resultaria brevemente o fim “dos toscos e antiestéticos, mal feitos e descômodos ranchos de sapê que em agrupamentos desordenados aqui e ali surgiam, pondo uma nodoa de fealdade entre o branco casario que garridamente enfeita as ruas do nosso já não pequeno arraial”<sup>179</sup>.

Além disso, a Fábrica Bangu sempre procurou dar uma destinação econômica às terras, tanto na produção de algodão e aguardente de cana-açúcar, como também na distribuição de alimentos agrícolas que, a partir de 1900, passaram a ser comercializados por intermédio da “Cooperativa Bangu”, um enorme barracão onde funcionava um armazém, em que os trabalhadores poderiam fazer suas compras e serem descontados em folha de pagamento. O objetivo da cooperativa era simples, o grupo buscava complementar o papel do engenho e da empresa agrícola, gerando uma autossuficiência na produção e distribuição de alimentos, de maneira que os arrendatários da Companhia também pudessem colocar a sua produção agrícola a venda. A fábrica, assim, passava a investir mais na ampliação da infraestrutura do núcleo urbano-fabril, dando uma dimensão maior àquela relação que já existia entre a fábrica e a vila-operária.

Concomitantemente, a direção da fábrica destinou uma área para formação de um mercado permanente, onde os rendeiros e pequenos produtores rurais da região poderiam

---

<sup>177</sup> Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1907.

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> Ibid.

vender os seus produtos. Segundo Oliveira, antes, isto era feito somente aos domingos, sob a forma de uma feira que funcionava em frente à fábrica, no campo de futebol <sup>180</sup>. Com o deslocamento da feira e a filiação do Bangu Athletic Club à Liga Metropolitana de Football, a área passou a ser destinada exclusivamente à prática do esporte.

Acrescenta-se que, neste período, a Companhia investiu na ampliação da infraestrutura do então núcleo urbano-fábril, através do melhoramento do sistema de esgoto, substituindo as antigas fossas por outras mais higiênicas, com o escoamento para poços dissolventes (fossa italiana), no transporte e na reforma do “espaço interno da fábrica”, além da criação de escola para os operários da fábrica e seus filhos e o sistema de iluminação elétrica. Observa-se, também, um movimento constante de construção e compra de imóveis, tanto para moradia como para a atividade comercial, além de obras de canalização das águas do Rio da Prata, de urbanização de estradas e caminhos já existentes e a abertura de novas ruas paralelas e perpendiculares a então Estrada Real de Santa Cruz, além da fundação da Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília e ampliação da estação férrea de Bangu<sup>181</sup>.

Todas essas transformações ocorridas em Bangu, ao longo da década de 1910, foram resultado de uma orientação que optou pelo estreitamento das relações capital-trabalho, através de um modelo nitidamente urbano-fábril, fruto da ampliação da escala de produção capitalista do centro urbano-industrial do Rio de Janeiro. Como aponta Oliveira, essa metamorfose torna-se patente na chegada de luz elétrica através da “Light and Power”, na criação da linha circular e no aumento do número de viagens de trens para a região<sup>182</sup>. Ainda de acordo com o autor, tratava-se de uma reforma de modernização, que ampliou a escala de produção da fábrica e sua capacidade produtiva<sup>183</sup>. Isto permitiu que, por um lado, a fábrica expandisse a sua produção ao longo desta década e, por outro, a melhora da qualidade e a diversificação dos tipos de tecidos, fazendo com que ela atravessasse duas crises, a de 1913 e a de 1918, sem maiores problemas.

Nota-se, portanto, que a inserção da Companhia Progresso Industrial do Brasil foi fundamental para o desenvolvimento da região de Bangu, o que nos permite afirmar que esse

---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, vol. X, n. 218, p. 51, Agost. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul.2010.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Ibid.

<sup>183</sup> Ibid.

crescimento passa diretamente pelo crescimento da produção fabril. Em outras palavras, a fábrica criou o bairro.

A distância da região também contribuiu para essa relação dependente, permitindo o domínio completo das ações do local, inclusive na possibilidade de expansão territorial. A direção da Companhia demonstrava claramente sua pretensão; por um lado, exercer um controle efetivo sobre as condições naturais de produção de sua propriedade fabril e, por outro, fomentar um mercado de força de trabalho ao redor da fábrica, através do uso de suas terras por rendeiros e parceiros. Portanto, a Fábrica não estava preocupada somente em dar uma destinação econômica às suas terras, havia também uma preocupação com a manutenção dos seus mananciais, fundamentais para o andamento da produção, assim como fornecimento de força de trabalho necessária à fábrica.

Nesse sentido, percebe-se que a inserção da fábrica representou para Bangu um fenômeno sociocultural muito mais intenso e representativo do que meramente um estabelecimento fabril e tecnológico. Certamente, suas relações iam muito mais além, possibilitando elos que, até então, se mostravam inexistentes. Entender esses mecanismos de sociabilidades, que passam diretamente por novas formas de trabalho e de vida, transforma o lazer em elemento-chave na compreensão dessa relação. E por isso, entender o *modus operandi* das atividades festivas em Bangu mostra-se um caminho alternativo para desvendar a constituição dessas identidades sociais.

### 1.3 O associativismo banguense

O 1º de maio de 1907 foi atípico para os operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil. A fábrica suspendeu suas atividades para a comemoração do dia internacional dos trabalhadores, tendo um dia inteiro repleto de celebrações. Entre elas, a inauguração de um belo jardim e, talvez, a mais importante de todas: a abertura da nova sede do Casino Bangu<sup>184</sup>.

A animação ficou por conta da banda de música Progresso de Bangu, que viera animar, como de praxe, “a encantadora festa”<sup>185</sup>. Após um rápido discurso do diretor João

<sup>184</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907.

<sup>185</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907, p3.

Ferrer, a missão ficou por conta da Sra. D. Carolina da Costa Pereira, esposa do comendador Costa Pereira e responsável pelo corte da fita que atravessava o portão central<sup>186</sup>. A partir daquele momento, “ao som de alegres marchas”, estava inaugurado o belo jardim da fábrica<sup>187</sup>.

Minutos após, os operários fizeram uma passeata pelas brancas alamedas do jardim, durante a qual foram erguidos “vivas” aos diretores da empresa<sup>188</sup>. Nas palavras do entusiasmado cronista da Gazeta de Notícias, “as formosíssimas flores do jardim que enfeita aquela colmeia, tinham um perfume ainda mais suave”. Para o autor, aquelas terras “que ondulam longe, por trás do edifício da Fábrica, eram de um azul mais intenso. O sol tinha mais brilho, e a alegria pairava por todo aquele recanto, onde impera o trabalho, onde a atividade tem o seu altar”<sup>189</sup>.

Animados, os convidados mostravam-se satisfeitos, no entanto, a festa estava longe do seu fim. Começava a escurecer quando os Srs. Comendadores Costa Pereira e João Ferrer chegaram ao edifício do Casino, que recebia os retoques finais para a sua inauguração<sup>190</sup>.

Fundado em 24 de janeiro de 1895, por iniciativa dos Operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil, com o nome inicial de Sociedade Musical Progresso, mudado, em assembleia de 7 de janeiro de 1906, para Casino Bangu, o clube era um dos principais espaços da vida festiva da região<sup>191</sup>.

O prédio foi construído pelos próprios trabalhadores da fábrica, “uma espécie de símbolo do “maior esforço que se pode imaginar daquela gente ativa e boa”<sup>192</sup>, como descrevera o cronista da Gazeta de Notícias. De acordo com Silva, seu estilo era neoclássico, com fachada em calçada, em que as esquadrias superiores não acompanhavam as esquadrias inferiores e as platibandas eram delimitadas por frisos na fachada, que era construída (ou formada) em alvenaria de pedra com paredes de tijolo pintado sobre as mesmas<sup>193</sup>.

---

<sup>186</sup> Ibid.

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Ibid.

<sup>191</sup> Estatutos do Casino Bangu, 1929.

<sup>192</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907, p3.

<sup>193</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

Figura 9: Sede do Casino Bangu



**Fonte:** Arquivo pessoal, Carlos Molinari.

Ainda de acordo com a autora, seu interior era composto por um amplo salão com pequenas salas laterais<sup>194</sup>. O espaço ocupava toda a altura do primeiro e segundo andares e se impunha como um dos vastos salões do começo do século XX, principalmente aqueles que se referem à cidade do Rio de Janeiro<sup>195</sup>. Nas palavras do entusiasmado jornalista que descrevia o evento, o seu velarium de veludo negro-rubro esconde um palco *chic* em que se ostentam cenários do inteligente e hábil artista Dumienne<sup>196</sup>. A cobertura e a parte interna eram sustentadas por pilares de ferro; já o forro e o piso eram formados de pinho de riga, bem como todas as esquadrias. Toda a decoração foi “inteligente e lindamente feita pelo Sr. José Villas Boas<sup>197</sup>”, com guirlandas de gesso dourado e grades lustres de ferro com mangas de cristal, como se pode observar na imagem abaixo<sup>198</sup>.

<sup>194</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

<sup>195</sup> Ibid.

<sup>196</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907.

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> Ibid., p.3.

Figura 10: Salão nobre do Casino Bangu



Fonte: Arquivo Pessoal, Carlos Molinari.

Impressionado com a organização administrativa, cuja diretoria zelava pelo bom andamento dos festejos, o cronista afirmava que “o Casino é positivamente um excelente teatro, que obedece rigorosamente às construções modernas, cheio de conforto e de luz”<sup>199</sup>. Foi aí, nesse belíssimo teatro, que se celebrou a solenidade de inauguração<sup>200</sup>.

A solenidade ficou por conta do Professor Jacintho Alcides, que pronunciou um discurso ao ato, mostrando com aquele exemplo vivo o quanto podem a união e a amizade reinarem entre os operários<sup>201</sup>. Em seguida, o discurso ficou por conta da menina Ermelinda Fernandes, agradecendo, em nome dos seus companheiros e companheiras de trabalho, a boa vontade dos diretores com que se houveram apoiando e auxiliando a construção do edifício que se ia destinar às noites, ao recreio e à instrução daqueles que se entregam ao trabalho e à luta pela vida<sup>202</sup>.

<sup>199</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907, p.3.

<sup>200</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907.

<sup>201</sup> Ibid.

<sup>202</sup> Ibid.



Para inaugurar o teatro foi representada, às 9 horas da noite, a comédia Manuel Mendes, cujos papéis foram desempenhados pelos amadores José Villas Boas, José Luiz, Jorge Dias, Sabino Daniel, José de Souza, Joseph Pellegrine, Leonor Bastos e Cecília Vidal<sup>203</sup>. Depois tiveram lugar as danças. As bandas da Fábrica e dos Bombeiros tocavam sem cessar. De acordo com o cronista, o baile correu no maior entusiasmo e as danças se prolongaram até alta madrugada<sup>204</sup>. E foi assim, com esse evento, que os operários da Fábrica de Tecidos de Bangu comemoraram a festa do trabalho<sup>205</sup>.

De fato, os clubes recreativos se apresentam como uma das formas mais tradicionais de associativismo na sociedade brasileira. Originadas por diversos interesses, fossem físico-esportivos, políticos, culturais ou sociais, os clubes concorreram para a delimitação de dissensões, fazendo emergir “outras identidades”, que coexistiam, mas que em alguns momentos podiam sobrepujar aquela habitualmente associada ao espaço em que esses trabalhadores ocupavam no interior de um sistema mais extenso.

No caso de Bangu, a influência da Companhia Progresso Industrial do Brasil nos clubes, em função de sua participação objetiva na sobrevivência dos mesmos, asseverava a dimensão do controle exercido sobre seus operários, não circunscrito do trabalho à moradia, mas, sobretudo, potencializado por sua presença no espaço de lazer desses trabalhadores. Contudo, é importante destacar que o auxílio material proporcionado pela fábrica Bangu aos clubes da região se instituiu através da associação entre as partes. Uma relação que, embora fosse quase sempre determinada pelo respeito aos representantes das fábricas, não significava passividade e resignação, mas uma apropriação por parte dos operários-associados do discurso dos diretores, como uma estratégia para alcance de seus interesses mais imediatos. No entanto, essas ações não eram restritas ao Casino Bangu, pois, em geral, a fábrica exercia, diretamente ou indiretamente, sua influência por todos os clubes recreativos do bairro. Talvez, o exemplo mais notável seja a fundação do Bangu Athletic Club.

Reunidos num domingo de sol, aos 17 dias de abril de 1904, na longínqua estação de Bangu, dez operários, todos estrangeiros<sup>206</sup>, fundavam uma nova agremiação nos moldes daquelas que existiam em seus países: o Bangu Athletic Club<sup>207</sup>. Seus fundadores, todos

---

<sup>203</sup> Gazeta de Notícias, 03 de maio de 1907.

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Dos dez fundadores, 8 eram ingleses, 1 português e 1 italiano.

<sup>207</sup> Estavam presentes os seguintes srs.: John Stark, Fred. Jacques, Clarence Hibbs, Thomas Hellowell, José Soares, William Procter, William Hellowell, William French, Segundo Maffeu e Andrew Procter, formando um *club athletic* sob a denominação de “Bangu Athletic Club”. Ver: Ata de Fundação, The Bangu Athletic Club, 1904.

trabalhadores da Companhia Progresso Industrial do Brasil, bem que tentavam desde 1897 organizar uma agremiação esportiva<sup>208</sup>, mas os diretores da empresa não pareciam dispostos a apoiar tal iniciativa, pois o administrador da fábrica, o português Eduardo Gomes Ferreira, alegava ser contra qualquer tipo de jogo. Os ingleses, porém, não esmoreceram e continuaram a pedir recursos para a fundação do clube.

Contudo, desdobramentos externos transformariam de vez as relações de lazer da região. Durante a greve geral de 1903, mesmo tendo a Fábrica Bangu participação pouco expressiva no movimento, curiosamente o diretor-gerente da Companhia, Eduardo Gomes Ferreira, pediu exoneração do cargo em 17 de agosto daquele ano, alegando problemas de saúde<sup>209</sup>. Na ocasião, o cargo acabou nas mãos do até então tesoureiro espanhol João Ferrer, que há tempos mantinha ligações estreitas com a cúpula da empresa.

Logo após a ascensão do espanhol ao cargo de administrador, as restrições em relação aos jogos chegariam ao fim, pois João Ferrer enxergava com bons olhos a criação de uma agremiação.

Rapidamente, a notícia se espalhou por toda fábrica. Para compor o quadro de associados, sem qualquer distinção de cargos ou nacionalidade, bastava aos interessados darem seus nomes ao secretário Andrew Procter, responsável pela filiação<sup>210</sup>. Naquele momento formou-se um “club athletic sob a denominação de “Bangu Athletic Club”, tendo “por fins os jogos de football, cricket, lawn tennis e outros jogos variados.”<sup>211</sup>

Diferentemente de outros clubes da cidade, nos quais o núcleo de ingleses convidava compatriotas para compor a equipe, no Bangu, até pelo isolamento geográfico do bairro, chefes, empregados e trabalhadores de outras nacionalidades integravam o time sem qualquer distinção, transformando a prática esportiva em uma das principais opções de lazer dos moradores da região. O próprio valor para associar-se ao clube já expressava a possibilidade de aceitação de trabalhadores das mais variadas origens: 2\$000 de joia e uma mensalidade de 1\$000<sup>212</sup>, sendo que o salário dos operários variava de 94\$800 (no setor da fiação) até 260\$640 (no setor de acabamento)<sup>213</sup>. Ou seja, o clube, desde sua formação, já

---

<sup>208</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ata de Fundação, The Bangu Athletic Club, 1904.

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> Ibid.

<sup>213</sup> MALAIA, J. M. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. 489f. Tese (Doutorado em História Econômica) -

apresentava indicadores que pretendia agregar o maior número de funcionários possível, o que permitiu a difusão da prática e o acesso mais direto ao futebol entre as camadas populares.

Transformado em um modelo que seria, ao longo dos anos, adotado por muitos de seus pares, o Bangu Athletic Club estabelece uma ruptura no que tange à imagem de distinção social construída e desejada pelos “sportsmen” vinculados àqueles clubes frequentados pelas elites cariocas. A propósito, ser trabalhador da Companhia Progresso Industrial do Brasil era fator preponderante para tornar-se parte do quadro de associados do clube. Um bom exemplo desse ponto crucial está na convocação da assembleia do dia 24 de abril de 1904, sete dias após a fundação do clube, para tratar sobre os últimos detalhes da agremiação<sup>214</sup>.

Após a leitura da ata, “adotada unanimemente por todos presentes”<sup>215</sup>, alguns pontos polêmicos tomariam a agenda do dia. O secretário Andrew Procter “propôs para sócios os seguintes operários, Srs. João da Silva, Bernardino Brito, Roldão Maia, César Bochialini, Onofre Lages, Gastão Bonfim, José Araújo e Antônio Bernardino, os quais foram aceitos, com exceção de César Bochialini,”<sup>216</sup> porque não sendo ele funcionário da fábrica, não poderia associar-se ao clube. Por conta disso, o primeiro assunto em pauta, apresentado pelo Sr. James Hartley, trazia, talvez, o elemento que simbolizaria significativamente esta relação: “para ser sócio do club é necessário ser empregado da Companhia”<sup>217</sup>.

No entanto, é importante salientar que, mesmo com a negativa feita pelo Sr. Hartley, César Bochialini seria incorporado ao quadro de sócios em junho daquele mesmo ano<sup>218</sup>. O italiano apareceria na ata de reunião de 1º de junho de 1904, fazendo parte da equipe de solteiros para uma disputa de *tug of war*, uma espécie de cabo de guerra<sup>219</sup>. Embora não tenhamos indícios precisos sobre a repentina mudança de ideia, Carlos Molinari sugere que a entrada do pequeno comerciante local, dono de uma relojoaria para vendas e consertos no Marco Seis, em princípio, tenha sido influenciada por suas habilidades futebolistas.

Ao que tudo indica, diferentemente da maioria dos brasileiros, este imigrante sabia jogar futebol e, por isso, logo foi incorporado ao clube, aparecendo listado como sócio em junho daquele mesmo ano de 1904. Logo, Bochialini mudava-se, junto com suas duas irmãs e um cunhado, do Marco Seis para a Rua Estevam (ou Rua Ferrer) nº 19, bem na estação de Bangu, e aparecia listado como “operário da fábrica de tecidos”. O episódio reforça a tese do historiador holandês Johan Huizinga de que

---

Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>214</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 24 de abril de 1904.

<sup>215</sup> *Ibid.*

<sup>216</sup> *Ibid.*

<sup>217</sup> *Ibid.*

<sup>218</sup> *Ibid.*

<sup>219</sup> *Ibid.*

grandes empresas que constituíam suas próprias associações esportivas, chegavam “até a contratar operários em função de sua habilidade para o futebol e não de sua competência profissional”<sup>220</sup>.

De fato, a entrada do italiano na equipe arrabalдина não ficou circunscrita às quatro linhas do gramado. Ao que tudo indica, César Bochialini conseguiu um emprego na Fábrica, deixando de lado qualquer empecilho que o impediria de compor o quadro de sócio da agremiação<sup>221</sup>.

Além do Bangu Athletic Club, conseguimos identificar a participação do jovem em outras associações da região. De acordo com o pedido de licença feito pela Sociedade Carnavalesca Flor da Lyra ao delegado de polícia, para sair às ruas no carnaval de 1906, Bochialini aparece como “fiscal zelador” da agremiação, ou seja, um indicativo importante na participação do italiano entre as principais atividades de lazer local<sup>222</sup>.

No entanto, um desdobramento importante envolveria César Bochialini. Depois de jogar 21 partidas pelo time titular do Bangu, entre 1904 e 1906, o jovem deixara de compor as escalas da equipe noticiadas em 1907<sup>223</sup>. Supomos que o motivo tenha relação com a nota publicada na Gazeta de Notícias em 27 de março de 1907.

Há dias, entre Cesar Bochialini e seu cunhado Rittoni houve acesa discussão por ter o ultimo agredido a irmã solteira do outro, na casa em que este e a moça residem. Serenados os ânimos, continuaram os dois sem mais incidente a trabalhar na Fábrica de tecidos de Bangu, onde são empregados, mas no dia 23 houve nova desavença, mais violenta, pois os dois chegaram as vias de fato, esbofeteando-se. Foi então que entrou uma celebre polícia em que se constituíram os homens de uma turma chamada da descarga, naquela fabrica, turma que toma a si dominar os outros companheiros. Quando Boccholine e Rottini brigavam no interior da sua casa, foi a habitação invadida pela turma da descarga e um e outro foram brutalmente espancados, saindo ambos feridos. Já ali a ação da polícia se deveria fazer sentir eficaz, protegendo as vítimas dessa agressão, pois, embora, passíveis de castigo, pelo conflito em que se empenharam não era a particulares que competia aplicá-lo. Houve mais, porém.

<sup>220</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —o Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>221</sup> O Paiz, 27 de março de 1907, p. 3.

<sup>222</sup> Pedido de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1906.

<sup>223</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —o Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Os da turma de descarga prenderam os dois cunhados e os levaram à presença da autoridade da 3º circunscrição em Campo Grande, sendo os dois, apesar de feridos e dos protestos que opuseram, recolhidos ao xadrez.

As duas moças, irmã e mulher do preso, foram ao delegado pedir por eles, regressando à casa tranquilas, por lhes ter dito a autoridade que no dia seguinte estariam soltos ambos, visto que o fato não tinha importância.

A verdade, porém, é que, Bochialini ainda está na detenção e que no inquérito estão depondo os indivíduos que o agrediram e feriram<sup>224</sup>.

Meses depois o ex-jogador ganharia novamente as páginas policiais. Desta vez, um novo elemento surgia para diminuir a pena de Bochialini, o juiz do caso, Raymundo Corrêa, desqualificou o delito cometido pelo trabalhador italiano de “ferimentos graves” para “ferimentos leves”.<sup>225</sup>

César Bochialini, tendo tido uma questão com um cunhado seu, no Bangu, feriu-o com um canivete. Foi preso e o ferimento julgado grave, sendo Bochialini processado e denunciado por crime de ofensas graves.

Não foi, porém, feito exame de sanidade no ferido; e como a classificação do crime de ofensas físicas graves só se dá quando a cura demora-se por tempo maior de trinta dias ou quando o ferimento traz deformidade ao ofendido, a ausência desse elemento essencial nos autos, impedindo a caracterização do delito, fez com que o juiz Raymundo Correia desclassificasse, por sentença de ontem, o crime atribuindo a César Bochialini, de ferimentos graves, conforme era a denúncia, para ferimentos leves<sup>226</sup>.

Consequentemente, os diretores da fábrica não incorporaram o jovem italiano ao trabalho, sendo demitido por mau comportamento. Os desdobramentos do caso exposto não poderiam seguir outro caminho: César Bochialini seria expulso do quadro de associados do clube. A exclusão se dava pela rigorosa proposta aprovada na primeira reunião pós-fundação, em 24 de abril de 1904, a mesma que impediria sócios que não fossem empregados da Fábrica. Para James Hartley, autor, além da necessidade de ser “empregado da Companhia”<sup>227</sup>, como já havia exposto anteriormente, em caso de demissão “por mau comportamento”<sup>228</sup>, o sócio teria imediatamente seu nome excluído do quadro, “porém, se saísse por sua livre vontade, não havendo nada contra o seu caráter”<sup>229</sup>, poderia ter seu nome mantido entre os associados, mesmo não havendo mais vínculo com a fábrica<sup>230</sup>. Vale

<sup>224</sup> O Paiz, 27 de março de 1907, p. 3.

<sup>225</sup> O Paiz, 31 de agosto de 1907, p. 6.

<sup>226</sup> Ibid.

<sup>227</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 24 de abril de 1904.

<sup>228</sup> Ibid.

<sup>229</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 24 de abril de 1904.

<sup>230</sup> Ibid.

destacar que o nome do italiano também desaparece entre os sócios da Flor da Lyra, tendo sua última aparição em 09 de fevereiro de 1907, isto é, um mês antes do ato de violência<sup>231</sup>.

A diligência no cotidiano fabril, como fora exposto, era considerada um fator de suma importância, sendo, aliás, um dos principais indicadores para a manutenção no quadro de sócios, embora, como argumenta Molinari, deveria fazer parte dos estatutos da agremiação<sup>232</sup>. Todavia, o fato que nos chama a atenção é a clara demonstração da conexão dessas instituições, tendo a Companhia Progresso Industrial do Brazil como principal mediadora nessa relação.

De certa forma, no caso do Bangu, os motivos para essa relação estreita eram óbvios. A empresa subsidiava as atividades do clube; entre elas, cedendo um terreno de propriedade da fábrica para a instalação do campo de futebol e a construção da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de aluguéis. Além disso, a companhia oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação<sup>233</sup>, limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, compra de uniformes<sup>234</sup>, transporte de jogadores e outras, por exemplo, o pedido feito em janeiro de 1906, em que o clube recorreria novamente ao Sr. João Ferrer, desta vez, “pedindo auxílio para aumentar as arquibancadas e colocar no campo diversos jogos e exercícios atléticos para o divertimento dos sócios e seus familiares aos domingos e feriados”<sup>235</sup>.

---

<sup>231</sup> O Paiz, 09 de fevereiro de 1917, p.03.

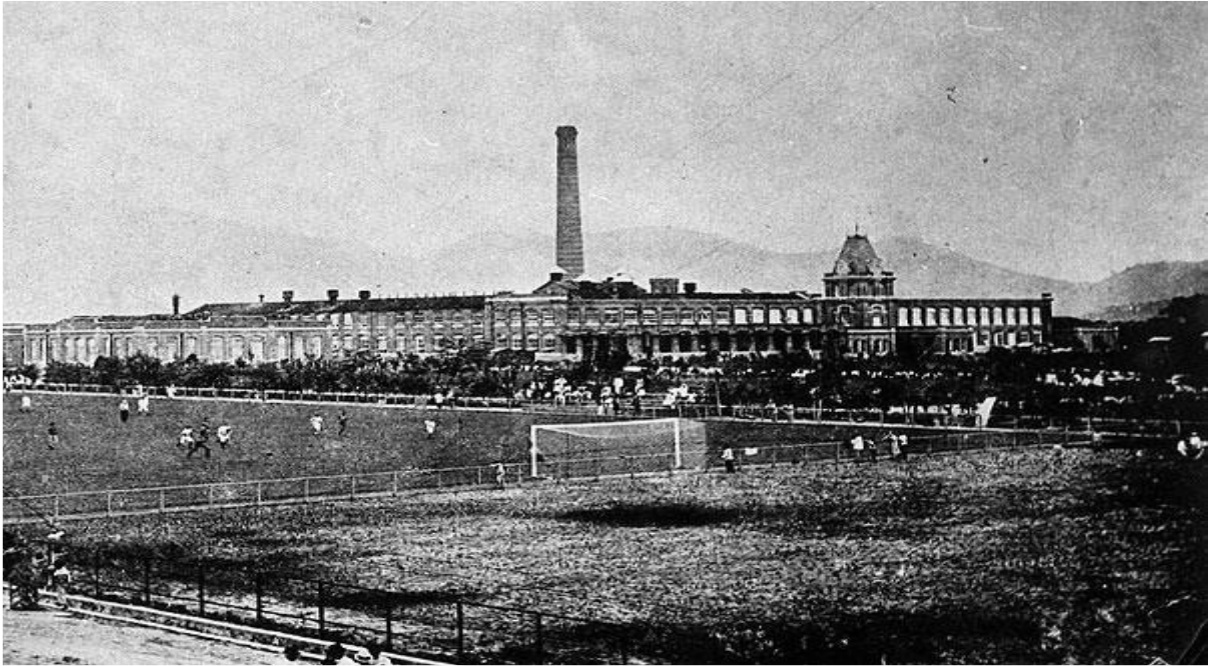
<sup>232</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —o Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>233</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 19 de janeiro de 1906.

<sup>234</sup> De acordo com a Ata de fundação, logo após a escolha das cores do uniforme, coube ao Sr. Stark, a missão de conseguir, junto ao Diretor da Fábrica, o pano necessário para fazer o fardamento do clube. Além disso, por diversas vezes, essa mesma atitude pode ser vista nas atas de reunião do clube. Ver: Ata de Fundação, The Bangu Athletic Club, 1904; *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 19 de janeiro de 1906.

<sup>235</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 19 de janeiro de 1906.

Figura 11: Campo de futebol da Rua Ferrer, foto de 1906.



**Fonte:** SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Como uma espécie de extensão recreativa da fábrica, essa área representava uma continuidade do espaço do trabalho. A força dos operários e seu empenho na estruturação do Bangu se estendiam para além das questões trabalhistas, embora diretamente ligadas ao mundo do trabalho, a partir do qual se mobilizavam e com o qual reiteradamente dialogavam.

Dessa forma, percebe-se que as instalações da agremiação se confundiam com as da companhia, compondo harmoniosamente um conjunto arquitetônico construído pela empresa no distante bairro fabril. Era normal, portanto, que a empresa oferecesse ao clube uma estrutura adequada para seu funcionamento, condicionando o clube como mais um departamento da empresa.

Após a reunião entre sócios, a solicitação de recursos era encaminhada ao Presidente Honorário do clube, cargo definido claramente no artigo sete de seus estatutos – “será conferido sempre o título de – Presidente Honorário – o Diretor Gerente da Companhia Progresso Industrial do Brasil, o qual será consultado em todas as resoluções tomadas pela diretoria, estranhas a estes estatutos”<sup>236</sup>. Isto é, o administrador gerente avaliava e designava os recursos necessários para o bom andamento do clube, no qual suas ações interferiam

<sup>236</sup> Art. 7 dos Estatutos do Bangu Athletic Club de 20 de abril de 1913, p. 1-2.

diretamente na política do grêmio, principalmente no controle e na composição de seus quadros e dirigentes. Vale salientar que, qualquer obra ou evento realizado pelo clube, por ter sua sede no terreno da companhia, precisava de autorização prévia da fábrica, até mesmo jogos e torneios, como a disputa da Taça Ferrer, em que o administrador impôs o número de competidores, data e condição de participação: “só poderá tomar parte neste torneio, jogadores que são empregados da Cia. Progresso Industrial do Brasil”<sup>237</sup>.

No entanto, essa ligação, como vimos, não estava circunscrita ao clube de futebol. Os trabalhadores da fábrica Bangu foram, aliás, responsáveis pela criação de uma série de instituições, estando parte delas em funcionamento ainda hoje. Em 05 de março de 1899, fora fundado, na Estrada Real de Santa Cruz, casa 254, o Grêmio Carnavalesco Flor da União, pelos operários Manuel Carreira de Medeiros, Ibrahim da Cruz Tavares e Manoel Pereira de Lima<sup>238</sup>, com fins de criar diversões carnavalescas e familiares aos seus associados.

Mais do que ser simplesmente uma agremiação formada por operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil, o Flor da União mostrava através dos estatutos indicadores do caráter amplo do clube, “o qual pode pertencer todas as pêssoas desde que sejam(sic) dignas e honestas sem distinção de nacionalidade, religiões, côr, ect. ect.”<sup>239</sup>. Longe de ser um elemento pormenor, essa marca étnica estava na própria base de identidade construída pelos sócios do clube.

De certa forma, o primeiro artigo dos estatutos deixava claro que todos os trabalhadores do bairro poderiam a ele se incorporar, mesmo sendo eles negros ou imigrantes como era grande parte dos operários da fábrica. Acreditamos que, ao explicitar em seus estatutos a intenção de representar um quadro mais geral, sem qualquer tipo de distinção, o clube apresentava um meio de afirmação das relações étnicas e sociais existentes no bairro.

O próprio texto presente nos estatutos, com alguns erros de português, assim como o artigo LIV, inciso II, definindo que nas eleições de diretoria “os nomes que oferecerem dúvidas na leitura ou aqueles que estiverem truncados” não seriam apurados, evidenciava por fim o perfil social dos membros do clube, quase todos trabalhadores analfabetos ou semialfabetizados que não tinham pleno domínio da chamada linguagem culta.

Desse modo, ainda que “qualquer indivíduo” pudesse ingressar em suas fileiras, não era nenhum acaso que explicitassem na escolha de seus próprios nomes a identificação com o bairro operário, revelando um eixo de associação e identificação entre esses

<sup>237</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 21 de março de 1911.

<sup>238</sup> O Paiz, 9 de fevereiro de 1907, p.03; O Paiz, 19 de fevereiro de 1909, p.04; Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da União, 1904.; Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 1908.

<sup>239</sup> Art. I dos *Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da União*, 1904.



trabalhadores bastante peculiar, como forma de organizar-se a partir de sua apropriação do espaço. Ademais, outro item também nos chamaria a atenção. Ainda no Artigo LIV, desta vez inciso único, trazia o seguinte destaque: “também pode ser sócia honorária as moças ou senhoras que prestam serviços relevantes ou donativos, etc.”, isto é, um item ausente nos demais estatutos dos clubes da região<sup>240</sup>.

É importante salientar que o corpo de diretores dos clubes dançantes era praticamente todo formado por homens, fora os títulos oferecidos aos benfeitores, como era o caso do benemérito e honorário. Dessa forma, ter a possibilidade exposta no estatuto de uma mulher ingressar nesse quadro já revela, ainda que hipoteticamente, a abertura proposta pelo Flor da União. Talvez, não seja exagero vermos no próprio uso do nome “união” um símbolo que revelava não somente as características da localidade – na qual ex-escravos e seus descendentes se misturavam a brancos pobres e imigrantes de várias nacionalidades –, como também o sentimento de pertença que despertava em seus associados, apontando a centralidade que esses elementos de sociabilidade e lazer assumiam na vida dos habitantes da região. Tratava-se, portanto, de uma sociedade que poderia ser composta por trabalhadores de baixa renda, que ganhavam com o clube um espaço próprio de articulação, independente da Fábrica de Tecidos do bairro da qual quase todos eram empregados.

Em 1900, outra sociedade fora fundada: o Club Carnavalesco Flor da Lyra, com o objetivo de “proporcionar aos seus associados diversões em épocas apropriadas à sua espécie e outros divertimentos a juízo de sua administração”<sup>241</sup>. Com sede no Marco Seis, a sociedade, também formada majoritariamente por empregados da fábrica, além de desfilar por toda região banguense, fazia-se presente em várias festas na região suburbana, estabelecendo relações muito próximas com agremiações de Campo Grande, Santa Cruz e Realengo, sempre recebendo destaque pelos seus préstitos nos principais veículos da imprensa carioca da época<sup>242</sup>.

Além de festas, desfiles carnavalescos e bailes dançantes, o clube também demonstrava interesse por outras práticas de lazer. O futebol, por exemplo, fazia parte do cotidiano de seus associados, participando de campeonatos e jogos amistosos na região, entre eles, o Torneio Intimo, organizado por “veteranos footballers” de Bangu:

---

<sup>240</sup> Art. LIV dos *Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da União*, 1904.

<sup>241</sup> Estatutos da Flor da Lyra, 1903.

<sup>242</sup> Ver: *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1906.

Alguns “old sportmen” banguenses, tendo à frente os veteranos “footballers” Wenceslau Carreiro, Olívio Carvalho, Oscar Lemos, Mario Reis Cervelho, A. Pillar, Gentil Gonçalves e Olympio Teixeira, organizaram um interessante torneio de football cujos teams terão as designações das principais sociedades de Bangu, como sejam: Lyra, Casino, Caravana, Prazer das Morenas, Flor da Mocidade e Grêmio Philomatico, e disputarão partidas desse jogo pelo sistema Metropolitano.

Os Jogos terão lugar em o campo do Esperança F.C. e para hoje já estão escalados os teams Lyra e Philomatico, dando-se o “kick-off” às 9 horas.

Atuará nesse encontro o capitão da Caravana, Gentil Gonçalves, e representará o comitê o representante do Casino, Oscar Lemos<sup>243</sup>.

Na companhia de outros clubes, a Flor da Lyra marcou presença em vários torneios da região. Sendo assim, um ponto mostra-se, no mínimo, curioso, notadamente pelo fato de que o clube, assim como o Casino Bangu, a Caravana Musical, o Prazer das Morenas, a Flor da Mocidade e o Grêmio Philomatico Rui Barbosa tem em comum: ambos são grêmios dançantes e carnavalescos, tendo na preparação de bailes e festas as suas principais atividades. Ou seja, um indicativo importante para lançarmos olhares mais atentos sobre a multiplicidade de entretenimento oferecido não só no bairro de Bangu, mas, sobretudo, por toda a zona suburbana ainda nas primeiras décadas do século XX.

Ademais, a reunião das “principais” sociedades da região para um torneio de futebol expõe duplamente o gosto pelo associativismo e pelo antigo esporte bretão. Levando em consideração a notícia publicada sobre o torneio, conseguimos identificar que os “old sportmen” citados pelo jornalista já fizeram, ou ainda faziam, naquele momento, parte do quadro de associados do Bangu Athletic Club. Olívio Carvalho e Oscar de Lemos, por exemplo, entraram juntos em 14 de outubro de 1904, a pedido do Sr. Andrew Procter, sendo aceitos por unanimidade sem qualquer objeção. Já Wenceslau Carreiro teve seu pedido aceito em 5 de março de 1906.

O caso do professor Gentil Gonçalves talvez seja o mais curioso. Seu pedido de filiação foi aceito em sessão realizada 2 de outubro de 1914 a pedido do sócio proponente e amigo Sr. Guilherme Pastor, ambos também filiados ao Casino.

O sportmen banguense também atuou por diversas vezes como referee pelos campeonatos da Liga Metropolitana, não só nos jogos do Bangu A. C., como também nas partidas disputadas pelo Esperança F. C, clube o qual fora representante por anos. Isto é, até o momento já identificamos a relação de Gentil Gonçalves com três agremiações da região, sem contar a participação assídua como membro da comissão da Liga Metropolitana.

---

<sup>243</sup> O Imparcial, 29 de abril de 1917, p.11.

Sempre elogiado por parte da imprensa carioca por suas ações “imparciais”<sup>244</sup> e “competência”<sup>245</sup>, Gentil, que também era professor, mantinha-se na linha dos principais juízes da comissão da Liga Metropolitana, arrancando, em vários momentos, aplausos por suas atuações justas:

O jogo do 1º “team” teve começo às 16horas, sob a direção do juiz sr. Gentil Gonçalves, que procedeu com justiça, recebendo, por isso, muitos aplausos dos espectadores, que saudaram igualmente ambas equipes pelo modo correto com que se portaram durante os 80 minutos de jogo<sup>246</sup>.

No entanto, as relações do professor suburbano com as práticas de lazer no bairro não param por aqui. Além de professor da escola local, sócio do Bangu A. C., Esperança F.C, Casino Bangu e membro da comissão da Liga Metropolitana, Gentil Gonçalves também fundara, em abril de 1915, juntamente com outros personagens conhecidos na região, a Sociedade Caravana Musical, sendo o primeiro presidente da nova agremiação<sup>247</sup>.

De fato, percebemos que muitos personagens circulavam entre as agremiações da região. Acreditamos que a prática de dupla ou tripla associação, ou seja, sócios que faziam parte de dois, três ou até mesmo quatro clubes, como foi o caso do professor Gentil, era muito comum na região. Havia muitos exemplos que mostram essa escolha. Contudo, é importante salientar que, mesmo com essa convivência inicialmente amistosa, não deixa de ter conflitos entre associados de clubes carnavalesco em Bangu, tema que trataremos no capítulo 3.

Outra associação que surgiu, ainda nos primeiros anos do século XX, foi Grêmio Carnavalesco Estrella da Aurora, com sede também no Marco Seis. De modo muito semelhante, o clube foi fundado em 2 de dezembro de 1905, com fins de “proporcionar aos seus associados diversões em épocas apropriadas à sua espécie e outros divertimentos a juízo de sua administração desde que estes sejam moraes e honestos”<sup>248</sup>, era uma das principais associações da região.

Composto por trabalhadores da fábrica, assim como os demais clubes citados, o grêmio se concentrava apenas na realização de bailes dançantes e carnavalescos, sendo o

---

<sup>244</sup> Gazeta de Notícias, 22 de outubro de 1911, p.07.

<sup>245</sup> A Epoca, 22 de agosto de 1913.

<sup>246</sup> A Epoca, 30 de abril de 1914, p. 05.

<sup>247</sup> A Epoca, 22 de abril de 1915.

<sup>248</sup> Estatutos do Estrella Aurora, 1905, p. 2.

último, um dos seus principais objetivos. O número de sócios era limitado, não havendo qualquer item discriminatório, mas uma preocupação com a lotação do espaço<sup>249</sup>.

A admissão era simples e feita por indicação de um associado mais antigo à comissão julgadora. Juntamente com o pedido, o pretendente deveria mencionar nome completo, estado civil, profissão e residência<sup>250</sup>. Após ser avaliado e recebendo o parecer positivo, o indicado deveria arcar com a mensalidade de mil réis, podendo a partir daquele momento frequentar a sede social; assistir com suas famílias a todos os divertimentos do clube, uma vez que estivessem quites com suas mensalidades; concorrer para constituição das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias; votar e ser votado para cargos de diretoria, desde que estivessem em condições de elegibilidade e quites com suas mensalidades<sup>251</sup>.

Contudo, apesar da igualdade exposta em seus estatutos, o quadro de sócios era dividido em três classes: contribuinte, honorário e benemérito. Seriam sócios contribuintes aqueles admitidos pela comissão diante de um pagamento de um mil réis. Os sócios honorários seriam os que prestaram serviços relevantes à associação reconhecidos em assembleia geral. Por fim, eram considerados beneméritos aqueles que além de relevantes serviços prestados, fizessem ofertas superiores a quantia de R\$ 500:000, quinhentos mil réis<sup>252</sup>. É importante salientar que tanto os sócios honorários como os beneméritos estariam isentos da mensalidade, no entanto, não poderiam ser votados para compor o quadro de diretores.

Uma outra associação que gozava grosso prestígio na região era o Grêmio Dançante Carnavalesco Prazer das Morenas. Fundado em 04 de março de 1909, com sede na Rua Coronel Tamarindo, número 647, o clube tinha como fins “proporcionar aos seus associados, em sua sede ou fora dela, festas carnavalescas e outras diversões, compatíveis com o caráter da sociedade”<sup>253</sup>. Além desses objetivos, apontados quase copiosamente por outras associações, o Prazer das Morenas destacava, em seus estatutos, alguns pontos poucos comuns, pelo menos oficialmente, em outros clubes:

Estimular por todos os meios, que exista entre todos os seus sócios a máxima distinção para evitar preconceitos entre os mesmos, sendo imposta a eliminação aos que a isso derem causa; concorrer aos festejos carnavalescos, organizando, para isso, préstitos, alegóricos e críticos; realizar em sua sede, pelo menos, 5 bailes anualmente; manter em sua sede, para recreio de seus sócios, toda espécie de jogos

<sup>249</sup> Estatutos do Estrella Aurora, 1905.

<sup>250</sup> Ibid.

<sup>251</sup> Ibid.

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> Estatutos do Grêmio Dançante Carnavalesco Prazer das Morenas, 1917.

não proibidos por lei; manter uma biblioteca acessível ao público; manter uma escola que ministre, gratuitamente, instrução primária a quantos procurarem; promover outras quaisquer reuniões, que possam constituir divertimento para os seus associados.<sup>254</sup>

No mínimo, dois objetivos, dos seis apresentados pela associação, mostram-se pouco habituais comparados aos demais clubes da região. Manter uma biblioteca e uma escola “que ministre, gratuitamente, instrução primária a quantos procurarem” revela uma preocupação com a formação de seus associados e seus pares. Como fora dito anteriormente, a população da freguesia Campo Grande sofria com quantitativo significativo de analfabetismo nos primeiros anos do século XX. Todavia, coincidência ou não, esse índice se transformou completamente se levarmos em conta o período em que a escola fora implementada<sup>255</sup>. De acordo com os dados do Recenseamento de 1920, a freguesia mudaria seu patamar, pois dos 52.328 residentes na região, 22.087 sabiam ler e escrever<sup>256</sup>. Isto é, 42,20% da população, um número expressivo comparado ao índice nacional, que era de apenas 24,45%, incluindo brasileiros e imigrantes.<sup>257</sup>

Certamente, não podemos estabelecer qualquer relação direta entre a diminuição do número de analfabetos e a unidade escolar criada pelo grêmio. Além de não termos dados suficientes que sustente a relação, estaríamos desconsiderando algumas iniciativas deste cunho implementadas desde 1905, notadamente com a inauguração da Escola Rodrigues Alves, que inicialmente servia apenas aos filhos de operários da fábrica.

Ademais, outro ponto nos chamou ainda mais a atenção. Tratar sobre preconceitos num ambiente recheado de imigrantes e negros sinalizava uma preocupação com o *modus operandi* local. Até o momento, somente a Flor da União havia destacado a inclusão de pessoas, independente da nacionalidade, religião ou cor, para compor suas fileiras.

Isto posto, acreditamos que tais evidências não são meros devaneios colocados em seus estatutos. A rivalidade entre estrangeiros e brasileiros estabelecida em Bangu causava alguns problemas não só no interior da fábrica, mas, sobretudo, em festas realizadas pelos quatro cantos da região arrabaldina. Fossem brigas por desavenças, questões religiosas ou pelos altos salários recebidos por alguns estrangeiros, o fato é que as notícias dos periódicos da época inclinavam-se na tentativa de macular os verdadeiros motivos dos conflitos do bairro

---

<sup>254</sup> Estatutos do Grêmio Dançante Carnavalesco Prazer das Morenas, 1917.

<sup>255</sup> O bairro já contava com outras escolas, entre elas a Escola Rodrigues Alves, fundada em 1905 para filhos de operários da fábrica.

<sup>256</sup> Recenseamento Geral de 1920, p. 464-465.

<sup>257</sup> Ibid.

fábrica. No entanto, é possível encontrar cisões entre trabalhadores de diferentes nacionalidades, como o caso ocorrido em 18 de novembro de 1891, envolvendo um imigrante britânico e um alemão. Vejamos:

William John Fordyre, empregado da Fábrica de Tecidos do Bangu, foi agredido e ferido, em 14 do corrente mês, por seu companheiro de trabalho, o alemão Hermes Henrique Frederico Stives, que se julga ser desertor da brigada policial. A autoridade local prendeu e lavrou auto de flagrante delito contra o ofensor, enviando o ferido para a Santa Casa de Misericórdia.<sup>258</sup>

De acordo com Molinari, o conflito se tornava ainda mais tenso quando se tratava das diferenças salariais entre estrangeiros e brasileiros<sup>259</sup>. Para o autor, “por mais que esses técnicos têxteis parecessem intocáveis em relação ao restante do operariado, que não poderia jamais competir com eles em conhecimento e, conseqüentemente, em remuneração”<sup>260</sup>, não havia meios para frear a indignação daqueles que não recebiam o mesmo privilégio. Esse descontentamento chegou a ser revelado pelo *Jornal do Brasil*, em 15 de junho de 1915, em carta anônima de um suposto operário da Companhia Progresso Industrial do Brasil, a qual lançava críticas ferrenhas ao administrador português Eduardo Gomes Ferreira pelos altos salários pagos aos trabalhadores britânicos<sup>261</sup>.

Já que o sr. Diretor da fábrica do Bangu entendeu diminuir as despesas da companhia, não teve caráter humanitário diminuindo salários dos pobres trabalhadores que sofrem horrores e necessidades.  
Mas, sustenta homens sem habilitação alguma, assim como o intitulado pelo diretor mestre dos teares que ganha a fabulosa quantia de 1:000\$ mensais, e o celebre mestre de maquinas e oficinas, que recebe 1:100\$; não nos referimos a este por ser o tal mecânico de inteligência rara, que só mesmo o Dr. Ferreira poderá analisar, porque s. s. tanto procurou que encontrou homens do uma cultura digna de elogios<sup>262</sup>.

Ao que tudo indica, a ideia de estabelecer relações mínimas de convivência, não somente para o bom funcionamento das atividades do clube, como também para a própria unificação de força na luta por melhores condições de trabalho, tenha tido desdobramentos

<sup>258</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1891, p. 1

<sup>259</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —o Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>260</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —o Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 73.

<sup>261</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1901, p. 2.

<sup>262</sup> *Ibid.*

positivos. Além de adquirir um número maior de sócios, o clube adquiria cotidianamente a simpatia local, o que poderia causar uma autonomia no que se refere aos donativos oferecidos pela fábrica. Para Pereira, o prestígio alcançado pelo Prazer das Morenas garantiu o apoio de grande parte dos comerciantes arrabaldinos, que “não hesitavam, a cada carnaval, em patrocinar os desfiles do clube”<sup>263</sup>.

Além disso, o orgulho da identidade mestiça que o acompanhara desde sua fundação, revelou-se, rapidamente, num importante aliado que garantiria o seu funcionamento. Talvez, a própria escolha do nome “Prazer das Morenas” já seria uma forma de simbolizar o ambiente multicultural presente do cotidiano do clube, somado a tentativa de homenagear as mulheres mestiças da região.

Nesse sentido, não é de se estranhar, como sustenta Pereira, que o Prazer das Morenas adentrasse a década de 1920 como a principal sociedade dançante de Bangu<sup>264</sup>, contando, até mesmo, com apoio dos principais periódicos da época. Um exemplo dessa relação amistosa pode ser visto na cobertura do baile em homenagem ao Sr. Silvio Silveira, conhecido entre os ranchos carnavalescos como Cyclone<sup>265</sup>, um dos membros da turma de cronistas do Jornal do Brasil.

O baile foi realizado no recém reformado salão da Rua Coronel Tamarindo, com todos os preparativos que já era habitual nos eventos realizados pelo Prazer das Morenas. Cyclone, como era carinhosamente chamado nos subúrbios da cidade, fora homenageado pelos serviços prestados ao clube banguense nas colunas do Jornal do Brasil.

O dedicado auxiliar da seção do Jornal do Brasil, segundo o cronista que cobriria a festa do dia, foi aguardado nas grades da via férrea pelas senhoritas Cesariana Silva, Cremilda Silva, Odoladina Cardoso, Isidora Brito, Adelaide Silva, Margarida Rezende, Dolores Bianch, Maria Telles e pela diretoria. Ao chegar a sede, foram erguidos “entusiásticos vivas ao Jornal do Brasil, ao Sr. Silvio Silveira, e a Turma de Cronistas Carnavalescos, ao som de uma linda marcha executada pelo bloco Sempre firme”<sup>266</sup>.

A festa seguiu animada até alta manhã, abrihantada como de práxis pelo bloco “Sempre Firme”, do insigne clarinetista Annibal Carreiro (Lord Chupetinha), e de que fazem parte os artistas Deocleciano Honório dos Santos(Supimpa), Nicolau Granado (Seu Nico), 1º

---

<sup>263</sup> PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.296.

<sup>264</sup> Ibid.

<sup>265</sup> Jornal do Brasil, 9 de Fevereiro de 1926.

<sup>266</sup> Ibid., p.11.

violão de Bangu, Belmiro José Sant' Anna (o célebre Bombardino Chicote), Benedicto Lacerda, Ismael de Almeida, Jorge Fagundes, Manuel Paschoal da Silva (vulgo Alvorada carnavalesca), Alfredo Rangel, Gastão Pereira, Roberto Olympio (Frusuleta), Marçal Coelho e Ludovico Poncio (o célebre saxofonista).

Após horas de muita dança e boa música, inspirado, Guilherme Pastor, em belíssimo improviso, saudou o homenageado em nome da diretoria e das pastoras, “pondo em destaque a sua ação pela causa do engrandecimento das sociedades recreativas dos subúrbios”. Diante de tamanho carinho, Cyclone, não se conteve. “Em poucas palavras, com olhos marejados de lágrimas”, afirmava que “por mais que o procurasse ignorava qual o verdadeiro motivo dessa significativa prova de apreço dos seus amigos do Prazer das Morenas, pois reafirma que nada tem feito a não ser justo cumprimento do dever, seguindo o programa desta folha”<sup>267</sup>.

Além da boa relação com as colunas de entretenimento da época, a agremiação também contava com o apoio da fábrica. Analisando periódicos e estatutos, conseguimos identificar vários de seus associados entre o corpo de diretores da companhia. Talvez o caso mais notável seja o do Sr. José Gonçalves Teixeira, um dos fundadores da agremiação<sup>268</sup>.

Ao final do baile realizado em 6 de fevereiro de 1926, isto é, o mesmo oferecido ao cronista Cyclone, o Sr. José Gonçalves Teixeira, um dos fundadores da sociedade, anunciou que renunciaria ao cargo de presidente após quatro anos à frente do clube. Nas palavras do antigo diretor, o novo cargo que ocupara na Companhia Progresso Industrial do Brasil o impediria de se dedicar por completo à agremiação, como sempre havia feito<sup>269</sup>. Para seu lugar, assumiria, respeitando os estatutos<sup>270</sup>, o vice-presidente e também funcionário da fábrica, o Sr. Arlindo Salino, dando continuidade ao vínculo estabelecido entre a companhia e o grêmio<sup>271</sup>.

Inicialmente, dois pontos nos chamam a atenção. O primeiro, a relação amistosa entre imprensa e clube, motivada pela concepção de valores morais ali apregoados, que se assemelhavam àqueles que se buscava instituir, como fora visto no capítulo II, no âmbito do carnaval carioca da época. No segundo ponto, a relação patronal estabelecida entre clube e fábrica, quase uma unidade, em que diretores da fábrica também assumiam cargos de chefia

---

<sup>267</sup> Jornal do Brasil, 9 de Fevereiro de 1926. p.11.

<sup>268</sup> Ibid.

<sup>269</sup> Ibid.

<sup>270</sup> Extracto dos Estatutos do Grêmio Dançante Prazer das Morenas, 1922.

<sup>271</sup> Jornal do Brasil, 9 de Fevereiro de 1926.



em clubes. Esse ponto, aliás, não está circunscrito ao Prazer das Morenas. Pelo contrário, conseguimos identificar até com certa facilidade, seja por estatutos, atas ou até analisando as listas de diretores publicadas com frequência pelos principais órgãos da imprensa, a ligação entre fábrica e sociedades.

Acreditamos que ao delimitarem a espacialidade a qual estavam inseridos, essas agremiações aproximavam-se de um universo comum na sua organização. Entretanto, esse ambiente partilhado não o tornava invariável, longe disso, pode-se constatar pequenos traços que as diferenciavam, configurando assim experiências singulares na composição por parte de seus associados, presentes não só na elaboração de alguns itens nos estatutos do Prazer das Morenas, como também pelo próprio Flor da União.

Por essa razão, havia, de fato, a existência de contextos diferenciados em Bangu, sobretudo na composição social de seus associados. Nota-se que o valor da mensalidade cobrada era considerado baixo, de apenas mil réis – no qual pode-se apurar em todos os estatutos das agremiações citadas –, sobretudo se comparados, por exemplo, aos cinco mil-réis habitualmente cobrados por associações mais refinadas, como o Fluminense Foot-ball Club ou o Vienense Club. Garantia, desse modo, a possibilidade de participação nos clubes de qualquer grupo de trabalhadores, independente do cargo ou excluídos de outras associações por motivos financeiros. Destacava-se, portanto, a natureza inclusiva dessas associações, receptível para incorporação dos diferentes tipos de trabalhadores que compunham a força de trabalho local.

Todavia, cabe salientar que embora todos os estatutos das sociedades de Bangu evidenciassem a possibilidade de qualquer indivíduo, sendo ele “moral” e “honesto”, conseguir compor seus quadros sociais, na prática acreditamos que elas expressassem uma identidade com pequenos traços privativos, sendo algumas formadas por diretores de alto escalão, outras por trabalhadores com salários mais precários.

Acreditamos que não levantar indícios sobre essa relação, por menor que seja, pelo menos referente aos clubes dançantes, talvez seja desconsiderar características expostas nas entrelinhas dos estatutos das sociedades de Bangu. Em outras palavras, seria compreender as redes de sociabilidades da região de forma homogênea, sem qualquer tensão criada entre seus associados. Afinal, dificilmente a inclusão de itens que revelam questões sobre integração racial, étnico e social viriam à tona sem qualquer cisão criada anteriormente, seja ela vivida no trabalho, no dia a dia do bairro, ou até na exclusão de algum quadro de associados.

Mesmo assim, a política adotada pelos clubes da região demonstra a composição variada que os caracterizavam. Suas ações produziam um estilo de vida singular, traduzindo o momento em que um grupo projetava simbolicamente sua representação do mundo. Além disso, eles constituíam no espaço a noção de pertencimento entre sujeito e bairro, compartilhando experiências e extratos da vida coletiva. Tal diversidade resultou em uma vida cultural dinâmica e multifacetada, marcada por um bairro que ainda tecia novas redes de sociabilidade. Os exemplos desses festejos são indícios de como os clubes recreativos ocuparam um lugar de destaque em Bangu, como descreveu o cronista da *Gazeta de Notícias* em 1907:

Bangu é uma pequena cidade operária, com uma população de seis mil e tantas almas aproximadamente.

Todo o seu território – enorme anfiteatro cujo recinto é demarcado pelos elevados cerros que se alteiam em redor – é de propriedade da fábrica de tecidos, e os seus habitantes, todos, são homens do trabalho, operários, que tiram os seus proventos desse grandioso estabelecimento, uma das glórias da nossa indústria.

São os modernos feudatários, mas sem a opressão das de outrora, gozando de todas as regalias do homem livre de hoje, com uma vida à parte, confortável e tranquila, ignorando o que sejam as agruras dos seus irmãos operários de outros estabelecimentos e países.

A palavra “operário”, como modernamente se concebe – cortejada pelas dores, sofrimentos e miséria, que fazem o homem operário mau e feroz -, não pode ser aplicada ao operário brasileiro, máxime, ao que tem a felicidade de viver e trabalhar na fábrica de Bangu.

As diversões em Bangu são dadas pelos clubs que lá existem. Imagine-se, pois, o que é uma festa ali, onde se reúne o inglês, o francês, o italiano e o brasileiro branco e de cor na mais ampla cordialidade, na mais encantadora harmonia, que não é perturbadora pela distinção de posições sociais e de outros prejuízos abomináveis. Todos ali têm um fim, divertem-se, têm um dever, portarem-se bem; porque lá estão os seus diretores solícitos e prontos, dispensando a todos eles amabilidades, atenções e tanta cousa, tanta que até parecem seus companheiros beber quando são seus dirigentes<sup>272</sup>.

Mesmo apresentando uma visão romântica da região, a matéria nos mostra indícios sobre a lógica de articulação inicial desses clubes. A diversão local, a princípio, ficava por ponta das associações, expondo, inicialmente, a importância dessas na construção de elementos na conformação de uma identidade local. Na verdade, trata-se de uma das principais formas de organização de lazer associadas às camadas populares e, talvez por isso, configurou-se através da relação e da mediação um conjunto heterogêneo de valores e de estilos de vida.

---

<sup>272</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de dezembro de 1907.

De fato, esses clubes estabeleciam pontes entre grupos e suas realidades, uma vez que expressavam as dimensões dos papéis sociais e o confronto dos símbolos que eles significam. Dessa forma, ainda que no texto fossem caracterizados como fruto da “encantadora harmonia” assegurados por seus diretores, ou até mesmo de seus auxílios diretos, tratava-se claramente de um espaço de organização autônoma – através do qual constituíam suas redes de sociabilidade, capaz de ampará-los nas dificuldades cotidianas através do princípio da mutualidade<sup>273</sup>. Isso porque, como bem aponta E. P. Thompson, a noção de “reciprocidade”, nas suas diferentes variações, tem sido útil na abordagem das relações de troca que motivavam associados e diretores a se envolverem nas organizações mútuas, constituindo uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo<sup>274</sup>.

Além disso, acreditamos que a experiência associativa presente nesses grêmios representava um nível significativo da capacidade de organização das camadas populares na luta por melhores condições de vida, trabalho e lazer. Como vimos, esses clubes funcionavam como *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedades horizontais, e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes. Um exemplo dessas ações pôde ser visto no festival realizado em 27 de setembro de 1919, pela diretoria do Grêmio Flor da União<sup>275</sup>.

O baile, realizado na sede do clube, buscava arrecadar fundos em benefício de alguns sócios que passavam dificuldades financeiras. Para obter a quantia desejada, a diretoria realizou um tombola<sup>276</sup> com cinco prêmios. Sendo eles: o 1º prêmio um relógio, o 2º prêmio 50\$000 em dinheiro, o 3º prêmio um belo par de jarras, o 4º prêmio um guarda-chuva e por fim, o 5º prêmio, uma bengala<sup>277</sup>. Em seguida, teve início à anunciada noite dançante, abrilhantada pela banda composta de operários que, muito animada, prosseguiu além da meia-noite<sup>278</sup>.

---

<sup>273</sup> No livro *Culturas de Classe* (2004), Cláudio Batalha volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores, partindo da distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”. Nesse sentido, adotamos o conceito de cultura associativa, na qual remete ao hábito de associar-se. BATALHA, C. H. M. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: \_\_\_\_\_; SILVA, F.T.; FORTES, A. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: UNICAMP, 2004.p.96.

<sup>274</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>275</sup> Bangu-Jornal, 28 de setembro de 1919.p.2.

<sup>276</sup> Espécie de loteria de sociedade praticada com fins beneficentes e em que premia o apostador que acertar um total de números estipulados.

<sup>277</sup> Bangu-Jornal, 28 de setembro de 1919, p.2.

<sup>278</sup> Bangu-Jornal, 28 de setembro de 1919, p.2.

Esse tipo evento era marcante entre os grêmios da região. A cultura associativa caracteriza-se como fenômeno ligado às transformações sociais, políticas e econômicas que afetam sobremaneira as condições de vida de determinados grupos sociais, localizados no tempo e no espaço. Entre as diversas estratégias de associação que tais agentes constroem com o objetivo de resolver coletivamente determinado problema comum ao grupo, estão aquelas destinadas ao amparo e auxílio mútuo de seus associados em momentos de privações materiais, como vimos meses depois, no festival dividido em cinco animadíssimos bailes, realizado pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos.

Desta vez, o objetivo era arrecadar fundos “em benefício de vários operários sem trabalho”, sorteando um tombola cujo prêmio era um edifício novo, situado a Rua Industrial, nº 11, no valor de 4:500\$000<sup>279</sup>. Dentro deste fim, a causa imediata de associação parte da necessidade econômica da pessoa ou de sua família. Contudo, estas circunstâncias extrapolam a dimensão do privado, pois afetam uma série de trabalhadores e suas famílias ao mesmo tempo, o que os motivam a se reunirem em grupos organizados.

Sendo assim, a partir do momento que se organizam em associações, novos códigos de pertencimento aparecem e as demandas sociais contemplam também perspectivas de representação política e status social. Nesse sentido, os clubes da região banguense mostram-se proficientes, pois, definidos como entidades esportivas, carnavalescas, culturais ou recreativas, isoladas, portanto, diretamente, do mundo do trabalho, trouxeram em suas fundações e em seus primeiros tempos – e, ainda hoje, pela memória de seus sócios – as marcas dos trabalhadores que tomaram a iniciativa de criar os clubes e que ocuparam por décadas – como aconteceu com vários deles – cargos em sua direção, ao mesmo tempo em que trabalhavam na Companhia Progresso Industrial do Brasil. Acompanhar as mudanças pelas quais as associações foram passando a partir de suas atas, bem como a diversidade dos eventos que realizavam, significa tentar captar flagrantes desses entroncamentos entre trabalho e lazer, sem hierarquizá-los, identificando nuances que se relacionam às trajetórias singulares dos sujeitos.

### **1.3.1 O apadrinhamento clubista: os presidentes honorários/diretores-gerentes**

O parque é imenso e lindíssimo. As ruas e alamedas se sucedem sem conta. Mas os Srs. Real e Ferrer já nos mostram, apontam ao longe, para os campos de “foot-ball”

---

<sup>279</sup> Bangu-Jornal, 12 de outubro de 1919, p. 2.

e outros gêneros de “sport”, para a igreja, para a Escola, para o Casino-Teatro-Club, e, cousa tão natural nos humanos, o egoísmo! Fica-se com vontade de pedir um lugar de operário da Bangu<sup>280</sup>.

As palavras escritas pelo Sr. Georges Clémenceau expressam a opinião de boa parte da imprensa carioca. Baseado no que já fora apresentado, percebe-se que as conexões pactuadas em Bangu não se encontravam unicamente predispostas a concepções “manipuladoras” e “demagógicas” destes sobre aqueles. Como vimos, algumas lideranças “carismáticas” contribuíram para que a lógica associativa em Bangu fosse mais “afável” em alguns momentos, notadamente por ocuparem espaços decisivos nas relações e negociações dos moradores/trabalhadores com a alta cúpula de diretores da Companhia. O caso do espanhol João Ferrer talvez seja o mais emblemático, visto que o antigo diretor atuou como uma espécie de prefeito local.

Entre os anos de 1903 a 1919, João Ferrer exerceu a função de diretor-chefe da Companhia Progresso Industrial do Brazil. Contratado para substituir o antigo diretor-gerente da Fábrica, o português Eduardo Gomes Ferreira, Ferrer, com sua visão moderna para o período, foi responsável por uma série de melhorias na região, as quais não estavam circunscritas às questões de infraestrutura, permitindo dotar de conforto a pequena vila operária, mas também oferecendo várias formas de lazer à sua população. Certamente, como sustenta Carlos Molinari, o espanhol influenciou uma geração de industriais, tal como Jorge Street, que aplicou muito dos seus conceitos paternalistas em sua fábrica Maria Zélia, em São Paulo<sup>281</sup>. Ainda de acordo com o autor:

Ferrer foi também capaz de transformar o 1º de maio - uma data determinada pelos sindicatos para o protesto da classe trabalhadora - em um dia festivo e de homenagens a si próprio e fazer a comunidade inteira ir às ruas comemorar com foguetório a inauguração de uma igreja, marcada para o dia de seu aniversário. Desta forma, manteve a Companhia isolada de greves por mais de uma década. Sua estratégia era, além de uma ótima convivência com a imprensa, convencer o trabalhador de que não havia fábrica melhor para se trabalhar, tal a quantidade de benefícios que se oferecia. Este tipo de “afago” ao operariado pode ser visto como uma coação psicológica bem eficiente, afinal, o tecelão poderia perder o pouco que tinha se não se conformasse à vida imposta pela Companhia<sup>282</sup>.

<sup>280</sup> Gazeta de Notícias, 05 de outubro de 1910, p.02.

<sup>281</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>282</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 10.

Para de elucidar os argumentos expostos pelo autor, recorreremos ao ano de 1906, mais especificamente aos dias 15 e 22 de abril, período em que se realizou o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. O objetivo do encontro era claro, alinhar um discurso operário e criar uma pauta unificada de reivindicações, na qual deveria ser seguida como uma espécie de fio condutor na luta por melhorias salariais e condições de trabalho, o qual recomendava:

Considerando que os mestres e contramestres são pelo lugar que ocupam os verdadeiros representantes dos patrões; por este motivo, podem trazer as organizações operárias em desacordo e convertem-se em espiões, que é impossível distinguir, de modo positivo, os bons dos maus mestres; o primeiro congresso operário brasileiro entende que os mestres e contramestres devem ser excluídos dos sindicatos operários, podendo, em casos excepcionais, fazer-se um regulamento interno para regular a admissão dos mesmos<sup>283</sup>.

Apesar das considerações apresentadas pelo movimento operário brasileiro, Bangu vivia um contrassenso, uma vez que mestres, contramestres e trabalhadores estavam cada vez mais próximos, havendo a possibilidade de ingressar nos mesmos clubes fossem eles dançantes, culturais ou esportivos. Embora não desconsidere as cisões frequentes no bairro, não há dúvidas que o *modus operandi* local assumia características específicas comparadas aos demais bairros fabris, notadamente por conta das ações de bastidores do diretor-gerente João Ferrer.

Possivelmente, o desdobramento desse encontro tenha tido reflexo na greve deflagrada no mês seguinte pelos trabalhadores das Fábricas de Tecidos Carioca e Corcovado, ambas situadas no Jardim Botânico<sup>284</sup>. De acordo com o periódico que acompanhara o movimento grevista, os operários abandonaram seus postos às 14 horas, sem qualquer tumulto ou depredação ao patrimônio da empresa<sup>285</sup>. Concomitante, por coincidência ou não, boatos também surgiam em Bangu, alegando que alguns sujeitos insatisfeitos, assim como se deu nas fábricas do Jardim Botânico, também abandonaram “o serviço por se julgar com falta de garantias com as tropelias praticadas pela polícia”<sup>286</sup>.

Independente da veracidade da notícia, o delegado da 3º circunscrição suburbana se mobilizou rapidamente, proibindo, até mesmo, as habituais palestras em praça pública<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> AZIZ, S. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado. São Paulo: Editora Dominus, 1966, p. 173.

<sup>284</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.2.

<sup>285</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.2.

<sup>286</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.2.

<sup>287</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

Questionando o comportamento daqueles operários, a Gazeta de Notícias não compreendia as ações que levariam “o pacato” bairro ao estado de sítio:

Bangu, a cidade operária onde os homens do trabalho saem de casa para as fábricas e só à tarde vão respirar o ar livre das praças e dos campos; Bangu, a localidade onde os operários são quase a totalidade da sua povoação, onde os operários são tão ordeiros e pacatos e unidos que têm o seu clube, o seu teatro, a sua banda de música, o seu campo de *football*; Bangu, com tudo isso de bom, foi anteontem à noite posto em estado de sítio pelo delegado da 3ª suburbana<sup>288</sup>.

O estado de sítio teve início por conta de um conflito entre populares e praças da 3º delegacia suburbana. Ao que tudo indica, “devido às reclamações dos diretores da fábrica de tecidos estabelecida naquele lugar”<sup>289</sup>, o delegado local, Arthur Cherubim, determinou que os policiais prendessem os “indivíduos conhecidos como vagabundos”<sup>290</sup>, alarmando as pessoas que ali paravam.

Para que a operação tivesse total sucesso e o pedido da alta cúpula da fábrica fosse atendido, o delegado estava “disposto a não deixar os operários da fábrica de tecidos fazer as costumadas palestras nas praças”<sup>291</sup>, isto é, impedir qualquer tentativa de motim.

Identificando os principais alvos, Jerônimo José da Silva, José Mariano Barbosa, Carlos de Oliveira Braga e Ângelo Corsetti, conhecidos como “desocupados”, os agentes começariam a sequência de truculências, feita, a pedido do delegado, segundo sustenta o jornalista, aos “empurrões” e “pontapés”<sup>292</sup>.

As primeiras detenções, segundo o repórter do periódico O Paiz, foram feitas “junto a um quiosque em que costumavam reunir-se vagabundos e desordeiros”. Ainda de acordo com o autor, o fato, “anormal naquela localidade, alarmou as pessoas que lá paravam, mas nada houve, além de uma pequena aglomeração”<sup>293</sup>. Já para o redator da Gazeta de Notícias, os moradores do bairro fabril não tiveram o comportamento citado. Pelo contrário, indignados com tamanha injustiça, a população local não esmoreceu, “prorrompendo em uma vaia formidável”<sup>294</sup>.

Talvez, por esse motivo, a polícia tenha detido alguns operários da fábrica de tecidos pela praça, ou, na interpretação do jornalista da Gazeta de Notícias, prendido “aqueles

<sup>288</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>289</sup> O Paiz, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>290</sup> Ibid.

<sup>291</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>292</sup> O Paiz, 24 de maio de 1906, p.3.; Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>293</sup> O Paiz, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>294</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

que se queixavam daquele atentado à liberdade”, praticamente “uma massa de cerca de duzentos operários”<sup>295</sup>.

Diante do cenário exposto, a polícia bem que tentou conter a multidão, porém, sem qualquer sucesso. Revoltados, os trabalhadores partiram em direção ao comboio, apedrejando o trem onde se achavam os agentes, que se viram obrigados a abandonar os presos<sup>296</sup>. Para o repórter do jornal O Paiz, as prisões haviam motivado “a agressão de um grupo de companheiros às praças de polícia, já na estação, quando pretendiam embarcar os presos para Campo Grande, sede da circunscrição”<sup>297</sup>.

Aproveitando o ensejo, alguns destes fugiram. No entanto, mesmo de vidros partidos, os praças se concentraram nos quatro elementos citados inicialmente, sendo eles levados a 3º circunscrição suburbana. Nas palavras do representante da Gazeta de Notícias, “como é provável que a polícia queira continuar a fazer tropelias, e daí as represálias dos operários do Bangu”, seria importante que o “Sr. desembargador chefe de polícia” tomasse providências no sentido de evitar maiores males, pois o mesmo interpretara a ação policial como excessiva por conta dos boatos sobre a greve<sup>298</sup>.

Embora alguns veículos da imprensa carioca tenham, a princípio, relacionado a greve que perdurou por 22 dias nas fábricas Carioca e Corcovado e o conflito em Bangu, a verdade é que a notícia não foi factual. Em outras palavras, a confusão não passou de um caso isolado, ou, o que também não pode ser ignorado, uma investida bem-sucedida da alta cúpula da fábrica banguense.

Atento às articulações do movimento operário, João Ferrer procurou estabelecer um aspecto de serenidade na região fabril. A construção de um gigantesco teatro, por exemplo, que seria doado à Sociedade Musical Progresso de Bangu, faz parte do conjunto de melhorias que compuseram a sua gestão. Para Molinari, por sugestão do diretor-gerente, o clube mudaria até mesmo de nome, passando a se chamar Casino Bangu<sup>299</sup>.

Embora a previsão inicial tenha sido estimada para o ano de 1906, o teatro não fora oficialmente inaugurado. A festa em homenagem ao “presidente honorário João Ferrer”, prevista para a noite de 17 de novembro daquele ano, de fato ocorreu, “apesar da incessante

---

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3. ; O Paiz, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>297</sup> O Paiz, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>298</sup> Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1906, p.3.

<sup>299</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.



chuva”, mas não contou com a presença do ilustre convidado que, nas palavras do cronista, tanto tem “cooperado para o engrandecimento geral da sociedade e bem-estar de seus operários”<sup>300</sup>.

A infeliz notícia veio há poucos minutos do início do baile, por meio de um telegrama entregue ao presidente da associação, Sr. Manuel Duarte Rezende. Tratava-se de um pedido de desculpas enviado de Petrópolis pelo diretor João Ferrer, justificando a ausência “por incômodo de sua saúde”<sup>301</sup>. No entanto, a festa deu-se início às 21 horas normalmente, com “danças animadíssimas” e “farta lauda de doces”.

De fato, a inauguração de um prédio erguido pela própria Companhia sem a presença do principal nome daquela região de nada valia. Por essa razão, Molinari sustenta que a data de uma nova cerimônia foi, então, escolhida “a dedo”: 1º de maio de 1907, como fora discutido anteriormente.

Para o autor, a “obra social” da fábrica não ficara circunscrita ao teatro, pelo contrário, continuou com o arruamento do bairro, que durou de 1907 a 1916, período em que a Companhia contratou os serviços do engenheiro mineiro Orozimbo do Nascimento<sup>302</sup>.

Em 1908 iniciou a captação das águas do rio da Prata – num longo percurso de 15 quilômetros - para movimentar uma pequena usina e gerar eletricidade, sendo Bangu o primeiro local da zona suburbana do Distrito Federal a contar com luz elétrica; tanto que entre 1910 e 1913 – já com o apoio da Light and Power Company – a fábrica mudava todo seu maquinário a vapor pelo acionamento por energia elétrica.<sup>303</sup>

Percebe-se que as intervenções propostas de João Ferrer buscavam promover a Companhia Progresso Industrial do Brasil ao mais alto grau de importância entre as indústrias têxteis do período. Um belo exemplo pode ser visto na realização da Exposição Nacional de 1908, afirmando seu desenvolvimento com um requintado pavilhão – (projeto em estilo mourisco do diretor da empresa José Villas Boas)<sup>304</sup>. Vale destacar que os demais eram de órgãos públicos entre eles o da Sociedade Nacional da Agricultura, em estilo renascença (construído pelo engenheiro Souza Reis, secretário da instituição), como também o dos

<sup>300</sup> Jornal do Brasil, 19 de novembro de 1906, p. 4.

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> PEREIRA, M. da S. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **ARQtexto** (UFRGS), v. 16, p. 6-27, 2010.

Correios e Telégrafos; da Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca; do Corpo de Bombeiros) ou dos estados da Federação (São Paulo, Bahia, Minas Gerais) ou de outro país (Portugal).<sup>305</sup>

**Figura 12: Exposição Nacional de 1908 [Iconográfico] : Pavilhão da Fábrica Tecidos "Bangú"**



**Fonte:** Biblioteca Nacional. Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon858131/icon858131.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon858131/icon858131.jpg)

O Pavilhão da Fábrica Bangu - Sem favor nenhum é um dos mais lindos da exposição. Parece uma pequena mesquita mourisca, com as suas cúpulas brilhando sob a ação do sol, e tendo nas flechas pequenas bandeirolas de cores vivas. Representação especial da afamada Fábrica Bangu. Foi projetado pelo sr. José Villas Boas e decorado pelo sr. Martinho Dumiense. Na parte interna forma um só salão, sendo as paredes e o teto revestidos de tecidos. Os produtos são ali expostos em vitrines simples e elegantes.<sup>306</sup>

<sup>305</sup> PEREIRA, M. da S. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **ARQtexto** (UFRGS), v. 16, p. 6-27, 2010.

<sup>306</sup> Correio da Manhã, 2 de agosto de 1908, p. 3.

Ao final da Exposição, surgiu a ideia de aproveitar as madeiras do gigantesco estande da Praia Vermelha para a construção de um novo pavilhão doado ao Bangu Athletic Club. A obra seria realizada nos fundos do “ground” do clube, oferecendo ao grêmio uma nova sede social. Para que não houvesse qualquer contratempo, o Presidente Honorário Sr. João Ferrer deliberou que a “diretoria antiga continuasse a dirigir os destinos do club até conclusão do Pavilhão”<sup>307</sup>. E para que a nova sede fosse devidamente entregue ainda em agosto daquele mesmo ano, fora aprovado, “por unanimidade”, o contrato feito “com diversos trabalhadores, a fim de aprontar-se o mais breve possível o Pavilhão do club”<sup>308</sup>.

A nova construção rendeu elogios não somente das principais agremiações da cidade<sup>309</sup>, como também por parte significativa da imprensa carioca, sendo considerado um empreendimento “capaz de fazer morrer de raiva o seu colega mourisco de Botafogo. Aí os seus sócios encontrarão, além de um luxuoso vestiário onde se preparam para a luta, salas espaçosas para palestra, refeições”.<sup>310</sup> Para concluir, o cronista enaltece o gesto do generoso diretor João Ferrer, “um aperto de mão à inglesa”<sup>311</sup>.

Acreditamos que ações desse tipo contribuía para a manutenção da ordem na região. Ademais, o benfeitor Ferrer também contava com a simpatia por parte da imprensa da época, a qual valoriza qualquer novo feito da alta cúpula fabril. Vejamos a narrativa construída pelo jornalista Alcindo Guanabara, talvez o maior entusiasta das ações de João Ferrer, após os espetáculos “Casa de Orates” e “Ordem é Ressonar” apresentados por sócios do Casino Bangu:

Sem lisonja ou excluindo daqui a frase boçal a chaleirada, é justo tecerem-se encômios ao homem que tem acumulado esforços sobre esforços para fazer do Curato de Bangu um verdadeiro paraíso.

A sua fábrica, com os seus mil e trezentos teares e a oficina de gravuras, dirigida por um profissional competentíssimo, o sr. José de Villas Boas, é considerada com justa razão uma das primeiras do Brasil.

O respeito e a estima pelo diretor, toda a moralidade religiosa dentro e fora do estabelecimento fabril, fazem com que os operários banguenses sejam considerados pelos seus superiores.

Novos prédios se levantam, novas ruas se rasgam e surgem, adiante, outros horizontes, que atestarão a grandeza deste recanto de terra americana. E um só homem, com a satisfação a florir-lhe nas faces e uma força de vontade extraordinária, que não recua diante de qualquer embaraço, é quem opera tanta

<sup>307</sup> Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club de 28 de fevereiro de 1909.

<sup>308</sup> Ibid.

<sup>309</sup> Foram lidos os seguintes ofícios: da Liga acusando o recebimento do nosso ofício de 23 de dezembro de 1908; do Botafogo F. C. felicitando a diretoria por continuar em exercício até conclusão do Pavilhão. Ver: *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 12 de março de 1909.

<sup>310</sup> A Imprensa, 23 de maio de 1909, p. 4.

<sup>311</sup> Ibid.

transformação, como se uma vara mágica atuasse e fizesse surgir deste solo abençoado a futura cidade do Bangu.

O caminho é para frente e os que ficarem atrás, na curva dolorosa do desânimo, esses serão depois suplantados pelos fortes empreendedores, pelos bandeirantes do trabalho e pela enxada que desbrava a terra fecunda de uma pátria pontuada de liberdade e flores.

Por isso, sr. João Ferrer, abraçamo-lo como quem abraça um herói das priscas eras.<sup>312</sup>

Além dos inúmeros adjetivos que engrandeciam os gestos do diretor-gerente, podemos também constatar pela narrativa exposta a consolidação da Companhia/bairro enquanto espaço de harmonia, sem qualquer cisão criada entre trabalhadores e diretores. Outro que compartilharia da mesma opinião foi o poeta parnasiano Olavo Bilac:

Passei ontem o dia numa cidade que pouca gente conhece. É a cidade do Bangu, a uma hora de viagem do Rio de Janeiro. Verdadeira cidade, pela sua extensão, pela sua população, pela sua vida intensa e vibrante. O Bangu tem duas escolas, um cassino, um teatro, um parque, um campo de futebol, - e, para tudo dizer, dois automóveis! Há por aí muitas cidades que não possuem tanta cousa... Dos seis mil habitantes do Bangu, três mil são operários. A grande fábrica de tecidos, talvez a maior do Brasil, foi a criadora de todo aquele progresso.<sup>313</sup>

Dessa forma, as visitas intensificariam ainda mais a imagem de boa empregadora da Companhia. A prova disso, foi o pronunciamento do jornalista Alcindo Guanabara, em junho de 1909, o qual destacava os méritos do administrador João Ferrer que não poupava esforços para transformar Bangu em “um verdadeiro paraíso”<sup>314</sup>. Presenciando em um único dia as condições de vida e trabalho daquela população, a impressão que se tinha, em princípio, era justamente esta, de que tudo ali funcionava na mais perfeita ordem.

Carlos Molinari, destaca que as críticas partiam somente por meio das publicações em veículos da imprensa operária<sup>315</sup>, por exemplo, os artigos escritos pelos repórteres do periódico a Voz do Trabalhador que, em 1906 e 1909, denunciaram em editoriais “A escravidão em Bangu”<sup>316</sup>. Vejamos:

Trata-se de uma visita do jornal para ratificar as boas condições da fábrica e de seus empregados.

<sup>312</sup> A Imprensa, 9 de junho de 1909, p. 4.

<sup>313</sup> Correio Paulistano, 01 de maio de 1908, p. 1.

<sup>314</sup> A Imprensa, 9 de junho de 1909, p. 4.

<sup>315</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>316</sup> A Voz do Trabalhador, 15 de novembro de 1906, p.01.

Foi porém completa a nossa desilusão quando saltamos em Bangu. A bondade e o cavalheirismo dos operários, que nos foram receber alegres e risinhos ao desembarque, contratava com o ar sombrio e sepulcral da fábrica<sup>317</sup>.

Passados exatos três anos, o periódico voltaria as mesmas questões:

Como a imprensa não se cansa de agitar o seu turbulo, incensando a benemerência dos senhores de Bangu, tivemos vontade de conhecer a fábrica e saber as condições econômicas dos companheiros que ali trabalham. [...] Soubemos que o operário mais ágil não conseguia mais de 5\$ [por dia], que se trabalhava das 6 da manhã às 5 da tarde e que o aluguel das casas era de 45\$ por mês com direito à luz elétrica. Ficamos inteirados. A situação em Bangu era igual ou pior do que a das outras fábricas. Não havia liberdade, mas havia uma forte depressão mental para fazer esquecer e até louvar o cativo. [...] Parece que não há ali um só operário que conheça bem a obra dos senhores de Bangu. Pelo menos, vimos companheiros que proclamavam a benemerência dos exploradores.<sup>318</sup>

Certamente, podemos questionar, a partir da exploração de um conjunto de fontes, a autenticidade das representações criadas não só pelo jornalista Alcindo Guanabara, como também da “grande imprensa carioca”<sup>319</sup>. Ao que tudo indica, notadamente se aprofundarmos o debate, o modelo de representações pautados em harmonia destacado pelos jornais de maior circulação não fazia referências àqueles que labutavam cotidianamente no interior da fábrica, tampouco manifestava preocupações com as condições salariais daqueles trabalhadores.

Concomitantemente, a veracidade das informações apontadas pelo periódico operário também deve ser analisada atentamente. Até porque, se levarmos em conta as análises sobre representações sociais propostas por Serge Moscovici, compreenderemos que tratam de um saber de senso comum, não só por sua importância nas influências mútuas diárias e na vida social, mas, por suas vinculações com as afinidades por meio de práticas discursivas<sup>320</sup>. Isso significa que são desenvolvidas pela linguagem e pela interação coletiva, traduzidas pelo comportamento dos indivíduos. Para o autor, essas representações transmitem sistemas de valores, ideias e práticas que definem uma ordem para que os indivíduos se orientem<sup>321</sup>.

Elas também tornam possível a comunicação entre os sujeitos de uma sociedade, fornecendo um código para que consigam nomear e classificar os objetos e aspectos da

---

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> Ibid.

<sup>319</sup> Refiro-me aos principais órgãos da imprensa da época, que circulavam e tinham suas gráficas na região do centro ou zona sul.

<sup>320</sup> MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

<sup>321</sup> Ibid.

realidade. Em outras palavras, as representações adquirem um grau de autoridade, já que, por meio de sua mediação, os indivíduos alcançam mais elementos que permitem entender diferentes fenômenos do cotidiano.

Como fora exposto por Molinari, baseado em relatos de biógrafos e ex-moradores, para aqueles que não residiam em Bangu “talvez tivessem a visão de que a fábrica explorava seus trabalhadores como qualquer outra, com salários baixos e jornadas exaustivas”. Entretanto:

quem vivia em Bangu naquela época parecia ter outra visão do diretor-gerente, especialmente pela sua tenacidade em urbanizar todo o bairro. Paschoal José Granado, biógrafo de João Ferrer, o via exageradamente como “um nome aureolado, ungido dos deuses”. O jovem 1º secretário do Bangu A. C., Guilherme Pastor, intitulava Ferrer de o “benemérito propugnador do progresso de Bangu”, numa publicação datada de 1916<sup>322</sup>.

Contudo, a crise econômica enfrentada pelas indústrias de tecidos em decorrência da Primeira Guerra Mundial criara um cenário que transformaria efetivamente a vida o administrador espanhol. Silva sustenta que a verificação de irregularidades, que vinham sendo encobertas ano após ano pelo corpo de diretores por meio de recursos, provocou o abandono do seu posto em 27 de janeiro de 1919<sup>323</sup>.

Após a saída do cargo, inúmeras denúncias sobre fraudes fiscais e irregularidades de diversos tipos vieram à tona. A situação da fábrica era completamente instável, chegando, em 31 de dezembro de 1918, a acumular um prejuízo de 6.268:135\$610, baseado no balanço encerrado naquele final de ano. Além disso, a Gazeta de Notícias publicou uma série de denúncias intitulada: “Ladrões do fisco: o contrabando da fábrica Bangu”<sup>324</sup>.

No corpo do texto, o repórter revela os valores citados nos documentos referentes ao processo de contrabando da Companhia, cuja sonegação chegaria por volta de 37:537\$460, em contraposição aos falsos números declarados: 362:633\$800. Por esse motivo, além da sonegação, foi imposta uma multa elevada ao triplo do valor verificado, isto é, sobre a última

---

<sup>322</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 146.

<sup>323</sup> SILVA, G. A. A. **Bangu**: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>324</sup> Gazeta de Notícias, 28 de junho de 1920.

quantia de 362:633\$800, dando a importância total de 1.087:901\$400, que será paga pela Companhia Progresso Industrial do Brazil<sup>325</sup>.

Para piorar a situação do ex-diretor, o exame da correspondência da Companhia, feito pela comissão de inquérito do governo, revelou a existência de cartas dirigidas aos exportadores em 30 de agosto de 1916, assinadas por João Ferrer, nas quais se encontravam recomendações dirigidas ao grupo London and Hansestic Bank Ltda., com sede em Londres. Nelas, recomendava-se que todas as encomendas de máquinas deveriam ser reduzidas em 50% no valor consignado da fatura.

Já as companhias Siessel Brothers e Lancaster Moore, ambas de Manchester, não cumpriram com o acordo estabelecido pelo ex-diretor. Motivo que levava Ferrer a escrever uma nova carta, sentindo-se estar:

verdadeiramente surpreendido com o fato de ter essa firma contrariado as instruções e não reduzido de 50% o valor declarado na fatura consular, referente à mercadoria embarcada no vapor “Phindias”, insistiu nessa recomendação, acrescentando ser assim que faziam os seus correspondentes na Inglaterra<sup>326</sup>.

Diante de tão comprometedoras provas, não havia saída, arrolado no processo por fraude fiscal, o espanhol iria de benfeitor a personagem recorrente nas páginas policiais, como publicou o Correio da Manhã em 12 de abril de 1923, trazendo o recorrente título: “Ecos do contrabando da Bangu”, que noticiava a condenação de João Ferrer:

Pelo dr. Olympio de Sá e Albuquerque, juiz da primeira vara federal, condenou por sentença de ontem a um ano de prisão celular, grau mínimo do art. 265 do Código Penal, o réu João Ferrer, ex-diretor-gerente da Companhia de Tecidos Bangu. João Ferrer foi processado como um dos principais responsáveis pelo celebre contrabando da aludida fábrica. O processo para a sonegação de direitos alfandegários consiste na desvalorização de 50% no valor da matéria prima importada<sup>327</sup>.

No entanto, mesmo frente à sequência de escândalos, algumas agremiações, que tanto se beneficiaram das ações patriarcais do ex-diretor, não esqueceram suas benesses. Quando ainda vivo, João Ferrer recebera algumas homenagens, entre elas o baile realizado em comemoração ao 19º aniversário do Casino Bangu.

A noite de 1º de maio de 1926 foi de festa na “veterana sociedade recreativa do aprazível arrabalde de Bangu”, escreveu o cronista do Jornal do Brasil, após presenciar o

---

<sup>325</sup> Ibid.

<sup>326</sup> Ibid., p.1.

<sup>327</sup> Correio da Manhã, 12 de abril de 1923, p.4.

“inacreditável número de distintas senhoritas, cada qual mais linda, mais sedutoras, com seus sorrisos, transformando aquele ambiente num verdadeiro éden”<sup>328</sup>.

A animação do baile ficou por conta da “famosa *jazz-band* Rosenberg”, “que impulsionou as danças até alta madrugada”<sup>329</sup>. Após a primeira pausa, alguns membros fizeram emocionados discursos em homenagem a agremiação, entre eles os senhores Oscar Lemos, Manuel Soares e Guilherme Pastor, que parabenizou os enormes feitos do Dr. Altamiro Soares à frente do Casino Bangu. Emocionado, Altamiro Soares “agradeceu as confortantes palavras do seu antigo auxiliar na diretoria”. No entanto, como incentivo para os atuais diretores, Altamiro relembra os serviços antepassados, “onde destaca um tipo perspicaz, inteligente, operoso de energia inquebrantável, a quem se deve o progresso local: João Ferrer”<sup>330</sup>.

Anos mais tarde, outro clube homenagearia João Ferrer. Desta vez a lembrança ficou por conta da Sociedade Carnavalesca Flor da Lyra, que saudou os feitos do ex-diretor em cerimônia realizada no dia 20 de outubro de 1929.

A festa, abrilhantada pela orquestra local, seguia animada, com muita dança e divertimentos entre os sócios que ali estavam. No entanto, uma pequena interrupção fazia-se necessário, pois chegava ao clube a comissão de senhoritas da Flor da Lyra, que trazia o homenageado Sr. João Ferrer: “o propugnador do progresso de Bangu”<sup>331</sup>.

Recebido “sob prolongada salva de palmas e pétalas de rosas”, o antigo diretor entrou na sede emocionado, principalmente pelo “longo e brilhante discurso proferido”, “entrecortado de aplausos”, recordando “o passado de João Ferrer nos seus dezesseis anos de direção da Fábrica, como emérito, industrial, urbanista, educador e higienista”<sup>332</sup>. Como bem lembrava o orador Altamiro de Oliveira, o espanhol foi responsável pela inauguração da “escola mantida pela Companhia Progresso Industrial, sem exclusividade, não só para os filhos dos operários, como dos moradores do lugar”<sup>333</sup>. Além disso, trouxe visitas ilustres a região, entre eles chefes de Estado e diplomatas. Fora sem importante papel enquanto “incondicional protetor dos operários, a quem sempre dedicou a mais sacrossanta amizade, na gripe de 1918”<sup>334</sup>.

---

<sup>328</sup> Jornal do Brasil, 02 de maio de 1926, p.11.

<sup>329</sup> Jornal do Brasil, 02 de maio de 1926, p.11.

<sup>330</sup> Jornal do Brasil, 02 de maio de 1926, p.11.

<sup>331</sup> Jornal do Brasil, 22 de outubro de 1929, p. 22.

<sup>332</sup> Jornal do Brasil, 22 de outubro de 1929, p. 22.

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> Ibid.



Por fim, o entusiasmado orador, ainda pediu aos moradores da região que se dirigissem aos poderes públicos, na tentativa de conseguir a mudança do nome da estação de Bangu para João Ferrer, que será “classificada como uma das melhores dos subúrbios”<sup>335</sup>.

Após a sessão solene, “duas gentis senhoritas descerraram as cortinas e surge o retrato do homenageado sob vibrantes aplausos de todos os presentes”<sup>336</sup>. Em seguida, a palavra foi dada ao Dr. Miguel Pedro, conhecido médico e político de Bangu, compartilhando as experiências vividas em longos anos ao lado do amigo, um incentivador na escolha acadêmica<sup>337</sup>. Nas palavras do cronista, João Ferrer foi rapidamente encorajado à proferir algumas palavras frente aos seus antigos funcionários, no entanto, não conseguiu conter a emoção, “as lágrimas deslizavam-lhe pelas faces”<sup>338</sup>.

Denominado como o “Passos” da região pelo Jornal do Brasil, uma alusão ao ex-prefeito da cidade, o cronista afirma que “com a significativa homenagem, a Flor da Lyra, como intérprete do sentir do povo de Bangu, pagou uma dívida de honra para com o ‘Passos’ desse aprazível arrabalde.”<sup>339</sup>

Nesse sentido, alguns pontos merecem ser analisados com maior atenção. O reconhecimento das agremiações, mesmo após inúmeras evidências de fraude e roubo, não causaram qualquer comprometimento a integridade moral do ex-diretor frente às sociedades citadas. A absoluta lisura foi compartilhada até mesmo por parte da imprensa, que o comparou a Pereira Passos por seus feitos urbanísticos.

De fato, optando por fazer uso do termo “apadrinhamento” na tentativa de compreender essas relações, ainda que sabedor das contrariedades acadêmicas que o uso deste vocábulo possa desencadear, buscamos alcançar indícios que nos permitissem sinalizar a reciprocidade no trato entre estes diferentes atores sociais que, ainda que desiguais, envolviam-se em conexões complexas. Acreditamos que as redes sociais locais estabelecidas entre diretores, clubes e moradores marcaram fortemente o *modus operandi* da região, assumindo papel determinante na inclusão de suas pautas locais não só no debate sobre condições de trabalho e moradia, mas também sobre as múltiplas opções de entretenimento do bairro.

---

<sup>335</sup> Ibid.

<sup>336</sup> Ibid.

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> Ibid.

<sup>339</sup> Ibid.

Figura 13: O benemérito João Ferrer, em fotografia de 1905.



**Fonte:** MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional:** resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Em Bangu, por mais que a condição de trabalhado e moradia não seja intercambiável, mantendo cada um a sua especificidade, constatamos que o sentimento de pertencimento era compartilhado por moradores e trabalhadores do bairro. Fosse ele tecido nas fábricas, nos espaços de lazer, nos clubes ou nas ruas, esta identidade local – que não pode ser compreendida como invariável, possuía conexões complexas referente ao cotidiano fabril e, justamente por isso, seus espaços acabavam configurando locais dinâmicos de inter-relação e negociação entre vida de trabalho e vida urbana. Dessa forma, ainda que entremeados por relações de poder, a regular frequência de operários ou diretores em festividades, bailes e práticas esportivas realizadas cotidianamente por esses clubes acabavam aproximando a inclusão das necessidades cotidianas da população banguense que, ligados por relações de reciprocidade, como mesmo aponta Thompson, buscavam serem atendidos em suas demandas, o que não as isentariam de tensões<sup>340</sup>.

<sup>340</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

## CAPÍTULO II – DIVERSÃO À MODA SUBURBANA

Em diversas áreas das ciências sociais, abordaram-se questões sobre o tema "cultura popular". Neste capítulo faremos o esforço de pensar alguns "usos do povo"<sup>341</sup> ou alguns significados atribuídos às manifestações da "cultura popular" nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, ao explorar a construção de estigmas e representações sociais criadas pelos órgãos mais conhecidos da imprensa carioca (*Jornal do Brasil, O Imparcial, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias*). Para tanto, no primeiro item, apresentamos indícios sobre as múltiplas formas de representação que expressam o dia a dia dos moradores dos subúrbios e suas práticas de lazer, lançando um olhar sobre o universo suburbano a partir das experiências sociais de dois cronistas: Olavo Bilac e Lima Barreto. Acredito que a escolha desses dois literários se dá não somente por suas vivências e saberes cotidianos, lançados a partir do centro ou da periferia – fio condutor que revela as tensões que separavam ambos na observação espacial –, mas, sobretudo, pela tentativa de traduzir as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda seção, trata-se de explorar as representações coletivas sobre os significados simbolizados pelas sociedades dançantes ou esportivas nos bairros suburbanos, seus bailes, jogos e conflitos. É, portanto, um esforço para conhecer detalhadamente as imagens e representações construídas por essa imprensa escrita acerca dessas agremiações.

### 2.1 A geografia moral da cidade

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro viveu uma efervescência cultural, marcada por intensos debates em torno da civilização e da modernidade. Concebida, acima de tudo, pela expressão da variedade, dinamismo e da complexidade de seus pares, a antiga Capital Federal caminhou sob a esteira do crescimento industrial e da urbanização da sociedade, desdobrando-se em uma “determinada ideia de lazer” que chegava à cidade como mais um símbolo dos novos tempos<sup>342</sup>.

Compreendidos como espaços privilegiados para a prática da dança, esportes e atividades de entretenimento, os clubes, fossem no contraste entre as sociedades luxuosas e as

---

<sup>341</sup> BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

<sup>342</sup> MARZANO, A. e MELO, V. Apresentação. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. In: MARZANO, A. e MELO, V. *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.14.

proletárias da Zona Sul, ou, até mesmo, nas agremiações localizadas nos arrabaldes suburbanos, tiveram um crescimento massivo nas primeiras décadas do século XX. Por maior que fosse a composição de novas sociedades e o interesse que tais práticas passavam a assumir no cotidiano das mais variadas esferas sociais, não deixava, porém, de ter seus matizes e gradações de acordo com a região na qual se manifestava.

Na verdade, tratava-se dos desdobramentos de uma “estratificação social do espaço”<sup>343</sup>, que tinha na expansão da cultura popular uma posição política e simbólica. De um lado, sociedades com “festas tradicionalmente elegantes” que atraíam “o que de mais fino possui a sociedade do Rio”<sup>344</sup>, na sua maioria localizados na Zona Sul<sup>345</sup>. De outro, as festas de rua e os grêmios suburbanos e proletários<sup>346</sup>, sem qualquer refinamento onde predominavam, entre seus sócios e frequentadores, negros, brancos pobres e mulatos. Um exemplo desta percepção associativa que expressou a distinção desses encontros foi habilmente captada em crônica de Olavo Bilac. Vamos seguir junto ao poeta parnasiano em sua incursão de considerações, buscando compreender a estratificação socioespacial através dos seus olhos.

“Nós somos um povo que vive dançando”, escreveu Olavo Bilac, sob o pseudônimo de “Fantasioso”, em crônica publicada na *Kosmos*, em maio de 1906<sup>347</sup>. No texto, o autor descreve uma cidade fragmentada, na qual passava a ser lida através dos corpos e do comprometimento entre seus frequentadores. Foi através desses corpos dançantes que o cronista criou uma cartografia moral da cidade, tomando-os como indicadores de culturas e pertencimentos sociais.

Ainda que fizesse questão de afirmar que “a dança é, sempre foi, e sempre será, um divertimento universal”, Bilac deixava claro em sua geografia sociorracial a naturalidade dos bailados no bairro de Botafogo, até então reduto privilegiado da aristocracia, em

---

<sup>343</sup> ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 1997.

<sup>344</sup> *O Paiz*, 15 de outubro de 1920, p. 6.

<sup>345</sup> É importante salientar que havia também clubes proletários localizados na própria Zona Sul, o que evidencia o contraste e a complexidade na demarcação dos espaços de lazer da sociedade carioca. Por exemplo, Flor da Gávea, Chuveiro de Ouro, Flor das Morenas, Clube Musical Recreativo Carioca, Flor dos Amantes da Gávea, Diamantinos da Gávea, em sua maioria localizados no Jardim Botânico e na Freguesia da Gávea. Ver: COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 158. Entretanto, é notório que o pequeno recorte geográfico concentrava as principais sociedades elegantes e luxuosas da cidade.

<sup>346</sup> Considero também os clubes da Zona Sul que tinham em seus quadros operários das fábricas do bairro.

<sup>347</sup> *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

contraposição às danças executadas nos bairros suburbanos habitados por trabalhadores<sup>348</sup>. Para o poeta, as manifestações corporais populares, por meio de festas ou bailes, seriam uma “preocupação característica da vida carioca”<sup>349</sup>. E por essa razão, tornava-se possível estudá-las e classificá-las – “por ordem de bairros” e “danças preferidas da população”<sup>350</sup> –, a fim de estabelecer uma geografia moral da cidade.

Assim, cada bairro teria a sua própria dança, sendo esta uma “fisionomia característica, rigorosa e inconfundível”<sup>351</sup>. Essa perspectiva se mostrava tão presente em sua análise a ponto de afirmar que, mesmo se conduzido de olhos vendados para qualquer bairro da cidade, se tirada a venda, saberia identificar, no ato, o local em que se encontrava pelo simples exame dos dançarinos<sup>352</sup>. Em outras palavras, a visão constituía-se como referencial básico de sua orientação, classificando, de acordo com o bairro, a “geografia moral da cidade”. Por essa razão, vamos acompanhar o cronista em seu passeio pelos bailados na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, como sustenta Bilac, na cidade carioca, “a dança é mais do que um costume e um divertimento: é uma paixão, uma mania, uma febre”<sup>353</sup>.

No primeiro ambiente, representado sob os ideários da fidalguia carioca, “a dança é serena, majestosa, parecendo um ritual religioso”<sup>354</sup>. Amortalhados por casacas negras, os cavalheiros severos parecem sacerdotes; as damas, arrastando caudas de rainha, parecem cumprir uma obrigação cultural. Nesse lugar, “os gestos são solenes e medidos, as mãos, apenas se tocam, e os pés arrastam-se sem barulho”<sup>355</sup>. As contradanças lembram as danças fúnebres dos antigos romanos, fruto de alguns de alguns bocejos.

Nos intervalos, as conversas seguem num tom entusiasta, valorizando os novos costumes em contraposição às ideias e práticas culturais estariam, em geral, “fora do lugar”. Para os cavaleiros: “O Rio de Janeiro progride: o Progresso é uma lei fatal”<sup>356</sup>. Já as damas, num tom romântico, falam sobre romances ou dos últimos eventos do Instituto de Música. Estamos no bairro de Botafogo, espaço dos velhos casarões, vilas e mansões que remetiam a sofisticada e aristocrática sociedade carioca do período, assegura-nos o autor.

---

<sup>348</sup> Ver BILAC, Olavo. A dança no Rio de Janeiro. Kosmos, ano III, n. 5, maio, 1906.

<sup>349</sup> Kosmos, ano III, n. 5, maio, 1906.

<sup>350</sup> Ibid.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> Ibid.

<sup>353</sup> Ibid.

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> Ibid.

<sup>356</sup> Kosmos, ano III, n. 5, maio, 1906.

Figura 14



**Fonte:** *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

O segundo cenário apresenta mudanças, não há carros à porta, como em Botafogo. Aqui, o “bonde impera, impera a democracia”. Além disso, não se avistam casacas negras ou caudas de rainha nos vestidos. Na verdade, há “esmomkings”, uma espécie de transição entre a nobreza e plebe. As damas têm a barra da saia curta e redonda, deixando liberdade para os volteios e as medidas do *pas-de-quatre*.

A dança nada tem de cerimônia: é prazer. Os corpos ainda não se aproximam, mas, no aperto das mãos, já há uma franqueza. Estamos na Tijuca, Andaraí e Engenho Velho, informa Bilac.

Figura 15



Fonte: *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

O outro cenário é bem distinto, notadamente comprados aos bailados de Botafogo ou até mesmo do Engenho Velho. “Queres começar a ver dançar *à la bonne franquette*”, questiona Bilac?<sup>357</sup> Vamos ao bairro do Catumby! Adeus às formalidades. Adeus às cerimónias. Tocam-se os corpos, enlaçam-se os braços, aproximam-se as faces. O espaço se transforma, a sala deixa de existir, os outros pares desaparecem, tudo se apagada e se desvanece.

A música chega aos ouvidos do casal “como um eco longínquo da harmonia do céu”. A valsa transforma-se em “prazer”, tomado pela “delícia” do momento.

<sup>357</sup> *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

Figura 16



Fonte: *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

Mas saíamos... vamos à Cidade Nova, o reino do *maxixe*.

O bairro representa um mundo novo, onde a quadrilha foi banida, sustenta o poeta<sup>358</sup>. Nessa região, o *maxixe* não é contestado. Para esclarecer, Bilac afirma: A Espanha, por exemplo, tem o *bolero* e a *cachuca*. Paris tem o *chahut*. Nápoles tem a tarantela, Já Veneza possui a *forlana*. E, por fim, Londres tem a *Giga*. E a Cidade Nova não lhes inveja essas riquezas, porque possui o *maxixe*. Aqui os corpos não apenas se tocam: colam-se. As mãos dela pesam sobre os ombros dele, como um estojo apertado que anseia a cintura dela<sup>359</sup>. As faces ficam em êxtase, com um sorriso nos lábios, os dois parecem na mesma árvore, dois galhos, no mesmo galho, dois frutos.

<sup>358</sup> *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

<sup>359</sup> *Ibid.*



Figura 17



**Fonte:** *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

Vamos ao bairro da Saúde. Para Bilac, nos bairros pobres, “a dança é uma fusão de danças, é o *samba*, – uma mistura do *jongo* e dos *batuques* africanos, do *canna-verde* dos portugueses, e da *poracé* dos índios”<sup>360</sup>. Metáfora da nossa formação, o autor prosseguia “as três raças fundem-se no *samba*, como n’um cadinho”. No “*samba*” desapareceria o conflito das raças. Nele se absorvem os ódios da cor. “O *samba* é – se me permite a expressão – uma espécie de *bule*, onde entram, separados, o café escuro e o leite claro, e de onde jorra, homogêneo e harmônico, o híbrido café com leite”, escrevia o literato, em alusão às danças realizadas nos bairros pobres da cidade.

<sup>360</sup> *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

Figura 18



**Fonte:** *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

Claramente, Bilac se mostra como agente central na construção de representações sociais sobre as agremiações do subúrbio da cidade. Dessa forma, o autor constituía a visão como referencial básico de sua orientação, afirmando que cada bairro teria a sua própria dança e que esta serviria como fisionomia inconfundível<sup>361</sup>. E foi justamente com essas atribuições que o discurso produzido por Bilac perpassava pela objetividade e subjetividade, colocando os clubes não só como espaço de trocas e sínteses culturais como também a própria capacidade de conagração racial e cultural presente no corpo sensual do popular que, por meio dessas agremiações, mostraram-se capazes de fundir os mais diversos ritmos e etnias.

Adepto do cosmopolitismo e da civilização como um símbolo de aspiração lato, Bilac acreditava que outros aspectos também conjurariam em prol da evolução urbana e

<sup>361</sup> *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

profilática da cidade e, conseqüentemente, da nação. Na verdade, o poeta buscava questões do cotidiano que influenciariam para um melhor desenvolvimento social da população, não restritos as melhorias na infraestrutura, mas, sobretudo, na higienização das práticas de lazer da população pobre da cidade do Rio de Janeiro. Vejamos, por exemplo, uma demonstração de Olavo Bilac utilizando-se de seus escritos na tentativa de acelerar o processo de “mudanças”, de modo a convencer e mobilizar a opinião pública em favor do moderno. A propósito, esse último ponto norteará a vasta produção do poeta, pois seus manuscritos militavam intensamente nessa conjectura de transformações, dando curso às mutações que ocorriam, e, por conseguinte, desempenhando uma clara funcionalidade social e civilizadora.

Consciente que “atacar as tradições (e principalmente as tradições religiosas)” seria um “ato de ousadia”, Bilac não se intimidou. Para ele, “há tradições grosseiras, irritantes, bestiais, que devem ser impiedosa e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização”, entre elas, “a ignóbil festa da Penha, que todos os anos, neste mês de outubro, reproduz no Rio de Janeiro as cenas mais tristes das velhas saturnais romanas, transbordamentos tumultuosos e alucinados dos instintos da gentalha”<sup>362</sup>.

A festa, instituída no bairro da Penha, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, teve seu início no final do século XVIII. Organizada num primeiro momento pela comissão de festejos da Irmandade da Penha, transformou-se rapidamente numa das principais alternativas de divertimento popular, com “missa solene, as cerimônias de bênção e as barraquinhas de prendas, jogos e comidas, a que se juntaria o ritual e o espetáculo do cumprimento de promessas que faziam penitentes infatigáveis subir os 365 degraus que levam ao santuário”<sup>363</sup>.

Ao passar dos anos a festa tomava ares e manifestações socioculturais distintas – rodas de samba, as batucadas, danças, capoeiristas, as barracas montadas pelas chamadas tias –, sobretudo pelo número de negros, operários, capoeiras e músicos que compunham os festejos. No entanto, o componente religioso não se contrapunha à profana, pelo contrário, visto como um canal de comunicação privilegiado entre diversos segmentos sociais, o cronista do periódico *O Paiz* descreve a romaria como “um espetáculo maravilhoso pela completa fusão de todas as classes sociais, numa só leva de peregrinos, impelida pelos sentimentos religiosos”<sup>364</sup>.

<sup>362</sup> *Kosmos*, ano III, n.10, outubro de 1906.

<sup>363</sup> MOURA, R. M. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p.156.

<sup>364</sup> *O Paiz*, 8 de outubro de 1906, p.2.

Figura 19



Fonte: Revista O Malho, 5 de novembro de 1910, p.42.

Em contraposição, Bilac acreditava que essa manifestação popular e religiosa em nada acrescentaria à modernização da cidade, pois afirmava que a cada ano a festa tornava-se ainda mais brutal, “tão desordenada, e assinalada por tantas vergonhas e por tantos crimes” que poderia ser facilmente comparada a “um folguedo da idade moderna, no seio de uma cidade civilizada, mas uma daquelas orgias da idade antiga ou da idade média, em que triunfavam as mais baixas paixões da plebe e dos escravos”<sup>365</sup>.

De fato, Bilac considerava que no Rio de Janeiro de novas aspirações, metamorfoseado em cidade moderna e civilizada, a festa da Penha não poderia mais compor as horas de tempo livre dos cariocas. Nesse sentido, ter “carros e carroções, enfeitados com colchas de chita, puxados por muares ajaezados de festões, e cheios de gente ébria e vociferante, passeando pela cidade” mostrava um descompasso, ou até mesmo “um monstruoso anacronismo”, uma espécie de “ressurreição da barbárie, — era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade

<sup>365</sup> Kosmos, ano III, n.10, outubro de 1906.

civilizada”<sup>366</sup>. Afinal, como bem esclarece Rachel Soihet, no novo universo defendido pelo autor, calcado na razão e na ciência, as crenças e práticas populares constituíam-se em manifestações de atraso e ignorância, nas quais traduziam o epílogo de uma cidade que não se alinhava aos valores da modernidade e deveriam ser expurgadas<sup>367</sup>.

Carregado de adjetivos, na tentativa de construir uma imagem pejorativa para tais manifestações, Olavo Bilac expõe um dos inúmeros exemplos dos contrastes do Rio de Janeiro na primeira década do século XX: o velho e bárbaro — carroções enfeitados com tecido barato, puxados por burros arreados com flores e folhagens entrelaçados com fitas e carregando gente embriagada — e o novo, civilizado e moderno — a bela Avenida Central, maior símbolo dessa metropolização, a passarela de asfalto polido, com fachadas ricas dos prédios altos e automóveis que desfilavam sua beleza. Além disso, como já visto anteriormente, Bilac também “associa” essa gente incivilizada à violência. Nas palavras do poeta parnasiano, ir à festa da Penha seria “caminhar para o Martírio!”<sup>368</sup>. Mais do que isso, “ir à Penha é afrontar mil vezes a morte, — porque todos os desordeiros da cidade se encontram ali, nos quatro domingos da clássica festa, e transformam o arraial numa arena, em que se travam batalhas sangrentas”<sup>369</sup>. Dessa forma, aos olhos do autor, a cidade deveria ser civilizada e moderna, e para que esse desejo pudesse ser concretizado os trabalhadores de baixa renda não poderiam coabitar esses espaços, pois a civilização estaria ligada aos hábitos europeizados, distante das práticas de lazer vivenciadas por trabalhadores braçais de uma camada social desfavorecida.

Em outras passagens, Olavo Bilac dá indicações ainda mais claras quanto aos desserviços prestados por tais manifestações populares. Ao falar de hábitos característicos de uma cidade colonial, como os “abomináveis cordões”, resquícios culturais de um Rio de Janeiro ainda folclórico, o autor traz consigo uma cidade de “aspecto fatigado e triste, um ar de quem passou a noite na orgia”<sup>370</sup>. Para o autor, mesmo após o período de festas “ainda havia nas ruas, como remanescentes do folguedo carnavalesco, alguns confetes, esquecidos pelas vassouras da limpeza pública”<sup>371</sup>.

De fato, além da entonação emotiva ao se referir à sujeira que tomava conta da cidade há dias, percebe-se, que em nenhum instante, o poeta estabelece elementos para captar

---

<sup>366</sup> Kosmos, ano III, n.10, outubro de 1906.

<sup>367</sup>SOIHET, R. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil: dos primeiros anos da República aos anos 1930. **Trajetos Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 11-36, 2001.

<sup>368</sup> Kosmos, ano III, n.10, outubro de 1906.

<sup>369</sup> Ibid.

<sup>370</sup> Kosmos, março de 1904. p. 3

<sup>371</sup> Ibid.

a dimensão dos festejos carnavalescos como uma expressão legítima da cultura carioca. Pelo contrário, tinha como objetivo contrastar uma incongruente figura divertida e imoral dos folguedos com uma metáfora da tristeza subsequente à comemoração. Em outras palavras, o contrassenso entre diversão e tristeza se desdobraria no esvaziamento do valor social do tão tradicional folguedo, que ficaria ainda mais explícito na sequência da crônica:

Nós estávamos tão habituados à indisciplina e à desobediência do povo carioca, que este simples fato de ter sido religiosamente obedecida e cumprida uma lei sem protestos e sem conflitos, despertou uma vasta admiração e um profundo pasmo. Não houve entrudo. Houve o clássico e já fatigante carnaval, com as suas nuvens de confetti, com os seus abomináveis cordões, e com os grandes préstitos luxuosos, que são, afinal, como bem disse Artur Azevedo, revoltantes apoteoses do vício... Já é tempo de inventar qualquer coisa nova. Chega a parecer absurdo que ainda se mantenha essa antiga usança de procissões báquicas, escandalosamente ostentando pela cidade, com aplausos de todos, o triunfo insolente das hetairas. Creio que, de todas as cidades civilizadas, o Rio de Janeiro é a única que tolera essa vergonhosa exibição. Em todas as outras capitais, o vício é cultivado e adorado portas adentro. Nada impede que, nos teatros e nos bailes, haja saturnais carnavalescas, em que a folia se exaspere até invadir o domínio da alucinação furiosa. Mas é revoltante que essas orgias transbordem para as ruas, em cortejos eróticos, aos quais, por uma incrível e criminoso tolerância, concorrem as bandas de música da polícia e do exército, com os soldados fantasiados, abrindo o préstito glorificador da indecência e da prostituição<sup>372</sup>.

Inicialmente surpreso com a obediência da população, pois havia aceitado e cumprido uma lei sem protestos e sem conflitos, Bilac revela que a ojeriza para com as manifestações populares não estava circunscrita apenas ao plano material – ruas sujas, carros alegóricos, confetes ou fantasias – tampouco ao caráter promíscuo e bestial do festejo, cujo cenário foi sintomaticamente comparado às orgias de deus Baco, mas, notadamente, para seus atores sociais, definidos pelo autor como seres indisciplinados, promíscuos e desordeiros. Em outras palavras, expondo claramente o seu menosprezo e insatisfação frente às manifestações populares, pois, nesse período, as avenidas, há pouco tempo reformadas, eram ocupadas por cordões carnavalescos nos quais os foliões, destituídos de qualquer formalidade, submetiam-se à tropel e à folia.

É importante destacar que ao ocupar um lócus privilegiado do processo de diferenciação da cultura, Bilac manuseava criteriosamente as terminologias utilizadas — ao servir-se de expressões como “abomináveis”, “prostituição”, “insolente”, “vício” ou “indecência”, e conduzir em sua narrativa as variações verbais de “tolerar”, “cultivar” e “adorar” — o literário produziria sua crônica fundamentada em estigmas e representações

---

<sup>372</sup> Kosmos, março de 1904, p. 3.

pejorativas, os quais considerava comuns ao dia a dia dos segmentos menos abastados da cidade.

Contudo, nota-se um olhar sensível e inverso de Bilac quando há indícios de europeização nos festejos realizados por outras esferas sociais. Para o autor, os tradicionais festivais franceses, como o Bouef gras e a Mi-Carême — apesar de clássicas festas populares — “são pretextos para espetáculos artísticos, dignos da admiração e do aplauso de um povo civilizado”<sup>373</sup>. Na festa da Mi-Carême, por exemplo, há, “além de um intuito artístico, um intuito moral”<sup>374</sup>. Além disso, todas as operárias da cidade — “gente humilde e pobre, para quem a vida só tem trabalho e desgostos” — elegem uma rainha, sendo esta a representante legítima da corporação, que “precedida e seguida por um longo acompanhamento faustoso de equipagens de luxo, de carros de arte, e de cavalgatas luzentes”, recebe as devidas homenagens da suntuosa cidade da luz, “gozando todas as honras e prerrogativas da sua realeza momentânea e fugaz”<sup>375</sup>.

Entusiasmado pelos encantos do festejo, Bilac sustenta que há traços peculiares “nessa apoteose do Trabalho, da Honestidade e da humilde Beleza” Para ele, não seria possível algo próximo realizado em solo carioca. Pelo contrário, as festas públicas da cidade “são indecorosas”, entre elas o carnaval<sup>376</sup>. Dando continuidade, “seria bem melhor que essas exposições se fizessem a portas fechadas. O estruendo era uma brincadeira funesta e selvagem: mas era mais inocente do que a bacanal nas ruas”<sup>377</sup>.

Nesse contexto, atesta-se a ligação direta entre civilização e modernidade como pressuposto categórico. De um lado, as práticas populares no Rio de Janeiro, desconexas dos baluartes da moral e dos bons costumes. Do outro, os festejos europeus, fincados por um ideário construtivo que tinha em seu fim a elevação moral dos participantes.

De fato, Bilac expunha a ambiguidade de quem experimenta o próprio processo de metamorfose, fomentando uma modernização estabelecida através de uma intensa distinção hierárquica, na tentativa de assegurar prerrogativas de classe no universo urbano. Embora ojerizada em seus escritos, as práticas populares representavam, além de festas e celebrações, momentos de ruptura e transgressão, pois estabeleciam novas manifestações identitárias, não somente por diferentes performances, mas, sobretudo, por novas políticas culturais e diferentes estratégias de consumo. E por isso, enquanto porta-voz da modernidade,

---

<sup>373</sup> Kosmos, março de 1904. p. 3.

<sup>374</sup> Ibid.

<sup>375</sup> Ibid.

<sup>376</sup> Ibid.

<sup>377</sup> Ibid.

o autor impulsionará valores sociais próprios de uma elite citadina, corroborando um desejo de cidade profícua para os passeios fidalgos, a vida de requinte. Assim, a narrativa proposta pelo autor possibilitou a composição de um conjunto de “realidades sociais”, permitindo, cotidianamente, por conta do caráter eloquente do boletim mensal, filtrar e tratar os fatos a serem publicados. Afinal, como afirma Nogueira, a revista Kosmos não estava no cenário para proclamar os ambientes populares e simplórios — que eram a “pedra no sapato” de uma elite ansiosa por um verniz cosmopolita — e ainda abundantes para uma elite que se queria branca, civilizada e europeizada<sup>378</sup>.

O estigma para com estes estratos sociais não chega, porém, a constituir uma novidade vivida neste período. Esse tipo de postura era algo recorrente no Brasil, sendo muito próxima àquelas observadas ao se noticiar a “loucura mística” de Antonio Conselheiro, a ignorância e imundície dos moradores dos cortiços cariocas e a subversão e desordem das organizações proletárias<sup>379</sup>. No futebol, por exemplo, os clubes da zona suburbana conviviam com o descaso e o preconceito. Nesse período, era comum ter nas páginas dos principais periódicos da cidade notícias sobre a violência nos campos suburbanos. A grande imprensa, por exemplo, procurava estabelecer restrições às agremiações da zona suburbana. Uma das iniciativas foi a instituição de regulamentos que destacavam a violência e o desserviço prestado ao futebol, como a matéria publicada pelo *O Imparcial*, em fevereiro de 1912, com o título, “o que seriam os clubs... se não fossem esportivos”:

Se o projeto-monstro do Joffrissimo Silves<sup>380</sup> pudesse dar com o Andarahy em casco de rolas, este clube democrata e colorido caberia por herança ao simpático e alineático Nico Miranda<sup>381</sup>. Nem poderia ser de outra forma; o Nico velho é troço naquelas luzidas e encarapinhadas cabeças. Aquilo tinha que cair na mão do Nico, quer quisessem, quer não, ou não fosse ele “membro honorário” da *dirigente*. Só haveria um inconveniente, que seria a discussão de um projetinho...mandando dar uns tantos por cento para representação do team, etc., etc. Mas o que é um carneiro para quem tem um rebanho? Nada...Lóóóógo...<sup>382</sup>

Tratado com a mesma ironia, o Bangu não fugiria de tal repúdio:

---

<sup>378</sup> NOGUEIRA, C. M. A. **Cronistas do Rio**: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922). Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

<sup>379</sup> FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>380</sup> Alberto Silves era um dos cronistas da revista Sports, onde assinava suas colunas sob pseudônimo de Joffre. Também foi Presidente do Villa Isabel F.C, além de defensor assíduo da campanha pela necessidade de selecionar os elementos que jogam futebol.

<sup>381</sup> Nico Miranda era um dos idealizadores e sócios do clube do Andarahy, além de ser cronista do jornal *O Paiz*.

<sup>382</sup> *O Imparcial*, 26 de fevereiro de 1916, p.9.



O Bangu operário, selecionável e longínquo, do viu Noel<sup>383</sup>, velho cansado de lutas e de leituras de longas defesas contra ataques à delicadeza tradicional e incontestado do Leão, se não tivesse sido batizado pelo antialcoolista Procter<sup>384</sup> com o doce nome de Bangu Atlético Club, só se poderia cognominar o “Palácio dos Suplícios”. Não é alusão ao palácio que Noel projetor para sede da Liga, não! É uma espécie de purgatório, onde os que cobiçam o título de *campeões* carioca, purgam os pecados, deixando a golpes de canelas, o sangue ruim que lhes corre nas veias. Ali é o verdadeiro laboratório onde se pode apreciar a reação de *Wassermann*, tão apregoada. Sangue ruim fica ali, regando aquele solo bendito e expurgador das maldades humanas. Sim senhor, seu Noel, num team de onze homens do S. Cristóvão, trinta atestados de escoriações supercutâneas e esmagamentos de epiderme e seis óbitos e meio. Que team de moças, o do Leão!<sup>385</sup>

De fato, o cronista, sob o pseudônimo de João brigão, utilizou-se do subterfúgio literário e estilístico que tinha na cônica um dos seus principais instrumentos: a mobilização de atores sociais em prol da modernização. Fosse através de estereótipos estabelecidos por um recorte sociorracial, ou por uma noção particular de subúrbio – enraizada por estigmas marcados pela estratificação socioespacial da cidade –, o autor utilizava como parâmetro um Rio de Janeiro inventado ideológica e urbanisticamente pelas elites a partir de suas referências europeias, nos quais clubes “democratas” e “coloridos” não poderiam figurar pelos quatro cantos da cidade.

Para Santos Junior, a partir dessa descontextualização e recontextualização, o jornal traduzia sua visão de mundo, impregnado por estigmas que desqualificavam não só torcedores e jogadores, como também o território em que eles ocupavam e habitavam<sup>386</sup>. Por um lado, se essas ações eram indícios do conflito simbólico que se estendeu por anos no cenário do futebol carioca, por outro, acreditamos que explicitavam a força do *ethos* existente entre torcedores e suas agremiações. Naturalmente, ainda que no interior desses clubes – esportivos ou dançantes – houvesse como substância uma pretensa “evolução” social, buscavam-se ações diferenciadas das propostas idealizadas pelos intelectuais da época, reproduzindo, efetivamente, um conjunto de reações extraídas das agremiações mais abastadas da cidade.

<sup>383</sup> Noel de Carvalho foi Presidente do Bangu Athletic Club de 1915 a 1917, além de ocupar em 1917 a Presidência da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT).

<sup>384</sup> Andrew Procter foi um dos idealizadores do Bangu Athletic Club, ocupando cargos de secretário, tesoureiro e presidente do clube nos anos de 1909 a 1910.

<sup>385</sup> O Imparcial, 26 de fevereiro de 1916, p.9.

<sup>386</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Para compreender como os estereótipos influenciaram diretamente nesse processo, recorreremos aos estudos de Ferrés sobre o tema<sup>387</sup>. De acordo com o autor, os estereótipos são representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas e, por essa razão, trata-se de representações, que conjecturam uma imagem compartilhada que um coletivo possui sobre o outro, transformando uma realidade complexa em algo simples. Dessa forma, havia, decerto, uma espécie de aspiração evolucionista para as manifestações populares, principalmente aquelas ligadas ao lazer, cujo improviso individual era tido como desprovido de sentido e desordeiro, enquanto as organizações coletivas eram mais relevantes e agregadoras. Nesse sentido, as atividades de lazer presentes no interior de clubes ou nas festas de rua não só deveriam representar a civilização como também o alcance da modernidade entre os hábitos da classe popular, a qual herdaria uma lógica associativa que desde o século anterior alimentara a formação de associações mutualistas e irmandades religiosas<sup>388</sup>.

Dessa forma, a tarefa que se estabelece não está circunscrita à compreensão sobre o universo no qual o autor manuseia esteticamente sua própria realidade, mas em lançar um olhar minucioso sobre as reverberações de suas linhas, isto é, explorar múltiplas formas que uma narrativa ficcional transforma ou conduz o fluxo das práticas sociais dos indivíduos. Vejamos um autor que propõe uma inflexão sobre as manifestações populares e a sua relação com a modernidade.

## 2.2 Bailes e divertimentos suburbanos por Lima Barreto

Aos sete dias de fevereiro de 1922, Lima Barreto desenhou, com riqueza de detalhes, as nuances da vida divertida suburbana. No texto, o autor expõe uma região transformada por novos signos, que deixaria de lado, em sua opinião, alguns hábitos simples e ruralizados, característicos da região<sup>389</sup>. Vejamos o que nos mostra o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Ao passar um mês em sua “modesta residência”, que para enfezar Copacabana a denominou “Vila Quilombo”, Lima Barreto pode acompanhar de perto todos os preparativos

<sup>387</sup> FERRÉS, J. **Televisão subliminar**: socializando através de comunicações despercebidas. Porto Alegre: Artmed, 1998.

<sup>388</sup> PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>389</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

de uma festa suburbana: desde “a matança de leitões, as entradas das caixas de doces, a ida dos assados para a padaria”, até o iniciar do festejo “com algumas polcas repinicadas ao piano”<sup>390</sup>. No entanto, como resolvera ter uma boa noite de descanso, deitou-se um pouco mais cedo do que o habitual, por volta das 21 horas.

Às duas e meia, porém, o autor teve seu sono interrompido. As “polcas adoidadas e violentamente sincopadas” ditavam o ritmo da festa, com pequenos intervalos de barcarolas cantadas em italiano, mantendo-o acordado até às 4 da madrugada, momento em que deram fim ao sarau<sup>391</sup>.

Ao amanhecer, levantou-se da cama e, logo, tomou seu café matinal em companhia de seus irmãos. Rapidamente, perguntou a sua irmã, “provocado pela monótona musicaria do baile da vizinhança”, se nos dias presentes não se dançavam mais valsas, mazurcas, quadrilhas ou quadras, justificando o motivo da pergunta<sup>392</sup>. Sem demora, ela respondeu que nos dias de hoje havia um interesse por “músicas apolcadas, tocadas ‘a la diable’, que servem para dançar o tango, fox-trote e rang-time”<sup>393</sup>. Surpreso, Barreto revelou que nunca ouvira tal coisa. Para o autor, o baile, “não sei se é, era ou foi, uma instituição nacional”, mas tinha certeza de que era “profundamente carioca, especialmente suburbano”<sup>394</sup>.

Lima Barreto recriou, no espaço-tempo da República pós-abolição, a matriz de uma cidade em transformação, no qual tinha os subúrbios como uma criação republicana destinada a afastar os “indesejáveis” do palco da modernidade. Esse processo de reformulação do espaço urbano real e simbólico, tido pelo autor como uma farsa, violava as manifestações populares, interferindo diretamente no comportamento diário dos moradores da região. Assim, as questões apontadas pela crônica não estão circunscritas ao gosto musical, tampouco enraizadas na posição retrógrada do autor. Elas perpassam por esse caminho, mas mostram um subúrbio ressignificado, dialogando com o clima de euforia da Belle Époque.

Vale destacar, contudo, que não há dúvida de que os subúrbios incorporam singularidades, o tratamento do trivial, do dia a dia, das minúcias existentes no cenário da população suburbana, que, pelo caráter polissêmico e multifacetado, por tantas vezes, desprezamos. A dimensão dos pequenos gestos e acontecimentos não deixa de ser explorada por Barreto. Pelo contrário, vejamos o caminho que nos leva o autor do bairro de Todos os

---

<sup>390</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

<sup>391</sup> Ibid.

<sup>392</sup> Ibid.

<sup>393</sup> Ibid.

<sup>394</sup> Ibid.

Santos, desde a escolha do espaço físico das festas até os símbolos da modernidade que tomavam o cotidiano dos arrabaldes da cidade.

É possível notar que, para Lima Barreto, a modernização do espaço físico foi um dos indicativos na transformação dos divertimentos suburbanos. A escolha da casa, por exemplo, tinha na capacidade da sala de visitas o principal objetivo, pois serviria para a “comemoração coreográfica das datas festivas da família”. Os construtores sabiam disso e sacrificavam o resto da habitação à sala nobre. No entanto, as casas de hoje não apresentavam mais tais características, especialmente pela dimensão de seus aposentos e cômodos, mal cabem o piano e uma meia mobília, afirma o autor.

Entre as famílias “verdadeiramente pobres”<sup>395</sup>, a situação tornava-se ainda pior. Não restavam muitas opções. Na verdade, apenas duas: “ou moram em cômodos ou em casitas de avenidas, que são um pouco mais amplas do que a gaiola dos passarinhos”<sup>396</sup>.

Para além do espaço físico, Lima Barreto continuava em seu passeio nostálgico, trazendo à tona lembranças dos festejos suburbanos de outrora. Para o autor eram frequentes os bailados familiares na região, “não havia noite em que voltando tarde para casa, não topasse no caminho com um baile, com um choro, como se dizia na gíria do tempo”<sup>397</sup>. Havia famílias que davam no mínimo uma festa por mês, fora os bailados extraordinários. Além disso, existia a figura dos dançarinos domésticos, algo “célebre nos subúrbios” da cidade<sup>398</sup>.

Barreto lembrara bem de algumas figuras famosas na região, entre elas, uma moça gordinha, com dois ou três filhos que lhe davam um imenso trabalho para acomodar nos bondes. “Chamavam-na Santinha, e tinha uma notoriedade digna de um poeta de "Amor" ou de um gatimanhás de cinematógrafo”<sup>399</sup>. Não era bonita, longe disso, revela o autor. A sua aparência era de uma moça comum, “de feições miúdas, sem grande relevo, cabelos abundantes e sedosos”<sup>400</sup>. Tinha, porém, um traço próprio, pouco vulgar nas moças. “Era estimada como discípula de Terpsícore burguesa”<sup>401</sup>. A sua especialidade estava na valsa americana que dançava como ninguém. Não desdenhava as outras contradanças, mas a valsa era a sua especialidade. Dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, só nos dias de luto da semana santa e no de finados, não dançava, afirma Barreto<sup>402</sup>. Em todos os mais, “Santinha

<sup>395</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

<sup>396</sup> Ibid.

<sup>397</sup> Ibid.

<sup>398</sup> Ibid.

<sup>399</sup> Ibid.

<sup>400</sup> Ibid.

<sup>401</sup> Ibid.

<sup>402</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

valsava até de madrugada”<sup>403</sup>. Dizia a todos que, por tanto dançar não tinha tempo de namorar. De fato, sempre requestada para esta e aquela contradança, via tantos e tantos cavalheiros, que acabava não vendo nenhum ou não firmando a fisionomia de nenhum.

De acordo com Barreto, os que a viram dançar e ainda falam dela, até hoje “não escondem a profunda impressão que a moça, ao valsar, lhes causou”<sup>404</sup>. E quando hoje, por acaso, “a encontro atrapalhada com os filhos, penso de mim para mim: para que essa moça se cansou tanto? Chegou afinal ao ponto em que tantas outras chegam com muito menos esforço”, conclui o autor<sup>405</sup>.

O “pendant” masculino de Santinha era o seu Gastão. Para Lima Barreto, “baile em que não aparecia seu Gastão não merecia consideração. Só dançava de “smoking”, e o resto do vestuário de acordo. Era um rapaz de boa altura, simpático, grandes e bastos bigodes, de uma delicadeza exagerada”. A sua especialidade não era a valsa, era o “pas-de-quatre”. Fazia cumprimentos solenes e dava os passos com a dignidade e convicção artística de um Vestris<sup>406</sup>. Diferentemente dos rumos tomado por Santinha, seu Gastão ainda existe, e prosperou na vida. Hoje o rei suburbano do “pas-de-quatre” é diretor-gerente de uma casa bancária, casado, tem filhos, e mora na Conde de Bonfim, numa vasta casa, mas raramente dá bailes<sup>407</sup>.

Lima Barreto também lembrava da figura do anfitrião, que certamente não conhecia mais da metade da gente que, transitoriamente, abrigava. Nas festas suburbanas não havia muita formalidade em convites, a casa era tomada por desconhecidos. Além destes “subconvidados”, ainda existiam os penetras. Isto é, aqueles rapazes que, sem nenhuma espécie de convite, usavam deste ou daquele truque, para entrar nos bailes, em outras palavras: penetrar<sup>408</sup>.

Em geral, apesar da multidão dos convidados, essas festas domésticas tinham um cunho de honestidade e respeito. Para Barreto, “eram raros os excessos e as danças, com o intervalo de uma hora, para uma ceia modesta, se prolongavam até o clarear do dia sem que o mais arguto do sereno pudesse notar uma discrepância nas atitudes dos pares, dançando ou não”<sup>409</sup>. Sereno, era chamado o agrupamento de curiosos que ficavam na rua a espiar o baile.

---

<sup>403</sup> Ibid.

<sup>404</sup> Ibid.

<sup>405</sup> Ibid.

<sup>406</sup> Marie-Jean-Augustin Vestris, conhecido como Auguste Vestris foi um famoso dançarino francês, que viveu entre anos de 1760 a 1842.

<sup>407</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

<sup>408</sup> Ibid.

<sup>409</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

Quase sempre era formado de pessoas das vizinhanças e outras que não haviam sido convidadas e lá se postavam para ter assunto em que baseassem a sua despeitada crítica.

Barreto chama-nos a atenção para o fato desses bailes aburguesados, mesmo sendo nos subúrbios, não serem condenados pela religião. Se alguns nada diziam, calavam-se. Outros até elogiavam. O puritanismo era francamente favorável a eles. Afirmava ele, “pela boca de adeptos autorizados, que essas reuniões facilitavam a aproximação dos moços de dois sexos, cuja vida particular a cada um deles se fazia isoladamente, sem terem ocasião de trocar impressões”, sem comunicarem mutuamente quais os seus anelos, quais os seus desgostos, favorecendo tudo isso os saraus familiares<sup>410</sup>.

Para o autor de *Clara dos Anjos*, entre os “verdadeiramente pobres dos subúrbios” não se conhecia o “fox-trot” ou “shimmy”<sup>411</sup>. No interior dessas agremiações, o som do piano ou de estridulantes charangas ainda estabeleciam o caráter da festa. No recesso do lar, preservava-se um “terno de flauta, um cavaquinho e violão ou sob o compasso de um prestativo gramofone, ainda que volteia a sua valsa ou requebra uma polca”, sempre honesta comparada aos tais “steps” da moda, finaliza o autor<sup>412</sup>.

Sem receio de errar, entretanto, o autor afirma que “o baile familiar e burguês, democrático e efusivo, está fora da moda, nos subúrbios”<sup>413</sup>. Para ele, a escassez da vida, a exiguidade das casas atuais e a “imitação da alta burguesia” desfiguraram as peculiaridades dos divertimentos suburbanos, tendo assim a extingui-los<sup>414</sup>.

Para Barreto, as diversões suburbanas vinham desaparecendo. O teatrinho de amadores, por exemplo, já quase não se vê mais. O que havia de característico na vida suburbana, de acordo com o autor, em matéria de diversão, pouco ou praticamente nada existe. O cinema absorveu todas elas, salvo o carnaval, “passando a ser o maior divertimento popular da gente suburbana”<sup>415</sup>. Até o pianista, o célebre pianista de bailes, ele arrebatou e monopolizou, sinaliza Barreto.

Quanto ao futebol, o autor é ainda mais enfático. Segundo Lima Barreto, o esporte flagela também aquelas paragens como faz ao Rio de Janeiro inteiro. Os clubes germinam e os há em cada terreno baldio de certa extensão. Nunca lhes vi uma partida, afirma o autor, mas acredita “que as suas regras de bom-tom em nada ficam a dever às dos congêneres dos

---

<sup>410</sup> Ibid.

<sup>411</sup> Ibid.

<sup>412</sup> Ibid.

<sup>413</sup> Ibid.

<sup>414</sup> Ibid.

<sup>415</sup> Ibid.

bairros elegantes”<sup>416</sup>. A única novidade notada, e essa mesma não parece ser tão grave para o autor de *Todos os Santos*, “foi a de festejarem a vitória sobre um rival, cantando os vencedores pelas ruas, com gambitos nus, a sua proeza homérica com letra e música da escola dos cordões carnavalescos”<sup>417</sup>. Barreto afirma ter visto uma única vez, o qual não garante que “essa hibridação do samba, mais ou menos africano com o futebol anglo-saxônico, se haja hoje generalizado nos subúrbios”<sup>418</sup>. Pode ser, mas não tenho documentos para tanto afiançar, finaliza o autor<sup>419</sup>.

É preciso levar em conta que Lima Barreto foi, de fato, um crítico implacável do velho esporte bretão. Famoso por sua antipatia a qualquer prática “moderna”, notadamente “o jogo do *ponta-pé*”, o autor não freava seu ímpeto às corriqueiras críticas. “Para gente desse calibre”, como ele mesmo denunciou em outro texto, “a grandeza de um país não se mede pelo desenvolvimento das artes, da ciência e das letras. O padrão do seu progresso é o grosseiro *football* e o xadrez de ociosos ricos ou profissionais”<sup>420</sup>.

Movido por sua ironia e suas tensões íntimas, ora entusiasta, ora inimigo da vida moderna, o futebol adquiria para ele uma seriedade ímpar, que o obrigaria como “crítico de costumes” a dedicar-se um tempo significativo ao novo fenômeno. Talvez, por essa razão, o autor criaria, ao lado de Mario de Lima Valverde, Antonio Noronha Santos e Coelho Cavalcanti, uma “Liga contra o foot-ball”, na tentativa de aludir às “verdadeiras atrocidades promovidas pelo futebol”<sup>421</sup>.

Aliás, o futebol não foi a única prática corporal perseguida por Barreto. O próprio carnaval também foi motivo das ambiguidades do autor. Para Barreto, é ele, porém, “tão igual por toda a parte, que foi impossível, segundo tudo faz crer, ao subúrbio dar-lhe alguma coisa de original”<sup>422</sup>. Lá, como na Avenida, como em Niterói, como em qualquer lugar no Brasil, são os “mesmos cordões, blocos, grupos, os mesmos versos indignos de manicômio, as mesmas músicas indigestas”<sup>423</sup>. Dessa forma, conclui o autor, “o subúrbio não se diverte mais”. As dificuldades do cotidiano não permitem e obliteram “os prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas”<sup>424</sup>. É necessário barulho, “de zambumba, de cansaço, para esquecer, para espancar as trevas que em torno da nossa vida, mais densas se

<sup>416</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1922, p.2.

<sup>417</sup> Ibid.

<sup>418</sup> Ibid.

<sup>419</sup> Ibid.

<sup>420</sup> Lima BARRETO, “As glórias do Brasil”, 07/01/1922, reproduzido em **Feiras e Mafuás**, p. 270-2.

<sup>421</sup> Careta, em 04 de dezembro de 1920.

<sup>422</sup> Ibid.

<sup>423</sup> Ibid.

<sup>424</sup> Ibid.

fazem, dia para dia, acompanhando "pari-passu" as suntuosidades republicanas"<sup>425</sup>, conclui o autor.

Nesse contexto, Barreto afirma que os suburbanos perderam a inocência do divertimento. Para o autor, a região "se atordoa e se embriaga não só com o álcool, com a lascívia das danças novas que o esnobismo foi buscar no arsenal da hipocrisia norte-americana"<sup>426</sup>. E por essa razão, criou-se o que ele chama "paraíso artificial", na tentativa de atender as dificuldades materiais de sua "precária existência", "cujas delícias transitórias mergulha, inebria-se minutos, para esperar, durante horas, dias e meses, um aumentozinho de vencimentos"<sup>427</sup>.

Dessa forma, percebe-se um olhar nostálgico do escritor sobre a vida divertida arrabaldina. As festas, os bailados e os personagens que caracterizavam a região já não eram mais àqueles de outrora. De fato, a sua visão circunscrita o impedia de acompanhar e compreender as formas de entretenimento que contagiavam os subúrbios. A febre associativa e os ranchos locais tomavam conta da população, aumentando expressivamente o número de sócios e até mesmo chamando a atenção das páginas sociais da grande imprensa carioca, a qual dedicara espaços para cobrir a enorme programação de lazer suburbana.

Mesmo assim, a crônica "Bailes e divertimentos suburbanos" nos oferece muito além de posições intelectuais e valores estéticos. Ela nos delicia com diversos episódios nos quais Lima Barreto propõe uma leitura de sua própria história, identificando a causa do prazer na retomada ao passado, nem sempre composta por questões necessárias, mas triviais para compreendermos as transformações nos subúrbios da cidade.

Mais do que discutir a qualidade das "polcas" que tomavam os bailados, o texto lança um olhar sobre os modos de organização dos espaços de lazer, desde o espaço físico das moradias, passando pelos bailados suburbanos – espaços que traduziam formas de sociabilidade –, até a própria maneira de produção e reprodução simbólica dos artistas populares na zona suburbana. Aliás, esses personagens ganham notoriedade nos textos do autor, pois à medida que estuda seus costumes, prospecta um cenário sintético do universo cultural suburbano.

Visto por esse ângulo, a obra de Lima Barreto transforma-se em um verdadeiro exercício etnográfico, em que o autor age como um fino observador, buscando extrair nas ações e nas atitudes um contraste entre um passado, que julgava áureo, e um presente

---

<sup>425</sup> Careta, em 04 de dezembro de 1920.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> Ibid.



desesperador. Em outras palavras, Barreto revela as transformações nos modos de ser das relações sociais e culturais nos subúrbios, com a emergência de formas de entretenimento massivo em lugar de formas de relação fundadas em laços familiares ou de vizinhança. Por isso, como apontou Rodriguez, a objeção torna-se ainda mais intensa porque o cronista responsabiliza a violação das manifestações populares a um conjunto de formas sociais relacionadas à modernização material da vida urbana: da máquina de escrever ao cinema, do telefone ao futebol, do carnaval de blocos e cordões aos bailes de clube, todos esses elementos têm em comum representarem manifestações desse processo mais geral de massificação da sociedade<sup>428</sup>.

Certamente, o contexto de transformações e desigualdades sociais presentes nas primeiras décadas do século XX caracterizou-se em fonte substancial para as questões sobre os quais Lima Barreto se debruçou. Suas ideias buscavam defender uma cultura política voltada para a diferença, não somente sensível às dessemelhanças na apropriação de materiais ou práticas comuns, mas também naquelas referenciadas a um espaço urbano mais amplo no qual os subúrbios estavam incluídos.

Com uma espécie de ironia ácida, característica de seu estilo, Lima Barreto fazia uma leitura crítica ao vertiginoso e modernizante cenário urbano do período, dando uma atenção especial às práticas que traduziam esse novo estilo de vida, as quais desenhavam o retrato de uma sociedade ainda em construção e de um segmento que buscava a afirmação de sua identidade própria: uma cidade mestiça e estratificada socialmente entre centro e periferia.

Na tentativa de traçar em detalhes a topografia do local, Lima Barreto reconstrói o subúrbio, com suas inspirações e interesses, direcionando o leitor às suas observações perspicazes, desenterrando o local do subterrâneo, trazendo-o à tona, mostrando as suas “caras” e as suas condições de vida. Esta ação corrobora no teor da relação desenvolvida ao elucidar o universo suburbano sob uma ótica interna, reveladora da situação íntima e social desta população. Ali, no ir e vir da cidade, criavam-se instrumentos para desenhar um quadro sintético do universo cultural suburbano, não somente com ruas que traçavam “um sabor de confusão democrática”<sup>429</sup>, mas também de práticas corporais “contra o formalismo”<sup>430</sup>. Um exemplo claro pode ser visto em crônica intitulada “O Morcego”, publicada no Correio da Noite em 2 de janeiro de 1915:

---

<sup>428</sup> RODRIGUEZ, B. M. Cavando tesouros no quintal: relações entre crônica e ficção na obra de Lima Barreto. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11. *Anais...* São Paulo: ABRALIC, 2008.

<sup>429</sup> BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

<sup>430</sup> Correio da Noite, 2 de janeiro de 1915.

O carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer. Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.

O zabumba é que nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida. O pensamento do sol inclemente só é afastado pelo regougar de um qualquer "Iaiá me deixe". Há para esse culto do carnaval sacerdotes abnegados. O mais espontâneo, o mais desinteressado, o mais lídimo é certamente o "Morcego".

Durante o ano todo, Morcego é um grave oficial da Diretoria dos Correios, mas, ao aproximar-se o carnaval, Morcego sai de sua gravidade burocrática, atira a máscara fora e sai para a rua.

A fantasia é exuberante e vária, e manifesta-se na modinha, no vestuário, nas bengalas, nos sapatos e nos cintos. E então ele esquece tudo: a Pátria, a família, a humanidade. Delicioso esquecimento!... Esquece e vende, dá, prodigaliza alegria durante dias seguidos. [...]

Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realizá-la, fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos<sup>431</sup>.

A crônica brinda-nos com traços sensíveis da linguagem cômica e sátira tipicamente barretiana. Nela, o autor age como um observador crítico, munido de uma totalidade que procura colher nos gestos, nas atitudes e nas falas dos personagens carnavalescos a argamassa do seu comportamento. Para Barreto, o carnaval era a única chance da população sofrida libertar-se das tristezas. E por isso, ao transformá-lo em momento de transbordar emoções, alegrias e soltar-se das "amarras" e vernizes sociais, o autor relaciona a festividade à possibilidade de diversas identificações que, no contexto do folguedo, se realizam com "delicioso esquecimento".

Certamente, Barreto mostra-nos que, pelo menos nos dias de folia, a cidade metamorfoseava-se, unia-se, ainda que de maneira efêmera e fugaz, àqueles com as quais não tinham qualquer conexão, salvo os dias de festa. Essa diversidade apontada pelo autor é fruto de expressões de numerosos segmentos, grupos e classes sociais, fossem eles práticas exibidas nas ruas como os ranchos, blocos, cordões, Zé Pereira e grupos de mascarados, ou aqueles presentes em teatros, clubes e grandes sociedades como os bailes.

Seria, portanto, o carnaval um indicador social capaz de traduzir e conscientizar, no pensamento do autor, as mazelas da sociedade? Obviamente que não. Tratando-se de Lima Barreto, essa análise traduziria uma simplificação ingênua ao enxergar no autor um defensor intransigente das práticas corporais populares da época. No que tange essa relação, o autor lança um olhar crítico e, não raro, um tom irônico sobre o contexto dos festejos, destacando as nuances decorrentes das transformações proporcionadas pelas festas populares. Num primeiro

---

<sup>431</sup> Correio da Noite, 2 de janeiro de 1915.

momento, o carnaval como a expressão da alegria e, num segundo momento, a maneira de anestesiar a população dos problemas do dia a dia.

De fato, Lima Barreto é perseguido por esses sentimentos antagônicos. Suas reflexões se projetavam desde o subúrbio para todas as contradições da cultura brasileira, desconhecendo fronteiras que pudessem restringir a sinceridade. Sempre presente nas obras do autor, tornava possível expor as contradições existentes na cidade e as aspirações e os desejos que marcam o cotidiano dos seus moradores, utilizando o conceito de literatura como instrumento de denúncia social, dando, às vezes, um enfoque panfletário às suas obras.

Da mesma forma, chama-nos atenção a maneira como, em determinadas situações, a narrativa de Lima Barreto assume um olhar presumidamente imparcial e distanciado. Ao analisar seus escritos, sob a ótica da crítica social, enraizada tanto pela apurada percepção do momento histórico em que vivia, como também pela aguda sensibilidade em transpô-lo ao texto criativa e artisticamente, nota-se uma leitura complexa de mundo que traz consigo o autor. A crítica à frivolidade humana, por exemplo, fosse suburbano ou membro da elite, mostra um escritor que, de certa forma, não apadrinharia categorias ou pouparia opiniões. A observação é lançada sem subterfúgios, mesmo estando consciente que irá contra algumas práticas populares, entre elas o carnaval.

Nunca fui carnavalesco, mas, como todo melancólico e contemplativo, gosto do ruído e da multidão e não fugia a ele.

O isolamento faz-me mal à alma e ao pensamento. Mergulho no barulho dos outros, deixo de pensar em mim e nas fantasmagorias que eu mesmo criei para o meu padecer. A embriaguez que a multidão traz, é a melhor e a mais inofensiva de todas que se tem até agora inventado. Nem o ópio, nem o álcool, nem o *hachisch* produzem a embriaguez que com a dela se assemelhe. Temos visões extranormais, sem estragar a saúde.

Se tivesse herdado uma grande fortuna e até hoje a tivesse conservado, havia de marcar nos dias presentes, a minha vida e a minha estada, em várias partes do mundo, pelas célebres festas que, nelas, determinam grandes aglomerações humanas. Iria a Benares, na Índia, quando fosse a época das peregrinações dos bramânistas ao Ganges sagrado e do sagrado banho no rio divino; iria a Meca, no auge das visitas dos muçulmanos ao túmulo do profeta; iria a todas as festas e cerimônias dessa natureza; mas, atualmente, fugiria do carnaval do Rio de Janeiro, que não se pode agora assistir em são e perfeito juízo<sup>432</sup>.

Esse fragmento traduz muito da personalidade perturbada e crítica de Afonso Henriques de Lima Barreto. Observa-se nesta abordagem – mesmo fazendo uso de uma descrição, o que possibilitaria caracterizar um distanciamento – a aproximação imediata entre narrador e o objeto narrado. O autor deixa claro a importância que dá à reunião das pessoas

---

<sup>432</sup> BARRETO, L. **Feiras e Mafuás**. Artigos e Crônicas. São Paulo, Editora Brasiliense, 1956, p.210.

em torno do folguedo, ao mesmo tempo sustentando que a festa estava longe de ser um dos seus passatempos prediletos. Na verdade, o que o aborrecia “no atual” carnaval, era o que ele ouvia nas cantigas, sambas, fados, entre outros. Para Barreto, “ao ouvir toda essa poética popular e espontânea, de não possuir o nosso povo, a nossa massa anônima, nenhuma inteligência e de faltar-lhe por completo o senso comum. Mete horror semelhante pensamento”<sup>433</sup>.

Dessa forma, Lima Barreto “não compartilhava da opinião da polícia”, tampouco tinha “os melindres pudibundos da ‘Liga’ do Senhor Peixoto Fortuna”. O ponto de vista de “imoralidade e chulice”<sup>434</sup>, que traduzia, por exemplo, os escritos de Olavo Bilac, pouco importava ao autor de Todos os Santos. O que o preocupava, de fato, era o “intelectual e artístico, tanto mais que, se este, segundo as suas forças, fosse obedecido pelos nossos bardos carnavalescos, certamente a imoralidade e a chulice ficariam atenuadas e disfarçadas”. Entretanto, tal coisa, não se dá, dispara o autor. E na impossibilidade, devido à polícia, de entoarem estrofes “pornográficas e porcas”, não têm os carnavalescos outro recurso senão “lançarem mão de estribilhos com cantigas sem nexos algum. Uma tal pobreza de pensamento no nosso povo causa a quem medita, piedade, tristeza e aborrecimento. Por isso fugi ao carnaval e ele agora me é indiferente”.

Ao dar continuidade, o autor afirma:

Conheço a poesia dos alienados, tenho até em meu poder exemplares dela; mas, se compararmos as suas produções com as que são cantadas nos nossos três dias de Momo, toda a vantagem de concatenação de ideias, de sentido e mesmo de propriamente poesia, vai para a banda da dos dementados.

Seria tolice exigir dos vates dos cordões e ranchos, coisas impecáveis em qualquer sentido. O que, porém, podiam mostrar, é que eram capazes de não desmentir o estro dos nossos humildes cantores roceiros do “desafio”, que são verdadeiramente povo; entretanto, raramente caem com as suas quadras no contrassenso ou, melhor, no sem-senso, agravado do palavreado oco e idiota da atual musa carnavalesca<sup>435</sup>.

A publicação reprova os maus carnavalescos, os maus compositores, enfim a mediocridade do carnaval do período em que vivia. Ao produzir estas desprezíveis considerações, não teria ele qualquer “espécie de antipatia pelo folgar do povo”<sup>436</sup>. Pelo contrário, pedia apenas aos compositores que “nesse poetar de sua alma alanceada, quando procura, nestes três dias, esquecer o seu penar e a sua dor, no riso, no gargalhar e no

<sup>433</sup> Ibid.

<sup>434</sup> Ibid.

<sup>435</sup> BARRETO, L. **Feiras e Mafuás**. Artigos e Crônicas. São Paulo, Editora Brasiliense, 1956, p.210.

<sup>436</sup> Ibid.

estontamento, pusessem os seus trovadores mais gosto, mais sentido, compusessem mais cantares que pudessem ser entendidos”<sup>437</sup>, coisa que o ator sabia que não lhes era impossível, “pois todos conhecemos as poesias roceiras, as quadras populares, quase sempre expressivas e denunciando verdadeira poesia”<sup>438</sup>.

Seguramente Lima Barreto conhecia o universo das práticas populares. Morador do bairro de Todos os Santos, o autor definia-se como “um sujeito sociável”, que caminhava diariamente pelas ruas e conversava com pessoas de todas as condições e classes<sup>439</sup>. Por essa razão, a sua obra, verdadeiros fragmentos autobiográficos, escrita toda ela com um olhar de morador do subúrbio, do intelectual mulato e pobre que convivía com a população sofrida, dava voz aos arrabaldes da cidade, transformando-os em tema literário que traduziam os dilemas culturais da época.

De modo geral, como bem nos lembra Nogueira, Lima Barreto compreendeu, como homem do seu tempo, a difícil missão do intelectual<sup>440</sup>. Num país de analfabetos, em que poucos tinham direito à escola, o valor da leitura e da interpretação do real, criadas por meio dos textos literários e jornalísticos e da organização de uma linguagem livre, tinha seu propósito, na verdade, na conscientização sobre a realidade social<sup>441</sup>. Talvez por essa razão, o autor nutria uma certa indiferença pelo festejo carnavalesco, por considerá-lo vazio e sem sentido.

Agora que já parece de todo passado o carnaval, é conveniente que voltemos a tratar de assuntos sérios e graves. [...]Depois de tantos dias seguidos de pandegas e folia carnavalescas, é de presumir que o estado de espírito de todo o Rio de Janeiro e proximidades seja favorável a meditações de assuntos graves e sérios<sup>442</sup>.

Para Barreto, “embora, por motivos quaisquer, não tenha assistido os festejos de Momo”, estaria ele “na melhor disposição para conversar coisas filosóficas e morais com os leitores que, após um tão prolongado carnaval”, estavam certamente mais calmos<sup>443</sup>. Já em 14 de janeiro de 1922, em uma crônica denominada “o Pré-Carnaval”, dois anos antes do seu falecimento, Lima Barreto daria um tom ainda mais ríspido ao folguedo.

---

<sup>437</sup> Ibid.

<sup>438</sup> Ibid.

<sup>439</sup> RESENDE, B. Lima Barreto e A República. **Revista da USP**, v. 3, n. set., p. 89-94, 1989.

<sup>440</sup> NOGUEIRA, C. M. A. **Cronistas do Rio**: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922). Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

<sup>441</sup> Ibid.

<sup>442</sup> Careta, 13 de março de 1920, p.34.

<sup>443</sup> Ibid.

Entrou o ano, entrou o carnaval; e acontece isto por este Brasil em fora. O carnaval é hoje a festa mais estúpida do Brasil. Nunca se amontoaram tantos fatos para fazê-la assim. Nem no tempo do entrudo, ela podia ser tão idiota como é hoje.  
O que se canta e o que se faz, são o suprassumo da mais profunda miséria mental.  
Blocos, ranchos, grupos, cordões disputam-se em indignação intelectual e entram na folia sem nenhum frescor musical. São guinchos de símios e coaxar de rãs, acompanhados de uma barulheira de instrumentos chineses e africanos.

É recorrente a afirmativa de que a vida conturbada de Lima Barreto o teria conduzido a uma compreensão amarga do mundo<sup>444</sup>. Mesmo esboçando o carnaval enquanto manifestação “estúpida” e “idiota”, fruto de suas canções que anunciavam “uma profunda miséria mental”, Barreto não subtraía de sentidos as práticas carnavalescas como manifestação legítima da cultura carioca. Se a adesão aos festejos carnavalescos não consistia no dia a dia de Lima Barreto motivo de alegria, a ojeriza pela data também não compunha o seu repertório de críticas.

Atencioso às demandas da população menos abastada e aos seus costumes, pois compreendia a pluralidade social como um norte na composição de uma sociedade mais justa e igualitária, a leitura superficial da obra barretiana pode causar, a priori, certa estranheza. No caso da crônica acima, podemos considerar que o autor suburbano disparava, portanto, não para o carnaval enquanto festa popular, mas para a mediocridade das canções de alguns grupos carnavalescos, quem em nada acrescentavam o festejo. Isso pode ser confirmado na leitura de obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*<sup>445</sup> ou *Clara dos Anjos*<sup>446</sup>, publicados nos anos de 1911 e 1948, respectivamente.

Em ambas as obras, Lima Barreto nos revela certa ambiguidade na figura do músico popular, a qual oscila entre o menosprezo e a simpatia de seus contemporâneos, ajudando-nos a compreender os sentidos e significados compartilhados a respeito dos músicos populares e da posição das práticas de lazer suburbanas na sociedade da época.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* Barreto explora as relações sociais que permeavam em torno do personagem Ricardo Coração dos Outros, também conhecido como “trovador dos suburbanos”. A narrativa percorre o universo de lazer dos arrabaldes da cidade, período em que o violão e a modinha ainda eram compreendidos como sinônimo de gente “desclassificada”.

---

<sup>444</sup> FRAZÃO, I. O sagrado em palimpsesto: o carnaval da crônica de Lima Barreto. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.16, n.2, p. 227-237, jul./dez. 2012.

<sup>445</sup> Publicado inicialmente em folhetim de edições semanais do Jornal do Comercio de 11 de agosto a 19 de outubro de 1911. Quatro anos depois, foi publicado em formato de livro.

<sup>446</sup> Concluído em 1922, ano da morte do autor, foi publicado em 1948.

Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio não é bonito! O major descansou o chapéu-de-sol um antigo chapéu-de-sol, com a haste inteiramente de madeira, e um cabo de volta, incrustado de pequenos losangos de madrepérola e respondeu:  
 - Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede.

Descritos, inicialmente, como signos de desmoralização, o violão e a modinha simbolizavam as noites dos subúrbios carioca. Nesse cenário tão controverso apresentado por Barreto, defendido e ignorado ao mesmo tempo por parte da população, havia na figura dos trovadores uma espécie de poeta nacional, que sustentava uma correlação tipicamente suburbana e adoçava a dureza do cotidiano com as mensagens de amor propagadas pelas letras das canções.

Já em *Clara dos Anjos* o modinhoso será explorado por outra ótica. Nesse romance, o personagem Cassi Jones, será sob a ótica de um violeiro considerado como um contumaz aproveitador de moças ingênuas e sedutor de mulheres casadas, que circulava por casas de música, festas de aniversário e pelas ruas suburbanas, na tentativa de conseguir êxito em suas estripulias. Cassi, embora fosse conhecido como “modinhoso”, entre outras façanhas, “não tinha as melenas do virtuose do violão, nem outro qualquer traço de capadócio”. Não trabalhava, vivia de criar galos, frequentar rinhas e aplicar pequenos golpes. Contudo, vestia-se conforme a moda, “mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz damas com seu irresistível violão”.

Criado como uma espécie de conquistador suburbano, salta aos olhos que, ao construir Cassi Jones, Barreto, com uma linguagem definidamente coloquial, revela comportamentos recorrentes nos arrabaldes da cidade. Na concepção de Barreto, a habilidade ao violão facilitaria o galanteador em suas conquistas, alinhando a um sucedâneo discurso de cunho pejorativo da época, no qual colocaria os músicos populares entre a flor da vagabundagem carioca, diferentemente do olhar lançado em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Como vimos, o Rio de Janeiro construído pelos textos de Lima Barreto foi produzido por pessoas do cotidiano da cidade, um recorte da população oprimida pela imposição de costumes e posturas que caminhava a contragosto do temperamento e das emergências daqueles que habitavam nos arrabaldes. Mesmo com personagens tão controversos e práticas tão comuns aos populares, entre elas o carnaval, acreditamos que sua

militância em alguns momentos pode ser atribuída por dois aspectos: num primeiro momento por não pactuar com a ideia que o sistema político pode subtrair a autonomia das práticas populares; o segundo pela sua inclinação de fazer oposição aos jornais que sempre estigmatizavam as práticas corporais oriundas dos subúrbios da cidade, com falas parnasianas, que não demonstravam preocupação com o povo, sua língua, seus problemas, tampouco em comunicar-lhe algo. Na verdade, suas obras estavam voltadas apenas para o embelezamento das áreas abastadas, intitulado as camadas populares como os protagonistas do que havia de atraso no país.

De fato, no que tange à literatura de Barreto, pelo menos ao que ela desejava ascender, buscou-se introduzir um estilo de narrativa que não antagonizasse com as questões do povo. Pelo contrário, necessitava estar ainda mais próximo dele. Esse exercício etnográfico permitiu narrar, não somente as dificuldades e estigmas vividos pela população suburbana, como também os traços de solidariedade que circundam esse mundo paralelo à cidade socialmente reconhecida.

De qualquer forma, o cronista, amante ou não de práticas como o carnaval, sempre se colocou a favor da população do subúrbio, pois como mesmo enfatizou Matias, é assim o artesanato da crônica de Barreto: o circunstancial nunca é simplório e o fragmentário encontra, na imaginação do leitor, a lógica da organização que se rebate no seu cotidiano, nas suas histórias de vida, nas narrativas que se desenrolam no seu ambiente<sup>447</sup>.

Certamente, Olavo Bilac e Lima Barreto, cada qual à sua forma, fosse estabelecendo uma leitura entusiasta das transformações da cidade ou distanciando-se de seus projetos políticos, ideológicos e literários opostos, demonstrariam, segundo Nogueira, “a modernidade brasileira tanto pelo exercício da crônica quanto na representação constante do ambiente carioca urbano cosmopolita”<sup>448</sup>.

### 2.3 Diversões suburbanas: carnaval, bailes e contradições

---

<sup>447</sup> MATIAS, J. L. Vida urbana, marginália, feiras e mafuás: a modernidade urbana nas crônicas de Lima Barreto. In: III Seminário Interno das Linhas de Pesquisa do Mestrado em Literatura Brasileira e do Doutorado em Literatura Comparada, 2006, Rio de Janeiro. SEMINÁRIO INTERNO DAS LINHAS DE PESQUISA DO MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA E DO DOUTORADO EM LITERATURA COMPARADA, 3. *Anais...* Rio de Janeiro, 2006.

<sup>448</sup> NOGUEIRA, C. M. A. **Cronistas do Rio**: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922). 2012. 286f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.



A noite de sábado do dia 27 de janeiro de 1923 foi marcada por comemorações no bairro operário de Bangu<sup>449</sup>. O baile a fantasia das Sociedades Dançantes Prazer das Morenas e Flor da Lyra movimentaram a região, nos quais membros e simpatizantes das “queridas sociedades” tiveram muitos momentos de diversão até alta madrugada<sup>450</sup>. Pelo lado do Prazer das Morenas, adjetivos como “sucesso”, “grandiosa” e “brilhante” definiram o evento em homenagem às Sociedades Dançantes Suburbanas, destacando, principalmente, a comissão de festas do clube, composta pelas senhoritas Herondina Freire, Adelina Gama, Alice Teixeira, Erresedina Parada, Nair Oliveira e as irmãs Noêmia Guimarães e Benedicta Guimarães<sup>451</sup>.

Além da organização, formada sempre por mulheres, indicando um protagonismo feminino no preparo dos bailados, que recebera, aliás, aplausos e elogios das diversas colunas de entretenimento que ali cobriam a festa, outras questões também chamaram a atenção dos jornais<sup>452</sup>. A primeira delas, o entusiasmo dos convidados, “abrilhantados” pela “Caravana Musical”, dirigida pelo Maestro Tenente Gentil Pereira Gonçalves, que não deu trégua aos frequentadores, transformando o baile a fantasia, na opinião de alguns cronistas, o melhor festejo realizado até o momento pela “estimada sociedade”<sup>453</sup>. Certamente, o bairro há de se orgulhar do brilhantismo que compõe a comissão de festas, “constituindo uma das notas mais vibrantes das pugnas carnavalescas da aprazível localidade”, sinalizou o entusiasmado redator do periódico O Imparcial<sup>454</sup>.

Nos intervalos das contradanças, houve um leilão de prendas, doadas pelo Sr. José Costa, mais conhecido no bairro como “José Pião”<sup>455</sup>. O segundo ponto, está no especial “lunch” aos representantes da imprensa, além de brindes e uma contradança especial oferecida pelas “gentis morenas” da comissão<sup>456</sup>, o qual revela certa ambiguidade na relação imprensa e agremiações populares, que será tratada com maior profundidade mais adiante.

Entre os membros da Flor da Lyra a paixão parecia ainda maior, destacaram os periódicos<sup>457</sup>. A festa teve início às 20h, na “lindíssima” sede do marco 6, em Bangu. Rapidamente o baile lotou, não só com a “enorme presença das principais famílias da

---

<sup>449</sup> Jornal do Brasil, 27 de janeiro de 1923, Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923; O Paiz, 27 de janeiro de 1923; Gazeta de Notícias, 29 de janeiro de 1923.

<sup>450</sup> Jornal do Brasil, 27 de janeiro de 1923, Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923; O Paiz, 30 de janeiro de 1923; Gazeta de Notícias, 29 de janeiro de 1923.

<sup>451</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923 e Gazeta de Notícias, 29 de janeiro de 1923.

<sup>452</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>453</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>454</sup> O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>455</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>456</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>457</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923; O Imparcial, 30 de janeiro de 1923; O Paiz, 30 de janeiro de 1923.

localidade como de toda circunvizinhança”<sup>458</sup>. Afinal, a festa foi “abrilhantada” pela orquestra do maestro Gastão Bomfim, “que não deu uma folga sequer nas contradanças até alta madrugada”<sup>459</sup>.

O baile seguia “extraordinário”<sup>460</sup>. Para o cronista do Jornal do Brasil, “os inúmeros pares mal conseguiam se movimentar no vasto salão, lindamente engalanado e iluminado por centenas de lâmpadas multicores”<sup>461</sup>. Compartilhando da mesma opinião, o cronista do jornal O Imparcial vai além, para ele “é de lamentar-se o salão não ser cinco ou seis vezes maior, devido a entusiasmada animação que despertam os bailes da Flor da Lyra”<sup>462</sup>. Por fim, como uma espécie de “mimosidade”<sup>463</sup>, os cronistas foram agraciados com uma bela valsa, lavrada pelo aplaudido maestro Gentil Gonçalves.

Àquela altura, já eram muitas as pequenas sociedades voltadas para o lazer nos subúrbios da cidade. Para além das homenagens expostas acima, tratava-se de mais um dos muitos bailes ofertados mensalmente pelos diversos clubes da região, os quais mereciam a cobertura dos principais órgãos da imprensa carioca, entre eles, O Imparcial, a Gazeta de Notícias, O Paiz e o Jornal do Brasil.

Além de revelar o espaço cada vez mais privilegiado que os veículos dedicavam aos festejos suburbanos, as “brilhantes festas”, parafraseando o termo utilizado por vários autores que cobriam os bailes, são importantes indicadores para compreendermos o universo de entretenimento nos arrabaldes da cidade. Ali, festejavam homens e mulheres coletivamente, em sociedades espalhadas por diferentes bairros, produzindo uma infinidade de práticas, linguagens e costumes. Através delas, podemos desvendar teias de sociabilidade expressivas nas disputas por legitimidade e na atribuição de significados, analisando as tensões latentes sob os sentidos e representações de diversão à moda suburbana.

Não por acaso que o número de festas em Bangu já se mostrava um relevante hábito social consolidado. Afinal, como sustenta Pereira, fala-se dos bailes suburbanos, capazes de desertar o entusiasmo dos moradores se transformando em elemento fundamental da experiência de seus pares<sup>464</sup>. Contudo, é importante chamar a atenção que essa relação não deixou de ter seus matizes, tampouco esvaziado de contradições. Na verdade, é justamente

---

<sup>458</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923.

<sup>459</sup> Ibid.

<sup>460</sup> O Imparcial, 30 de janeiro de 1923.

<sup>461</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1923.

<sup>462</sup> Ibid.

<sup>463</sup> Ibid.

<sup>464</sup> PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.276.

sobre essa relação tênue e dúbia que vamos tratar nesse item, não somente referente às oscilações da grande imprensa e suas representações sobre o comportamento suburbano, notadamente pelos discursos de subtração dos bárbaros folguedos tradicionais, como também a demarcação de grupos mais apropriados e bem colocados incorporados a um desenho hierárquico do conjunto das manifestações populares.

Para dar início, é preciso nos questionarmos sobre a multiplicidade e a multiplicação dos festejos nos arrabaldes da cidade. Outro ponto não menos importante está relacionado aos desdobramentos dessa própria multiplicação, que assistiu nas primeiras décadas do século XX uma intensificação feroz nas restrições e intervenções policiais sobre os clubes populares. Vale também nos perguntarmos qual foi a postura da grande imprensa carioca diante dessa pluralidade social de festejos? Aliás, lançar um olhar sobre essas representações se mostrará um passo significativo para desnudar a relação imprensa e festas suburbanas, pois se nesse caso, a princípio, tratavam-se de composições sociais opostas, é importante identificarmos os campos contrários, mesmo que suas fronteiras nem sempre pudessem ser delimitadas com certa nitidez. Por fim, sabemos que analisar as contradições expostas não seja o caminho mais simples, porém, acreditamos que esta opção não deve ser negligenciada para que possamos compreender os sentidos e significados sobre as representações da diversão à moda suburbana.

### **2.3.1 A pedagogia da diversão popular: repressões, violência e novos ares**

“Nunca os subúrbios estiveram tão animados como na presente temporada”, escreveu o jornalista da Gazeta de Notícias, em texto publicado em vinte e nove de janeiro de 1907<sup>465</sup>. Ao longo da crônica, o autor chama a atenção para os festejos que agitavam os finais de semanas suburbanos, destacando os bairros de Engenho Novo, Meier, Engenho de Dentro e Todos os Santos como espaços privilegiados para “*rendez-vous*” entre as famílias da localidade<sup>466</sup>. Pela narrativa mal se podia adivinhar que ainda faltava mais de um mês para o início oficial do evento popular, que já contagiava intensamente as noites da região.

---

<sup>465</sup> Gazeta de Notícias, 29 de janeiro de 1907.

<sup>466</sup> Ibid.

Embora a crônica citada não apresente nenhum elemento de repúdio às práticas populares, longe disso, evidencia uma relação de “mimosidade”<sup>467</sup> entre sociedades e cronistas, ainda assim pode ser utilizada como um indicativo das contradições expostas pela imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX. Se o discurso, em princípio, mantinha o entusiasmo ao descrever a moralidade dos bailados suburbanos, não era essa tônica que ilustrava cotidianamente as páginas dos periódicos quando o assunto era diversão das classes populares. Pelo contrário, a presença densa das multidões nas ruas e suas formas “desclassificadas” de brincar, com as quais os membros da elite carioca eram obrigadas a conviver, provocavam um imenso desconforto e incomodo entre os letrados da imprensa. A postura diante das rodas de samba, maxixes, cucumbis, entrudos e zé-pereiras, por exemplo, pautava-se nos estigmas e nas representações centradas na violência, na marginalidade e na barbárie. Uma espécie de contrassenso da civilização dos festejos idealizada pela elite intelectual carioca, como nos mostra a charge publicada pela revista O Malho, em fevereiro de 1903, sob o título “consequências”.

---

<sup>467</sup> Expressão recorrente que representa o tratamento dado pelas sociedades aos representantes dos jornais nas festas.

Figura 20



**Fonte:** O Malho, 28 de fevereiro de 1903, p.06.

A charge expressa a ironia com que comumente os principais jornais do Rio de Janeiro tratavam as diversões oriundas das classes populares. Em pequena nota, o jornalista constrói um diálogo fictício entre dois amigos. Após vê-lo todo machucado o companheiro comenta: “Chi! Como está bem servido!”. Rapidamente o amigo com hematomas por todo o corpo responde: “um pagode completo, meu caro! Só na esquina levei quatro pontapés e um limão de cheiro, mas diverti-me muito...”.

As reticências que pôs fim ao factóide pertencem ao documento original, uma espécie de convite a que os leitores naturalizassem seus pensamentos com as representações de violência e barbáries que tomavam conta dos bailados suburbanos. Ademais, percebe-se o constrangimento em relação ao “pagode completo” destituído de brilho e espírito que tanto

incomodavam os cronistas, incansáveis quando se tratava de propalar os exemplos de maus modos população da antiga capital federal.

Empenhados num duplo movimento de imposição de uma nova ordem social e também na construção de uma capital institucionalizada, em que as formas de lazer deveriam seguir um modelo moderno, desassociados dos tumultos dos povos e das agitações sociais, os jornais utilizava mecanismos simples; funcionavam como uma espécie de campanha de modernização da festa. Isto é, por meio de notas e editoriais, os veículos de imprensa reprovavam as bagunças promovidas pelo entrudo, a barulheira dos zé-pereiras e as pequenas sociedades suburbanas<sup>468</sup>. Em contraposição, narravam o cosmopolismo das Grandes Sociedades.

De fato, almejava-se novos símbolos de diversão desde os meados do século XIX. As Grandes Sociedades surgem como um arquétipo de autoimagem de instituição civilizadora, legitimadas por sua origem social e pelo conteúdo letrado de seus préstitos. Formadas por jornalistas e setores mais abastados da sociedade carioca, suas atividades não estavam circunscritas somente ao universo da festa. Suas ações iam além, incluíam movimentos políticos e atividades de cunho filantrópico e, claro, a reformulação das práticas festivas e hábitos de lazer – considerados “atrasados” e incompatíveis com aqueles ideais de progresso.

Claramente, as Grandes Sociedades carnavalescas assumiriam esse papel pedagógico. De acordo com Cunha, elas – Fenianos, Tenentes e Democráticos –, e os projetos civilizatórios compartilhados com literatos, jornalistas e homens públicos, exigiam uma resposta à invasão das práticas populares nos diferentes espaços de diversão<sup>469</sup>. O carnaval, por exemplo, de inspiração veneziana e parisiense deveria substituir o “bárbaro” entrudo e as demais brincadeiras populares, sobretudo as de matriz africana<sup>470</sup>. Os préstitos das Grandes Sociedades Carnavalescas pretendiam pregar um carnaval distinto daquele que se fazia nas ruas, quando populares, em sua maioria negros e mestiços, misturados aos homens de boas famílias, reuniam-se e, aos poucos, formavam-se multidões de foliões. Em outras palavras, buscava-se “ensinar” ao povo como brincar: organizadamente, apenas assistindo ao desfile, como plateia e não mais como atores<sup>471</sup>.

---

<sup>468</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>469</sup> Ibid.

<sup>470</sup> NEPOMUCENO, E. B. **Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)**. 2011.250f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

<sup>471</sup> Ibid.

Seu aparecimento tornou-se, de fato, reconhecidamente um marco na periodização das festas. As formas de bailar, o requinte e a luxúria das fantasias estabeleceram claramente uma estratificação social e moral nas colunas de entretenimento dos jornais da época, não somente na diferenciação dos salões, mas, sobretudo, no que era ofertado dentro e fora dele<sup>472</sup>. Ou seja, de um lado os bailes e desfiles das Grandes Sociedades – branco e segregado –, com “o esplendor, a magnificência e o brilhantismo” de “seus sócios sempre amáveis e obséquios”<sup>473</sup>. Do outro, os bailes populares – suburbanos, proletários e mestiços –, que reunia, segundo o cronista da Revista Ilustrada, “gente da pior espécie, barulhenta, cheirando mal, sem gravata nem espírito, sem sabão e sem vergonha”<sup>474</sup>.

Embora fossem identificadas pelo recorte mais nobre da sociedade carioca, pessoas que podiam alugar sacadas de sobrados para vê-las passar, essas sociedades dançantes conseguiram tornar-se admiradas também por aqueles que frequentavam bailes públicos, cordões e cacumbis. A própria presença cada vez maior de estudantes, boêmios, artistas e mesmo alguns moços do comércio em suas atividades, já mostrava também que ao passar dos anos, notadamente à medida que o século XIX se aproximava de seu final, elas deixariam de ser um espaço exclusivo de sumidades bem-nascidas ou bem-falantes<sup>475</sup>. Afinal, de acordo com Cunha, elas marcaram época justamente por terem constituído, mesmo sem qualquer intenção, relações entre os populares e as elites intelectuais e políticas do período<sup>476</sup>, tornando-se referências nas formas de se organizar e se divertir.

Levando em consideração as suas peculiaridades, é notável que todos os clubes instituídos nas primeiras décadas do século XX tinham como modelo as Grandes Sociedades. Seu padrão, urdido e propalado pela imprensa, difundia-se como um símbolo capaz de suscitar o refinamento e o progresso, instituindo, por essa razão, um espelho no qual as classes populares deveriam morar-se em sua busca de promoção social e cultural<sup>477</sup>.

Dessa forma, seria simplório pensar que nessa relação não se tenha realizado qualquer interlocução. Da mesma maneira em que o maxixe transitava entre os dois universos, por ser dança de salão e de terreiro, a população pobre da cidade também se apropriou de algumas concepções das Grandes Sociedades e o misturou com os diabos, índios, zé pereiras e as pastoras do carnaval das pequenas sociedades, mostrando que a adaptação de expressões

<sup>472</sup> Por exemplo, ver *Kosmos*, ano III, n. 5, maio, 1906.

<sup>473</sup> Gazeta de Notícias, 7 de fevereiro de 1881, p. 2.

<sup>474</sup> Revista Ilustrada, 21 de fevereiro de 1885, p.2.

<sup>475</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>476</sup> Ibid.

<sup>477</sup> Ibid.

locais se mesclava às “elitizadas”, comprovando a capacidade do entretenimento carioca de imbricação. Vale destacar, que não se trata de um simples processo mimético nas formas de organização e diversão. É preciso lembrar que essa relação pedagógica não foi constituída unilateralmente, tampouco estabelecida por sujeitos passivos.

Havia protagonismo em suas ações, mesmo sob repressão do Código de Postura Municipal, que desde 1889, na seção IV, art. 11, penalizava, em qualquer espaço, privado ou público, “o brinquedo denominado batuque, com toques de tambor, cantorias e danças”<sup>478</sup>, além de “vozeiros nas ruas e praças, injúrias e obscenidades, atos contra moral, tocatas e ajuntamentos, batuques, e zungus”<sup>479</sup>. Um exemplo dessa mudança, mas mantendo “velhos hábitos, pode ser visto na coluna “Psicologia dos Cordões”, publicada diariamente na Gazeta de Notícias a partir de 1906, na tentativa de compreender o ambiente de diversão dos pequenos clubes da cidade.

Houve um tempo que uma das características mais interessantes do nosso carnaval eram os cordões de velhos piruetando por essas ruas a fora, desde o sábado até a madrugada de cinzas. Atraindo a atenção do público pelas suas ricas vestimentas e as suas famosas *letras*.

Hoje os velhos são os que viram esses cordões. Quantos aos outros, desapareceram quase por completo e agora só se veem os índios, os marinheiros, os tocadores de adufes. Os cordões passaram a denominar-se grupos e alguns foram mais elegantes e mais em harmonia com uma cidade que já possui avenidas. Mas o facto é que os *Cucumbis*, tão originais e os *Vassourinhas*, percussores, quem diária? Dos *Matta-Mosquitos*, desapareceram como desapareceram os *velhos*. Mas a instituição dos cordões ficou, embora de novo etiquetada com título de clubes. Ficaram os cordões e o seu nunca desmentido e jamais fatigável entusiasmo pelas grandes festas de Momo.

De fato, quem passeia as nossas ruas, durante os três dias épicos de pandega solta, tema a mesma impressão que eu tinha há vinte cinco ou trinta anos, vendo dançar velhos nos teatros ou nas ruas. A herança ficou e os herdeiros gozam-na valentemente, animado com seus batuques e as suas trovas ingênuas os nossos dias de troça.

A lista da polícia é enorme e figuram nela para mais de cem grupos, todos de nomes pitorescos como os dos grupos antigos.

Esses títulos constituem toda psicologia, senão social, pelo menos carnavalesca, e é a faze-la que nos propomos nessa coluna diária até que o Carnaval chegue e nos entreguemos também a loucura desses dias, a que não escapa ninguém<sup>480</sup>.

Embora o autor deixe claro a saudosa herança dos bailados e carnavais de outrora, as mudanças nos títulos e a forma de expor suas atividades “internas” e “externas” nos mostra uma conotação valorativa e moral, em especial quando relacionadas diretamente ao grau de adesão à experiência urbana a suas prerrogativas de civilidade e ordenamento. Para figurar

<sup>478</sup> Códigos de posturas municipais. Rio de Janeiro, 1889.

<sup>479</sup> Ibid.

<sup>480</sup> Gazeta de Notícias, 04 de fevereiro de 1906, p. 03.



nas linhas da citada lista policial era preciso reconsiderações, muito além de papéis e formalidades burocráticas. A organização de estatutos e a composição de cargos e diretores, mostram-se um belo exemplo na busca por um modelo criado por aquelas associações instituídas como legítimas.

Expressivo nas regulações vigentes da época, os estatutos revelam questões significativas sobre a estruturação e a coletividade dos grêmios. Independente da característica do grupo, eles estabelecem hierarquias e normas sustentadas pela uniformidade das sociedades mais abastadas, podendo ser mais ou menos elaborados e detalhados, dependendo do grau de exigência da autoridade policial<sup>481</sup>. Por exemplo, cargos de diretoria – presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e fiscais –, mensalidades, joias, uma sede fixa e atribuição para associados, faziam parte de uma padronização formal dada por escrivães de profissão. Afinal, como fora discutido na introdução, os clubes tinham duas opções para garantirem seu funcionamento: a obtenção da personalidade jurídica pelo Registro Especial de Títulos e Documentos ou a autorização da Secretaria de Polícia do Distrito Federal, sendo ela renovada anualmente.

Contudo, é possível notar a existência semelhanças justamente em questões específicas. O caráter moral e familiar, somados a graça e a beleza de seus integrantes, eram sempre enfatizados nas descrições e nos objetivos dos estatutos. Eles se configuravam, especialmente, em artigos relativos ao comportamento dos sócios em meio aos bailes, ou mesmo na definição de padrões de conduta a serem respeitados no dia a dia dentro ou fora do clube.

Na tentativa de não ter qualquer problema com a polícia alguns itens eram praticamente transcrições de outras sociedades mais estruturadas, cometendo até mesmo erros na reprodução dos textos por conta de uma caligrafia pouco legível. Como é o caso do primeiro artigo dos Estatutos do Triunfo da Lira de Santa Cruz<sup>482</sup>, ao declarar que entre seus objetivos está a festejar “contiguamente” (sic) o Carnaval, em vez de “condignamente”, como constava nos Estatutos do Clube dos Fenianos<sup>483</sup>. Um outro exemplo também pode ser visto no Capítulo VI dos Estatutos do C.M. Príncipe Negro de Madureira, na seção designada “Descrições”<sup>484</sup> (sic) preliminares e não “disposições”, como aparece nos demais estatutos.

---

<sup>481</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>482</sup> Estatutos do Triunfo da Lira de Santa Cruz, março de 1914.

<sup>483</sup> Estatutos do Clube dos Fenianos, 1906.

<sup>484</sup> Estatutos da Príncipe Negro, março de 1916.

De fato, a busca pela afirmação desses pequenos clubes, pautados pelo padrão de distinção que reproduzia, em grande medida, o prestígio associado aos grêmios mais abastados – como os Fenianos, os Democráticas e os Tenentes do Diabo –, as chamadas Grandes Sociedades, expõe uma série de transformações no campo de entretenimento vivido pela cidade do Rio de Janeiro naquele momento. Os “bailes populares”, por exemplo, produzidos por algumas sociedades suburbanas ou operárias, às vezes em espaços locados, que comercializavam entradas sem necessidade de que o frequentador tivesse obrigatoriamente elos com a clube idealizador, davam espaço a um novo modelo. Um modelo dito “moderno” e “civilizado”, com estatutos, sede, salão e corpo de diretores.

É bem verdade que a imposição dos instrumentos burocráticos utilizados pela própria polícia, cuja exigências se multiplicavam na concessão de autorização para o funcionamento, acentuava o desdobramento desse processo. A realização dos bailes dançantes era um dos principais itens avaliados pela polícia, revelando posicionamentos ideológicos em que conceitos como nacionalidade, identidade cultural, tradição e modernidade marcam o ritmo das práticas corporais<sup>485</sup>. As atividades internas e externas, moralmente aprovadas, servia como indicadores do cumprimento das obrigações estatutárias das pequenas sociedades, por exemplo, o parecer dado pelo Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, Chefe de Polícia do Distrito Federal, concedendo permissão ao Clube Flor da Lyra de Bangu.

O ano de 1907 prometia ser de festa em Bangu. Após o pedido de licença encaminhado a 3º Circunscrição Suburbana, em janeiro do mesmo ano, o presidente Saturnino Carreiro da Silva e o 1º secretário, Manoel Francisco<sup>486</sup>, aguardavam atenciosamente a liberação do clube para “proporcionar aos seus associados diversões em épocas apropriadas à sua espécie e outros divertimentos a juízo do sua administração”<sup>487</sup>. Como era de praxis, a primeira análise foi feita pelo 2º delegado Auxiliar, em seguida, o Chefe de Polícia do Distrito Federal daria a autorização, caso o clube estivesse de acordo com os preceitos entendidos pela polícia<sup>488</sup>.

No parecer dado pelo Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello consta alguns itens importantes que merecem um olhar mais atento<sup>489</sup>. A concessão para o Clube Carnavalesco Flor da Lyra, com sede em Bangu para funcionamento durante o corrente ano, pautava-se

---

<sup>485</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>486</sup> Pedido de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1907.

<sup>487</sup> Estatutos do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1903.

<sup>488</sup> Pedido de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1907.

<sup>489</sup> Ibid.

pelos estatutos já aprovados pela própria polícia num momento anterior, “com as cláusulas de não haver jogos proibidos e os ensaios não excederem às 10 horas da noite e os bailes às 2 da madrugada”<sup>490</sup>, sendo que os ensaios carnavalescos realizados exclusivamente “aos domingos e dias de feriados de 20 de janeiro até o carnaval, e o diariamente oito dias antes, e não lhe sendo permitido sair à rua nem realizar diversões com entradas retribuídas sem licença especial da Polícia”<sup>491</sup>. Ademais, “o Clube funcionará de portas abertas e dará franco acesso aos Delegados Auxiliares e autoridades policiais da Circunscrição”<sup>492</sup>. Por fim, deixa claro que qualquer autoridade policial terá “franco o ingresso”, principalmente “no caso de perturbação da ordem em qualquer dependência do recinto social”<sup>493</sup>. Para os devidos efeitos a homologação deverá ser apresentada ao Dr. 2º Delegado Auxiliar, bem como o Delegado da Circunscrição.

A liberação para o funcionamento da agremiação banguense não apresentou, em princípio, um problema para as autoridades policiais. Afinal, conseguimos identificar autorizações em anos anteriores, todas elas levando em conta o “aspecto moral” de seus associados, destacando sempre que não “há qualquer inconveniente em ser concedida a licença pleiteada pela Sociedade”. Pelo que consta nos autos, o clube seguiu fielmente o protocolo de condutas proposto pela polícia, tendo em destaque a ausência de qualquer jogo de apostas e, claro, a definição dos horários dos festejos oferecidos internamente e externamente. Um outro ponto que chama a atenção é a análise prévia dos estatutos, que de certa forma funcionava como um componente inicial de orientação, ao conduzir, dependendo do seu conteúdo, um parecer positivo ou negativo.

De fato, um olhar mais atento sobre as atividades “internas” e “externas” dos clubes suburbanos nos mostrará uma conotação valorativa e moral, expressiva das regulações vigentes da época, quando esses se aproximavam dos princípios idealizados pelos intelectuais, relacionados diretamente ao grau de adesão à experiência urbana e a suas prerrogativas de civilidade e ordenamento. Por essa razão, cercar os clubes com ações mais burocráticas e incisivas diminuiria, em tese, ações como jogos proibidos, violência ou insalubridade, como podemos observar em nota publicada no jornal do Brasil pelo chefe de polícia Dr. Aurelio Leal:

---

<sup>490</sup> Pedido de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1907.

<sup>491</sup> Ibid.

<sup>492</sup> Ibid.

<sup>493</sup> Ibid.

O Sr. Dr. Aurelio Leal, chefe da polícia, está disposto a usar do maior rigor na concessão de licenças de clubes carnavalescos.

S Ex. está perfeitamente informado dos clubes que nunca deram festejos internos ou externos e que apenas servem para a exploração de jogos proibidos, auferindo os respectivos donos em proveito próprio, quantias fabulosas.

Enquanto isto, outros clubes grandes ou pequenos que funcionam em igualdade de condições realizavam festas internas constantemente e fazem carnaval externo gastando rios de dinheiro, contraindo dívidas fabulosas, enfim, sacrificando-se ao extremo.

É neste abuso que felizmente a polícia está agora pensando, a fim de dar um golpe decisivo nos exploradores da orelha da sota.

Ao que ouvimos ontem, na Repartição Central da Polícia, clubes grandes e pequenos, modernos ou antigos, que não fizerem o carnaval externo, não conseguirão licença do Chefe de Polícia, nem tampouco licença especial concedida pelo 2º Delegado Auxiliar para funcionamento, devendo ser compelidos a fechar as respectivas sedes.

Também resolveu o Sr. Dr. Chefe de Polícia que todos os clubes sejam vistoriados pelo engenheiro de polícia, pois alguns, contra todas as disposições de higiene e segurança funcionam em prédios imundos, infectos e até ameaçando ruína.

Os clubes que obtiverem licença e não saírem, terão as suas licenças casadas após o carnaval.

Não resta a menor dúvida que a medida do Sr. Dr. Chefe de Polícia, além de moralizadora, sob todos os pontos de vista, é ainda um grande passo em benefício do carnaval carioca, que agora mais do nunca, precisa reviver não sejamos sobrepujados pela república Argentina que abriu um crédito de cerca de 100:00\$ para auxílio do carnaval.

É preciso acabar com os clubes carnavalescos *in nomine*, cujos donos exploram diversas modalidades de jogo, adquirem fortunas fabulosas, sem ao menos concorrerem com um real para o carnaval.

Achamos, portanto, dignas dos maiores aplausos, as enérgicas e acertadas medidas que vão ser postas em prática pelo Sr. Dr. Aurelio Leal, Chefe de Polícia<sup>494</sup>.

Além da preocupação do cronista do Jornal do Brasil quanto ao prestígio do carnaval, destacando os 100:00\$ de auxílio para a organização da festa em Buenos Aires, chama-nos atenção os critérios cada vez mais rígidos para a concessão de licença policial, que aumentaria ano após ano na tentativa de barrar aqueles que exploravam jogos proibidos, captando “quantias fabulosas” em proveito próprio. Embora as regras tenham sido dirigidas e estendidas sem embargo de “tamanho” da sociedade, seja ela pequena ou grande, claramente a nota endereçava-se aos pequenos clubes, pois eram justamente esses que cresciam desenfreadamente e se espalhavam pelos cantos da cidade, dessa forma, fugindo do controle policial.

Por essa razão, questões como a estruturação dos espaços de lazer ganhavam corpo frente ao cenário moderno apresentado em alguns pontos específicos da cidade. Aos olhos da grande imprensa carioca era inadmissível uma sede recreativa sem condições de higiene e segurança. Os clubes deveriam ser, nessa perspectiva, espaços diferenciados e

<sup>494</sup> Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1919, p.7.

adequados às “boas” famílias, concomitantemente, símbolos de progresso que pudessem estabelecer um novo padrão de sociabilidade, marcado por descontinuidades que caracterizassem um ritmo de mudança acelerado.

Na tentativa de enquadrar os divertimentos suburbanos dentro das estreitas expectativas do cosmopolismo, além de se submeterem a um processo de investigação feito pelo Chefe de Polícia, alguns clubes deveriam também passar por uma vistoria técnica. Esta visita era orientada pelos peritos da prefeitura, que apresentavam um laudo após a verificação in loco, podendo ser positivo ou negativo. Vejamos o caso do Clube Carnavalesco Pingas de Engenho de Dentro, que recebera, em 13 de fevereiro de 1919, a visita dos engenheiros civis nomeados no auto de apresentação<sup>495</sup>.

A formalização do pedido de vistoria foi feita em 8 de fevereiro daquele mesmo ano, juntamente com a sua homologação para realização de bailes internos, pelo Sr. Salatiel Gonçalves Martins, presidente do Clube Carnavalesco Pingas de Engenho de Dentro<sup>496</sup>. A sede, localizada na rua Engenho de Dentro, n.41, passou por uma inspeção minuciosa, contando com a participação conjunta de dados apresentados por moradores, policiais e dos peritos nomeados pelo Delegado Auxiliar Armando Vidal Leite Ribeiro, conhecido pela repressão contra jogos e contravenções<sup>497</sup>.

O parecer técnico, contendo dez itens, indicava um questionário misto, o qual apresentava questões de diferentes tipos, algumas com respostas mais diretas, contendo sim ou não. Outras com maior profundidade e liberdade de expressão, que vão desde pontos estéticos a segurança e higiene.

Após o exame necessário, os engenheiros José Ferraz de Vasconcelos e João Cardoso e Silva responderam os itens presentes no questionário. Quanto as condições de segurança, higiene e solidez, os peritos foram breves, alegando que o clube oferecia tais condições<sup>498</sup>. Em relação as saídas de emergência, “em caso de incêndio ou pânico”, o parecer também foi positivo, pois o clube contava com duas saídas: uma no final do salão e a outra pela lateral<sup>499</sup>.

Ainda associado a segurança, a instalação elétrica mostrou-se um ponto de preocupação, notadamente quanto aos fios e isolamento, já que deveria oferecer o suporte

---

<sup>495</sup> Exame e vistoria no Club dos Pingas Carnavalescos, 8 de fevereiro de 1919.

<sup>496</sup> Ibid.

<sup>497</sup> Ver: Diário Oficial da União (DOU), 13 de julho de 1917, seção 1, p. 28; A Notícia, 19 de outubro de 1917; CPDOC, coleção Armando Vidal Leite Ribeiro, apresentação do índice, 537.

<sup>498</sup> Auto de exame do Club Pingas Carnavalescos, 13 de fevereiro de 1919.

<sup>499</sup> Ibid.

“contra qualquer acidente imprevisto”, além de satisfazer às condições técnicas<sup>500</sup>. Nesses dois itens, os engenheiros foram sucintos. As instalações eram novas, bem elaboradas e estavam de acordo com a norma técnica. Ademais, “o isolamento foi feito por encanamento de chumbo e condutores de ferro, em boas condições”<sup>501</sup>.

No item higiene, a sede recebeu algumas críticas. De acordo com os peritos, o local não “contava com sanitários e mictórios em número suficiente e conservados com asseio e decência”. Para eles, os que ali estavam, “deveriam ser mais bem tratados”, conforme foi estabelecido pelo encarregado do edifício. Em contrapartida, as salas destinadas aos toalhetes e vestiários, apresentavam boas condições, cuidadas com “regular asseio”<sup>502</sup>.

A desaprovação também estava presente no oitavo item, referente à comunicação. Os peritos indicaram que a sede não possui um canal de “comunicação direto com a Repartição Central da Polícia e o corpo de Bombeiros”, o qual “constitui uma falta sensível” para a sociedade deste porte<sup>503</sup>.

O número de frequentadores também foi um ponto presente no questionário, mas sem qualquer indicação de problema. De acordo com os técnicos, a sede comportaria um total de 400 pessoas, um número bem próximo daqueles divulgados nas colunas de entretenimento<sup>504</sup>. Além disso, a cubagem e tiragem de ar estavam de acordo com a lotação da casa, já que as aberturas existentes eram suficientes para satisfazerem as condições exigidas, sustentam os peritos. Por fim, o último item não foi favorável ao clube. Questionados se o edifício precisaria de pinturas ou de outras quaisquer obras, os engenheiros recomendaram uma pintura geral<sup>505</sup>. Além da limpeza de esquadrias, dependências e terraço.

Ao final do questionário, foi emitido um parecer técnico, com algumas descrições sobre as instalações físicas e mudanças, as quais jugavam emergenciais. De acordo com os engenheiros, a sede, instalada em um sobrado, contava com uma sala de baile, uma sala de jogo e um restaurante. Ao lado, havia um coreto de madeira sobre a escada de saída, que merece ser reconstruído, sendo necessário a utilização de “material de melhor qualidade”. Por fim, a falta do telefone, conforme apontamos no oitavo item, foi lembrada pelos técnicos, sendo considerada de suma importância para a comunicação com a Repartição de Polícia,

---

<sup>500</sup> Auto de exame do Club Pingas Carnavalescos, 13 de fevereiro de 1919.

<sup>501</sup> Ibid.

<sup>502</sup> Ibid.

<sup>503</sup> Ibid.

<sup>504</sup> Ibid.

<sup>505</sup> Ibid.

recomendando que a sociedade deva ser “impelida a colocá-lo, mas, claro, deixando a critério do Delegado Auxiliar.

No mesmo dia, o escrivão Bento de Macedo Guimarães enviou a conclusão do parecer ao Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro, que julgou “procedente o auto de exame para produzir seus legais e regulares efeitos”<sup>506</sup>. Dessa forma, o grupo dos Pingas Carnavalescos estava liberado para o normal funcionamento daquele ano, conscientes que deveriam atender as mudanças recomendadas pelos peritos da prefeitura.

Não tivemos acesso a fontes que pudessem indicar se as recomendações foram cumpridas ou não pelo corpo de diretores. Partindo de uma hipótese, já que o clube recebera em outros anos a licença, sem maiores problemas, acreditamos que as recomendações foram cumpridas. Todavia, sabemos que essas ações não se restringiam a uma interpretação cujo objeto seria circunscrito ao espaço. Logo, aqueles que o ocupavam, produzindo outras territorialidades, também eram alvo de perseguição, pois vistos como incivilizados, dificultaria a autorização de funcionamento.

Dessa forma, outras questões como desordem, brigas em anos anteriores e, principalmente, cobrança de ingressos para os bailes também subtraíam as chances de conquistar a sonhada permissão. Aliás, a cobrança por entradas configurava-se como um problema, uma espécie de “anomalia”<sup>507</sup>, considerada uma demonstração indubitável de periculosidade, pois não havia “escrúpulos ou escolha de pessoas para a frequentarem”<sup>508</sup>, como dizia o relatório apresentado pelo Delegado Auxiliar Armando Vidal Leite Ribeiro, recomendando ao chefe de polícia o indeferimento do pedido feito, em janeiro de 1919, pelo Sr. Emílio Ferreira Araújo, presidente da Sociedade Carnavalesca Yayá Formosa, com sede na Rua do Chichorro no Catumbi<sup>509</sup>.

Não eram, porém, somente assuntos institucionais que inviabilizavam os pedidos de licença. Casos de violência entre sócios ou brigas eram corriqueiramente lembradas no momento da homologação, independente seus desdobramentos ou ações, como foi o caso do Clube Couraceiros do Inferno, que teve seu pedido negado pela polícia em 1914, sob a justificativa de ter entre seus frequentadores “homens e mulheres de baixa esfera”, além de “constantes conflitos” em suas dependências<sup>510</sup>. Na verdade, a negativa baseava-se no fato

---

<sup>506</sup> Auto de exame do Club Pingas Carnavalescos, 13 de fevereiro de 1919.

<sup>507</sup> Parecer sobre o pedido de licença da Sociedade Carnavalesca Yayá Formosa, janeiro de 1919.

<sup>508</sup> Ibid.

<sup>509</sup> Pedido de Licença da Sociedade Carnavalesca Yayá Formosa, janeiro de 1919.

<sup>510</sup> Pedido de Licença do Cube Recreativo Couraceiros do Inferno, fevereiro de 1914.

ocorrido um ano antes, na madrugada do dia 24 de agosto de 1913, publicado pelo jornal O Imparcial, sob o sugestivo título de “Os sedentos de sangue”<sup>511</sup>.

Eram quatro horas da madrugada, quando Januário Seabra de Souza, vulgo “moleque Januário”, de 22 anos, pardo, pintor, morador da Rua José dos Reis, n. 137 e Nestor João Pires, de 26 anos, pardo, marceneiro, morador da Rua da Laranjeiras, n. 45, saiam do Clube Couraceiros do Inferno, na região conhecida como Pequena África, Praça XI da cidade do Rio de Janeiro. Por conta de uma “troca de palavras” ainda no interior do clube, Januário ao sair à rua desafiou o seu desafeto, o qual negou-se brigar. No entanto, o “moleque Januário” insistiu, “dizendo que havia de tirar a forra, fosse como fosse, nem que tivesse que mata-lo”. Logo, surgiram, vindos do interior do mesmo grêmio, o irmão de Januário, Simeão Seabra de Souza e um outro “malandro conhecido pelo vulgo de Petit, e outros mais”<sup>512</sup>, que rapidamente meteram-se na discussão. A essa altura Januário já se encontrava de arma em punho, um revólver Girard, da marinha de guerra. Ao avistar o irmão armado, Simeão gritou para que esse atirasse, e, em seguida, sacando de uma navalha, investiu para Euclides Cavalleire, vulgo Petit, vibrando-lhe um profundo golpe no rosto.

Nessa ocasião, formou-se um vasto conflito com socos e navalhadas, e, aproveitando-se da confusão, Moleque Januário alvejou a sua vítima escolhida, o marceneiro Nestor, que recebeu dois tiros, caindo em instantes banhado em sangue.

Simeão, por sua vez, continuava a espalhar os sócios do clube que tentavam apaziguar os ânimos com a sua navalha, mas vendo a vítima caída, tratou de fugir sem que fosse perseguido. Januário tentou fazer o mesmo, correndo em direção à rua Visconde de Itaúna, mas o povo que ali se encontrava o perseguiu gritando em voz alta, o que chamou a atenção do Comissário Ayres, do 14º distrito e o Guarda Cível n. 595, capturando o “facínora” em seguida<sup>513</sup>.

Na delegacia “moleque Januário” negou o crime, contudo, por conta dos testemunhos dos sócios do clube, foi autuado em flagrante. Em poder do infrator foi encontrada a quantia de 270\$000 em dinheiro, além do revólver. Também foi descoberto que ele foi um dos responsáveis pelo assalto à Casa de Joias Margarida Fichitonio. Já a vítima, apenas 3\$200 em um dos bolsos e uma aliança, estando humildemente trajada. O periódico

---

<sup>511</sup> O Imparcial, 25 de agosto de 1913.p.3.

<sup>512</sup> Ibid.

<sup>513</sup> Ibid.



ressalta que Nestor sustentava a mãe e três irmãs, que a partir desse momento encontram em verdadeira miséria<sup>514</sup>.

Embora os sócios tenham ajudado não só a capturar infrator, como também testemunharam contra o “moleque Januário”, não havia dúvidas: eram todos representados como “perigosos” e “incivilizados”, levando ao delegado a emitir um parecer recomendado o fechamento da sociedade dançante “por medida de ordem”<sup>515</sup>.

De fato, a presença de indivíduos processados entre os frequentadores assíduos dos bailes dificultava em muito a conquista pela tão desejada licença. Todavia, se esses sujeitos fizessem parte do corpo de diretores acentuaria ainda mais o processo, pois obliteravam de vez qualquer tentativa de lograr uma autorização, como nos mostra o pedido feito pela “Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Club dos Mangueiras”, com “sede” na Vila proletária Marechal Hermes, subúrbios da cidade. Em março de 1915, o então presidente Cypriano José de Oliveira fez o pedido de licenciamento para sair às ruas e promover bailes internos naquele ano, conforme propunha seu estatuto: “festejar todos os anos a data de sua fundação, assim como também o Carnaval externo por meio de préstito com críticas e alegorias pela maneira resolvida em assembleia, dentre os preceitos e normas policiais”<sup>516</sup>. Todavia, a negativa foi incisiva.

Mesmo tendo enfatizado os “preceitos” e “normas” estabelecidas pela força policial em seus estatutos, a Sociedade, cujo objetivo era “proporcionar aos associados e suas famílias divertimentos lícitos”<sup>517</sup>, não teve a licença aprovada. De acordo com o Delegado da Circunscrição Suburbana, o clube “tem a sua sede em um botequim à avenida 1º de maio, n. 6, na Vila Marechal Hermes”<sup>518</sup>. Ademais, havia um atenuante que complicaria ainda mais a aquisição do licenciamento, tratava-se do próprio presidente, Cypriano José de Oliveira, o qual “figura nesta seção registrado em prontuário como grevista, e como tal já foi processado”<sup>519</sup>. A Sociedade ainda contava com Caralampio Trille como sócio; indivíduo, que segundo a polícia “é agitador, revolucionário e perigoso, pois, em 1904, esteve envolvido e tomando parte saliente nas greves e acontecimentos ocorridos neste ano”<sup>520</sup>. Por fim, a

---

<sup>514</sup> O Imparcial, 25 de agosto de 1913.p.3.

<sup>515</sup> Pedido de Licença do Cube Recreativo Couraceiros do Inferno, fevereiro de 1914.

<sup>516</sup> Estatutos da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras de 1915.

<sup>517</sup> Pedido de Licença da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras de 1915

<sup>518</sup> Ibid.

<sup>519</sup> Ibid.

<sup>520</sup> Ibid.

“sindicância apurou que os demais associados deste clube são negociantes, operários e empregados da estiva”<sup>521</sup>.

Semanas depois, o 23º Distrito Policial enviou um manuscrito que complementaria alguns dados sobre a composição do quadro social do clube. O presidente “grevista”, Cypriano José de Oliveira, era carregador no cais do porto. Foi fiscal geral e, anos depois, em 1923, assume também a presidência da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, cargo que exerceu forte militância no cais. Já os secretários eram funcionários dos Correios e os demais cargos ocupados por operários da Estrada de Ferro Central do Brasil e um funcionário da Escola Politécnica<sup>522</sup>.

Outro membro que compunha o dossiê enviado era o sócio “agitador e revolucionário, Caralampio Trille, espanhol anarquista com um longo histórico de militância em seu país<sup>523</sup>. No Brasil, ajudou a fundar jornais libertários como “A Greve”, em 1903, e participou de várias sociedades operárias, chegando a presidir, em 1910, a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso da Gávea<sup>524</sup>. Com uma diretoria potencialmente “perigosa”, cujo o desfecho certamente caminhou para uma negativa, destacamos o esforço policial em estabelecer relações que transcendem o campo da diversão. Para além da sede em um botequim, a busca por questões políticas e comportamentos considerados subversivos geraria um motivo ainda maior para esquivar-se de transgressões que pudessem ocorrer no interior desses grêmios.

Aos olhos daqueles que pregavam a “moral” e a “civildade”, agremiações como a Sociedade Familiar Club dos Mangueiras representavam o verdadeiro perigo. Formados por um grupo de trabalhadores de baixa renda, estas pequenas sociedades, assim como seus pares, tornavam-se alvo de constantes cuidados e permanente repressão, fosse pelo extenso número de circulares e processos de concessão ou cassação de licenças para funcionamento, ou até mesmo pela infinidade de notícias nas páginas policiais dos grandes jornais da cidade<sup>525</sup>. No caso específico do clube citado, que tinha no movimento grevista uma preocupação clara, as autoridades policiais o tratavam ainda com mais rigor, pois reconheciam o ato como fruto da manipulação que alguns militantes anarquistas exerciam sob a maioria dos trabalhadores

<sup>521</sup> Pedido de Licença da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras de 1915.

<sup>522</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>523</sup> A Época, 19 de setembro de 1913; A Época, 3 de outubro de 1913.

<sup>524</sup> Ibid.

<sup>525</sup> COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta**: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

cariocas, buscando legitimar assim os discursos que defendiam o controle e repressão ao movimento operário e a própria greve<sup>526</sup>. Nesse caso, fechar os olhos aos clubes que tinham militantes em suas fileiras era legitimar um espaço de certa forma considerado por eles subversivo, um local potencializador para futuras manifestações.

Ainda que as iniciativas de controle agissem de forma intensa, é notável como alguns clubes suburbanos conseguiam habilmente ludibriar alguns itens. O sistema regulador apresentado pela força policial não era totalmente eficaz, pois mesmo com o aumento do contingente de autoridades na avaliação dos casos, ainda assim não era suficiente para acompanhar o crescimento acelerado de clubes nos bairros pobres da cidade. Por exemplo, a carta de um leitor, escrita em janeiro de 1919, que parabeniza o pensamento coercitivo da polícia distrital, mas discorda da efetividade do gesto, já que algumas sociedades “de carnavalescas só têm o rótulo”<sup>527</sup>.

Apesar das medidas rigorosas que o Sr. Chefe de Polícia ordenara aos seus auxiliares o *Jornal do Brasil* foi informado de que não estão sendo executadas as ordens saneadoras da polícia civil e a prova está no facto de já terem sido licenciadas muitas das tais agremiações que nunca brilharam no Carnaval do Rio e se algum dia deram festas internas, dessas ninguém lembra<sup>528</sup>.

Fica claro que o sistema proposto não correspondia aos anseios daqueles que almejavam uma cidade festiva, porém sofisticada e moderna. Havia sociedades que mesmo licenciadas só gozavam do “rótulo”. Em outras palavras, não desempenhavam corretamente as atividades recreativas os quais se propuseram em seus estatutos ou pedidos de licença. Ao compararmos alguns pedidos de licença, utilizando como critério aqueles que obtiveram o aval do delegado de polícia, podemos destacar alguns dos mecanismos utilizados por essas sociedades. Por exemplo, a mudança de sede, muito comum entre os grêmios dançantes, pelo menos nos endereços que constavam nos pedidos de permissão. A estrutura da sede a era um dos itens observados e cobrados pelos órgãos de segurança. Em vários casos, identificamos observações da polícia como faixa precária, falta de pintura, número de pavimentos, banheiros para sócios, insalubridade e até ameaça de ruína, determinando, em alguns casos, o indeferimento do pedido de licenciamento anual<sup>529</sup>.

---

<sup>526</sup> PEREIRA, L. A. de M. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, M. C. P. (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas, SP: Editora Unicamp/ Cecult, 2002, p. 419-444.

<sup>527</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1919.

<sup>528</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1919, p.8.

<sup>529</sup> Ver Exame e vistoria na Sociedade Dançante Flor do Abacate, fevereiro de 1919; Exame e vistoria no Clube dos Pingas carnavalescos, 8 de fevereiro de 1919 e *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1919.

Na tentativa de burlar as autoridades policiais, as sociedades davam um endereço qualquer, que nem sempre representava o local verdadeiro da sede, podendo ser a residência de alguns dos diretores ou até mesmo o botequim frequentado pelos seus associados, como foi o caso já citado da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras. Somente em Bangu, podemos identificar a Flor da Lyra em 1903, com sede no Marco 6; em 1908, na Estrada Real de Santa Cruz, n. 288, que fica no bairro de Realengo; em 1912, com sede novamente no Marco 6; em 1917, retornando a Estrada Real de Santa Cruz, mas agora no número 284; em 1919, na Av. Suburbana, n. 365; em 1920, novamente no Marco 6, em Bangu<sup>530</sup>. Entretanto, comparados às colunas dos cronistas que cobriam as festas do clube, percebemos que a sede sempre esteve no Marco 6, em Bangu, podendo até mudar de número, mas seguramente não de bairro.

Assim, é provável que muitos ensaios e bailes acontecessem mesmo sem a homologação dos órgãos competentes. Afinal, os bailes nas ruas ou em quintais eram comuns nos subúrbios da cidade<sup>531</sup>. Fossem a céu aberto, longe das estruturas pretendidas pela polícia ou pelos órgãos de imprensa, ou nos salões dançantes, que cobravam ingressos, possibilitando a entrada de qualquer sujeito que pudesse arcar com o valor simbólico, os clubes convertiam-se em espaços de manifestações autônomas de suas próprias tradições festivas, mesmo sob forte repressão policial, expressas nas *Jazz Bands* da região ou nos modestos pagodes do dia a dia.

Todavia, não era somente a força policial que formulava um olhar contrário e negativo aos clubes recreativos populares. Se pensarmos os momentos de diversão dos subúrbios como também alguns espaços da região central da cidade, notadamente a “pequena África”, a partir das lutas e tensões que se estabeleceram em suas esferas, vemos na grande imprensa carioca estigmas e representações de violência partindo de inúmeros cronistas que caracterizavam seus festejos como ambiente de perdição e barbárie. O exemplo do Bangu A. C. ajuda-nos a compreender essas representações de maneira mais explícita.

Em maio de 1912, a Gazeta de Notícias publicou algumas matérias chamando a atenção para a corriqueira violência nas partidas disputadas pelo Bangu. Na tentativa de ilustrar sua hipótese, utilizou o último *match* do dia 26 do mês corrente: São Cristóvão x Bangu<sup>532</sup>.

<sup>530</sup> Pedidos de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra de 1903, 1908, 1912, 1917, 1919 e 1920.

<sup>531</sup> PEREIRA, L. A. de M. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, M. C. P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas, SP: Editora Unicamp/ Cecult, 2002, p. 419-444.

<sup>532</sup> Gazeta de Notícias, 29 de maio de 1912.

Os primeiros instantes da partida já não corriam de forma amigável, notadamente por conta da truculência dos players de Bangu. Aos 20 minutos do primeiro tempo, discordando da marcação de um gol a favor da equipe da casa, jogadores do Bangu abandonaram o jogo<sup>533</sup>. Irritados, sócios e torcedores da equipe suburbana invadiram o campo e agrediram o árbitro Antonio Peres que nada pode fazer, segundo o cronista<sup>534</sup>. Na tentativa de pôr fim à confusão, alguns praças foram chamados, que com enorme dificuldade, conseguiram conter a fúria dos sócios da agremiação banguense. Ao término do conflito, os indivíduos foram encaminhados à 3ª circunscrição suburbana, e, lá, posteriormente soltos<sup>535</sup>.

No dia seguinte, os principais órgãos da imprensa carioca exigiam uma atitude enérgica por parte da Liga Metropolitana de Sports Atléticos – a punição severa dos culpados das cenas degradantes desenroladas no domingo: “se assim proceder, teremos a moralização do Foot-ball association, no caso contrário, não!”<sup>536</sup>. Depois de apurados os fatos, a Liga Metropolitana concedeu a vitória ao São Cristóvão, a fim de serem evitados fatos semelhantes<sup>537</sup>.

De fato, as agremiações suburbanas carregavam estigmas de violência e amoralidade. Fossem elas esportivas, dançantes ou carnavalescas suas práticas representavam o medo e a desconfiança daqueles que se preocupavam em manter o já desconfigurado ideário de modernidade projetado outrora.

Vale lembrar que as primeiras décadas do século XX marcam um momento em que alguns bairros, entre eles suburbanos, transformavam-se em espaços por excelência da pobreza na antiga Capital Federal. Fosse pela associação histórica entre pobreza e criminalidade, ou entre pobreza e doenças epidêmicas, o discurso de que os espaços frequentados por esses indivíduos seriam territórios das “classes perigosas” se potencializou. É o que vemos na coluna “o que a polícia não vê”, publicada pelo jornal A Imprensa, em junho de 1914.

É inacreditável que a polícia do 12º distrito ignore a existência de um perigoso antro de malandros, que funciona com o pomposo rótulo de “Ideal Club”, no prédio n.46, da rua dos Arcos.

O tal “Ideal Club” não passa de uma escandalosa casa de tavolagem, onde se reúne a fina flor da Lyra, cáftens, ladrões e o baixo meretrício, sendo mais nem menos semelhante ao celebre “Club das Costureiras”, que há tempos funcionou na rua do

---

<sup>533</sup> Gazeta de Notícias, 29 de maio de 1912.

<sup>534</sup> Ibid.

<sup>535</sup> Ibid.

<sup>536</sup> Ibid.

<sup>537</sup> Ibid.

Hospício e ao “Paladino Brasileiro” da Praça 11 de junho, fechados pela polícia, devido as constantes desordens e numerosos crimes ali ocorridos.

O “Ideal Club”, às quartas, sextas e sábados, dá bailes, sendo o convite de entrada a quantia de 2\$00 e nos demais das da semana funciona numa sala dos fundos uma roleta, o monte e outros jogos mais, sendo nesses o ingresso franco.

Nos dias destinados ao maxixe, não pode ser mais vergonhoso o espetáculo que oferece à rua dos Arcos, sendo as famílias impossibilitadas de por ali passar, devido, as mulheres que quase em trajos menores e pouco decentes saem de suas rotulas para o “Club”, em grande algazarra, acompanhadas de indivíduos perigosos.

A polícia, que agora sabe da existência de tal antro, deve ali ir e fechá-lo para benefício das famílias vizinhas que vive em sobressalto<sup>538</sup>.

Na verdade, esse estilo de narrativa não soa estranho. Pelo contrário, descrito como símbolo do antiprogresso e da anticivilização, as práticas de lazer da população pobre carioca eram corriqueiramente associadas às imagens de perigo nos principais periódicos da cidade. Centro de uma campanha sistemática de estigmatização de seus valores e normas comportamentais, o que contribuía para a legitimação daquelas ações realizadas pela força policial, a violência nos grêmios suburbanos pode revelar, através dessa obliquidade, importantes chaves investigativas a respeito da formação de uma tradição de pensamento, que revalorizada, segundo cada contexto histórico, ajuda-nos a compreender, de variadas formas, os estereótipos e as representações de violência no âmbito das práticas corporais populares.

Fossem nas ruas ou nas sociedades dançantes populares, alguns cronistas se harmonizavam no que se refere à estigmatização dos padrões comportamentais dos moradores dos bairros pobres da cidade, rotulando seus espaços de diversão em “antro” de prostitutas, ladrões, cafetões e malandros. Ademais, é preciso estar atento para não compreender esse discurso como ação espontânea, tampouco homogênea. A narrativa que associava a violência dos bailados populares às “classes perigosas” tinha muito mais apelo na conjuntura da “regeneração”, no qual, segundo Nicolau Sevcenko, caracterizou-se por três fatores básicos: a condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, a negação da cultura popular, a expulsão das classes pobres do centro da cidade e a promoção do cosmopolitismo<sup>539</sup>, do que propriamente com a segurança da população.

Como fora apontado no primeiro capítulo, sabemos que a cólera demolidora de Pereira Passos presente nos primeiros anos do século XX foi acompanhada por uma igualmente impetuosa legislação, que procurava banir as “velhas usanças” incompatíveis com o ideal de “civilização”; assim, boa parte do ônus da modernização do período, seja ela no campo da moradia ou na própria forma de diversão, foi descarregada sobre a classe

<sup>538</sup> A Imprensa, 12 de junho de 1914.

<sup>539</sup> SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

trabalhadora. Vejamos as representações e ironias criadas pelo autor do periódico O Paiz, em janeiro de 1920, quando assim narrou, sob o título “bailes e pancadarias”, os festejos dos Fenianos de Cascadura.

Cascadura também tem o seu clube carnavalesco. Fica ali para os lados do largo desse nome e tem pomposo nome de “Club dos Fenianos”.

É um prazer aos sábados ver a gente os sócios e as sócias solenemente penetrarem na sede do “clubio”, tresandando a Jicky<sup>540</sup>, os cavalheiros com os lenços ao pescoço, para pouparem os colarinhos, e as damas muito eretas dentro de uns vestidos berrantes trepadas em seus saltos deste tamanho e aqueles tradicionais laços e fitas, enormes, pousados nos cabelos, qual borboletas...

E o barulho? Ah! O barulho...

Aquilo chega a ser ato inferno, na hora das contradanças, não só descasca o trombone como o bombo concorre heroicamente para a insônia da vizinhança, enquanto que uma clarineta – ah! A clarineta...que parece fabricada de caixa de batata, desacompanha os outros instrumentos, todos com protesto. E, quando eles roncam, os pares, suarentos, num arrasta-pé enervante, fazem a volta do salão, sorridentes, segredando-se coisas...

E agora, que o carnaval não está longe, os bailes ali são concorridíssimos, e a gente de todos os matizes que lá penetra não tem amor aos 1\$100 que tem de deixar cá em baixo, na porta, com um dos membros da diretoria, como “taxa de franquia”. O de ontem, então, nem se fala. O salão estava repleto e os pares mal se podiam mover, e quando o mestre da música anunciou o “Macaco é outro”, houve um reboição enorme na sala, Os homens procuraram as damas e se colocaram a espera dos acordes para romperem a ploká com passa certo.

Um dos dançarinos, Raul Cabral, ao voltar-se para apanhar um lenço que caíra ao chão, pisou um dos calos de Maria da Conceição, que ficou logo “velde” e deu-lhe um empurrão.

O Raul, como única resposta, deu-lhe vários socos e a retirada dos turcos, em Constantinopla, cremos, foi feita com menos desordem com a balburdia de gritos e protestos que ali reinava, acudiu a polícia do 20º distrito, que prendeu o agressor em flagrante.

A vítima, que ficou com o vestido e o rosto amarrotados, foi medicada pela Assistência.

Raul, que é casado e reside à rua D. Luiz n.38, foi autuado, e o Dr. Coelho Gomes, delegado do distrito sabendo que naquele clube se cobrava entrada, oficiou ao chefe de polícia pedindo a cassação da sua licença<sup>541</sup>.

Muito além do sarcasmo presente do início ao fim da narrativa, algo comum quando se tratava das práticas corporais populares<sup>542</sup>, o cronista endossa as representações de barbárie e violência, cristalizando sua visão de mundo, impregnado por estigmas que desqualifica todos que ali frequentavam, independente dos desdobramentos e do contexto em que a violência se deu, pois não restavam dúvidas; eram representados como malandros, vadios e prostitutas, que utilizavam vestimentas vulgares, perfumes de baixa qualidade e gosto duvidoso para música.

<sup>540</sup> Alusão ao perfume usado por pessoas com alto poder de compra, lançado em 1889 por Aimé Guerlain, filho do perfumista Pierre-François-Pascal Guerlain.

<sup>541</sup> O Paiz, 19 de janeiro de 1920, p. 06.

<sup>542</sup> Ver: SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Dessa forma, seríamos ingênuos pensar a construção ideológica de “classes perigosas” análoga à noção de “classes pobres” como uma simples eventualidade, tampouco circunscrita somente a um problema específico de desordem social. Pelo contrário, passa, sobretudo, na forma de compreender a pobreza como doença moral, social e epidemiológica de vícios, que é passada de geração a geração através da exposição dos filhos aos “males” dos pais advindos destas “classes”. Como lembra Moscovici, a representação social desponta no momento em que existe ameaça para a identidade coletiva, quando o conjunto de conhecimentos submerge as regras que a sociedade se outorgou<sup>543</sup>.

Independentemente de serem “concorridíssimos”, com “gente de todos os matizes”, algo que indica o sucesso do baile entre os moradores da região, a festa não poderia ter aos olhos do cronista maiores atrativos. Ademais, a lotação do baile “suarento”, com “taxa de franquia”, no valor de 1\$100, deixado por baixo da porta, com um dos membros da diretoria”, repudiado pelos jornalistas que alia estavam, revelava o hiato que desmembrava as concepções letradas sobre os salões e bailes suburbanos do modo pelo qual eram realmente vividos pelos que se entregavam aos arrasta-pés dançantes nos bairros pobres da zona suburbana. De forma geral, os homens de letras difundiram em suas narrativas conteúdos de ideias fundamentalmente elitista. Na matriz dessa produção - ora intimista, ora abertamente conservadora - está o próprio desmembramento entre os intelectuais e a realidade nacional-popular, uma segmentação posta e repostada por condicionamentos objetivos de nossa composição histórica e social, como sustenta Carlos Nelson Coutinho<sup>544</sup>.

O caso do Luiz Edmundo, memorialista de destaque no período, revela importantes transcrições em sua visita jornalista à sede da Sociedade Carnavalesca Tira do Dedo do Pudim, localizada no morro da Conceição, zona central da cidade. Embora o clube não esteja localizado nos subúrbios carioca, o morro também era espaço de estigmas e estereótipos, já que seus pares reuniam, juntamente com a zona suburbana, a população pobre da cidade. Ademais, o conceito de “subúrbio” adquiriu um significado próprio na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o geógrafo Márcio Piñon de Oliveira, ele ultrapassa a etimologia da palavra e o sentido geográfico do termo e não se refere, necessariamente, a um bairro ou região localizada longe do centro, nos arrabaldes da cidade<sup>545</sup>. Caracteriza muito mais uma identidade, uma cultura e uma vida com peso ideológico muito forte, representado como

---

<sup>543</sup> MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

<sup>544</sup> COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

<sup>545</sup> EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Niterói: Imprensa Oficial, 2009.



espaço de pessoas simplórias, trabalhadores pobres, não modernos, precarizados e imersos na violência da cidade.

Na visita feita pelo memorialista, alguns elementos corroboram a ideia citada. Tendo as grandes sociedades como parâmetro, o memorialista descreve as semelhanças e dessemelhanças, o que havia, de fato, de aproximações com o que se idealizava “moderno”. Vamos seguir próximo ao memorialista em seu passeio de registros e considerações, na tentativa de compreender os estereótipos e estigmas através dos seus olhos.

No alto da ladeira João Homem, o autor observa atentamente uma casa com porta de rótula, toda pintada de azul-marinho. Era a sede da “Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançantes, Beneficente e Recreativa Tira o Dedo do Pudim”, que reunia, com “ufania e regalo”, “moçoilas rapazelhos que vivem ajanelados em seus casebres que se dependuram como gaiolas de pássaros pela íngreme viela torta, feias, imunda, porém movimentadíssima”<sup>546</sup>.

A vizinhança parecia satisfeita, toda formada por moradores do morro, em cima de uma “cidade tranquila” aos olhos do autor. Das quatro da tarde às nove da noite, a região era animada por músicos da localidade, fazendo uma barulheira que o incomodara. Além disso, há uma “zabumbar furioso, infernal, sem armistício, para os nervos e para os ouvidos do próximo”, segundo o jornalista<sup>547</sup>. De longe, o memorialista era saudado pelos moradores, não mais do “rude e atordoante zé-pereira, já repousado, mudo, porém a de mil bocas: gritos, berros, ou estrídulas risadas, de envolta com o afinar de instrumentos de corda ou sopro, balburdia amável e festiva, confuso bruaá”<sup>548</sup>, denunciando desafogo e alegria da “massa ingênua” que livremente se diverte<sup>549</sup>. Subamos, sugere Luiz Edmundo.

A decoração logo chamou a atenção do autor, notadamente por sua tentativa de parecer elegante. “A *sédea*”, grafada pelo autor – um estilo utilizado pelo memorialista quando reproduzia em seus escritos a fala popular –, tinha na fachada um escudo feito em folha-de-flandres, pitado com as cores sociais, o qual mostrava uma mão que aponta com o dedo indicador para um disco enorme, algo próximo de uma lua cheia<sup>550</sup>. E mais um S e um C, referente à “Sociedade Carnavalesca”, antecedendo as letras negras e garrafais do título: Tira o Dedo do Pudim<sup>551</sup>.

---

<sup>546</sup> Ibid., p. 506.

<sup>547</sup> Ibid.

<sup>548</sup> Ibid.

<sup>549</sup> Ibid.

<sup>550</sup> EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Niterói: Imprensa Oficial, 2009, p. 506.

<sup>551</sup> Ibid.

As portas e janelas estavam par a par, sempre abertas, mostrando o interior de um “salãozinho” que mal comporta a “chusma” de associados e seus penetras, todo forrado de um papel azul cor do manto de nossa senhora onde, em desenhos “grotescos”, prateados e como que em relevo se veem, em confusão, líras e rosas que se entrelaçam<sup>552</sup>. Para o autor, um dos caprichos dessas agremiações “mômicas” é o papel da sala, sempre “espalhafatosa e cara”. No caso desta sociedade custou uma fortuna, sendo votada em “*assembleia gerá*”, como se faz nas sociedades abastadas<sup>553</sup>.

A iluminação também foi descrita por Luiz Edmundo. Admirada pela plateia do “sereno”, formada na calçada da rua, que segundo o memorialista “vive das migalhas da folia dos outros”, o cenário era belo. Já o cronista pensava opostamente<sup>554</sup>. A luz era de querosene, com um lampião suspenso ao teto, que ao resvalar pela parede, arrancava, de seu prateado escandaloso, chispas. O forte cheiro de querosene e o calor que transformava o rosto da assistência em “verdadeiras cascatas de suor” incomodavam imensamente Luiz Edmundo<sup>555</sup>. Ali, ventiladores não existem, por isso os convidados andam de mão os leques e as ventarolas de papel.

Pelos cantos da sala há enormes cartuchos de papel, muitos deles cobertos de malha de “*crochet*”, com aplicações de espelinhos, “grotescamente” emoldurando fotografias minúsculas, em maioria aproveitadas de cartões postais<sup>556</sup>. Para Luiz Edmundo, “isso é moda em casa de pobre”, “ânsia ingênua de decoração”<sup>557</sup>. Mais à frente, cruzando o teto em diagonal, festões de papel, uma enfiada de papoulas ou rosas, ornamento e pouso tranquilo do mosquiteiro. Também havia bolas de papel de seda, coloridas e fofas, que se penduram pelos braços dos aparelhos a gás. E, claro, como de praxe, num caixilho dourado e envolto de gaze, o retrato do presidente da sociedade, quase sempre entre uma ventarola de pregas e uma porta cartões feito de cartolina e seda, assinala o autor<sup>558</sup>.

Decerto que as imprecisões contidas por Luiz Edmundo sobre as sociedades recreativas não podem ser transformadas em verdades ou em fatos consumados. Contudo, a recorrência do tema na produção literária se dá, sobretudo, em razão da discussão que se estabelece entre os intelectuais quando o assunto era o crescimento das sociedades dançantes ou esportivas entre a população pobre da cidade. Adjetivos como “grotesco”, “espalhafatoso”

---

<sup>552</sup> Ibid.

<sup>553</sup> Ibid.

<sup>554</sup> Ibid., p. 507.

<sup>555</sup> Ibid.

<sup>556</sup> Ibid.

<sup>557</sup> Ibid.

<sup>558</sup> EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Niterói: Imprensa Oficial, 2009, p. 507.

ou até mesmo o diminutivo sintético utilizado muitas vezes como menosprezo as ações dos populares, caracterizava-se em verdadeiras campanhas contra e a favor da prática. A própria análise elaborada pelo Luiz Edmundo mostra um certo antagonismo em questão, pois havia um claro desejo de aproximação com aquilo que conscientemente era definido como civilizado ou moderno.

Essa tentativa de apropriação de signos de distinção, presente até mesmo em clubes como o “Tira do dedo do Pudim”<sup>559</sup>, intensifica as contradições expostas pela imprensa carioca da época. Se a asserção de uma moralidade bem menos silenciosa mostra-se ainda de forma incipiente, indubitavelmente essas ações podem ser atribuídas ao esforço análogo de afirmação e reconhecimento diante da discriminação e criminalização presentes em suas representações. Como sugere Cunha, é a partir desses elementos que temos, mesmo entre os clubes populares, alguns salões sendo por vezes descritos como mais familiares e bem-comportados, em contraposição daqueles frequentados pelas chamadas “classes perigosas”, representados por vadios, capadócijs, prostitutas ou pessoas sem moral<sup>560</sup>. Vive-se, então, um estágio de mudança, em que o confronto entre as práticas populares e as práticas à moda europeia tornam-se o ponto central, propagando posicionamentos ideológicos os quais princípios como nacionalidade, identidade cultural, tradição e modernidade determinam o ritmo da narrativa.

Ao longo do texto, verificamos diferenças essenciais nos interesses e nas formas de lidar com as diversões populares entre os cronistas. Essas narrativas, notadamente por conta do crescimento em número e importância dos clubes populares, estabelecem grupos de intelectuais que escreveram seus posicionamentos e visões da “cultura popular”. Tais cronistas formularam uma noção de cultura popular urbana heterogênea, em que noções como as de civilidade e moralidade dos grupos sociais e dos sujeitos podem determinar coletivos satisfatórios – ou não – dentro de uma moção classificatória do extenso quadro das manifestações populares.

---

<sup>559</sup> Alguns exemplos como escolha do presidente, estatutos, compra de utensílios somente com aprovação em assembleia geral, artigos caros, estandarte, salões, entre outros.

<sup>560</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

### **CAPÍTULO III – SOLIDARIEDADES E DIFERENÇAS EM BANGU**

Os caminhos delineados neste capítulo são na direção de uma história cultural local, que procura captar e investigar não só as interconexões instituídas no trabalho e vizinhança, mas também a compreensão sobre o modo de viver e de se divertir daqueles que residiam em Bangu. Acreditamos que as ações desses moradores, nos primeiros anos do século XX, foram criadas a partir de um intenso sentimento de pertencimento, deixando marcas que podem traduzir a maneira como se relacionaram ou constituíram seu modo de vida.

Dessa forma, iniciaremos tratando as relações estabelecidas entre moradores, clubes e bairro, especialmente na interface solidariedades e diferenças. Para dar conta dos objetivos apresentados, lançamos mão não só de elementos que expressam o cotidiano daqueles habitantes, mas sobretudo de suas práticas de lazer; suas rivalidades e rixas locais. No segundo item, abordaremos as representações de violência e agressividade pela grande imprensa carioca ao tratarem os torcedores e jogadores do Bangu Athletic Club. Por fim, discutiremos a ligação entre pequenos proprietários, notadamente donos de quiosques e botequins e os agentes da polícia. Acreditamos que solidariedades foram afirmadas no meio de conflitos, e alguns conflitos produziram solidariedades, o que revelou as estratégias de sobrevivência daqueles habitantes, além da multiplicidade existente dentro do lócus suburbano.

#### **3.1 Tiros, facadas e pauladas: rivalidades em Bangu**

Nas primeiras décadas do século XX, diversas sociedades, localizadas em áreas urbanas e suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, pediam licença ao chefe de polícia do Distrito Federal para o funcionamento do ano corrente. Fossem elas esportivas, dançantes, culturais ou carnavalescas, a permissão era crucial para o exercício das atividades propostas pelos clubes, como havíamos apontado no capítulo anterior. Através delas, foi possível identificar um número significativo de grupos formados em Bangu, que integravam desde atividades esportivas – entre elas boxe, futebol, tênis, levantamento de peso, tiro esportivo,

ginástica, cricket e corridas – até divertimentos como dança, piqueniques, bailes, saraus, teatro, música, entre outras práticas de lazer.

Por conta dessa multiplicidade de entretenimento, a vida divertida banguense evidenciava um nível significativo da capacidade de organização dos moradores da região, os quais criaram elos de interação e interconexão na construção de um sentimento de pertença por essas associações. Visto dessa forma, as associações, em Bangu, podem ser compreendidas como espaços de relações sociais mais estreitos, os quais não necessariamente se estruturavam por meio do convívio no trabalho ou da vizinhança. Na verdade, é justamente por intermédio dessa chave de leitura que se abre uma fresta – digo isso em razão das informações insuficientes sobre a composição social dos grupos na região – para se entrever sobre que bases se estabeleciam solidariedades e confrontos entre os participantes e membros de uma mesma associação e desta com outros. Vejamos os exemplos dos grupos Flor da União e Flor da Lyra, ambos com sede no Marco seis, uma espécie de reduto comercial de Bangu, reunindo um número expressivo de imigrantes de várias nacionalidades.

Fundadas em 1899 e 1900<sup>561</sup>, as sociedades dançantes Flor da União e Flor da Lyra, marcam uma intensa rivalidade na busca pela primazia local. Comparando seus estatutos, mesmo diante de tantas semelhanças, entre elas o valor da mensalidade de 1\$000, percebemos alguns traços que as diferenciavam, notadamente em pontos referentes à relação sócio/clube.

A Flor da União, como fora exposto no primeiro capítulo, fazia questão de oficializar, por meio dos estatutos, indicadores de caráter mais amplo, fosse pela viabilidade de associação de pessoas de qualquer cor, etnia e nacionalidade, ou, até mesmo, na efetivação de uma mulher ingressar como sócio honorário, item ausente nos demais estatutos dos clubes de Bangu. Além disso, a compreensão sobre os préstimos carnavalescos também era distinta, pois retomara velhos hábitos já não mais benquistos pela grande imprensa carioca, como apresenta o artigo IV e V do seu estatuto, denominado: “das fantasias do grêmio”<sup>562</sup>.

Nos três dias de carnaval todos sócios deveriam estar devidamente fantasiados. Contudo, não poderia ser uma fantasia qualquer, somente nas cores verde, preto e encarnado, as quais simbolizavam o estandarte da sociedade. Para completar, também era necessário seguir as recomendações descritas, só podendo se fantasiar de “palhaços, reis, rainhas,

---

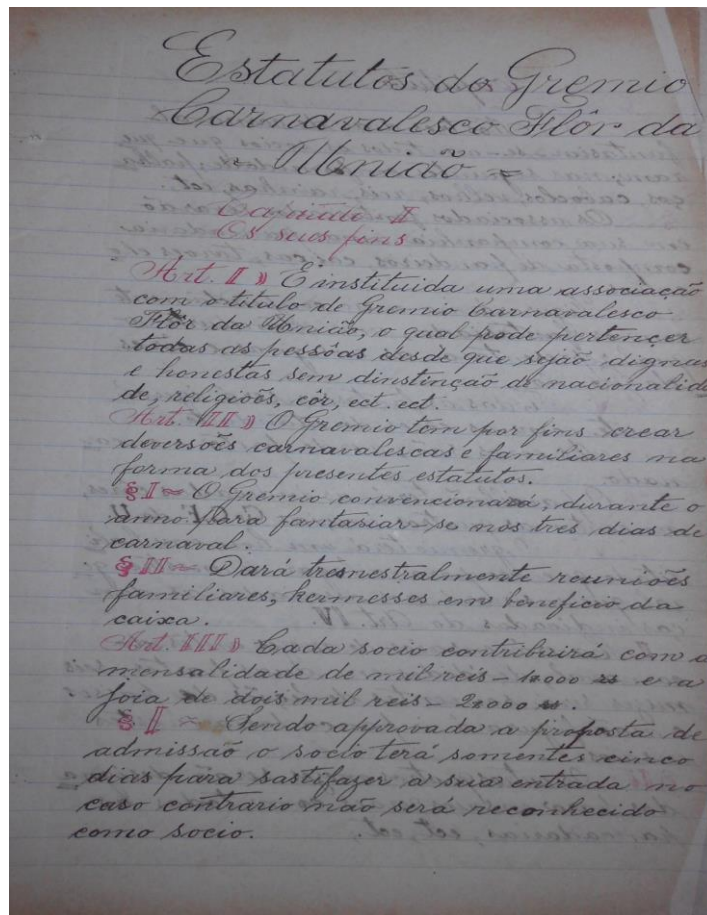
<sup>561</sup> Fundação do Grêmio Carnavalesco Flor da União em 1899; Fundação do Grêmio Carnavalesco Flor da Lyra em 1900.

<sup>562</sup> Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da União, 1904.

caboclos e velhos”, e claro, acompanhados de uma “pancadaria composta de pandeiros, caixas, tarôs e chocalhos”<sup>563</sup>.

Ao que tudo indica, a Flor da União não se importava com as opiniões expressadas pelos intelectuais da época, em especial àquelas referentes à “pancadaria” e às fantasias de “caboclo ou velho”. Olavo Bilac, que aspirava um modelo de carnaval à moda europeia<sup>564</sup>, definia, em 1908, esse tipo de comemoração como um “espetáculo horrendo”, composto por “selvagens fantasiados”<sup>565</sup>.

Figura 21: Estatuto do Grêmio Carnavalesco Flor da União, 1904.



Fonte: Arquivo Nacional

<sup>563</sup> Estatuto do Grêmio Carnavalesco Flor da União, 1904.

<sup>564</sup> Kosmos, março de 1904. p. 3.

<sup>565</sup> DIMAS, A. **Bilac, o Jornalista**: crônicas. V.2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006, p.131.. Ver também: Kosmos, março de 1904. p. 3.

A Flor da Lyra, embora composta por trabalhadores da fábrica, não explicitava em seus estatutos indicadores que congregassem com tais perspectivas. Pelo contrário, reconhecida pelos bailes e préstitos “luxuosos”, assim citados pela imprensa, o clube conjugaria, segundo Pereira, outros valores. Para o autor, “o próprio nome desnudava a proposta original da associação: ao fazerem menção à lira, instrumento europeu ligado à cultura clássica”<sup>566</sup>.

Figura 22: Flor da Lyra de Bangu



Fonte: Careta, 03 de março de 1928.

Entretanto, acreditamos que o olhar lançado por Pereira mostra-se ainda insuficiente, principalmente tendo como referência a nomenclatura do clube. Como nos mostra Cunha, os padrões empregados pelas sociedades dançantes eram bastante variados, e os nomes utilizados por elas não configuravam claramente a diferença de tipologias e propósitos carnavalescos. Para a autora, “não seria prudente desse ponto de vista exagerar na

<sup>566</sup> PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.286.

importância dessa curiosa nomenclatura na construção de classificações ou tentativas de tipificar forma de Carnaval de rua”<sup>567</sup>.

Ademais, há poucos indícios sobre a composição social dos grêmios dançantes ou esportivos de Bangu. Baseado em seus estatutos, sabemos, por exemplo, que o valor da mensalidade era compartilhado por todas as sociedades do bairro, como também a participação de operários, mestres, contramestres e chefes de seção no quadro de sócios.

Outro ponto importante é que não temos um percentual concreto dessa participação. Não sabemos ao certo se algum clube contava com um grupo maior de operários e outro com um número menor de mestres e contramestres. Os dados, tantos os colhidos em periódicos, como também as informações inseridas em atas, estatutos ou pedidos de licenciamento, não mostram indicadores objetivos sobre a composição social de agremiação A ou B.

Atentando para as considerações de Marc Bloch como requisito fundamental para se constituir uma análise mais minuciosa e comparativa, corroboramos a ideia de que dois aspectos irredutíveis seriam indispensáveis: de um lado, uma similaridade dos fatos; de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria<sup>568</sup>. Em outras palavras, a comparação entre objetos contíguos, no caso os clubes de Bangu, permitiria a percepção para as influências mútuas, o que nos coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras razões, inter-relações ou motivações internas e externas de um determinado fenômeno<sup>569</sup>. Assim, levando em consideração as semelhanças e diferenças, os traços fundamentais de um clube expressariam a particularidade do outro, dando a perceber tanto as ausências de elementos singulares quanto as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum.

Dessa forma, a particular importância revelada pelos clubes Flor da União e Flor da Lyra demonstra o valor e as especificidades do entretenimento de Bangu. Pesquisá-los, significa se aproximar um pouco mais dos nexos e meandros do cotidiano da região, bem como perceber os reflexos da vida divertida local em âmbito ainda mais estreitos. Nesse cenário complexo, em que muitas das vezes a utilização da violência se configurava como estratégias de domínio político e espacial, as sociedades disputavam festa a festa a simpatia

---

<sup>567</sup> CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 172.

<sup>568</sup> BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos** – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>569</sup> BARROS, J. História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social** (UNICAMP), v. 13, p. 07-21, 2007.



dos moradores. Por exemplo, a chamada do Jornal do Brasil de 10 de fevereiro de 1901, evidenciando a disputa entre os dois clubes da estação Bangu, os quais “percorrerão, em marcha triunfal, as ruas da cidade para saudar os seus valentes colegas em seus castelos”<sup>570</sup>.

De fato, acreditamos que as saídas pelas ruas do bairro impulsionaram a rivalidade local. O trajeto planejado era praticamente o mesmo, desfilando pelas vias da pequena comunidade operária, saudando de casa em casa sócios e colegas de trabalho<sup>571</sup>. Aliás, esse era um item presente no artigo XIV do estatuto da Flor da União: nos dias de carnaval, no momento em que o grêmio ganhasse as ruas de Bangu, “é obrigado visitar todos associados e amadores fazendo em frente sua residente uma “meia lua”<sup>572</sup>, símbolo da agremiação.

Os cantos também acentuavam a rivalidade local. A Flor da União era reconhecida pelo “velho vulcão do caboclo”, saindo às ruas com suas “fantasias selvagens” e seus ruidosos batuques, os quais caracterizavam os mais extravagantes volteios coreográficos, aos gritos de<sup>573</sup>:

O velho vulcão  
É o rei da terra  
Lançou a bandeira  
Declarou a guerra  
Seu general  
Já vou-me embora  
A Flor da União  
Meu caboclo chora<sup>574</sup>.

A Flor da Lyra não ficaria atrás, as “ricas e deslumbrantes fantasias áureo-verdes” eram motivo de orgulho para seus sócios, os quais mostravam alta habilidades nas ruas do laborioso bairro de Bangu, cantando “notas alegres” em alto e bom som<sup>575</sup>:

Oh! Meu beija-flor.  
Beijando suas cravinas  
Venha ver a Lyra que é  
Amante das meninas<sup>576</sup>.

---

<sup>570</sup> Jornal do Brasil, 10 de fevereiro de 1901, p.06.

<sup>571</sup> Jornal do Brasil, 10 de fevereiro de 1901, p.07.

<sup>572</sup> *Estatuto do Grêmio Carnavalesco Flor da União*, 1904.

<sup>573</sup> Jornal do Brasil, 10 de fevereiro de 1902, p. 01.

<sup>574</sup> Jornal do Brasil, 10 de fevereiro de 1902, p. 01.

<sup>575</sup> Jornal do Brasil, 13 de fevereiro de 1902, p. 02.

<sup>576</sup> Jornal do Brasil, 13 de fevereiro de 1902, p. 02.

Não era de se estranhar, por isso, a rixa criada na localidade. Os laços de pertencimento estabelecidos entre sócios e clubes eram consideráveis e pouco prováveis em outras regiões. O simples gesto de passar em frente à casa de seu associado aos cantos, na tentativa de apresentar o feito da agremiação, indica, ainda que minimamente, uma identidade forjada a partir da complexidade que marca as experiências nesse cenário de transformação, baseado no contexto de atuação desses sujeitos sociais. Por exemplo, a carta publicada no *Jornal do Brasil* em 21 de fevereiro de 1901, assinada por “um operário”, agradecendo pelo “Zé Pereira” do Flor da União, que percorreu pelas ruas mais centrais do bairro, sempre “bem fantasiado” e “em boa ordem”. Por fim, finalizava o autor, afirmando que “é digno da corporação a que pertença”<sup>577</sup>.

Outra carta publicada naquele mesmo dia também chamaria a atenção, desta vez escrita pelo então presidente Fernando João Machado, agradecendo ao diretor-gerente Sr. Eduardo Gomes Ferreira, que ofereceu um almoço aos sócios e operários em sua residência, “com maiores atenções e delicadezas”<sup>578</sup>. Diante de tal apreço, percebe-se a importância nas relações de proximidades feitas pela sociedade.

Por sua vez, havia do mesmo modo uma enorme probabilidade de encontro entre os dois grupos. Se levarmos em conta o curto espaço percorrido, do Marco 6 (sede das duas sociedades) até a Vila Operária, sabendo que naquele momento o bairro contava com um número inexpressivo de ruas, não restavam dúvidas, pois a qualquer momento poderia acontecer um embate entre as sociedades da região. Com tanta hostilidade entre os grupos, seus sócios travavam verdadeiras “batalhas”, chegando, às vezes, como descreveu o cronista do *Jornal do Brasil*: “à cabo com seus antagonistas”<sup>579</sup>.

Um dos primeiros indícios da “rixa” aparece em 10 de fevereiro de 1902. O mal-estar ocorreu por conta de uma pequena nota publicada no *Jornal do Brasil*<sup>580</sup>, com a notícia que “achava-se exposta à rua Gonçalves Dias uma coroa de flores” oferecida pelo Sr. Francisco Teixeira ao Grupo Flor da União por sua vitória”<sup>581</sup>.

Rapidamente, os diretores da S. C. Flor da Lyra negaram o conteúdo da nota, sob o argumento que “o tal Sr. Francisco Teixeira não tem competência necessária para julgar e decidir qual dos dois grupos cabe a palma no carnaval de 1902”<sup>582</sup>. Ademais, acrescentou a

<sup>577</sup> *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1901, p.03.

<sup>578</sup> *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1901, p.03.

<sup>579</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1902, p.3.

<sup>580</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1902.

<sup>581</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1902; *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1902.

<sup>582</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1902.

diretoria, “o grupo Flor da Lyra de Bangu, quando resolveu exhibir-se nas ruas da Capital Federal, não cogitou, nem cogitará, da opinião do Chico Teixeira, que talvez não exista”<sup>583</sup>. Para eles, o clube “só respeita e acata a opinião sincera e desapaixonada do povo do Rio de Janeiro e das pessoas cultas e sensatas de Bangu, únicos tribunais a que se submente”<sup>584</sup>.

Diante da incomoda situação, o Jornal do Brasil emitiu duas novas notas; a primeira delas, afirmando, que após averiguações, o G. C. Flor da União havia, de fato, recebido uma coroa de flores pela vitória<sup>585</sup>. E por fim, saudando a visita do clube à redação do Jornal do Brasil, que após percorrer as principais ruas da cidade, “dançaram elegantemente acompanhados de seus velhos reis e palhaços”<sup>586</sup>.

Acreditamos, nesse caso, que a indignação da Flor da Lyra não foi pela simples derrota no desfile carioca de 1902. A perda da Palma Carnavalesca em outros anos não chegou a ser tema de qualquer debate nos periódicos da cidade, tampouco motivo de criar qualquer indício de cisão em Bangu. Em outras palavras, a revolta justificou-se por se tratar de uma agremiação local: uma rival da região.

Dessa forma, não reconhecer e questionar a conquista de seu antagonista acentuava ainda mais a disputa, principalmente por conta da “suposta” relação do jurado com o clube adversário. Além disso, havia uma concorrência pela preferência da alta cúpula da Companhia Progresso Industrial do Brasil, que no caso citado, contou com a benção do dirigente português Eduardo Gomes Ferreira, e sua esposa Iria de Castro, que recebera, em sua residência, sócios do Flor da União, parabenizando-os pela vitória no Carnaval<sup>587</sup>.

Meses depois, a rivalidade ganharia novos traçados. Só que desta vez nas páginas policiais, sob o curioso título “Entre Flores”, uma alusão sarcástica ao nome dos clubes envolvidos. Ao narrar o conflito, o jornalista destaca que na estação de Bangu há duas sociedades inimigas: Flor da União e Flor da Lyra, que apesar do nome, não representavam “flores” para os seus associados<sup>588</sup>. Por “questões antigas”, enfatizava o autor, os grêmios não partilhavam de práticas amigáveis, ao ponto de alguns sócios, após ávida discussão, promoverem uma “grossa pancadaria”, com socos, chutes e bengaladas<sup>589</sup>. Desse triste encontro, que levara o pacato bairro fabril ao caos, como destacou o repórter, saíram sete

---

<sup>583</sup> Jornal do Brasil, 11 de fevereiro de 1902, p.3.

<sup>584</sup> Jornal do Brasil, 11 de fevereiro de 1902, p.3.

<sup>585</sup> Ibid.

<sup>586</sup> Ibid.

<sup>587</sup> Ibid.

<sup>588</sup> Gazeta de Notícias, 13 de novembro de 1902.

<sup>589</sup> Gazeta de Notícias, 13 de novembro de 1902, p. 03; Jornal do Brasil, 12 de novembro de 1902.

feridos, sendo seis sócios da S. C. Flor da Lyra e apenas um do G.C. Flor da União<sup>590</sup>. Ao final da confusão, os envolvidos foram submetidos a exames de corpo de delito pela autoridade da 3ª circunscrição suburbana, que abriu inquérito para apurar os verdadeiros motivos da confusão<sup>591</sup>.

Este, contudo, não foi o único embate entre grupos dançantes da região. Mesmo sendo repreendidos pela força policial, as duas sociedades voltariam a protagonizar um cenário de rivalidade um ano após o caso exposto acima<sup>592</sup>. O “grave conflito”<sup>593</sup>, como fora anunciado pelo Jornal do Brasil, não ficou circunscrito a socos e pontapés. Pelo contrário, em meio a luta, travada a faca e a navalhas, foram trocados vários tiros de revólver, saindo feridas diversas pessoas, entre elas José Martins de Oliveira, com dois tiros no ventre e um no braço, e Onofre de Souza, por uma “cacetada” na cabeça<sup>594</sup>.

Para conter o atrito, alguns moradores recorreram ao Inspetor Leal, da 3ª Circunscrição Suburbana, que mesmo acompanhado de praças, foi agredido “pelos desordeiros, sendo ferido com um golpe de navalha em um dedo da mão esquerda”<sup>595</sup>, salientou o representante do Jornal do Brasil. Por fim, algumas prisões foram efetuadas. Já os feridos foram acompanhados às suas residências, sendo, posteriormente, submetidos a corpo de delito na repartição central da polícia.

Contrária ao conteúdo exposto pelo periódico, a diretoria do Flor da União rapidamente se manifestou, declarando que o clube não participou de qualquer embate. Para ela, houve uma confusão entre grupos de “crianças”, e que ali foi ferido o inspetor Leal, o qual poderia ser o único a confirmar a declaração<sup>596</sup>. Os diretores também acrescentaram que no momento da briga seus sócios encontravam-se festejando em Campo Grande. Quanto aos disparos feitos no Marco 6, às 21 horas, eles sustentam que os rapazes não faziam parte do quadro de associados, dessa forma, não teriam qualquer relação com a sociedade dançante. Vale destacar que o clube trazia no artigo XXIV, inciso IV, um item referente às ações que pudessem comprometer a integridade moral do grêmio<sup>597</sup>. Talvez seja esse o motivo de uma resposta imediata, pois caso algum membro, independente do cargo, promovesse o

---

<sup>590</sup> Jornal do Brasil, 12 de novembro de 1902.

<sup>591</sup> Gazeta de Notícias, 13 de novembro de 1902; Jornal do Brasil, 12 de novembro de 1902.

<sup>592</sup> Jornal do Brasil, 24 de fevereiro de 1903, p.04.

<sup>593</sup> Ibid.

<sup>594</sup> Ibid.

<sup>595</sup> Ibid.

<sup>596</sup> Jornal do Brasil, 25 de fevereiro de 1903, p.03.

<sup>597</sup> Estatuto do Grêmio Carnavalesco Flor da União, 1904.

“descrédito ou ruína do grêmio” seriam “suspensos e punidos” de acordo com “a falta e a lei social”<sup>598</sup>.

Já os diretores da Flor da Lyra optaram inicialmente pelo silêncio. Porém, ao ver a nota lançada pela rival no dia anterior, apressou-se, explicando o equívoco. Em nota, a diretoria declarou ao público que:

em vista do artigo publicado no Jornal do Brasil de 23, a pessoa que pôs o mesmo não estava baseado no que escrevem: a prova é que a diretoria da Flor da União diz que não se entende com pessoas que fazem parte de sua sociedade, e nós declaramos que também não se entende com o pessoal da Flor da Lyra, porque na ocasião do conflito nos achávamos reunidos dentro da sede da mesma, quando, e pediu que ter chegou o inspetor Duarte, do Realengo, às 12 horas e meia da noite e pediu que terminasse o baile, para evitar qualquer desacato<sup>599</sup>.

Percebe-se claramente a tentativa de amenizar a situação em ambos discursos. Afinal, associá-los à violência os colocariam em situação desconfortável frente aos representantes das colunas de entretenimento mais importantes da época, intensificando a representação de perigo entre sociedades populares. Mesmo diante de tal situação, não trocaram nenhuma mensagem de estima, pelo contrário, apenas apoiaram-se na mesma justificativa dizendo que aqueles indivíduos não faziam parte de seu grupo de sócios.

As sociedades voltariam a ter destaque por seu antagonismo em agosto de 1919. Desta vez, motivado por um concurso organizado pelo *Bangu-Jornal*, um periódico local. Fundado em julho de 1918, pelos senhores Augusto Rangel (redator-chefe), Luiz Nogueira Barbosa (redator-proprietário) e Antonio F. da Silva (secretário), todos moradores da região, o jornal com sede na Rua Silva Cardoso, número 22, no bairro Bangu, tinha como objetivo “defender os interesses locais, com sinceridade sem paixão de espécie alguma”, como apontou em seu primeiro número:

Qual a pretensão do Bangu-Jornal?

- Homenagear a ideia! [...]

Eis, em síntese, a delicada missão d’este “pigmeu” que ora ousa vir à luz!

Verdadeiro centro de atividade, pois conta com indústrias próprias, um comércio em franca prosperidade, Bangu que, com justiça e sem favor, pode ser qualificado: uma cidade Operária – possuem elementos ótimos e capazes de, impondo seu valor real, assegurar para sempre uma bela harmonia do seu conjunto.

Era, pois o tempo de surgir em seu seio um órgão de imprensa própria, que, fazendo refletir com imparcialidade, todas as manifestações do sentir do seu grande público, fosse o seu legítimo representante ante as administrações públicas, pois, dada a grande importância de sua população, sempre em crescente progresso, é fato que as

<sup>598</sup> Ibid.

<sup>599</sup> Jornal do Brasil, 25 de fevereiro de 1903, p.04.

necessidades são inúmeras, como inúmeros são os problemas que se farão dignos da atenção dos nossos governantes<sup>600</sup>.

Nota-se, que o jornal destaca o crescimento de uma cidade operária, sendo possível apontá-la como um “verdadeiro centro de atividade”<sup>601</sup>. Para refletir esse “próspero progresso”, era necessário uma imprensa que se preocupasse com os problemas locais, um jornal próprio, um “legítimo representante ante as administrações públicas”<sup>602</sup>. Esse discurso, presente na maioria dos periódicos suburbanos, fazia-se valer pela necessidade de criar vínculos com o bairro de origem, porque contar com o apoio da população local era fundamental para o seu crescimento.

Naquele momento, ter um número expressivo de assinantes significava dar continuidade aos seus propósitos e, para isso, desfrutar do auxílio dos moradores e comerciantes da região era algo mais que necessário. Pensar, dessa forma, uma disputa entre clubes locais seria uma excelente ideia, pois buscaria, por meio do sentimento clubista, recursos para dar continuidade aos projetos outrora expostos.

O concurso foi lançado em 20 de agosto de 1919. Seu objetivo era simples, descobrir qual seria o “grêmio carnavalesco mais simpático do Bangu?”<sup>603</sup>. Caso o assinante quisesse opinar, bastava preencher uma pequena coluna no canto inferior do jornal e depositá-lo na urna que ficava na redação.

Figura 23: Cartão de votação

E' o: \_\_\_\_\_  
O Votante \_\_\_\_\_

**Fonte:** Bangu-Jornal, 20 de agosto de 1919.

<sup>600</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p. 1.

<sup>601</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p. 1.

<sup>602</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p. 1.

<sup>603</sup> Bangu-Jornal, 20 de agosto de 1919, p. 03.

A primeira parcial saiu no número seguinte, no dia 28 de setembro de 1919. A disputa estava acirrada, liderada pela Sociedade Dançante Prazer das Morenas, com 72 votos, seguido do Grêmio Flor da Lyra com 59, Flor da União com 44 e, por último, Botão de Ouro com 29 votos<sup>604</sup>. Entretanto, a edição de 25 de outubro trazia uma reviravolta, motivado pela participação assídua de sócios e simpatizantes da região. Nessa edição, a Flor da Lyra assumiria o posto de primeira colocada, saindo dos 59 votos da última parcial para 140 votos. Em segundo lugar, tínhamos o Prazer das Morenas, com 95 votos, seguidos da Flor da União e Botão de Ouro com 54 e 39 votos respectivamente<sup>605</sup>.

Com o seu último número publicado em dezembro de 1919, o *Bangu-Jornal* não publicara o resultado final do concurso. Na verdade, o periódico seguia o destino das demais folhas arrabaldinas. Para muitos, produzir um jornal nos subúrbios naquele período era uma verdadeira “missão”, pois a concorrência com outros órgãos da imprensa a muito estabelecidos na cidade, cujo financiamento era menos inseguro, tornava-se a tarefa ainda mais trabalhosa.

Ainda assim, Luiz Nogueira Barbosa, redator-proprietário do jornal, tratou de publicar na Gazeta de Notícias de 4 de fevereiro de 1920 o resultado da disputa entre os grêmios carnavalescos mais simpáticos de Bangu. Na pequena nota, o antigo redator escreve que “coube ao Grêmio Carnavalesco Flor da Lyra a vitória desse concurso, o qual, devido à suspensão momentânea da nossa folha, não teve toda a elasticidade desejável”<sup>606</sup>.

Quanto à premiação, Luiz Nogueira Barbosa declara que “a medalha do vencedor, com inscrição no verso, será entregue por estes dias na sede do G. C. Flor da Lyra”, informando em seguida o resultado final: G. C. Flor da Lyra, 426; G. C. Prazer das Morenas, 210; G. C. Flor da União 135; G. C. Botão de Ouro, 98<sup>607</sup>.

Do concurso, podemos tirar algumas conjunturas interessantes que nos ajudarão a compreender o *modus operandi* local. A primeira delas é a posição ocupada pelo Clube Flor da União no concurso. Observa-se, que após quase duas décadas do último embate noticiado, o clube perdera o prestígio que gozava em outrora. A notícia publicada pela Gazeta de Notícias naquele mesmo mês, ou melhor, três dias após o resultado do concurso, ajude, talvez, a explicar os motivos da colocação ocupada pela agremiação.

---

<sup>604</sup> Bangu-Jornal, 28 de setembro de 1919, p. 02.

<sup>605</sup> Bangu-Jornal, 25 de outubro de 1919, p. 02.

<sup>606</sup> Gazeta de Notícias, 04 de fevereiro de 1920, p. 05.

<sup>607</sup> Gazeta de Notícias, 04 de fevereiro de 1920, p. 05.

Na rua Francisco Real, em Bangu, acaba de ser organizado este apreciado bloco carnavalesco, que estava há alguns anos já “encostado”, por falta de patriotismo dos velhos foliões. O pessoal desta vez em disposto a fazer um “bonito”, segundo nos afirmou em cara o Sr. Bastos. Já para hoje haverá um grande baile em honra da sua nova diretoria, que ficou assim constituída: presidente, Ernesto Soares Bastos; Vice, Candido Pimenta Santos; 1º secretário, Manoel Ribeiro; 2º secretário, Nestor dos Santos; Tesoureiro, Júlio Ferreira Cruz; 1º procurador, José Saraiva; 2º procurador, José Dias; 1º fiscal, Odorico Alves; 2º, Luiz Ferreira. Conselho fiscal: Srs. Manoel Pereira Lima, Francisco Silveira e José Maria Camargo<sup>608</sup>.

Certamente, muitas mudanças foram feitas ainda na primeira década de 1910, motivo pelo qual pode ter afastado “velhos foliões” e contribuído para o “afastamento” da sociedade no cenário de entretenimento suburbano da época. A fusão aprovada em assembleia geral extraordinária de maio de 1903, proposta pelo Sr. Francisco Graça Leitão, de fato, pode ter colocado o clube em outro patamar inicialmente, mas ter mudado as perspectivas iniciais do clube<sup>609</sup>.

A união entre as Sociedades Enterpe Club e a Flor da União, passando essa a ser musical e dançante, aumentaria o patrimônio do antigo clube, de fato, além de abrir as portas para novos horizontes ao clube, conseguindo, até mesmo, ocupar um lugar de destaque entre as principais sociedades suburbanas. O clube não fazia mais seus Zé Pereiras, mas, contava, a partir daquele momento, com o “mestre da música” Sr. Gentil P. Gonçalves, um velho conhecido na região<sup>610</sup>.

Por sua vez, as mudanças nas características dos festejos, ainda que pouco perceptíveis, somadas à migração de sócios para outras agremiações, entre elas a ascensão do Prazer das Morenas, clube considerado coirmã, conjugaram para o esvaziamento do clube. A dificuldade em conseguir novos sócios só aumentara, fora a indiferença dos antigos para as assembleias locais. O reflexo desta desmotivação pode ser visto em nota publicada pelo diretor Ubaldino da Silva Rangel em 06 de janeiro de 1906<sup>611</sup>.

O informe, noticiado pelo Jornal do Brasil, convidava sócios quites a comparecerem segunda-feira, do dia 08 corrente, às 19 horas, para assistirem à assembleia geral ordinária, com a seguinte ordem do dia: “eleição de cargos vagos e aprovação dos novos

<sup>608</sup> Gazeta de Notícias, 07 de fevereiro de 1920, p. 05.

<sup>609</sup> A Notícia, 02 de maio de 1903.

<sup>610</sup> A Notícia, 02 de maio de 1903, p. 03.

<sup>611</sup> Jornal do Brasil, 06 de janeiro de 1906.



estatutos”<sup>612</sup>. Por fim, o comunicado finaliza dizendo que “a assembleia funcionará com qualquer número de sócios” presentes, visto ser essa a “terceira convocação”<sup>613</sup>.

Ao que tudo indica, a reunião, mesmo esvaziada, ocorrera, sendo aprovado, entre outros pontos, o novo estatuto. Entretanto, percebe-se que a sociedade dava seus primeiros sinais de declínio. Dois anos depois, a Flor da União novamente ganharia destaque nos periódicos da cidade, porém, informando que no carnaval de 1908 não sairia às ruas do bairro. Lamentando, o cronista do Jornal do Brasil dizia que todos os anos, “além dos bailes que costuma realizar nos dias de Carnaval, esses valentes carnavalescos saem à rua com seu lindo estandarte, cujas cores são verde, encarnado e preto”. Este ano, porém, “os festejos são internos”, por conta da “reforma completa em seus salões, decorações e mobiliário”.

No entanto, a população banguense não ficaria sem seus festejos. “Os bailes serão nas noites de 29 do corrente, 1, 2 e 3 de março”, começando “às 21 horas, terminando já se vendo o amanhecer”. Para esse fim, foi contratada uma “esplêndida banda, que fará ouvir as últimas novidades em polcas, valsas, etc”.

Mesmo estando “os salões franqueados desde pela manhã até às 18 horas para a população do bairro visitá-lo”, o fato é que a agremiação perdera o contato corpo a corpo de outros anos. Em contrapartida, a antiga rival só aumentava seu prestígio diante da população banguense. Por sua vez, acreditamos que a fusão feita no final de 1903, e, por conseguinte, a entrada de outros personagens no corpo de diretores, as ideias mais populares tenham se perdido por seus estatutos, criando novas perspectivas ao clube arrabaldino.

Vale destacar que, naquele período, a cidade do Rio de Janeiro vivenciava um contexto histórico, assim como opções políticas, conectados a um modelo de desenvolvimento social e econômico cujos paradigmas eram as sociedades europeias. Esse modelo desdobrava-se numa cidade elitista e desigual, do ponto de vista do acesso à rede de infraestrutura, aos serviços urbanos, às possibilidades profissionais e habitacionais, mas também racista, ao se considerarem os modos de apropriação da cidade que parte da população negra desenvolveu.

Contudo, percebemos que mesmo assim, as redes de entretenimento não se esvaziaram, pelo contrário, iniciativas como a Flor da União, Prazer das Morenas, entre outras tantas espalhadas pelos subúrbios da antiga capital, crescia vertiginosamente, ao ponto de se tornarem um dos motes da barbarização de homens e mulheres pretos e mestiços as olhos

---

<sup>612</sup> Jornal do Brasil, 06 de janeiro de 1906, p. 05.

<sup>613</sup> Ibid.

daqueles que pleiteavam a edificação de uma cidade moderna e burguesa, mas ao mesmo tempo, entoava ares de multiculturalidade às práticas de lazer nos arrabaldes.

De fato, os episódios narrados são exemplos que se repetem quase que cotidianamente nas páginas policiais dos jornais da cidade. Os motivos, a propósito, eram bem diversos, revelando não só uma teia relacional complexa de rivalidade, como também ações de sociabilidade e solidariedade, que pode nos ajudar a vislumbrar as nuances do cotidiano e experiências desses clubes populares sob os aspectos da linguagem, simbolismo, narração e organização. Ou seja, identificamos que esses espaços de relações e conflitos forjavam identidades a partir de outros critérios que podiam ser ao mesmo tempo antagônicos e complementares.

Dessa forma, não são raros os registros de violência entre clubes de Bangu nas páginas policiais. As brigas e assassinatos, na maioria das vezes, giravam em torno da rivalidade composta por grupos vizinhos, como foi o caso das “Flores” de Bangu, ou, por desavenças entre membros da mesma sociedade ou de outras nacionalidades, expondo uma heterogeneidade no âmbito de diferentes segmentos das classes populares, assim como canais de ambientação e estruturação que floresciam à margem do cosmopolitismo idealizado pelos intelectuais da época. Vejamos o episódio envolvendo alguns sócios da Sociedade Musical Progresso de Bangu e da Sociedade Musical Victor Emmanuel III.

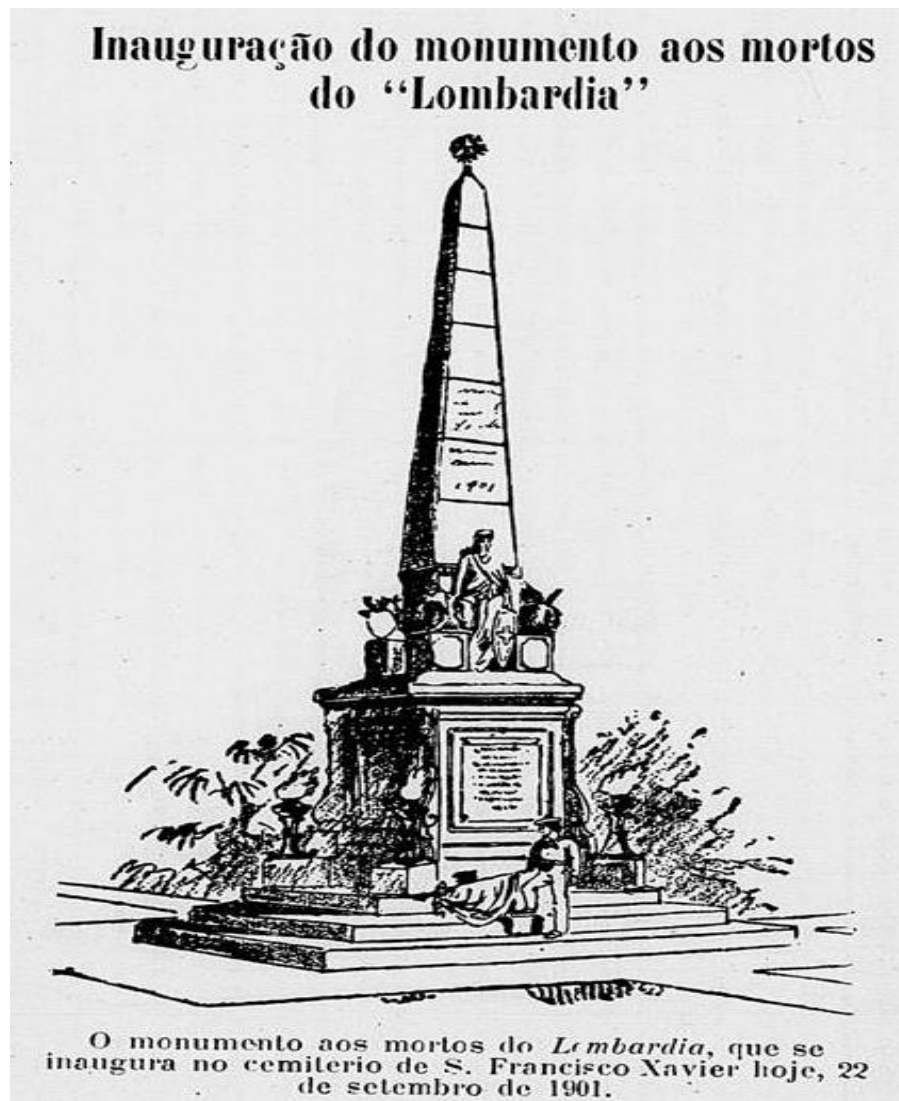
Em setembro de 1901, a comunidade italiana festejou por três dias em homenagem aos mortos do Lombardia, lembrando o fatídico caso de 1885, em que parte da tripulação foi morta por um surto de febre amarela, que vitimou 134 passageiros dos 240 que iniciaram a viagem de navio em direção ao Porto do Rio, entre eles o comandante.<sup>614</sup> Para eternizar a triste data, foi inaugurado, às 11 horas de domingo do dia 22 daquele mês, um monumento esculpido em mármore pelo artista Alexandre Sighieri, em homenagem aos marinheiros mortos no cruzador italiano Lombardia, localizado no cemitério de São Francisco Xavier<sup>615</sup>.

---

<sup>614</sup> Gazeta de Notícias, 22 de setembro de 1901.

<sup>615</sup> Ibid.

Figura 24



**Fonte:** Revista da Semana, 22 de setembro de 1901, p. 06.

Como havia um número expressivo de imigrantes italianos, Bangu não ficaria de fora das comemorações daquele ano. Ainda na sexta-feira de 20 de setembro de 1901, os compatriotas saíram às ruas do bairro para comemorar, exaltando as bandeiras do Brasil e Itália. Inicialmente, segundo o repórter do *Jornal do Brasil*, uma comissão de moças italianas, trabalhadoras da Companhia Progresso Industrial do Brasil, ofereceu à Sociedade Musical Victor Emmanuel III uma bandeira com uma lira no centro, diferente daquela utilizada pavilhão italiano<sup>616</sup>.

<sup>616</sup> *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1901, p.03.

Ao iniciar a marcha, todas as moças se mostraram dispostas a carregar as duas bandeiras durante todo o trajeto. No entanto, como não foi possível atender a vontade de todas, e, claro, na tentativa de evitar qualquer incidente, a diretoria decidiu que a bandeira brasileira ficaria por responsabilidade de Felipe Júlio Quiara, italiano, residente há dez anos no Brasil e gerente em uma casa comercial<sup>617</sup>. Já o pavilhão italiano ficaria em posse do também italiano João Andrioli.<sup>618</sup>

Ao que tudo indica, tudo corria perfeitamente, até o momento em que a marcha passara pelo Marco 6, rua que reunia não só a maioria dos estabelecimentos comerciais, como também local onde fixara as sedes das sociedades do bairro. Naquele ponto, segundo a Gazeta de Notícias, um grupo de italianos, “em atitude hostil”, ultrajou a bandeira nacional, deixando-a jogada ao chão<sup>619</sup>.

Diante de tamanho desrespeito, um trabalhador brasileiro resgatou o pavilhão e o carregou até o fim da caminhada. Ao término do préstito, as bandeiras foram entregues na sede da Sociedade Musical Victor Emmanuel III. Alguns operários, como destacou o Correio da Manhã, sustentam que “ela havia sido rasgada e com os retalhos foram arrolhadas garrafas”<sup>620</sup>.

No entanto, a comemoração não chegaria ao fim. Ao anoitecer, os italianos promoveram uma enorme festa íntima no salão da Sociedade Musical Progresso de Bangu, servida de muita bebida e comida. Pelos relatos da Gazeta de Notícias, a entrada de qualquer brasileiro foi proibida, o que gerou uma irritação ainda maior entre os trabalhadores nacionais.

A festa seguiu até alta madrugada, chegando ao seu final às 2 horas da madrugada de sábado, como destacou o repórter da Gazeta de Notícias. Para completar, após a bebedeira, os trabalhadores italianos não se apresentaram ao trabalho nos dias respectivos: 20, 21 e 22<sup>621</sup>, culminando em revolta dos operários brasileiros.

De fato, os desdobramentos daquela festa ganhariam vultosas proporções no pitoresco bairro arrabaldino. Nos dias subsequentes, com os ânimos exaltados por parte dos brasileiros, uma tragédia se anunciara na tarde do dia 23 de setembro: a morte do brasileiro “Emygdio Barbosa, vulgo Crioulo”.

O crime aconteceu aos arredores do Marcos 6, quando o sapateiro Garibaldi Romanelli, italiano, casado, de 36 anos, desceu do trem que o trazia do centro da cidade, onde

---

<sup>617</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901, p.03. ; Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>618</sup> Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>619</sup> Ibid.

<sup>620</sup> Correio da Manhã, 26 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>621</sup> Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901, p. 01.

fora comprar couro para seu trabalho<sup>622</sup>. Ao chegar na estação de Bangu, o italiano seguiu em direção à venda de Ângelo Mauro, onde “encontrou um indivíduo desconhecido, que em companhia de outros tomava bebidas”<sup>623</sup>. Esse sujeito, segundo consta no depoimento que prestou à polícia, era Emygdio Crioulo, que se dirigiu a Garibaldi, dizendo: “Você não é o patife que outro dia jogou bilhar com um barbeiro?”<sup>624</sup> Levados “talvez pelo abuso do álcool”, após “calorosa discussão”, Crioulo aplicara alguns socos e pontapés, jogando o italiano ao chão<sup>625</sup>.

Conhecido nos arredores como “homem valente e destemido”, o brasileiro levou a melhor no duelo<sup>626</sup>. Após a briga, ambos se retiraram, indo “cada uma para o seu lado”, segundo a Gazeta de Notícias.

Inconformado, Garibaldi foi até a sua casa e retornou ao bar, desta vez trazendo em seu poder um revólver. Bastante nervoso, afirmava que mataria um homem. Ao avistar Emygdio, sacou a arma e deu-lhe três tiros, atingindo o brasileiro. Ainda assim, Crioulo, valente como descrevera o cronista, “mesmo ferido, levantou-se, procurando repelir a afronte de seu sanguinário inimigo”. No entanto, mais dois tiros foram disparados e, desta vez, “alcançando o peito e a cabeça de Emygdio, morrendo quase que instantaneamente”<sup>627</sup>. Embora perseguido por alguns operários, Romanelli fugiu, correndo pelas matas, gritando: “acabo de matar um macaco”<sup>628</sup>.

Durante a fuga pela mata, o italiano viu-se perdido, avistando, posteriormente, uma moradia um pouco mais a frente. Nessa casa, cujo dono não o conhecia, Garibaldi, em depoimento à polícia, disse que trocou de roupa e decidiu seguir para o bairro do Méier, onde tomou o trem, dirigindo-se, por vontade própria, à repartição Central da Polícia, narrando o ocorrido à autoridade<sup>629</sup>.

Concomitante, a polícia seguia com as investigações. Após minuciosa averiguação, o departamento publicara, em entrevista aos periódicos que ali cobriam o fato, que os dois moradores já haviam se envolvido em crimes no passado. Em 1894, por exemplo, Garibaldi deu sete facadas em um compatriota, que “entrara em ajuste de contas pela venda

---

<sup>622</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>623</sup> Ibid.

<sup>624</sup> Ibid.

<sup>625</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p. 01.; Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>626</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>627</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>628</sup> Ibid.

<sup>629</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901.

que fizera da armação e um balcão” de uma sapataria que ele tinha na Rua do Lavradio<sup>630</sup>. O italiano, descrito como “alto, corpulento, boa aparência, bigodes e cabelos já um tanto louros”<sup>631</sup>, já fora casado. No período, residia na Rua São Jorge número 63, em companhia da gaúcha Angelina, “a qual dava maus tratos”, fora prejuízo de 1:000\$000, que levara a mulher antes de fixar moradia em Bangu<sup>632</sup>.

Figura 25: Garibaldi Romanelli



Fonte: Revista da Semana, 29 de setembro de 1901, p. 12.

Já Emygdio era tido como desordeiro na região, com extenso histórico de agressões, entre elas um francês em um café e, na mesma manhã de sua morte, uma senhora<sup>633</sup>. Ademais, o brasileiro havia sido demitido há três anos por má conduta, onde trabalhava na época como operário da estamperia. Mesmo após a demissão, Crioulo arrendaria um terreno da fábrica, construindo “uma casinha”<sup>634</sup> nos arredores do Marco 6,

<sup>630</sup> Ibid.

<sup>631</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p.01.

<sup>632</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901.

<sup>633</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901, p.02.

<sup>634</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901, p. 03.

onde morava com a esposa e dois filhos menores, os quais trabalhavam no setor de fiação da fábrica<sup>635</sup>.

Figura 26: Emygdio Barbosa, vulgo Crioulo.



**Fonte:** Revista da Semana, 29 de setembro de 1901, p. 12.

A notícia sobre o crime hediondo rapidamente ganhou as ruas de Bangu. A repulsa pelos italianos transformou-se em uma revolta generalizada e os trabalhadores nacionais decidiram, em 24 de setembro, iniciar uma greve. Em pauta, não havia qualquer menção a aumento de salários ou melhores condições de trabalho. Na verdade, eles queriam a demissão de todos os italianos empregados pela Fábrica Bangu.

Para deixar a situação ainda mais tensa, acontecia, naquele momento, o enterro de “Crioulo”, motivo pelo qual intensificaria ainda mais a revolta. Após autópsia, feita às 9 horas pelos Doutores Thomaz Coelho e Bandeira Gouvea, o corpo foi levado em marcha fúnebre ao

<sup>635</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901. ; A Notícia, 27 de setembro de 1901.

Cemitério de Murundu, no bairro de Realengo, acompanhado pela esposa, os dois filhos menores e alguns empregados<sup>636</sup>.

Mesmo não sendo mais funcionário, o enterro foi custeado pela Associação de Auxílios Mútuos dos empregados da Fábrica de Tecidos, que o sepultou na cova rasa n. 1428, da segunda quadra do cemitério<sup>637</sup>. Na tentativa de narrar o clima que tomara conta da região, o enviado do periódico A Notícia assim descreveu o momento de dor: A “copiosa chuva” que caiu por toda noite, destacou o autor, simbolizando os caminhos e as ruas de Bangu, com o céu “encharcado” de “densas nuvens negras que dão ao lugar um aspecto ainda mais triste e desolador”<sup>638</sup>.

Ainda assim, mesmo diante desse clima hostil e agreste, os operários clamavam por justiça e continuaram de pé por quase toda a noite em frente aos portões da Fábrica de Tecidos, mas já em grupos mais compactos, sempre na mesma atitude, embora mais calmos, destacou o cronista<sup>639</sup>. Com a chegada do Chefe de Polícia, os operários pediram que o cronista do Jornal do Brasil fizesse uma espécie de mediação, na tentativa de agendar um encontro entre o representante do poder público e a comissão formada pelos operários. O local de encontro, a pedido dos trabalhadores, foi o salão da Sociedade Musical Progresso de Bangu, “alegando que ali estariam mais à vontade do que no escritório da fábrica”<sup>640</sup>.

Após longas horas de reunião entre paredistas, polícia e diretores, além de alguns telegramas enviados para a central, não houve acordo: os trabalhadores só retornariam a suas funções após a demissão de todos os italianos que ali trabalhavam.

Na manhã do dia seguinte, uma nova rodada de negociações tomaria a região fabril. Desta vez, algumas concessões foram levadas em consideração, entre elas, a demissão somente daqueles trabalhadores envolvidos na festa do dia 20, sob a justificativa única que a decisão evitaria “futuros conflitos”<sup>641</sup>.

A entrega da relação dos operários que deveriam ser dispensados chegou às mãos do Sr. James Hartley, às 08 horas e meia daquela manhã, que ficara responsável por analisar nome a nome<sup>642</sup>. Contudo, o diretor inglês negara a proposta trabalhadores brasileiros, acentuando ainda mais a revolta dos operários:

---

<sup>636</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901. ; Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901.

<sup>637</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901.

<sup>638</sup> A Notícia, 27 de setembro de 1901, p.02.

<sup>639</sup> Ibid.

<sup>640</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901, p.03.

<sup>641</sup> A Notícia, 27 de setembro de 1901.

<sup>642</sup> Ibid.



Os operários do Bangu levam ao conhecimento da briosa redação da Gazeta de Notícias que se conserva em ‘parede’ pacífica contra os operários italianos, os quais gozam de toda a simpatia do mestre James Hartley que, por infelicidade, de todos os mestres ingleses, acha-se colocado como 1º Mestre, o qual é o único culpado desta situação. Fato este que não se daria se aqui estivesse o diretor Eduardo Gomes Ferreira, que se acha atualmente na Europa. Queríamos aqui para nos considerar, como sempre fez, não dando lugar a que nenhum operário tivesse motivo algum de queixa.<sup>643</sup>

A diretoria, mesmo coagida, justificou-se dizendo que conduziria a situação racionalmente, “porque trata-se de atirar à miséria não somente cinquenta ou cem homens, mas sim dezenas de pessoas, que formam as famílias desses operários, de cujo trabalho eles nada têm a dizer”<sup>644</sup>. No dia seguinte, sexta-feira, 27 de setembro, a “parede” chegara ao fim. Algumas prisões foram feitas, entre elas, dois operários: João Luciano de Castro e Cândido Manoel, “que se achavam em frente ao portão da fábrica em atitude agressiva, sendo mais tarde postos em liberdade, em virtude de pedidos que fizeram alguns operários ao Dr. Chefe de Polícia”<sup>645</sup>.

Diante do exposto, uma nova rodada de negociações mostrou-se necessária. Desta vez acompanhada pelos representantes Renato Ferreira dos Santos, Fernando João Machado, José de Araújo e Oscar Corrêa. Do outro lado, na tentativa de acabar de vez com a manifestação, mesmo com uso de força, estava o Chefe de Polícia, Edmundo Muniz Barreto, responsável pelo fim da “parede”<sup>646</sup>.

A chegada do delegado, acompanhado do tenente Leopoldo, seu ajudante de ordens, estabelecia um clima de tensão ao bairro proletário. As ruas e esquinas foram tomadas por patrulhas de cavalaria. O salão da Sociedade Musical Progresso de Bangu, espaço de manifestações e acordos, fora ocupado por uma força de 20 praças, buscando evitar qualquer manifestação mais enérgica.

Ao término da reunião, ficou “harmoniosa a questão e os ânimos mais acalmados, como destacou o representante da Gazeta de Notícias”<sup>647</sup>. No dia seguinte, contrariados ou não, o apito da fábrica soou, como era de costume, às 6h30 da manhã. Aos trabalhadores brasileiros, cabia retornar aos teares sem alcançar a pauta inicial: a demissão dos italianos da fábrica<sup>648</sup>.

<sup>643</sup> Gazeta de Notícias, 27 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>644</sup> Gazeta de Notícias, 27 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>645</sup> Gazeta de Notícias, 27 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>646</sup> Gazeta de Notícias, 27 de setembro de 1901, p. 01.

<sup>647</sup> Gazeta de Notícias, 28 de setembro de 1901, p. 02.

<sup>648</sup> Gazeta de Notícias, 29 de setembro de 1901.

Certamente, as relações entre operários italianos e brasileiros não eram, há tempos, as mais cordiais. A injúria ao pavilhão nacional, “motivo” inicial do conflito, não se mostrou sólida, pois nenhuma testemunha, brasileiros ou imigrantes, declararam terem assistido ao ato, como destacou o relatório elabora pelo Chefe de Polícia<sup>649</sup>.

Na verdade, há alguns pontos que podem ser discutidos na tentativa de elucidar as principais motivações dessa revolta. O primeiro deles faz referência, como mesmo destacou o jornal A Notícia, à cisão entre sócios da Sociedade Musical Progresso de Bangu e da Sociedade Musical Victor Emanuel III.

A Sociedade Musical Victor Emanuel III fora fundada por um grupo de trabalhadores italianos no final de 1900, fazendo alusão ao monarca de sua terra natal, Rei da Itália de 1900 até sua abdicação em 1946. Com sede no Marco 6, seu quadro de sócios era composto majoritariamente por italianos, mas também permitia membros de outras nacionalidades, principalmente diretores, mestres, contramestres e chefes de seções ingleses<sup>650</sup>. O grêmio tinha como principal característica a realização de eventos e diversões em sua sede, mas também contava com a formação de uma banda musical, responsável pela animação de bailados e festas não só em Bangu, como também nas regiões próximas: Realengo, Campo Grande e até mesmo no curato de Santa Cruz<sup>651</sup>.

Num universo mais multicultural, a Sociedade Musical Progresso de Bangu, fundada em 24 de janeiro de 1895, era composta também por operários de várias nacionalidades, entre eles, italianos e brasileiros<sup>652</sup>. Sendo reconhecidamente um espaço de lazer para trabalhadores, a sociedade não teve suas práticas limitadas à festas, piqueniques, jogos de críquetes ou ensaios musicais, mas também serviu de ambiente para tratar de assuntos relacionados ao movimento trabalhista, greves e tensões locais. Uma demonstração clara de sua identificação esteve na escolha do local para a realização dos encontros da comissão de trabalhadores, “alegando que ali estariam mais à vontade”<sup>653</sup>. Ademais, as fontes nos mostram que, em outros momentos, as dependências do clube da mesma forma se converteram em espaços importantes para que operários pensassem estratégias do movimento grevista ou até mesmo reuniões com a diretoria da companhia. Os indícios de greve, em 1903, por exemplo, fizeram parte de todas as reuniões realizadas no salão do clube<sup>654</sup>.

---

<sup>649</sup> Gazeta de Notícias, 25 de setembro de 1901.

<sup>650</sup> A Notícia, 27 de setembro de 1901.

<sup>651</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901.

<sup>652</sup> A Notícia, 27 de setembro de 1901.

<sup>653</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1901, p.03.

<sup>654</sup> Gazeta de Notícias, 28 de março de 1903.

No entanto, não foi possível identificar nos periódicos – locais ou da grande imprensa – evidências de conflitos entre as duas sociedades. Até mesmo a nota emitida pelo *Jornal do Brasil*, dias depois do ocorrido, que tratava de desmentir alguns boatos sobre a festa realizada pelos italianos nos salões da Sociedade Progresso Musical de Bangu, não mostrava qualquer indício de violência ou discussão mais calorosa entre os pares<sup>655</sup>. Em seu conteúdo, o texto trazia a informação de que o baile, diferente do que havia exposto outros jornais, não fora animado pela banda concorrente, uma tentativa de amenizar um possível desconforto entre os sócios da Sociedade Progresso<sup>656</sup>. A rivalidade, ao que tudo indica, se dava pelas disputas das bandas musicais, que pleiteavam festa a festa a preferência da população nos palcos do bairro operário e nas demais regiões suburbanas.

No entanto, assim como no caso da Flor da Lyra e a Flor da União, a simpatia dos diretores da Companhia Progresso Industrial do Brasil fazia diferença, motivo pelo qual teve o Sr. James Hartley, importante diretor da fábrica, de aceitar a presidência das duas sociedades, na tentativa de apaziguar qualquer posição de predileção<sup>657</sup>. Essa questão parecia comum aos clubes, pois como fora mostrado em outros momentos, a relação da alta hierarquia fabril e agremiações era estreita, sendo de suma importância para a manutenção de seu funcionamento. Também cabe lembrar que muitos operários brasileiros sentiam-se preteridos frente aos estrangeiros. E talvez por isso, o manifesto elaborado pelos membros da comissão, recebida pelo Chefe de Polícia, tenha tocado em seus três itens a valorização do operariado nacional.

- que ultimamente a fábrica tem dispensado em grande número o operariado nacional, admitindo, entretanto, o italiano, menos entendedor daquele serviço;
- que não é pequena a perseguição ao operário brasileiro, que na fábrica é preterido pelo italiano e isso devido à influência do mestre Hygino;

---

<sup>655</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1901.

<sup>656</sup> *Ibid.*

<sup>657</sup> *A Notícia*, 27 de setembro de 1901.

- que apenas propõem que os operários brasileiros sejam os substitutos dos estrangeiros na ocupação de cargos elevados da fábrica.<sup>658</sup>

Os pontos expostos acima nos mostram posições interessantes que merecem ser discutidas. Percebe-se que a morte de Crioulo não foi comentada, afinal, morrerá mais um negro num botequim da cidade, reforçando a imagem de perigo entre as diversões populares. A tese sobre o descaso com o pavilhão nacional, também desapareceria da pauta, principalmente após o parecer do departamento de polícia desmentindo o ocorrido. Assim, a discussão em voga passou ser a demissão dos trabalhadores italianos, que ocupavam cargos desejados pelos brasileiros. Vejamos a lista de nomes e cargos revelados pela Gazeta de Notícias, em 26 de setembro de 1901, referente à confusão do dia 20 daquele mês corrente<sup>659</sup>:

Antonio Gerevini, mestre de engomação e fios; Eugenio Beltrame, mestre da sala de branqueação (alvejamento); Sylvio Aldigheiri, contramestre dos teares; José Brangati, chefe da enfardação; Umberto Pastor, operário na branqueação; José Molica, empregado na sala de pano; Pio Bochialini, empregado na tinturaria; Attilio Batistelle, empregado na fábrica (sem especificar a seção); José Bartholomeu, Mariato Ângelo, Miguel Gartero, Bartholomeu Borges, Pietro Destri, Vicente Moretti, Carlos Aldigheiri, Moyses Beltrame, Natal Bresci, Achilles da Silva e Isidro Conti, tecelões; Fioravanti Zambonelli, mestre da banda de música.<sup>660</sup>

Nota-se, que a maioria dos italianos possuía cargos importantes na Fábrica de Tecidos. Havia entre os envolvidos mestres, contramestres e chefes de seções, funções de destaque e com boas remunerações. Para Weid e Bastos, essa condição existia pela preferência de estrangeiros a brasileiros, por serem considerados uma mão de obra mais qualificada e produtiva para o sistema industrial<sup>661</sup>. Em contrapartida, os trabalhadores nativos, em sua grossa maioria negros, sem especialização e analfabetos, sujeitavam-se aos menores salários e as péssimas condições de trabalho.

---

<sup>658</sup> Jornal do Brasil, 26 De Setembro De 1901, p. 3. Ver também: MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>659</sup> Havia na lista também outros nomes, mas não faziam parte do quadro de funcionários da fábrica. Eram eles: Raphael Pastor, negociante; Luigi Molica, negociante de secos e molhados no Marco Seis; Thiobaldi Molica, barbeiro no Marco Seis; Alexandre Bicego, sapateiro no Marco Seis; João Bicego e Júlio Batistelle, ocupação ignorada. Ver: Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901, p.01.

<sup>660</sup> Gazeta de Notícias, 26 de setembro de 1901.

<sup>661</sup> WEID, E. v. d.; BASTOS, A. M. R. **O Fio da Meada**: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

Entretanto, em Bangu, não havia esse hiato em relação ao grau de instrução. Carlos Molinari ratifica que o índice de analfabetismo dos operários brasileiros “se equiparava no geral ao dos operários estrangeiros, uma vez que havia 57,95% de nacionais analfabetos contra 51,29% de estrangeiros”<sup>662</sup>. Em números absolutos, chegaria num percentual de 56,68% dos 687 operários analfabetos que faziam parte do quadro de funcionários da Companhia Progresso Industrial do Brazil.

Esse dado contradiz a perspectiva de que algumas Companhias instruíam todos os seus operários<sup>663</sup>. No caso dos estrangeiros, muitas vezes a qualificação profissional dispensava a alfabetização. Isso talvez justifique a escolha de italianos e trabalhadores de outras nacionalidades na ocupação de funções específicas, mesmo manifestando um grau equivalente na proporção de analfabetos comparados aos operários nativos. Diferente dos ingleses, pois esses eram todos instruídos e faziam parte da alta hierarquia fabril.

De fato, vale destacar que é ponto corrente na historiografia que as divergências entre imigrantes e brasileiros e, claro, também entre diferentes grupos de imigrantes, caracterizaram um problema para a organização e o êxito das lutas operárias<sup>664</sup>. Como sustenta João Fábio Bertonha, a dificuldade na comunicação, reflexo do idioma, somados as tradições culturais e os estereótipos de lado a lado, mostravam-se obstáculos significativos para que eles pudessem conquistar a união necessária na tentativa de contrapor ao poder dos patrões<sup>665</sup>. Claramente, esse antagonismo enfraquecia o movimento, ao ponto de alguns jornais sindicais descreverem a situação como “guerra latente no próprio seio da classe operaria”<sup>666</sup>.

Em Bangu, como fora posto, a perspectiva justifica-se, pois havia um conflito aparente entre trabalhadores de diversas nacionalidades. Esse problema, contudo, foi contido no interior de alguns clubes, por exemplo, o Bangu Athletic Club, mas acentuado em outros, notadamente quando nessas agremiações havia uma predominância étnica, como parecia o caso da Sociedade Musical Victor Emanuel III. Isto é, se por um lado alguns trabalhadores partiam de suas semelhanças na articulação de sua coletividade, por outro, os clubes

---

<sup>662</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p.118.

<sup>663</sup> WEID, E. v. d.; BASTOS, A. M. R. **O Fio da Meada**: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

<sup>664</sup> BERTONHA, J. F. Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos de São Paulo, 1890-1945. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 19, p. 51-67, 1998.

<sup>665</sup> Ibid.

<sup>666</sup> Ibid.

tornavam-se na prática ambientes de otimização na criação de laços identitários mais sólidos entre os pares.

Observa-se que esse processo, intensificado na transição entre os séculos XIX e XX, foi também marcado por um notório conflito entre as lideranças trabalhistas da época em Bangu – com particular atenção para aquelas ligadas às reivindicações em prol do operariado nacional, que enxergavam nas práticas de sociabilidade dos operários – como as associações recreativas e esportivas, e demais lugares de convívio, como os botequins e quiosques – ambientes privilegiados de organização e de expressão política.

Concomitantemente, percebemos que a criação de alguns clubes na região permitiu que tais divisões pudessem diminuir a barreira na organização dos trabalhadores locais, sendo responsáveis, talvez, pela formação de raízes mais desenvolvidas. Colocado dessa forma, a multiplicidade cultural no interior dessas sociedades ajudou – na medida em que elas arremeteram para suas origens sociais e refletiram na construção de representações da maneira de se divertir – a constituir um sentimento de identidade local, como foi a relação estabelecida entre o Bangu Athletic Club e sócios de diferentes nacionalidades.

Ainda assim, acreditamos que as tensões entre brasileiros e imigrantes não foram completamente obliteradas pelo sentimento clubista. Contudo, é notório que nas primeiras décadas do século XX, acrescido pelo aumento substancial de clubes na região, essas notícias, como a briga entre italianos e brasileiros, foram desaparecendo aos poucos, pelo menos no que tange às diferenças no interior das sociedades. As festas, bailes e jogos de futebol começaram a atrair cada vez mais público para os clubes, instituindo, segundo Hobsbawm, em um dos temas prediletos dos populares<sup>667</sup>.

Os clubes, de fato, faziam parte de uma cultura operária em Bangu. Reconhecido como lócus importante de articulação, esses espaços de reproduções das relações sociais, em contraposição ao sentido puro ou produto resultante das ações do homem, como sugere Lefévre, proporcionaram um modo de viver, pensar, mas também sentir. Em outras palavras, acreditamos que as relações aqui estabelecidas, fossem nos clubes esportivos, recreativos ou dançantes, produziam ideias, comportamentos, valores, cultura e também formas de lazer. Vejamos o exemplo das manifestações ocorridas em 05 de fevereiro de 1929, na sede do Casino Bangu, agremiação que fora composta, nos tempos de Sociedade Musical Progresso, somente por operários.

---

<sup>667</sup> HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Na primeira semana de fevereiro de 1929, alguns jornais da Capital Federal noticiavam a confusão ocorrida durante uma manifestação em frente ao Casino Bangu<sup>668</sup>. Naquela tarde de terça-feira, as ruas da “laboriosa população suburbana” foram tomadas por “várias depredações”, motivadas por desentendimentos entre sócios daquela sociedade<sup>669</sup>.

A Sociedade Musical Progresso de Bangu foi fundada em 1895, por uma iniciativa dos operários da Fábrica local, passando em 1906, por decisão em assembleia, a ser designada como o Casino de Bangu. Suas ações não estavam circunscritas aos bailes e musicais, os programas eram mais amplos, como sugere o enviado da folha A Crítica, pois visavam também garantir “auxílios educativos e médicos aos que solicitassem em penúria evidente”<sup>670</sup>.

Contudo, esse panorama mudou, segundo o cronista. Ele lembra que os fundadores do grêmio, “em belo índice de fé e companheirismo”, pensando em levantar a instituição, passou a aprovar a “entrada de elementos estranhos e alheios às correntes operárias”<sup>671</sup>. Dessa forma, aos poucos, “com o prestígio de posições bem marcadas” e “proventos materiais”, esses novos personagens alcançaram os mais altos cargos da direção, “sobrepondo-se aos desígnios dos fundadores e legítimos associados, que sentiam a incomoda supremacia”<sup>672</sup>.

Segundo as descrições do jornal A Crítica, a sede do Casino de Bangu estava, de fato, “localizada num belo edifício: um dos mais soberbos da florescente localidade”<sup>673</sup>. E mesmo como sociedade recreativa operária, segundo a folha, “teve tal desenvolvimento que despertou a cobiça de elementos preponderantes no local”<sup>674</sup>. Por essa razão, a sociedade, na opinião do repórter, reúne, hoje, em seus salões, “a elite de Bangu e estações adjacentes”. Em outras palavras, o clube deixou de ser um espaço de lazer operário passando a receber “assiduamente os cadetes da Escola Militar” e famílias importantes de outras regiões próximas ao “laborioso bairro”<sup>675</sup>.

Na avaliação do autor, essa perda era injusta, pois no período em que “Bangu era um simples aldeamento, uma tapera, habitada tão somente por aqueles que se entregam aos afazeres nos teares, o Casino não passaria de uma agremiação operária simples e as suas

---

<sup>668</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929. ; A Manhã, 07 de fevereiro de 1929.

<sup>669</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.

<sup>670</sup> Ibid.

<sup>671</sup> Ibid.

<sup>672</sup> Ibid.

<sup>673</sup> Ibid.

<sup>674</sup> Ibid.

<sup>675</sup> Ibid.

festas só concorria a gente laboriosa”<sup>676</sup>. Depois de várias reformas e todo “incremento”; “Bangu povoou-se; edificaram-se ali bangalôs de gosto. A elite tomou conta do clube, explorado os operários”.<sup>677</sup>

Constata-se que essa “elite” certamente não faziam parte da Vila Operária, tampouco do aglomerado Marco 6. Pelas dicas apontadas pelo jornal, acredita-se que fossem moradores de Campo Grande, Santa Cruz e, principalmente, Realengo, por ser tratar de uma área militar. Ainda assim, nota-se que a “elite” reportada pelo autor não faz referência ao modelo clássico, os quais eram detentores de bens, terras e títulos, mas se trata tão somente de uma ainda insipiente classe média da região, cuja “riqueza” só ganha sentido quando se contrapõe tal grupo não à classe média do centro ou da zona sul, mas aos trabalhadores pobres, fossem eles operários, lavradores, pescadores ou subempregados da região arrabaldina.

Essa própria ideia pode ser vista nos escritos de Lima Barreto, notadamente em Feiras e Mafuás, ao tratar a expressão “aristocracia suburbana”, mostrando que a heterogeneidade dos subúrbios era muito mais ampla do que supunha o discurso da imprensa e autoridades políticas da época<sup>678</sup>.

Esse novo cenário, “incompatível” na opinião d’ A crítica, só favoreceria a ascensão de novos membros à diretoria do Casino Bangu, criando, assim, duas correntes antagônicas. Por um lado, um grupo composto “por operários da fábrica, prejudicados em seus direitos”<sup>679</sup>. Por outro, um conjunto formado “por pessoas, em sua maioria, estranhos a fábrica e que para ali teriam sido levadas pelo farmacêutico local Miguel Pedro”, o qual vinha dirigindo os destinos da agremiação em oposição ao Sr. Villas Boas – gerente da fábrica – que pleiteava a sua reeleição<sup>680</sup>.

Dessa forma, segundo o autor, o dissídio, inevitável como se configurava, instalou-se, cabendo agora “a revanche dos espoliados, roubados no produto de muitos esforços as horas vagas do labor diário, explodiu, ardendo da mais justa e aceitável indignação”<sup>681</sup>. Muito embora não tenha, ainda, sido apurado quais os responsáveis pelos “lamentáveis acontecimentos”, o cronista sustenta que o incidente é o resultado dessa divergência, cabendo as autoridades policiais do 25º distrito apurarem os fatos<sup>682</sup>.

---

<sup>676</sup> Ibid.

<sup>677</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>678</sup> BARRETO, L. **Feiras e mafuás**: artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense, 1956.

<sup>679</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.

<sup>680</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.

<sup>681</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>682</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.



De acordo com relatos colhidos pela A Crítica, a confusão deu-se início à uma hora da tarde, quando inexplicavelmente pararam os motores da importante fábrica de tecidos do Bangu<sup>683</sup>. Como uma espécie de sinal convencional para as ocorrências, que se seguiram, mais de dois mil homens abandonaram os teares e deixaram em ordem as dependências do trabalho<sup>684</sup>. Os porteiros até que tentaram impedir que aquela massa humana ganhasse as ruas, segundo o informante d' A Crítica, mas diante das ameaças abriram imediatamente os portões, “por onde se escoaram os operários do grande centro têxtil”<sup>685</sup>.

A população acompanhou atônita aquele movimento operário. Alguns, de acordo com o cronista, frente à situação dos tecelões da Fábrica Botafogo, pensaram que “estalaram enfim a greve geral, em sinal de protesto pela dispensa dos infelizes” camaradas<sup>686</sup>.

À medida que se aproximavam da sede, o número de operários aumentaria ainda mais, pois os companheiros das demais seções passaram a aderir ao movimento<sup>687</sup>. Para o autor, “até mesmo as mulheres, interrogando continuamente os seus companheiros, iam engrossando as hostes operárias, que resolutos tomaram uma das ruas laterais até que chegaram em frente do vistoso edifício do Casino Bangu”<sup>688</sup>.

Lá, “aqueles dois mil homens formigavam naquela artéria, mal calçada, onde se estende o casario dos operários”<sup>689</sup>. Senhoras e crianças acompanhavam com interesse o desenrolar dos acontecimentos, que depois assumiram um caráter bem grave, classifica o autor<sup>690</sup>.

Diante de tamanha tensão, alguns indivíduos, mais de 100 homens, segundo o enviado d' A Crítica, invadiram o salão da sociedade, quebrando “todos os moveis, espelhos, chegando a derrubar o grande piano”<sup>691</sup>. Para o cronista, “houve até quem se lembrasse de atear fogo ao edifício”<sup>692</sup>, mas, felizmente, não teve tempo hábil para a realização.

Os excessos foram contidos no momento em que a polícia chegou, tendo um operário ferido e outro preso acusado de encabeçar o movimento. O periódico ainda relata que os praças proibiram, “com grande encenação”, a entrada de representantes da imprensa no

---

<sup>683</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>684</sup> Ibid.

<sup>685</sup> Ibid.

<sup>686</sup> Ibid.

<sup>687</sup> Ibid.

<sup>688</sup> Ibid.

<sup>689</sup> Ibid.

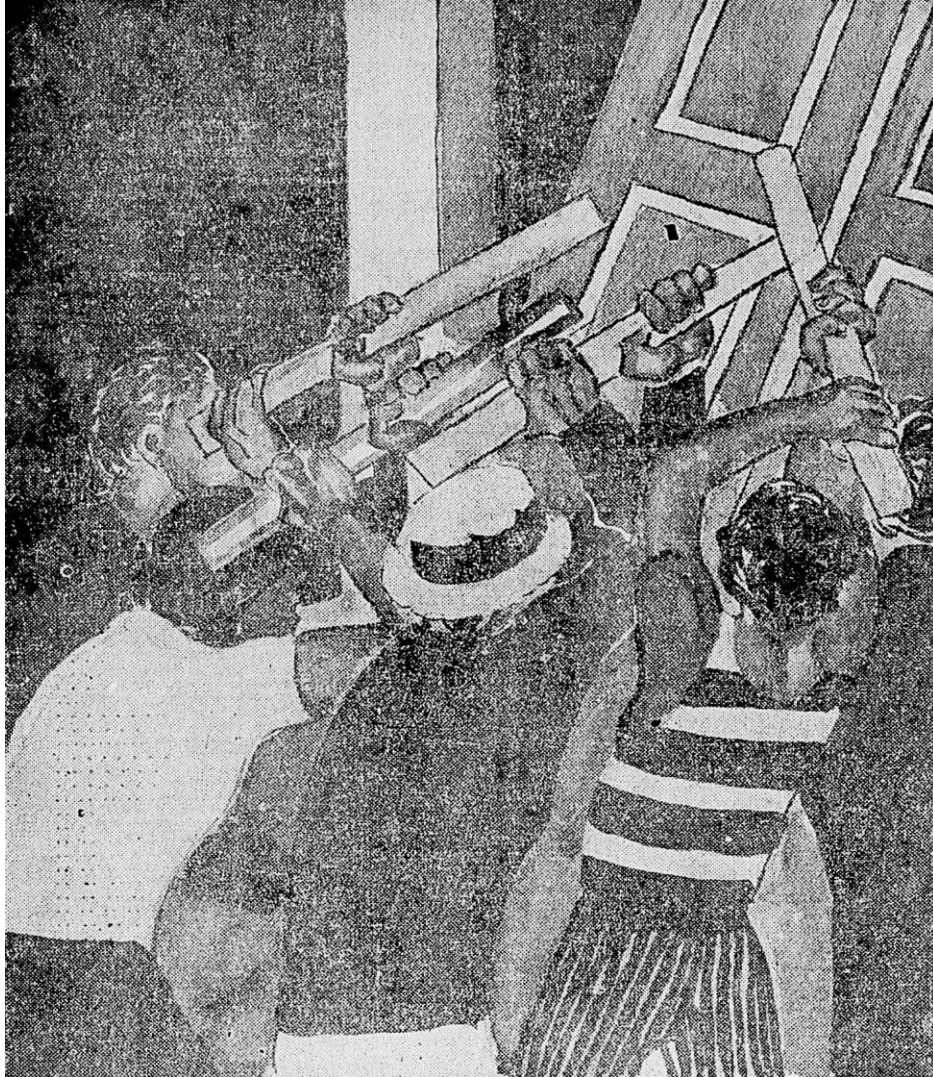
<sup>690</sup> Ibid.

<sup>691</sup> Ibid.

<sup>692</sup> Ibid.

local, a qual “tornava-se difícil apurar com fidelidade as causas que determinaram o gesto violento dos tecelões de Bangu”<sup>693</sup>.

Figura 27: Os tecelões arrombando as portas do Casino Bangu



**Fonte:** A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

Na tentativa de compreender o que havia sucedido, o repórter buscou ouvir os dois lados, o Sr. José Villas Boas, administrador da fábrica, e o Sr. Alfredo Santos, zelador do Casino, partidário da atual diretoria. Em entrevista, José Villas Boas negara qualquer participação no movimento, alegando, inclusive, que havia entrado em contato com Comissário de polícia, Wessigton de Azevedo, “quando lhe avisaram que os operários, em

---

<sup>693</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

número superior a 2.000 homens, abandonaram todas as dependências”<sup>694</sup>. O administrador reitera que naquela ocasião não podia exercer a sua autoridade, mas pediu, no momento em que soube da depredação, para que a polícia impedisse a consumação do atentado.

Prosseguindo nas suas informações, Villas Boas afirma que “os operários não viam com bons olhos gente estranha no meio dirigindo os destinos do Casino”. Daí a reação de ontem. Dando sequência, o mesmo sustenta que:

o clube só deve ser dirigido e pertencer aos operários. A diretoria ilegal que preside os destinos no Casino conseguiu até reformar arbitraria e violentamente os Estatutos para permitir a entrada de elementos estranhos de tal forma que o elemento operário perdesse a preponderância.

A agitação dos dois grupos recrudesciu com as últimas eleições. Os operários perderam todos os lugares e o Casino passou a ser dirigido por gente estranha.

Os operários a surdina preparavam os seus companheiros para revanche. Os outros anunciavam que no carnaval fariam o enterro do Sr. Villas Boas e dos “líderes” do movimento que iria reintegrar os operários na posse do Casino.

Ontem arrebentou a violência alias esperada pela efervescência dos ânimos.

O casino, na opinião do administrador, apoiados aos Estados só pode pertencer aos tecelões da Companhia Progresso Industrial do Brasil.<sup>695</sup>

De fato, as perspectivas apontadas pelo administrador são desdobramentos de uma série de mudanças que foram construídas em alguns anos. Como fora apontado em outros momentos, a formação dos clubes em Bangu, no que tange a elaboração de seus estatutos, mantinha itens que os diferenciavam não só daquelas sociedades que reuniam em seu quadro de associados membros da elite carioca, como também da maioria dos grêmios suburbanos, notadamente aqueles que não tinham qualquer relação com o ambiente fabril.

Embora encontremos indícios de flexibilidade no ingresso de sócios que não possuíam ligações empregatícias, a importância do vínculo institucional era quase que uma obrigação entre seus pares, haja vista a quantidade de artigos que mencionavam esta ligação. Essa conexão, ainda que discursivamente, permitia ao operário ingressar nos variados círculos de lazer do bairro. No Casino, transpareciam cláusulas taxativas no que diz respeito à filiação<sup>696</sup>. Entre elas, os artigos referentes à sede, a qual só poderia ser localizada em Bangu e no edifício doado pela Companhia Progresso Industrial do Brasil para esse fim, à entrada de novos sócios, os quais obrigatoriamente devem pertencer ao corpo de operários da casa

<sup>694</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>695</sup> Ibid.

<sup>696</sup> *Estatutos do Casino Bangu*, aprovados em Assembleia Geral realizada em janeiro de 1906.

manufatureira, e, principalmente, aquele que determina a ocupação do cargo de presidente do Clube circunscrito ao diretor gerente da Fábrica <sup>697</sup>.

Naquela ocasião, os operários não tinham mais representantes em sua diretoria. Ainda que esses cargos fossem circunscritos a extratos da alta cúpula da companhia, a participação dos demais em qualquer atividade era possível, fossem nas festas, bailes, saraus ou nas atividades educativas, independente dos cargos que ocupavam. Percebe-se, portanto, que a reformulação dos estatutos, realizada em janeiro de 1929, fora fundamental para que tal fato não fosse mais possível e que a nova cúpula, sem ligação com a Companhia, pudesse galgar aos postos de direção.

Segundo o jornal, “fuxicando atas de assembleias”, constatou-se que além de tomar conta do Casino, essa diretoria também tem “excluído sócio pertencentes à Fábrica”<sup>698</sup>, mantendo-se, atualmente, com o respectivo quadro: *Presidente*, Dr. Miguel Pedro (sem ligação); *Vice-presidente*, vago com renúncia de Guilherme Pastor, *1º secretário*, Francisco Bandeira (sem ligação); *2º Secretário*, Vicente Jacomiani (sem ligação); *Tesoureiro*, Bulchades de Oliveira (Sem ligação). Ou seja, todos são estranhos ao meio operário.

Analisando o estatuto publicado em diário oficial naquele mesmo ano, que traria apenas as mudanças decorrentes do documento anterior, além de trazer o novo corpo de diretores, alguns artigos dariam sentido ao argumento exposto pelo cronista. Nota-se, que a partir daquela publicação, o presidente passaria a ser o representante legal da instituição, sem qualquer menção a fábrica ou relação mútua estabelecida outrora<sup>699</sup>. Havia também uma alteração referente às obrigações sociais, as quais não seriam mais subsidiariamente de responsabilidade de seus associados<sup>700</sup>. Por fim, trazendo a informação que qualquer reformulação só poderá ser feita após 4 anos de vigência e sua extinção será objeto de deliberação da assembleia geral conforme o disposto em seus artigos 76 e 77<sup>701</sup>.

---

<sup>697</sup> *Estatutos do Casino Bangu*, aprovados em Assembleia Geral realizada em janeiro de 1906.

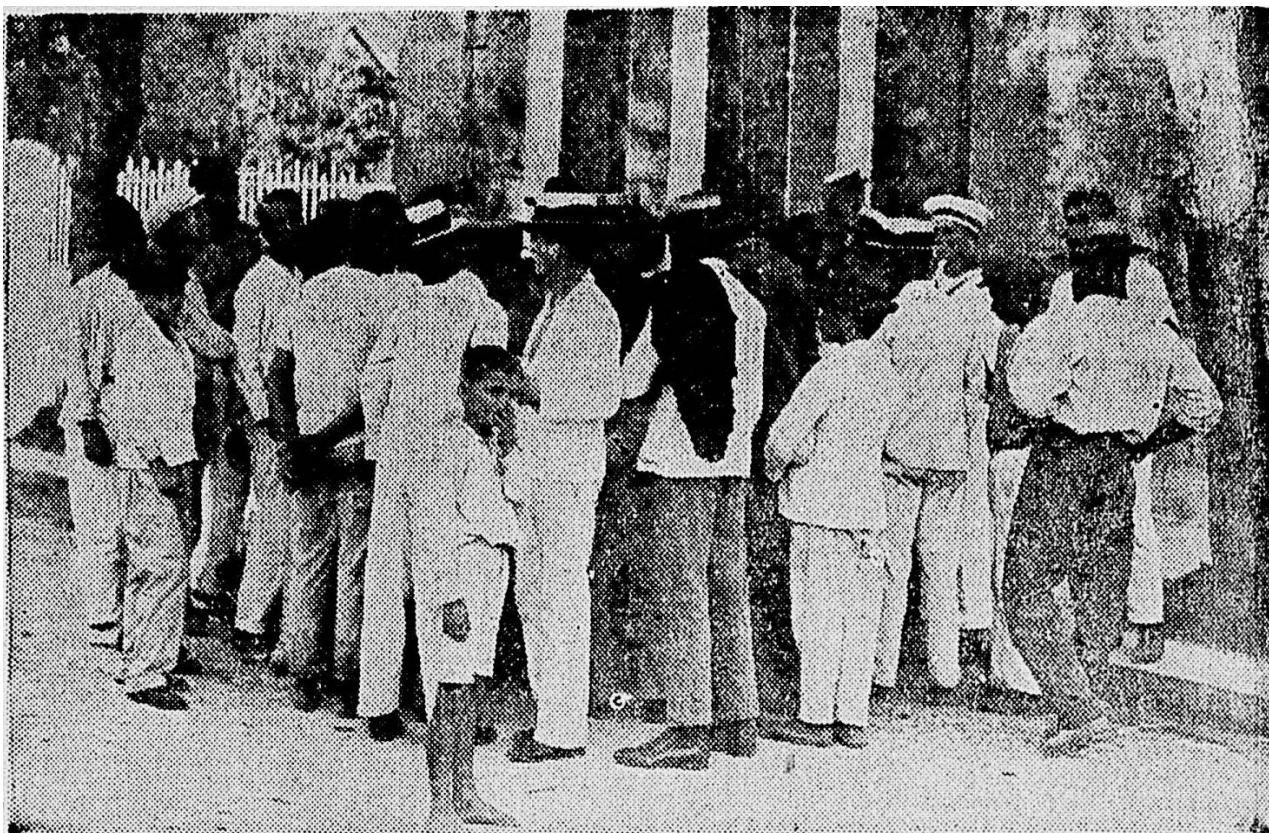
<sup>698</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>699</sup> Diário Oficial de janeiro de 1929: Estratos do Estatutos do Casino Bangu de 1929, p. 37.

<sup>700</sup> Ibid.

<sup>701</sup> Ibid.

Figura 28: Os operários em frente à sede do Casino Bangu



Fonte: A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

Com tantas alterações, o perfil da agremiação mudou. Contudo, havia aqueles que defendessem o atual panorama, entre eles, o morador Sr. Alfredo Ramos<sup>702</sup>, zelador do Casino, que se achava fora da sociedade quando se desenrolaram as violentas cenas.

Partidário da atual diretoria, o zelador acusa, mesmo não estando presente no ato, “que as portas foram arrombadas pelos operários Francisco Medeiros, Moacyr Medeiros, Juventino de Oliveira e Aniceto Corrêa, afirmando que este último ficou ferido após quebrar o espelho<sup>703</sup>. Ademais, destaca que o fomentador “da luta que teve como epílogo as cenas violentas de ontem” foi o administrador da fábrica, José Villas Boas, “que a todo o transe quer ser o presidente Casino”<sup>704</sup>. Por fim, Alfredo Ramos, revela que o administrador chegou a cortar a luz do clube, que era fornecida pela Fábrica e ameaçou demitir os tecelões que aceitassem cargos na diretoria<sup>705</sup>.

<sup>702</sup> O nome do zelador era Alfredo Ramos, não Alfredo Santos, como foi citado no periódico.

<sup>703</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>704</sup> Ibid.

<sup>705</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

Entretanto, após ouvir um número de operários, a folha destaca que todos trabalhadores haviam negado a coparticipação do administrador nas ações de violência. Além disso, o Jornal A Manhã publicou um manifesto de trabalhadores, assinado pelo Sr. Antonio Ferreira de Assunção, que residia à rua Progresso em Bangu, afirmando não ter fundamento tal afirmativa, “pois o gerente da fábrica seria incapaz de assim proceder”. Para ele, os responsáveis pelas depredações foram os dois ex-contramestres, “cujos nomes de pronto ele não sabia, mas que haviam sido fornecidos à polícia local, para as providências devidas”<sup>706</sup>. No mesmo dia, outra carta fora publicada, desta vez em resposta ao Jornal A Crítica, pela parcialidade no trato das informações.

“Sr. Redator da “A Manhã” – Tendo a “Crítica” de hoje divulgado uma notícia sobre o Casino de Bangu e não estando de acordo, não só ao meu nome alterado, como a própria notícia, passa imparcialmente, como zelador que sou há quatro anos, a relatar os mesmos acontecimentos.

Todos os anos, como é de praxe, o Casino de Bangu muda de diretoria. Aproximava-se o fim de maio, que era justamente quando a posse se deveria efetuar. O presidente do Casino, o dr. Miguel Pedro, antes uns dias antes da assembleia, ao chegar ao Casino me interpelou nos seguintes termos:

- Sr. Alfredo, que se fala por aí, de eleições do Casino, já há alguma chapa? Respondi-lhe: dr. Não sei de nada, apenas o sr. Villas Boas é homem cotado. Assim me respondeu ele: que seja está muito bem; é o homem da situação.

Neste intervalo, movido por indivíduos inimigos do dr. Miguel Pedro, foi forjado um abaixo assinado à diretoria da Fábrica Progresso Industrial, pedindo que o casino fosse entregue aos operários, pois que, uma diretoria, pouco escrupulosa, se tinha apoderado do Casino.

Senhor redator da “A Manhã”, é o cumulo, a diretoria do Casino era composta de três operários da Fábrica de tecidos, Horácio Martins, vice-presidente; Francisco Nascimento, tesoureiro e segundo secretário Angenor Corrêa. Três operários distintos, conceituados e estimados no lugar. Considerados, apenas, por cinco ou seis indivíduos e companheiros desonestos.

Sr. Redator, veja que audácia de indivíduos. Dr. Miguel Pedro e Francisco Bandeira, apenas dois contra três, quer dizer que o Casino seria dominado pelos operários, porque os operários tinham maioria na diretoria. Ora, o presidente do Casino, como era natural, acatar o seu nome e de seus companheiros, e procurando sobre os seus autores, chegou à conclusão de que o chefe da Fábrica tinha sido o portador do abaixo assinado. Em vista da gravidade dos fatos, o presidente, no dia da assembleia, que seria o dia da eleição, expos à assembleia os acontecimentos, vindo-se a saber que o administrador queria fechar o Casino, para abrir nova sociedade só de operários. O Casino, sr. Redator, é composto de 250 sócios titulares: estes títulos são valorizados. Pode caber na cabeça de alguém acabar com uma sociedade organizada com licença da polícia e funcionando regularmente?

Outro ponto que eles visam é que o Casino tem muitos sócios de fora. O ponto mais interessante é este: Os estatutos do Casino não frisam que os operários, que por qualquer motivo sejam dispensados da fábrica ou tirem suas contas, sejam também dispensados do Casino: eles ficam sendo sócios com as mesmas regalias.

Nestas condições, há dezenas deles.

Como já disse, há quatro anos que zelo o Casino: ainda não vi uma só proposta de operário que não fosse aceita, não indagando a diretoria, se é preto ou branco, se não tem casaca ou camisa. O operário é aceito, não pagando a joia, e apenas três mil réis mensais.

<sup>706</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.

Realizada a assembleia, esta resolveu, por unanimidade aclamar a mesma diretoria, em vista de tais fatos. Aclamada que foi a diretoria a diretoria, a assembleia deu plenos poderes a mesma de sindicá-los quais os responsáveis pelo abaixo assinado e eliminá-los do quadro social e assim foi feito. Como ficou dito, são estes os fatores de tudo quanto se vem dando dentro do Casino.

Como a “Crítica” noticiou, que pertença a facção do dr. Miguel, o que é muito natural, pois, apenas sou empregado cumprindo com o meu dever, e visando tão somente acatar as ordens desses membros.

O sr. Informante da “Crítica” estará de acordo comigo, servindo assim a profissão que abraça.

Os fatores da eternização do dr. Miguel na presidência, são os seus próprios inimigos, quanto mais procuram amesquinhá-lo, mais o elevam.

Estes fatos teriam cessado se o sr. Villas Boas tivesse dito aos signatários do abaixo assinado que ele seria o presidente, que depois de tomar posse ele concertaria escangalhando o Casino. Como se vê, apenas, só com um conselho poderia o sr. Villas Boas ter evitado tamanha depredação dentro do Casino.

Foi nestas circunstâncias que os diretores do Casino (operários) foram compelidos por força maior a deixar os cargos que ocupavam.

Assim, convocada outra assembleia para preenchimento das vagas existentes, foi nesse dia que o administrador da fábrica cortou a luz.

Antes do presidente chegar ao Casino, já grande número de sócios, munidos de lampiões, foi efetivada a assembleia do Casino, sendo preenchidas as vagas existentes. [...]

São estas, sr. Redator, as considerações que a bem da verdade, já há muito tempo que deviam ter saído à luz. Desafio quem me conteste o que acabo de expor.

Enquanto aos acontecimentos de ontem, só cabe a polícia apurá-los, não me referindo ao administrador da fábrica, pela participação que tivesse tomado nos mesmos.

Bangu, 6 de fevereiro de 1929 – Alfredo Ramos – zelador<sup>707</sup>.

A carta escrita pelo zelador, apesar de sua extensão, é uma babel de informações importantes que o autor, embora explicitamente mostre uma inclinação, brinda-nos com minuciosa descrição a respeito das ações políticas do clube. Mais do que apresentar descrições, o autor aponta itens que vão desde a possível aliança citada, até a hipótese de se criar uma nova agremiação operária. Nesse sentido, consideramos discuti-las pontualmente, buscando compreendê-las e articulá-las aos desdobramentos da confusão realizada no dia 05 de fevereiro daquele ano.

Ao que tudo indica, havia, de fato, uma aproximação entre as duas correntes. O atual presidente, Dr. Miguel Pedro, manteve-se por muito tempo como o único farmacêutico da fábrica. Por isso, a sua admissão naquele período não fora contestada. Ao passar dos anos, por influência do então diretor-chefe da Fábrica, João Ferrer<sup>708</sup>, o jovem promissor deixou o emprego, formando-se em medicina. Desde então, sua participação no campo político do clube se intensificou, chegando à presidência ao final de 1925<sup>709</sup>.

<sup>707</sup> A Manhã, 07 de fevereiro de 1929, p. 01.

<sup>708</sup> Jornal do Brasil, 22 de outubro de 1929, p. 22.

<sup>709</sup> Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1926.; O Paiz, 24 de janeiro de 1926. O Jornal de 03 de fevereiro de 1926.

É bem verdade que uma brecha no próprio estatuto do Casino permitiu a manutenção do sócio, mesmo ele não sendo mais funcionário da fábrica. Como bem colocou Alfredo Ramos, no corpo do documento não há exclusão de sócios que, por qualquer motivo, foram dispensados ou que pediram demissão. Por essa razão, talvez, o médico havia cogitado que o antigo companheiro da fábrica, Sr. Villas Boas, seria um nome da situação, pensando na diminuição dos conflitos que se tornavam cada vez mais frequentes no cotidiano da sociedade. Afinal, tratava-se do administrador da Companhia Progresso Industrial do Brasil, tê-lo como secretário, ou até mesmo vice-presidente, estreitaria, ainda que institucionalmente, os laços entre as duas correntes.

Contudo, não foi o que se verificou. Ao assumir o posto opositor, sendo contrário à reeleição do médico, o administrador despertaria, ainda que não revelasse, o desejo de retomada dos demais trabalhadores. Mesmo contando com três operários na direção<sup>710</sup>, considerados, pelo Zelador, distintos, conceituados e honestos, fora a opinião de cinco ou seis indivíduos que pensavam ao contrário, não era o suficiente para diminuir a tensão expressa. Nas palavras do repórter da A Crítica, “os operários deixaram-se ficar no comodismo, no indiferentismo, mas depois acharam que deviam se apoderar do que era seu”<sup>711</sup>.

Outro ponto divergente estava na abordagem que tratava sobre o ingresso de trabalhadores da fábrica nas festas e bailes do Casino. Embora Alfredo Ramos declare que não tenha visto “uma só proposta de operário que não fosse aceita, não indagando a diretoria, se é preto ou branco, se não tem casaca ou camisa”, o mesmo não pôde ser dito na prática, haja vista a insatisfação de membros dos mais variados círculos de lazer da região em relação à atitude do então presidente, o qual causaria mal-estar no interior de outras agremiações, por exemplo, quando Ary Franco, em março de 1929, após sagrar-se presidente do Bangu A. C., eleito por aclamação, decide renunciar ao cargo, causando enorme surpresa nas principais rodas esportivas<sup>712</sup>.

De acordo com o Diário Carioca, o *sportman* banguense deixou a presidência do clube de futebol por discordar das posições políticas e segregacionistas do Dr. Miguel Pedro, presidente do coirmão Casino e 1º Secretário do Bangu A.C.<sup>713</sup>. Para Ary Franco, tornava-se impossível figurar na mesma diretoria composta pelo Sr. Miguel Pedro, o qual não permitia o ingresso de ‘modestos operários’ no Casino Bangu, somente “pessoas abastadas e bem

<sup>710</sup> Horácio Martins, vice-presidente; Francisco Nascimento, tesoureiro e segundo secretário Angenor Corrêa.

<sup>711</sup> A Crítica, 06 de fevereiro de 1929, p.01.

<sup>712</sup> Diário Carioca, 02 de março de 1929.

<sup>713</sup> Ibid.



afiguradas”<sup>714</sup>. Para o periódico, os membros do Bangu A. C, compostos majoritariamente por trabalhadores da Fábrica, reprovaram a iniciativa do Dr. Miguel Pedro, além de lamentar a renúncia de Ary Franco, estimado sócio entre o círculo operário<sup>715</sup>.

De fato, o imbróglgio não ficaria limitado às depredações, tampouco aos clubes do bairro. Diante do exposto, fora convocada pelos acionistas da Companhia Progresso Industrial do Brasil uma assembleia geral, realizada em 11 de abril de 1929, às 13 horas, na sede da fábrica, à Rua Theophilo Ottoni, número 18, sobrado<sup>716</sup>. Lá, o presidente da companhia fez algumas exposições sobre diversos assuntos de interesse social, entre eles os acontecimentos do Casino Bangu.

Lembrando se como fora criado o Casino, Francisco José Gomes Valente, presidente do Banco Comercial e um dos principais acionistas da Fábrica, lamenta que “paulatinamente” estão sendo “eliminados da sociedade os operários da fábrica”<sup>717</sup>. Ademais, assinala “que elementos estranhos foram se apoderando dos cargos da diretoria” e “mostra que os fatos que ocorreram em Bangu foram o epílogo de uma série de provocações da atual direção do Casino”<sup>718</sup>. Pela “urgência de uma solução”, que na avaliação do presidente da comissão “não pode tardar”, “a diretoria não podia deixar de comunicar tais acontecimentos a esta assembleia”<sup>719</sup>. Dando continuidade, ele destaca que ao examinar a situação do prédio, sob o ponto de vista jurídico, procedido pelo advogado da companhia, “revelou um aspecto inteiramente novo para a diretoria”<sup>720</sup>.

O advogado declarou que o prédio, em que está o Casino Bangu, foi gratuitamente emprestado a esta sociedade pela diretoria anterior a atual, constituindo tal ato um comodato, mas nos informou que os comodatos celebrados pelas sociedades anônimas só são validos quando expressamente autorizados por uma assembleia, por deliberação solene, salvo se os estatutos dão poderes expressos a diretoria para celebra-los. Os estatutos da companhia não conferem esse poder a diretoria. O contrato, portanto é muito por falta de competência da diretoria, que então dirigia a Companhia Progresso Industrial do Brasil, a menos que a assembleia usando o seu poder soberano, haja por bem ratificar o aludido ato, expurgando, por deliberação expressa, vicio que leva o ato daquela diretoria, incautamente mantido pelas posteriores. O Sr. Presidente adverte que os seus antecessores agiram certamente animados por altruísticos intuits, ignorando inteiramente o aspecto jurídico do seu ato. A diretoria submete a deliberação da assembleia o seguinte dilema: Deve ser ratificado o ato da diretoria que entregou o prédio a rua Estevam nº 127, no ano de

---

<sup>714</sup> Ibid., p. 09.

<sup>715</sup> Ibid.

<sup>716</sup> Diário Oficial, 16 de abril de 1929, p.9089.

<sup>717</sup> Ibid.

<sup>718</sup> Ibid.

<sup>719</sup> Ibid.

<sup>720</sup> Ibid.

1907, a agremiação atualmente denominada Casino Bangu, ou deve ser impugnado tal ato?<sup>721</sup>

Observa-se que há dois pontos interessantes a serem considerados. O primeiro faz referência ao equívoco cometido pela diretoria anterior, a qual agia sob a responsabilidade de João Ferrer. Vale lembrar que o administrador espanhol era uma espécie de prefeito, tendo livre domínio aos assuntos que movimentavam o bairro operário, entre eles a vida política e financeira das agremiações da região. Ao longo do trabalho apontamos alguns exemplos desse estreitamento, que ajudou a cristalizar uma imagem de benfeitor local, símbolo que renderia diversas homenagens mesmo após a sua saída conturbada.

Por sua vez, a gestão de Ferrer causara danos expressivos aos cofres da Fábrica. Não levantar a temática em assembleia geral por todos esses anos era só mais uma demonstração da ambiguidade que marcou a sua passagem. Ademais, sublinhar mais esse gesto de incompetência ajudaria a desmitificar a imagem de filantropo difundida ao longo dos anos, fora qualquer possibilidade de voltar aos negócios da empresa.

O segundo ponto, faz-se presente no problema levantado pelo presidente: afinal, diante desses desacertos cabe à nova diretoria suspender o contrato? Em resposta, após consultada a assembleia, foi momentaneamente resolvido não suspender o ato da diretoria anterior. O Sr. Presidente da companhia pondera afirmando que é vantajoso “a existência de um local onde os operários e os demais empregados da companhia possam se reunir para festividades e saraus”<sup>722</sup>. Diante o pedido, a diretoria solicitou à assembleia a precisa autorização para celebrar um comodato, desta vez, “mediante um contrato escrito, tendo por objeto a sessão do prédio da rua Estevam nº 127, a uma associação de empregados e operários da companhia, tomando-se as necessárias cautelas para não serem ludibriados dos fins da sessão”<sup>723</sup>. Consultada a assembleia, foi dada, por unanimidade, a autorização solicitada, uma demonstração clara que o conceito de patronato implementado por João Ferrer permaneceria, independente da gestão.

Nesse sentido, a própria postura paternalista merece ser ressaltada. No caso das empresas têxteis, sobretudo aquelas localizadas nos subúrbios da cidade, buscou-se por meio da implementação de serviços a formação de um núcleo autônomo, a partir do conceito de *company town*. Boris Fausto acredita que as prerrogativas, a partir de olhares multifacetados, fossem interpretados pelos trabalhadores como benefícios concretos. Ainda assim, esse

---

<sup>721</sup> Diário Oficial, 16 de abril de 1929, p. 9090.

<sup>722</sup> Ibid.

<sup>723</sup> Diário Oficial, 16 de abril de 1929, p. 9090.

imbricamento produziu substratos suplementares de controle dos diretores sobre os operários.<sup>724</sup> Como bem nos lembra Margareth Rago, refletindo sobre a “utopia da cidade disciplinar”, esse comportamento revela o desejo dos industriais de transformar os trabalhadores em um grupo coeso e obediente, na tentativa de evitar previamente movimentos de protestos e reivindicações:

É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a forma de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção: por isso mesmo, a autoimagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo.<sup>725</sup>

Nota-se que as exposições reforçam a necessidade de atenção sobre o tratamento da identidade local, notadamente quando conjugada aos cenários proporcionados pelo sentimento clubista. As brigas e discussões na tentativa de recuperar aquele espaço de outrora intensificam para a criação de pertencimento. Para Milton Santos “cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, proveniente do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maiores relações com as forças do presente”<sup>726</sup>. Isso porque é preciso observar os anseios sociais e experiências locais; pois, como sustenta Castells, “em cada uma das comunidades e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, à história do território e à sua conjuntura econômica”<sup>727</sup>.

Esse contexto reflete o paradigma das múltiplas práticas de lazer em Bangu; principalmente quando eram subjugadas pela grande imprensa ou por aqueles que aspiram um modelo tipicamente europeu de diversão, como foi o caso do Futebol. Ali, conseguimos enxergar brasileiro, italianos, portugueses e ingleses na defesa de um único interesse: o Bangu Athletic Club. Portanto, se de um lado pressupormos que o caráter proletário do bairro foi decisivo, a princípio, para a construção tensões entre trabalhadores de diferentes nacionalidades, por outro, consideramos que este mesmo fato ajudou, aos poucos, na construção de elos de sociabilidade: seus moradores e torcedores que, em parte, passaram a compartilhar de um modo muito particular de viver, trabalhar e torcer.

<sup>724</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977.

<sup>725</sup> RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e terra, 2014, p. 52-53.

<sup>726</sup> SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998, p.83.

<sup>727</sup> CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.316.

### 3.2 Torcer à moda Bangu: padrões, imigrantes e brasileiros em campo

O leitor mais atento que circula pelos arrabaldes da cidade, pode estar se perguntando: quem nunca ouviu a expressão à moda Bangu? Certamente, um número expressivo da população carioca já ouviu ou reproduziu a famosa expressão. Na verdade, a locução adverbial de modo – à moda Bangu –, cotidianamente presente na linguagem popular, e, em particular, relacionada ao futebol, expressa de certa forma a multiplicidade do bairro suburbano: sem compromisso, amador ou de qualquer jeito. Isto é, vamos fazer isso como se faz em Bangu.

Os indicativos da locução arraigada por estereótipos marcados pela estratificação socioespacial da cidade podem ser constatados no processo de consolidação do futebol brasileiro. Os primórdios do futebol no Rio de Janeiro, na transição dos séculos XIX e XX, foram marcados por interesses e representações que relacionavam o esporte inglês à formação de um novo modelo de cidadão. Ainda que discursivamente, a prática coexistia a mais uma forma de celebração da alta sociedade carioca, expressada pelos valores do cavalheirismo, do fair play e do amadorismo.

Considerados elementos indispensáveis, notadamente para um quadro social que incorporava o modelo europeu como parâmetro cultural para a recém-instaurada República brasileira, o futebol ganhara espaço significativo nos clubes, nas escolas e, principalmente, nas agendas de entretenimento das famílias mais abastadas da Capital<sup>728</sup>. No entanto, concomitantemente, agrupados em centros esportivos formados nos subúrbios ou em seus locais de trabalho, como nas fábricas da Zona Sul (Laranjeiras e Jardim Botânico, por exemplo), trabalhadores, negros e migrantes também vivenciavam o jogo, fazendo dele um importante meio de expressão de seus desejos sociais específicos<sup>729</sup>.

A fundação do Bangu A. C., por exemplo, marcou a difusão da prática e o acesso mais direto ao futebol entre as camadas populares, pois contrariava o discurso de refinamento e fidalguia construído pelos primeiros *sportsmen* cariocas. Reconhecido como o primeiro

<sup>728</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>729</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

clube operário da cidade, criara um modelo que seria, ao longo dos anos, adotado por muitos de seus pares, como nos mostra a imagem a seguir.

Figura 29: Equipe do Bangu Athletic Club de 1905.



**Fonte:** Acervo pessoal de Carlos Molinari.

No entanto, aos olhos daqueles que buscavam o engrandecimento da prática pela exclusão social, a penetrabilidade desses personagens de diversos segmentos sociais só contribuiria para o empobrecimento do jogo. Nessa perspectiva, clubes como o Bangu adotavam – tanto sua torcida quanto seus jogadores – certos comportamentos que se diferenciavam das propostas idealizadas de outrora. Entretanto, acreditamos que foram justamente essas posturas – vaias, agressões aos adversários e invasões de campo – que se constituíram em um fator de identificação bairro-clubes-trabalho, bem como uma estratégia de alteridade. Vejamos o caso do confronto entre Bangu e Fluminense em 1917, pelo campeonato da Liga Metropolitana.

Em junho de 1917, alguns dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, detalhavam em suas páginas a dualidade representada pelos meios de comunicação<sup>730</sup>. De um lado, “o querido clube da rua Guanabara”, composto por “jogadores ‘valentes’, aqueles que

<sup>730</sup> O Imparcial, 11 de junho de 1917.

procuram no futebol um divertimento”<sup>731</sup>. Do outro, o “agressivo” Bangu, agremiação com sede no longínquo bairro suburbano<sup>732</sup>.

Compreendido como um “embate”, o jogo ocorrera de forma intensa e agressiva, o qual sairia vencedor o “simpático” Fluminense F. C. Para o cronista, “o querido clube da rua Guanabara conseguiu, ontem, brilhantemente, coisa que ano passado, não sucedia com os times que demandavam aquele campo”<sup>733</sup>. Derrotar o “valeroso Bangu” em seu *ground*, não era algo fácil, lembra o jornalista. Equipes como Flamengo, América, São Cristóvão e o próprio Fluminense, bem que tentaram, mas sucumbiram ao time alvirrubro.

No entanto, não foi uma partida fácil, enfatizou o autor. A vitória, por dois gols a um, destacou-se pela “bravura” diante do seu “terrível antagonista”, pois o jogo desenvolvido pelo time local foi violento como sempre, tendo saído machucados os players Lais e Emmanuel do Fluminense<sup>734</sup>.

A violência, segundo o jornalista d’O Imparcial, deu-se início por conta da atuação do referee Sr. A. Almeida, a qual não foi bem vista pelos “partidários do clube local, os quais tentaram agredi-lo”<sup>735</sup>. Para o repórter, “a liga precisa, quanto antes, tomar séria providencia para que não tenhamos muito em breve de ver aleijados em nossos campos, pelos jogadores “valentes”, aqueles que procuram no futebol um divertimento”<sup>736</sup>.

Das vítimas de ontem em campo, prossegue o autor, “Emmanuel foi quem mais sofreu”, ficando por dias em tratamento por conta de uma torção no braço direito<sup>737</sup>. Por fim, ao deixar a estação de Bangu, o trem especial do Fluminense, no qual vinham muitas famílias, “foi apedrejado por um grupo de desordeiros”<sup>738</sup>. Felizmente, encerra o repórter, “a não serem as vidraças”, “não se verificou nenhum desastre pessoal”<sup>739</sup>. Coisas do futebol.

Diante do que fora apresentado, dois pontos merecem ser observados com maior cuidado. O primeiro diz respeito ao carinho revelado pelo jornalista em relação ao “sympathico Fluminense F. C., ou, em outras palavras, “o querido club da Rua Guanabara”<sup>740</sup>. Tal admiração, não estava circunscrita ao enviado d’ O Imparcial. A forma de tratamento era

---

<sup>731</sup> Ibid., p.08.

<sup>732</sup> Ibid.

<sup>733</sup> Ibid., p.08.

<sup>734</sup> Ibid., p.08.

<sup>735</sup> Ibid., p.08.

<sup>736</sup> Ibid.

<sup>737</sup> O Imparcial, 11 de junho de 1917, p.08.

<sup>738</sup> Ibid.

<sup>739</sup> Ibid.

<sup>740</sup> Ibid.

também encontrada em outros órgãos da imprensa, um exemplo do prestígio em que a agremiação fidalga desfrutava nas páginas dos periódicos.

Santos Junior sustenta que a equipe do Fluminense sempre teve entre seus sócios e frequentadores representantes das famílias mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro, talvez, por isso, motivo de tamanha admiração<sup>741</sup>. Para algumas dessas folhas, a equipe da zona sul simbolizava os tempos prósperos do jogo, algo que não era mais visto com o número expressivo de jogadores oriundos da periferia da cidade.

O segundo item, portanto, se articula ao que fora apresentado. As práticas de violência era uma representação recorrente nos jogos do Bangu, a qual substanciava o retrato de perigo entre as diversões populares. Isto é, seus jogadores, torcedores e sócios eram somente reconhecidos por suas supostas posturas inadequadas.

Dias depois, o presidente do Bangu A. C., Sr. Noel de Carvalho, enviou uma carta ao mesmo jornal, indignado com o tratamento o qual considerava injusto e agressivo. Para ele, sempre que a imprensa carioca narra os feitos do clube, o qual sente muito orgulho de pertencer, analisam parcialmente, transparecendo “não o desejo de pugnar pelo engrandecimento e moralidade do Sport, mas tão somente a intenção de amesquinhar esse modesto núcleo de cultura física”<sup>742</sup>. Na sequência, Noel ainda revelava que não pretendia acusar diretamente aqueles que se encarregaram das seções esportivas da imprensa, mas lamentava que esses estejam completamente obcecados pelos “preconceitos sociais, que os levam analisar por prismas diversos factos, já quando estes se apresentam no meio do elemento operário, já quando estes surgem no coração da “elite”, no meio daqueles mais favorecidos pela fortuna”<sup>743</sup>.

Sem negá-los, o diretor tentou apaziguar os ânimos e prometeu rigidez, mas não deixou de provocar o cronista, destacando que também há “elementos exaltados” Bangu, “desses que existem em todos os clubes”. Na avaliação de Noel, a população duvidou da imparcialidade do árbitro, e por esse motivo, “entenderam demonstrar por ações, o seu descontentamento”<sup>744</sup>.

Contudo, o presidente fez questão de destacar que o corrido “foi fruto dessa criançada irrefreável, que prolifera em toda a parte, dessa garotada anônima, desses

---

<sup>741</sup> SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local:** o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923). 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

<sup>742</sup> O Imparcial, 13 de junho de 1917, p. 08.

<sup>743</sup> O Imparcial, 13 de junho de 1917, p. 08.

<sup>744</sup> Ibid.

‘garroches’ infernais, irreprimíveis e quase impalpáveis, quando se pretende corrigi-los”<sup>745</sup>. Ainda assim, prometeu punição, “porque a diretoria do clube, com o prestígio de que goza e de que se ufana, conteve prontamente esse movimento, e irá corrigir aqueles que promoveram”<sup>746</sup>. Segundo ele, os episódios receberam a reprovação “unânime dos sócios do Bangu e da população local”, pois, como mesmo lembrou, o bairro não é habitado “por selvagens ou botocudos”; trata-se sim de uma região “laboriosa e de população pacata”<sup>747</sup>.

Dessa forma, a diretoria eximia-se de qualquer responsabilidade, delegando o incidente às crianças “anônimas” ou parte da população descontente com a atuação do árbitro. Em resposta, o jornal encerrou a coluna reconhecendo os feitos do “ilustre presidente do Bangu”, mas ressaltando que, felizmente, havia outros periódicos que também registraram as conjunturas do dia. E, por essa razão, mesmo isentando os “heroicos players do valoroso alvirrubro”, lamentava o entusiasmo dos seus torcedores<sup>748</sup>.

De fato, a culpa recairia aos populares de Bangu. Segundo Chalhoub, as manifestações de violência e desordem eram relacionadas aos modos de vida desses segmentos sociais, movimento decorrente da instauração das crenças que justificariam a identificação das “classes pobres” como “classes perigosas”<sup>749</sup>. Dessa forma, passou a ser necessário, aos novos interesses dominantes, afastar daquela prática considerada fidalga esses grupos “perigosos”, referindo-se às mesmas como compostas de indivíduos que viviam à margem da sociedade, pobres e vistos como desordeiros entre outros estigmas<sup>750</sup>.

Travava-se, na verdade, de uma noção estereotipada de subúrbio, marcada por estigmas ligados à estratificação socioespacial da cidade. Era usual a desqualificação não só de torcedores e jogadores, como também dos bairros suburbanos como um todo. Essas ocorrências eram indícios dos conflitos que se estenderam por anos no futebol carioca, na mesma medida em que explicitavam a força da relação do esporte com os *ethos* em confronto.

Por conta dessa intensa relação, pouco importava, em alguns casos, a nacionalidade do morador de Bangu. Em prol da modernização e embelezamento, a maior parte dos periódicos privilegiava um ponto de vista mais afeito aos interesses das elites, mesmo que, por vezes, a partir de um olhar crítico. De acordo com Melo, ainda que com esse

---

<sup>745</sup> Ibid.

<sup>746</sup> Ibid.

<sup>747</sup> Ibid.

<sup>748</sup> Ibid., p.09.

<sup>749</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ªEd. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

<sup>750</sup> SANTOS JUNIOR, N. J.; MELO, V. A. Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). **Rev. bras. educ. fís. esporte** [online]. 2013, vol.27, n.3, pp.411-422.



viés, nos jornais e revistas, “em função da sua ambiguidade, típica de sua função mediadora, é possível captar diferentes e divergentes perspectivas sobre a prática, cuja conformação ajudamos a entender o quadro de uma sociedade em mudança”<sup>751</sup>. Vejamos o exemplo do Chefe Geral da Fábrica de Tecidos James Hartley, funcionário da alta cúpula que não era benquisto entre os trabalhadores brasileiros, pois o acusavam de paternalismo excessivo aos imigrantes da fábrica<sup>752</sup>.

James Hartley foi um dos membros fundadores do Bangu A. Club, ocupando inicialmente o cargo de conselheiro fiscal e, respectivamente, a vice-presidência e presidência ao longo da década de 1910. Como bom inglês<sup>753</sup>, Hartley foi figura corrente nos jogos do Bangu, participando não só da vida política, mas, sobretudo, do cotidiano esportivo da agremiação. Observa-se, que o inglês chegou a ser *fullback* da equipe, mas abandonou os gramados após atuar em 36 partidas, entre os anos de 1904 a 1908<sup>754</sup>.

Já aos 37 anos, resolveu atuar como *referee*, onde promoveu intensas discussões nas folhas esportivas da cidade, em especial, quanto a sua imparcialidade nos jogos do clube local. Em junho de 1909, por exemplo, o chefe-geral da Fábrica recebeu severas críticas da *Gazeta de Notícias* por conta de sua atuação<sup>755</sup>. A partida era entre Bangu e o Riachuelo, válida pela décima rodada do campeonato da Liga Metropolitana de 1909.

O jornal não mediu palavras em relação à atuação do árbitro inglês, tampouco em consideração ao seu condicionamento físico, que na opinião do cronista, somado as más condições do campo, contribuiu para o “mínimo interesse do *match*”<sup>756</sup>. Para o ácido autor, em ambas as provas venceu o clube da casa, mas aos trancos, como sempre, uma referência explícita ao jeito de jogar considerado agressivo do Bangu. Porém, desta vez, contou com ajuda do árbitro Sr. James, “cavalheiro cuja obesidade o obrigava a ficar parado e cujo

<sup>751</sup> MELO, V. A. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In: HOLLANDA, B. B. B., MELO, V. A. (Org.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 47.

<sup>752</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>753</sup> Ver HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.p. 289. Para o autor, na Inglaterra, o epicentro do desenvolvimento esportivo mundial, o futebol já adotava a profissionalização desde 1885, já tendo formada uma Liga em 1888, baseada no modelo do sistema estabelecido anteriormente nos Estados Unidos para o beisebol profissional. Ou seja, o esporte já se transformara em um dos temas prediletos dos populares, fazendo parte de uma cultura operária.

<sup>754</sup> MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>755</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1909.

<sup>756</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1909, p. 04.

procedimento foi o mais incorreto possível”<sup>757</sup>. Na avaliação do jornalista da Gazeta de Notícias, “pior *referee* jamais vimos em campo”.<sup>758</sup>

Quanto à assistência local, o autor também não poupou críticas. Pelo contrário, salientou que “o procedimento foi o de sempre, incorreto, insultuoso e brutal”. Os “dignos rapazes do Riachuelo” foram, segundo ele, “mimoseados durante todo o jogo com palavras e gestos de uma delicadeza nunca vista”. Por fim, é preciso que “a Liga decida uma vez para sempre que os jogos não se realizem no campo do Bangu, pois do contrário, teremos a lamentar incidentes bem desagradáveis e que pela sua natureza exijam a intervenção da polícia”<sup>759</sup>. Os jogos foram, em suma, “uma verdadeira vergonha!”, encerra o autor<sup>760</sup>.

O episódio apresenta uma série de antagonismos, mas ao mesmo tempo algumas práticas corriqueiras. A primeira refere-se às ações de James Hartley, que colocava de lado seu caráter disciplinador, indo contra o que os jornais esperavam de um legítimo *sportman* britânico. O Diretor fabril atuou explicitamente em favor dos interesses do clube, gerando um sentimento de revolta nas principais folhas esportivas da cidade, em especial a Gazeta de Notícias. Os comentários tecidos ao condicionamento físico do inglês mostraram-se somente mais uma estratégia de desqualificação do *modus operandi* local, considerado, como mesmo fora citado: “incorreto, insultuoso e brutal”.

Nesse caso, pouco importou se era chefe geral, operário, diretor, inglês ou brasileiro. O julgamento era estereotipado e repleto de estigmas que nivela todo e qualquer comportamento suburbano e popular, fora dos “padrões morais”, a conjunturas marginais e violentas. Essa óptica, desdobramento de um pensamento elitista, fincava normas e condutas sobre os modos e costumes de viver, divertir e torcer da população pobre e periférica, notadamente aqueles que habitavam nas zonas suburbanas. Outro exemplo pode ser observado em 14 de junho de 1919. Vejamos:

Ainda ontem no campo do Bangu A. C., por ocasião do encontro dos times locais com os do S. Cristóvão, registraram-se factos que são tão indignos, que mais mereciam ser lamentados numa secção policial.

Faltando 22 minutos para terminar o encontro Patrich perdendo a pelota para Hugo agride este jogador no que é repellido.

Estabeleceu-se o tumulto, que teve como consequência a invasão do campo, novas agressões, pauladas, revólveres e navalhas em cena e....suspensão do jogo!

Não sabemos ainda quais os culpados de tamanha falta de educação: se os desordeiros da Favela ou se os agressores do Morro Pinto.

<sup>757</sup> Gazeta de Notícias, 8 de junho de 1909, p. 04.

<sup>758</sup> Gazeta de Notícias, 8 de junho de 1909, p. 04.

<sup>759</sup> Gazeta de Notícias, 8 de junho de 1909, p. 04.

<sup>760</sup> Gazeta de Notícias, 8 de junho de 1909, p. 04.

Francamente, srs. Sportmen. Isto nunca foi futebol! Acabemos com estas cenas lamentáveis, antes que a polícia prepare um lugar seguro para serem trancafiados os desordeiros que se querem impingir como sportmen!<sup>761</sup>

Os adjetivos e os termos utilizados pelo redator traduzem uma narrativa usual entre as principais folhas que tratavam as diversões da população pobre da cidade. Como fora discutido, esse mecanismo fazia parte de um modelo idealizado de nação, o qual tinha nas práticas corporais um importante difusor. Ao tratar sobre a “civilização” do futebol, que na concepção do cronista ainda não fazia parte daquele espaço, ele desconsidera que os mesmos conflitos se estendiam entre as agremiações que reuniam os jovens das famílias mais abastadas da zona sul. Esse excesso, notadamente as invasões de campo, não estava circunscrito aos gramados suburbanos. Pelo contrário, o próprio Lima Barreto denunciou que os “trancos e pontapés” eram dados em todas as partidas da Liga, fossem elas disputadas nos subúrbios ou nos gramados da Zona Sul: ou os “clubes aristocratas e puros” ficariam “atrás dos clubezinhos do subúrbio?” Para ele, o futebol é uma e mesma coisa em toda parte!<sup>762</sup>

Na tentativa de revelar os meandros do cotidiano das camadas populares, Chalhoub<sup>763</sup> ajuda-nos a compreender os discursos que cristalizaram esses conflitos como símbolos tradicionalmente abordados à luz dos “desordeiros da Favela” ou dos “agressores do Morro Pinto”. Essas representações são desdobramentos dos conceitos estabelecidos pelos teóricos da patologia social.

Dessa forma, a pobreza a que fica condenada a um recorte da população – condição esta oriunda das tais antíteses estruturais – produz a ausência de normas ou a falta de padrões de comportamento, o qual traduz as narrativas expostas nas principais folhas da capital. Em outras palavras, por um lado, é a simples dedução de que o estado de pobreza destrói os padrões de comportamento, o que caracteriza o caos nos jogos desses clubes populares. Por outro lado, em vez de tentar compreender melhor o sentido e a racionalidade intrínsecos aos diferentes tipos de comportamento dessas agremiações, o que se fazia era apenas julgá-las a partir dos padrões que lhe eram extrínsecos, ou seja, tentava-se impingir a clubes, como Bangu, arquétipos extraídos das agremiações compostas por membros da elite carioca.

Embora iniciativas, tal qual a carta escrita por Noel de Carvalho, possam chamar a atenção contra “as acusações injustas” que se direcionavam ao “povo laborioso” de Bangu,

<sup>761</sup> Correio da Manhã, 14 de julho de 1919.p.08.

<sup>762</sup> Careta, 1 de janeiro de 1921.

<sup>763</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ªEd. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

eles eram vistos como os principais suspeitos de quaisquer desordens que viessem a acontecer em seus jogos<sup>764</sup>. A cada jogo no bairro, a própria polícia se apressava em reforçar o patrulhamento no local, na tentativa de conter os ânimos dos torcedores dessas agremiações.

Conquanto, vale destacar que havia resistência às narrativas apresentadas pela grande imprensa. Os jornais suburbanos optavam pela defesa dos interesses locais, os quais se preocupavam não só com o abandono e o descaso do poder público, mas também com as práticas de lazer da região. Essa iniciativa, cujo objetivo era “recrear, instruir e advogar os interesses suburbanos”<sup>765</sup> expressa, desde a década de 1880<sup>766</sup>, diferentes indivíduos, em diferentes espaços, na luta por melhores condições de vida, trabalho e lazer.

Contrárias às notícias que circulavam pelos principais veículos de imprensa, as notícias desses jornais assumiam deliberadamente um lado, concentrando nas supostas arbitrariedades e injustiças produzidas em detrimento dos clubes suburbanos, por exemplo, o artigo publicado pelo Bangu-Jornal, na seção “Vida Sportiva”, em 14 de julho de 1918.

Após longas horas de reunião, a direção da Liga Metropolitana tomou uma decisão polêmica, a qual suspendia os jogos no estádio do Bangu Atlético Clube. Mesmo à frente de um “apaixonado relatório”, produzido pela agremiação local, não houve qualquer manifestação favorável. A resolução era clara e definitiva, por conta dos seguidos casos de violência nos jogos do clube, a partir daquele momento o *ground* do Bangu seria “arbitrariamente interdito”<sup>767</sup>.

Certamente, a deliberação arbitral trouxera manifestações contrárias à decisão, notadamente pelo desfecho que traria ao clube arrabaldino. Para o autor, “a injusta medida” oneraria os cofres do “nosso valoroso clube”, causando prejuízos materiais<sup>768</sup>. Por essa razão, o tema foi tratado em várias reuniões da diretoria do clube, que buscava soluções para o problema. A imprensa local, por outro lado, aguardava uma reação convicta por parte dos dirigentes, pois o que estava em jogo, para muitos, era a honra do subúrbio.

Decerto, a interdição não foi totalmente extemporânea. No período em que tramitava o processo, alguns ofícios já haviam chegado às mãos da diretoria local, os quais

---

<sup>764</sup> PEREIRA, L. A. M. **Footballmania**: Uma História social no Futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.p. 268.

<sup>765</sup> Gazeta Suburbana, 15 de dezembro de 1883, p. 1.

<sup>766</sup>Podemos citar a Gazeta Suburbana 1883/1885, Revista Suburbana 1893, Correio Suburbano 1895, O Suburbano 1900, entre outros.

<sup>767</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p. 3.

<sup>768</sup> Ibid.

repudiavam a postura, considerada violenta, da torcida e jogadores do Bangu<sup>769</sup>. Em um deles, seus representantes exigiam a exclusão do jogador Octavio do quadro de sócios da agremiação, em função da conduta violenta no jogo contra o São Cristóvão<sup>770</sup>.

Ainda assim, a diretoria do clube não deu importância, tampouco fora excluído do quadro de associados o jogador em questão. Para afastar algum sócio era preciso muito mais do que um diagnóstico elaborado pela Liga. As relações deveriam ser tomadas no interior da agremiação, como foi o caso de César Bochialini, que levou em conta a convivência instituída socialmente entre os pares, fosse no clube, bairro ou no ambiente fabril.

Embora os artigos 12 e 13 do seu estatuto tragam entre os deveres do sócio: “conduzir-se com a máxima correção, quando uniformizados ou com o distintivo do *club* e quando estiverem no recinto deste”<sup>771</sup>. E, conseqüentemente, “os sócios que se desviarem dos deveres acima serão censurados pela diretoria e, na reincidência, suspensos ou eliminados”<sup>772</sup>, não era algo atendido por conta das reclamações da liga ou de alguns cronistas da grande imprensa. E, ao que tudo indica, Otavio não tivera qualquer problema dessa característica.

No entanto, a diretoria trabalhava nos bastidores, na tentativa de impedir a interdição. Para o cronista local, “ao que sabemos, as responsabilidades da Liga já se acham bem apuradas no judiciário e em breve será proposta uma ação contra a mesma pedindo uma forte indenização por perdas e danos”<sup>773</sup>. Mover uma ação na justiça seria, nas palavras do autor, “uma boa e bastante aproveitável lição para os despeitos da Liga e uma estupenda vitória moral para o nosso querido clube”<sup>774</sup>.

De fato, a ida aos tribunais já representaria, na concepção do cronista, uma a lição de moral. A “ousadia” foi motivo de atenção nas colunas do Correio da Manhã e d’A Epoca, impressionados pela atitude que o clube suburbano poderia vir a tomar contra a Liga<sup>775</sup>. Ao comentar a “petulante ousadia de perturbar a doce paz dos nossos amigos da liga Metropolitana”,<sup>776</sup> o cronista do Correio da Manhã, deixava clara a sua posição. Já o redator d’A Epoca contestava as informações passadas pelo jornal suburbano: “o representante do Bangu desmentiu categoricamente que seu clube pretendesse chamar a juízo a L.M.D.T, para

---

<sup>769</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 24 de abril de 1918; 15 de maio de 1918; 22 de maio de 1918; 12 de junho de 1918.

<sup>770</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 12 de junho de 1918.

<sup>771</sup> *Estatutos Bangu Athletic Club*, aprovados em Assembleia Geral realizada em 20 de abril de 1915, p.03.

<sup>772</sup> *Ibid.*

<sup>773</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p.03.

<sup>774</sup> Bangu-Jornal, 14 de julho de 1918, p.03.

<sup>775</sup> A Época, 17 de julho de 1918.

<sup>776</sup> Correio da Manhã, 17 de julho de 1918.

ser indenizado pelas perdas a danos decorrentes da interdição do campo da mesma sociedade. Ainda bem...”<sup>777</sup>.

Em resposta, o Bangu-Jornal provoca: “decididamente, nem bem viu a luz do dia, e já está em foco o nosso modesto semanário”<sup>778</sup>. Quanto à versão publicada pelo jornal A Época, o cronista refutou, “os leitores bem conhecem o valor significativo das “reticências” que sempre envolvem dúvida, ironia, malícia... etc”<sup>779</sup>. Em seguida, ele põe em dúvida a parcialidade da Liga e de alguns meios de comunicação, destacando que há tempos o clube arrabaldino vinha sendo perseguido. Para dar crédito ao seu argumento, revela dois pontos que considerados importantes:

- a) Pelos processos regulares e perante autoridades competentes, depuseram pessoas qualificadas para se apurar as responsabilidades do *referee* que presidiu o jogo e que apresentou à Liga o relatório que deu causa à interdição do campo.
- b) Chamado o *referee* a depor, defendeu-se, negando o facto principal: Logo... atirou “com as responsabilidades” para a Liga rendendo uma sincera homenagem já verdade, o nosso ilustre contraditor será capaz de negar, ou por outra, de *desmentir* o exposto?  
Não cremos, mas si for, falaremos *mais claro* ainda...<sup>780</sup>

Observa-se minuciosamente a descrição das ações que levaram à folha a tomar partido pela causa local. Firme e provocador, o autor questiona a atuação tímida da diretoria do clube frente aos poderes da Liga. Em sua avaliação, “o nosso valoroso clube local” só poderia se orgulhar caso:

n’um gesto digno e nobre e tendo um presidente honrado (todo feito de paz e amor) sujeita-se a todos os prejuízos sofridos, conformando-se apenas com a desafronta que sua altiva diretoria conseguiu em processo regular, e desistindo de chamar a Liga às contas<sup>781</sup>.

De maneira geral, recuar mostrava-se um contrassenso aos olhos do Bangu-Jornal. Na verdade, dava ainda mais poder a Liga, que neutralizava de maneira eficiente o poder de questionamento do clube. Por fim, o cronista sublinha que “injustiças” como essa “não consigam as mesmas condescendências”<sup>782</sup>.

<sup>777</sup> A Época, 18 de julho de 1918, p.9.

<sup>778</sup> Bangu-Jornal, 21 de julho de 1918, p. 3.

<sup>779</sup> Ibid.

<sup>780</sup> Ibid.

<sup>781</sup> Bangu-Jornal, 21 de julho de 1918, p. 3.

<sup>782</sup> Ibid.

É curiosa, assim, a relação estabelecida entre os clubes do subúrbio e os periódicos da região. Sua postura, diferente dos demais órgãos da imprensa, expressava sem delongas a ligação íntima com o clube local. Talvez o fato de vivenciar o cotidiano da região possa iluminar o motivo dessa intensa conexão. Se recorrermos a alguns conceitos abordados pela Geografia, o local ocupa papel importante nas relações do indivíduo, visto que, através dele, se articulam as experiências e vivências do espaço<sup>783</sup>. Nesse sentido, o local envolve elementos subjetivos ligados à racionalidade humana, como a identidade, a percepção, a cultura, a memória e o sentimento de pertencimento, que estarão relacionados aos valores, às emoções, aos sentimentos do homem em relação a um fragmento do espaço que possa ser vivenciado e experimentado.

Proshansky e colaboradores conceituaram a identidade local como um fenômeno complexo que incorpora vários aspectos da identidade pessoal, constituída por construções sobre o mundo físico em que a individualidade habita, podendo satisfazer necessidades biológicas, psicológicas e sociais de um indivíduo<sup>784</sup>. Tais construções representam memórias, ideias, valores, sentimentos, atitudes, significados e concepções de comportamento e experiência, relacionados com a variedade e complexidade dos lugares físicos que definem a existência cotidiana de cada sujeito.

Nesta perspectiva, a identidade local deve ser compreendida como uma construção tanto pessoal quanto coletiva: as experiências compartilhadas no ambiente físico resultam num conjunto de relações sociais que geram uma sensação de pertencer a uma localidade e a um mesmo cotidiano, um clima de cumplicidade com a vizinhança<sup>785</sup>. A região, dessa forma, seria um centro de significações para a formação de nossa identidade como indivíduos e membros de uma comunidade. Em outras palavras, como expõe Edward Relph, “uma relação profunda com os lugares é tão necessária, e talvez tão inevitável, quanto uma relação próxima com as pessoas; sem tais relações, a existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado”<sup>786</sup>.

Para compreender, de fato, essa relação, é necessário conhecer um pouco mais sobre o universo banguense: suas dificuldades, reivindicações e a luta por melhores condições de vida e trabalho. Reconhecer suas tensões, sejam elas locais ou representadas pelos seus

---

<sup>783</sup> RELPH, E. Reflections on Place and Placelessness. **Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter**, vol. 7, nº 3, 1996, p. 15-18.

<sup>784</sup> PROSHANSKY, H. M., FABIAN, A. K., KAMINOFF, R. Place identity: Physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, 3, 57-83. 1983.

<sup>785</sup> PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades; USP, 1973.

<sup>786</sup> RELPH, E. **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1980, p.41.

antagonistas, possibilita traçar novos caminhos, na tentativa de enxergar comportamentos e catarses que revelam um cenário múltiplo e plural desde sua gênese e, talvez por isso, nunca despido de divergências.

### 3.3 Entre diversões, álcool e orgias: os botequins e quiosques de Bangu

A noite de 22 de maio de 1909 trouxe mais uma novidade de entretenimento em Bangu. A inauguração do botequim de Chico Porteiro, segundo A Imprensa, “o operário mais popular e mais querido entre os seus companheiros” agitou a população da região, a qual adquiria mais uma opção de lazer<sup>787</sup>. Para o entusiasmado cronista, o estabelecimento “pode rivalizar vantajosamente com seus congêneres da Capital federal, pois nele, além do gosto artístico aprimorado, encontram os fregueses o melhor café, as melhores bebidas e comedorias reparadas *à la minute*”.<sup>788</sup> Na avaliação do autor, o bairro, “dia para dia, vai num crescimento fantástico de melhoramentos e assim não duvidamos que, em época muito próxima, venha ser o *primus inter pares* de todos os subúrbios do Rio de Janeiro”<sup>789</sup>.

De fato, Bangu crescia em número, sistematização e opções do entretenimento na transição dos séculos XIX e XX. Ao longo do texto foram mostrados alguns exemplos das múltiplas possibilidades de diversão na região, contrapondo a ideia de que a vida divertida estava circunscrita somente a um espaço da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, é preciso considerar que esse espaço multifacetado, repleto de tensões, não teve nos clubes esportivos e agremiações dançantes suas únicas opções. Pelo contrário, veremos que iniciativas como as de Chico Porteiro, fossem pela abertura de botequins, quiosques ou até mesmo manifestações religiosas, contribuíram para o desenvolvimento do tempo livre dos trabalhadores, aspirando das mesmas complexidades dos clubes, entre elas: a repressão policial.

Não é à toa que o cronista ascendia o bairro ao posto de *primus inter pares* da zona suburbana. A expressão latina além de elucidar o desenvolvimento do bairro fabril também revela a heterogeneidade arrabaldina, mesmo que circunscrita a áreas específicas da região. Para Leonardo Santos, essas contradições eram maiores nos centros mais povoados dos subúrbios, notadamente em áreas que circundavam as estações de trem da Central do Brasil e da Leopoldina, como os bairros do Méier, Engenho de Dentro, Realengo, Bangu,

---

<sup>787</sup> A Imprensa, 23 de maio de 1909, p. 04.

<sup>788</sup> Ibid.

<sup>789</sup> Ibid.



Campo Grande e Santa Cruz<sup>790</sup>. Ali, segundo o ator, havia extratos sociais complexos, podendo encontrar não somente moradores de segmentos considerados classe média - profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores de mão de obra especializada, funcionários públicos (civis e militares), como trabalhadores das camadas mais populares, como empregadas domésticas, agentes do comércio ambulante, operários, profissionais da área de serviços e comércio (garçons, sapateiros, padeiros, motorneiros, *chofeurs*, barbeiros, policiais, guardas etc.)<sup>791</sup>.

É provável que alguns deles, talvez a maioria, trabalhassem não nos bairros próximos, mas sim, na região central da cidade. Contudo, esse elemento não se aplica ao bairro de Bangu, pois parte da população, mesmo após as primeiras décadas, trabalhavam na fábrica ou no aglomerado do Marco 6, espaço que concentrava vasta atividade comercial e de entretenimento local: botequins, quiosques, igrejas, vendas e clubes.

Certamente, a forma romanceada do artigo apresentado pela A Imprensa não traduz a opinião de boa parte dos cronistas responsáveis pelas colunas policiais da região suburbana. A própria gazeta Suburbana, a qual se buscava produzir um jornal engajado na tentativa de “recrear, instruir e advogar os interesses suburbanos”<sup>792</sup> repudiou, em 06 de novembro de 1919, as condições e o público que frequentava os quiosques de Bangu<sup>793</sup>.

Existe em Bangu, como em geral nos subúrbios, um dos muitos e inúmeros quiosques, para qual chamamos a atenção da prefeitura e Polícia.

Não somos contra a liberdade de comércio, mas o que não pode nos admitir é a colocação de semelhantes trambolhos em lugares de transito, ou a linguagem que adota a freguesia dos mesmos.

Em Bangu, o quiosque além de atravancar a passagem, é ponto de reunião para toda a espécie de desocupado local.

Famílias que lia são obrigadas a transitar, vê-se na dura contingencia, de ouvir as maiores obscenidades, proferidas por indivíduos momentaneamente irresponsáveis.

Achamos que enquanto a Prefeitura, não possa removê-lo, talvez a polícia possa moralizá-lo. O que não pode continuar, são as constantes ofensas a moral, que dali partem; famílias e transeuntes não podem continuar a mercê dos desocupados, que ali se reúnem<sup>794</sup>.

A nota introdutória, diferente da anterior, expressa a natureza moralista típica das folhas policiais do período. Ela sinaliza claramente um esforço de estigmatização de uma das

<sup>790</sup> SANTOS, L. S. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. *Mneme – Revista de Humanidades* (Caicó. Online), v. 12, p. 257-280, 2011.

<sup>791</sup> Ibid.

<sup>792</sup> Gazeta Suburbana, 15 de dezembro de 1883, p. 01.

<sup>793</sup> Gazeta Suburbana, 06 de novembro de 1919.

<sup>794</sup> Gazeta Suburbana, 06 de novembro de 1919, p. 03.

principais atividades de lazer entre os populares urbanos do sexo masculino. Tratava-se do simples bate papo do botequim, em volta de uma mesa ou encostado no balcão sujo do quiosque, tragando goles parati, café, cerveja ou algum vinho barato. Era naquele espaço que esses indivíduos tiravam suas horas de descanso, afogavam as mágoas na luta por melhores condições de vida e desalentavam seus corpos cansados pelas extensas horas de trabalho.

Chamá-los de “desocupados” ou acentuar seus modos “ofensivos” mostra-se sintomático frente aos exemplos citados ao longo do trabalho. Percebe-se que essas representações se estenderiam praticamente por todas as ações desses moradores, fossem nos gramados de futebol, nos bailes de carnaval ou nos botequins de Bangu. Para endossar essa perspectiva, Sidney Chalhoub descortina esse tipo de associação, a qual caracteriza segundo o autor, “aquilo que a história na versão dos vencedores se empenha sempre em ocultar: a transição para a ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro no período foi um processo de luta, de imposições e resistências, e não um caminho harmônico, linear e tranquilo”<sup>795</sup>.

Talvez, não seja exagero compreender que o extenso leque de práticas de diversão em Bangu, destacando aquelas reunidas no interior das sociedades, tenha contribuído para uma tentativa, ainda que não explícita, de imputar novos hábitos de lazer que não eram compatíveis com aqueles considerados “honestos” e “morais” pela classe dominante.

Consciente que esse esforço não tenha tido o mesmo efeito e proporção comparado à repressão criada na região central, conseguimos identificar alguns indícios desse modelo, ainda que timidamente, no bairro operário. Um exemplo dessa manifestação movida por conta do excesso de álcool pode ser visto nas ações que se desdobraram por conta da confusão protagonizada pelo sócio Climaco Teixeira do Bangu A. C., durante um jogo entre o Esperança x Byron, em 17 de abril de 1917.

Ao que tudo indica, o Sr. Climaco Teixeira, “um tanto alcoolizado”, procurou por todos os meios, “promover desordens”, gritando, “em voz alta, palavras insultuosas”, sendo a custo, retirado do campo<sup>796</sup>. Diante de tamanha provocação, Benício de Oliveira, que também estava “alcoolizado”, sacou seu revólver ameaçando não só o provocador, mas também os Srs. Capitulino Tavares e Anasílio Bento<sup>797</sup>.

---

<sup>795</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001. p. 257.

<sup>796</sup> *Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 22 de junho de 1917.

<sup>797</sup> Ibid.

Após longo debate, “a diretoria, em vista dos fatos expostos e tendo o sr. Benício de Oliveira solicitado demissão e sendo o seu procedimento sempre correto, resolveu apenas eliminar o Sr. Climaco Teixeira e conceder a demissão ao sr. Benício”.<sup>798</sup>

O resultado da assembleia mostra-se, no mínimo, curioso, pois a “desordem” daquele dia não aconteceu nos gramados do Bangu. Por isso, as aplicações dos artigos 12 e 13 do estatuto, o qual cita os deveres do associado: “conduzir-se com a máxima correção, quando uniformizados ou com o distintivo do *club* e quando estiverem no recinto deste”<sup>799</sup>. E, conseqüentemente, “os sócios que se desviarem dos deveres acima serão censurados pela diretoria e, na reincidência, suspensos ou eliminados”<sup>800</sup>, não poderia ser aplicado.

Contudo, ao que parece, foram seus desdobramentos, que na avaliação dos sócios, colocavam em cheque a imagem da agremiação frente aos seus pares. Cabe lembrar que os estigmas de “violência” e “agressividade” foram cristalizados nos sócios e jogadores do clube, o que nos faz retomar o conceito de “aristocracia suburbana” criado por Lima Barreto. Ali, estavam postos valores e normas que eram intrínsecos à região, da qual só teria sentido quando contrastados aos clubes e moradores do próprio bairro, pois aos olhos da imprensa ou da classe média do centro ou da zona sul, não haveria qualquer diferença das ações feitas durante os jogos da Liga.

As desordens provocadas por Climaco Teixeira não pararam na exclusão. Com uma vida ativa nos clubes da região, entre eles o Prazer das Morenas, ele ainda se envolveria em outro problema, desta vez, no “nefasto” caso de assassinato na Estrada do Murundu, na noite do dia 13 de agosto de 1918.

A vítima, a jovem Geraldina Corrêa, teve seu corpo atirado ao poço nos fundos da casa onde ocorreu o crime. Passados cinco dias, após intensa investigação e depoimentos de operários que passavam na noite do crime pela estrada do Murundu, a polícia chegou ao paradeiro de três indivíduos suspeitos, como nos mostra a figura abaixo.

---

<sup>798</sup> Ibid.

<sup>799</sup> *Estatutos Bangu Athletic Club*, aprovados em Assembleia Geral realizada em 20 de abril de 1915, p.03.

<sup>800</sup> Ibid.

Figura 30: Os acusados do caso da Estrada do Murundu. Da esquerda: Bernardino Gonçalves, Climaco Teixeira e Francisco Barbosa.



Fonte: Gazeta de Notícias, 19 de agosto de 1918, p.03.

Entre os três acusados, conforme conta a imagem, estava Climaco Teixeira, apelidado de “Neném”, 30 anos e viúvo, morador do lugar chamado “fazenda”, em Bangu<sup>801</sup>. Ao ser preso, Climaco se fez surpreso. Segundo o jornal, “tremeu todo e exclamou: – Eu bem que dizia eu estas ‘farras’ à noite davam mau resultado”<sup>802</sup>.

Em depoimento ao 25º distrito policial, “sem preâmbulos”, “Neném” afirmou que todos estavam bastante bêbados e que saíram à noite em busca de “orgia”<sup>803</sup>. Ainda disse ser amigo de Bernadino, um dos antigos amantes de Georgina, e que nesta noite, após passagem por um botequim no Marco 6, fora convidado a uma “farra” nessa casa<sup>804</sup>, conhecida também como “Casa Alegre”<sup>805</sup>. Lá, o amigo dizia que haveria outras mulheres, entre elas, Maria Branca, mas chegando ao local, após insistentemente bater à porta, ninguém atendeu. Mesmo

<sup>801</sup> O Paiz, 19 de agosto de 1918, p. 07.

<sup>802</sup> Ibid.

<sup>803</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918.

<sup>804</sup> O Paiz, 19 de agosto de 1918, p. 07.

<sup>805</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918.

assim, Bernardino ali penetrou, depois de arrebentar o arame e gritou: - abra a porta, Georgina!<sup>806</sup>.

No interior da casa havia luz, segundo o depoimento de Climaco. Ouviram-se passos e pouco depois uma voz respondendo que Georgina não morava mais lá<sup>807</sup>. Diante do impasse, quiseram retroceder, mas Bernardino, ainda muito alcoolizado, não concordou e resolveu dar a volta na casa e entrar pelos fundos. Ao ver um vulto, avistou duas crianças, e, em seguida, perguntou onde estaria Georgina. As crianças não souberam responder e, com medo, Geraldina Correa, que há pouco rezava com as meninas, correu, mas fora surpreendida pelos três homens. A essa altura o comissário Odon questionou a participação de Neném no ato criminoso: “E você?” – Após calar-se, Climaco interrompeu o depoimento<sup>808</sup>.

De acordo com o jornal, Geraldina tentou explicar a situação, dizendo que Georgina e Maria Branca não moravam mais ali<sup>809</sup>. A vítima, recém-casada, havia mudado há pouco tempo com o marido, que ficara fora do lar por quatro meses a trabalho. Mesmo assim, as informações não foram suficientes, segundo a folha, e a mulher foi morta por aqueles homens<sup>810</sup>. Por fim, o comissário Odon convocou Maria Branca e Georgina para prestar esclarecimentos sobre o caso. Em depoimento, as duas confirmaram as relações com os três acusados, principalmente Bernardino, o qual fazia frequentes visitas a Georgina<sup>811</sup>.

Descrito pelo jornal “A Noite” como “desocupado, ébrio costumeiro” numa edição e em outra como “indivíduo atirado a valente, mal-encarado, provocador de desordens, nunca abandona o seu revólver, com o qual ameaça todo o mundo”<sup>812</sup>, Climaco acabaria condenado por 16 anos à Casa de Correção, junto com outros dois homens: Bernardino Gonçalves da Silva e Francisco Barbosa. Contudo, ele fora absolvido em novembro de 1926<sup>813</sup>, tendo, neste período, ficado cego na cadeia<sup>814</sup>. Por ser sócio fundador da sociedade recreativa “Prazer das Morenas de Bangu” e por anos ocupando a função de 1º secretário, passou a ser mantido com as arrecadações de alguns bailes a seu favor<sup>815</sup>.

Alguns pontos merecem destaque. O primeiro deles são as opções de lazer que não estavam circunscritas aos bailes realizados nos clubes de Bangu. As “casas alegres” e os

<sup>806</sup> Gazeta de notícias, 18 de agosto de 1918.

<sup>807</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918.

<sup>808</sup> O Paiz, 19 de agosto de 1918, p. 07. A Noite, 18 de agosto de 1918, p.04.

<sup>809</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918.

<sup>810</sup> Gazeta de notícias, 18 de agosto de 1918.

<sup>811</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918.

<sup>812</sup> A Noite, 18 de agosto de 1918, p. 04. ; A Noite, 19 de agosto de 1918, p. 04.

<sup>813</sup> O Paiz, 01 de julho de 1926.

<sup>814</sup> Correio da Manhã, 25 de abril de 1926.

<sup>815</sup> Jornal do Brasil, 29 de outubro de 1926. ; Jornal do Brasil, 02 de novembro de 1926.; O Paiz, 06 de novembro de 1926.

botequins, como os aqui citados, trazem espaços de diversão que até então não foram vistos ao longo do trabalho. E, por essa razão, dignos de análise.

A nefasta e trágica morte de Geraldina é um exemplo de que o leque de entretenimento transcendia as dependências das agremiações. A busca por “orgias” ou as reuniões nos botequins comprovam a nossa hipótese inicial, a qual considera que desde fins do século XIX, uma vida noturna de diversões, — marcada por segregações de classe e de gênero —, era intensamente articulada em vários cantos da cidade do Rio de Janeiro. Ao que tudo indica Bangu também fazia parte de cenário vivo e heterogêneo, onde trabalhadores de diferentes nacionalidades e funções buscavam desfrutar suas horas de tempo livre.

No caso citado, a própria figura da prostituta e a relação que esta possuía com as demais profissões das classes populares chama-nos a atenção. De acordo com Patrícia Aranha, muitas prostitutas residiam em bairros operários<sup>816</sup>. Segundo a autora, era comum que algumas trabalhadoras em geral complementassem seus baixos salários prestando serviços sexuais em pequenos espaços<sup>817</sup>. Não temos pistas se este era o caso de Georgina ou Maria Branca, mas acende a possibilidade para futuras investigações.

Outras leituras vislumbrando a formação de redes e relações sociais em Bangu no início do século podem ser produzidas a partir deste caso. Um conflito entre Manoel Ferreira Numa e Antônio Alves da Rocha, que partilhavam os mesmos espaços de lazer, o botequim do Thedim, localizado no Retiro de Bangu. Após alguns goles de parati, os indivíduos que, segundo depoimento dado à polícia, há tempos eram inimigos, travaram uma intensa discussão, quando Manoel “sacou uma faca e vibrou por duas vezes em Rocha, ferindo-o no braço direito e coxa esquerda”<sup>818</sup>. Após o ato, a polícia chegou ao local, levando o agressor preso em flagrante ao 25º distrito, sendo o ferido removido para a Santa Casa<sup>819</sup>.

Se pensarmos nos casos já mostrados, confrontos entre clientes não seriam uma novidade no cotidiano deste subúrbio. Afinal, a prática era frequente nas páginas policiais dos principais jornais da cidade. Contudo, atentando para os depoimentos ali publicados, uma desavença que a princípio reuniria uma tentativa de assassinato motivada por ciúmes, trouxe pontos ainda mais complexos, notadamente quando se leva em consideração as frequentes visitas do marido ao botequim “sem causa justificada”<sup>820</sup>.

---

<sup>816</sup> ARANHA, P. M. A Prostituição e o Contexto do Século XIX. *Núcleo de Estudos Contemporâneos (UFF)*, p.08, 2005.

<sup>817</sup> Ibid.

<sup>818</sup> Correio da Manhã, 14 de janeiro de 1921.

<sup>819</sup> Ibid.

<sup>820</sup> Correio da Manhã, 12 de março de 1910.

Sob o curioso título de ciúme e sangue, o Correio da Manhã narra o fatídico episódio do casal de operários da Fábrica de Tecidos Bangu. Residentes no bairro onde trabalham, Francisco Mendes de Sá e Maria Rosa da Conceição, diariamente, por questões de ciúmes, discutiam em alto e bom som, chegando, às vezes, “a vias de fato”. Em depoimento à polícia, alguns vizinhos relatam que essas discussões eram constantemente provocadas pela mulher, a qual não se contentava com as “supostas” saídas do marido ao botequim local.

No entanto, na noite do ocorrido, as coisas chegaram à luta corporal. Segundo o Correio da Manhã, Maria da Conceição confirmou que se armou de uma faca e feriu seu companheiro, o qual não quis dizer de onde vinha tarde da noite<sup>821</sup>. Por conta dos gritos, a vizinhança acudiu, e ela, “arrependida do ato que praticara meteu-se no quarto e ingeriu uma dose de um tóxico qualquer”<sup>822</sup>.

A polícia foi avisada e compareceu dando sequência as providências que o caso exigia. Já o casal, fora de perigo, ficou, segundo o jornal, em tratamento na própria residência.

De fato, as notícias relacionadas à violência e agressão eram corriqueiras em Bangu, principalmente aquelas interligadas ao uso do álcool em botequins, que, na maioria das vezes, eram utilizadas como justificativa para intensificar a repressão e, ao mesmo tempo, expor a necessidade de higienização e saneamento desses espaços. Para Chalhoub, a questão do botequim mostra-se complexa pois, ao contrário do quiosque, ele é um lugar interno e espaçoso, onde se encontram não só o dono e seus caixeiros e fregueses, mas também as mesas, as cadeiras e estoque de mercadorias do proprietário<sup>823</sup>. Dessa forma, era de suma importância zelar pela ordem em seu estabelecimento, do contrário, poderia ver ameaçada a integridade do capital investido.

Por isso, não são poucos casos de conflitos gerados entre esses personagens. Restringir os hábitos de conversar em alto e bom som, fora aqueles que tentavam ludibriar o pequeno comerciante no momento de “acertar as contas”, só tornam ainda mais explícito o antagonismo entre o pequeno proprietário e seus fregueses, transformando esse primeiro num “aliado mais efetivo da força policial na vigilância contínua que se quer exercer sobre os homens pobres das áreas urbanas e suburbanas da cidade do Rio de Janeiro”<sup>824</sup>. Vejamos um novo caso, desta vez por falta de pagamento.

---

<sup>821</sup> Ibid.

<sup>822</sup> Ibid.

<sup>823</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ªEd. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

<sup>824</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ªEd. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

Em 22 de janeiro de 1912, o Correio da Manhã trouxera em suas páginas uma nota sobre o conflito entre o caixeiro Jorge Elias e o freguês Guilherme Rosa, morador de Bangu<sup>825</sup>. De acordo com a folha, ao passar dos meses, após ter a “infelicidade de vender fiado ao freguês, Elias resolveu procurar o devedor, pois não recebera qualquer quantia por esse tempo<sup>826</sup>. Ao avistar o caixeiro, Guilherme retrucou com ele, o agredindo à facada, fazendo-lhe um ferimento nas costas. O agressor foi levado ao 25º distrito, sendo o ferido encaminhado ao exame de corpo de delito<sup>827</sup>.

A partir destas colocações apresentadas ao longo do capítulo, mostra-se relevante destacar a dificuldade em produzir qualquer consideração sobre as representações de desordem e violência sem relacioná-las aos esforços de controle e disciplinarização do tempo livre dos segmentos mais populares da região arrabaldina.

Poderia, talvez, ser incongruente com os pressupostos até então apresentados, caso fizesse uso de uma análise simples sobre reprodução de preconceitos e estigmas. Entretanto, como já havia sinalizado, o contexto multifacetado do bairro é complexo e, por isso, acreditamos que isso não deva ser menosprezado.

Logo, não seria à toa que a identificação dos jogadores, sócios, torcedores e moradores de Bangu serem representados como “desordeiros”, “agressivos”, “violentos” e “vagabundos” em vários veículos da grande imprensa, sendo pelas mais variadas colunas que tratavam sobre diversão – fossem elas sobre carnaval, dança ou esportiva –, tenha sido enunciada como consciência. Desta forma, independente do espaço de diversão, o bairro tinha um jeito particular de viver, trabalhar e se divertir.

---

<sup>825</sup> Correio da Manhã, 22 de janeiro de 1912.

<sup>826</sup> Ibid.

<sup>827</sup> Ibid.



## CONCLUSÃO

A busca pelo divertimento nos arrabaldes de Bangu pode ser sentida desde os anos de 1895, quando foi fundada a primeira agremiação recreativa local: a Sociedade Musical Progresso de Bangu, criada pelos operários da Fábrica de Tecidos da região. Esses trabalhadores, dos mais variados níveis, participaram da criação de outras associações ao longo dos anos, algumas com características mais estritas, outras, declaradamente multiculturais. Na tentativa de elucidar a relação desses fenômenos com sua construção cultural, apresentamos a possibilidade de análise do cotidiano das redes de sociabilidade formadas ao redor das diversões em Bangu, entre os anos de 1895 a 1929, buscando entender como o lazer se estabeleceu para esses indivíduos e em que medida ele foi um elemento de constituição de identidades sociais mais amplas, fossem aquelas de classe, de pertença ou de etnia.

Para tanto, destacamos na introdução desta tese a peculiaridade na relação entre a população suburbana, as agremiações recreativas, a imprensa e os bairros dos arrabaldes da cidade. Ao longo desses quatro anos de doutorado, nos questionamos sobre tal peculiaridade, suas ações e manifestações em prol de melhorias de vida, trabalho e lazer. Algumas hipóteses, formuladas a partir das fontes obtidas durante a pesquisa, puderam indicar futuros caminhos reflexivos sobre essa relação. O que nos levou a enxergar a existência de elementos ordenadores que revelaram uma ampla e complexa rede de entretenimento a qual não estava circunscrita às atividades festivas do centro ao da zona sul.

Ao longo do primeiro capítulo, abordamos as contradições de uma cidade fracionada, reflexo do processo de estratificação espacial, que direcionava o crescimento da área urbana associando-o às tensões que marcavam o desejo de adoção de um estilo de vida moderno. Para isso, foi necessário compreender como o processo de deslocamento de segmentos das camadas populares para os arrabaldes da cidade pareceu corroborar com um discurso que o toma como uma região delineada a receber e abrigar tudo aquilo que era visto como negativo e impróprio de se estabelecer nos bairros *chics* da cidade.

Na segunda etapa do capítulo inicial, discutimos o papel das fábricas na construção e estruturação dos bairros suburbanos. As fontes nos mostraram que, embora tenham sido criados sob a mesma ótica, o isolamento da região de Bangu somado ao domínio exercido pela Companhia Progresso Industrial, mostrou a diferença na criação, dependência e estruturação entre os bairros.

Por fim, buscamos compreender o associativismo banguense e seu progressivo e dependente relacionamento com a empresa à qual estava vinculado, considerando o conjunto de elementos – sentimento de pertença, ambiente fabril e sentimento clubista – que nos ajudou a entender a construção complexa de elos de sociabilidade compartilhados na fundação das mais diversas agremiações da região.

Ao lançar o olhar para a desnaturalização das categorias relacionadas aos divertimentos suburbanos, discutimos, no segundo capítulo, a representação dos clubes nos órgãos mais conhecidos da imprensa carioca, buscando entender como eram representados os moradores dos bairros periféricos estudados, as possibilidades de resistência durante seus momentos de lazer e o grau de interrelações estabelecidas em meio a toda pluralidade de experiências.

Neste ponto do nosso trabalho, promovemos uma discussão acerca do papel da “grande” imprensa esportiva carioca e suas representações, procurando analisar os estigmas criados por parte dos cronistas, polícia, agentes públicos e literários da época. Essas ações, entendidas pelas principais folhas como padrões culturais suburbanos, contribuíam para a construção de representações sociais que em todo momento, apesar dos discursos de imparcialidade, destacavam a violência e o desserviço que os bailados suburbanos prestavam à cidade. Por outro lado, pudemos observar que há uma formação de identidade de interesses entre os diversos grupos de agremiações vindas das camadas mais pobres da cidade, identidade esta que se define fundamentalmente contra os interesses das agremiações de elite.

No que tange a relação estabelecida entre os pares, agremiações e os moradores de Bangu, buscamos no Capítulo 3 apontar os sentidos/significados e as contradições nessa relação.

A partir das discussões travadas ao longo desse capítulo, percebemos que a experiência de viver em Bangu era diferente da de habitar nos outros bairros da então capital federal. Contrariando a perspectiva de homogeneidade das vilas operárias, em Bangu havia diferenças de etnia, condição social, cor, gênero, que tinham um papel determinante no convívio social, não só no ambiente fabril, mas desdobrando-se também nos bailes e festas realizados pelos clubes da região. Ao longo daqueles anos, o “laborioso bairro” vivenciou disputas individuais, porém não menos coletivas, por melhores salários, por posições de poder e *status* locais, e pela paixão clubista.

Dessa forma, a ideia de que os clubes seriam áreas alheias ao movimento por melhores condições de trabalho e vida, sendo, portanto, o espaço da festa neutralizador de

gestos e atitudes de enfrentamento das estratégias de dominação do patronato, não se sustenta quando o foco se volta a relações e experiências estabelecidas entre operários e sociedades. Acreditamos que analisar essas experiências sob o olhar da diversão, e não sob algum modelo criado *a priori*, possibilita problematizar a fundo as redes de sociabilidades fomentadas naqueles espaços, haja vista o seu protagonismo em ações objetivas e simbólicas, as quais permitiram pluralizar e tencionar um sentimento de pertencimento e identidade local.

Também vimos a relação entre moradores e outras áreas de divertimentos na região. Parece-nos importante destacar que esses locais, repletos de tensões, não eram benquistos aos olhos daqueles que idealizavam perspectivas “morais” e “familiares”. Logo, eles representavam a “desordem” e “violência”, porém, arraigados de pluralidade, onde esses indivíduos dos mais diferentes segmentos da sociedade lutavam a seu modo para atingir objetivos que lhes eram caros e assim gerir a própria vida.

Isso posto, esperamos ter colaborado com a temática no sentido de propor um olhar além das diversões dos centros urbanos mais conhecidos da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, explicitar que as “formas” e “modelos” de diversão sofriam ressignificações locais, os quais davam sentidos próprios conforme as suas estruturas intrínsecas.

## Fontes primárias

### **Biblioteca Nacional:**

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1844-1889.

*Bangú-Jornal*, 1918, 1919 e 1920.

*Diário Oficial*, maio de 1890.

*Diário Oficial*, 16 de abril de 1929.

*Revista A Casa*, 1924 e 1925.

Ministério do Império. *Relatório do ano de 1838 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839*. Rio de Janeiro: s. n., 1839.

*Recenseamento da população do Rio de Janeiro*. Almanak Laemmert, Suplemento, 1851.

*Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 1 de setembro de 1906*.

*Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 1 de setembro de 1920*.

### **Sede do Bangu A. C.**

*Ata de Fundação*, The Bangu Athletic Club, 1904.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1904.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1905.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1906.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1907.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1908.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club* de 1911.

**Arquivo Nacional:**

*Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da União*, 1904.

*Estatutos do Grêmio Carnavalesco Flor da Lyra*, 1903.

*Pedido de Licença do Grupo Carnavalesco Flor da Lyra* de 1907.

*Estatutos do Grêmio Carnavalesco Estrella Aurora*, 1905.

*Estatutos do Casino Bangu*, 1929.

*Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club*, 1904-1929.

*Estatutos do Bangu Athletic Club* de 1913.

*Estatutos do Triunfo da Lira de Santa Cruz*, março de 1914.

*Estatutos do Clube dos Fenianos*, 1906.

*Estatutos da Príncipe Negro*, março de 1916.

*Exame e vistoria no Club dos Pingas Carnavalescos*, 1919.

*Auto de exame do Club Pingas Carnavalescos*, 1919.

*Exame e vistoria na Sociedade Dançante Flor do Abacate*, 1919.

*Pedido de Licença da Sociedade Carnavalesca Yayá Formosa*, 1919.

*Pedido de Licença do Cube Recreativo Couraceiros do Inferno*, 1914.

*Pedido de Licença da Sociedade Familiar Club dos Mangueiras*, 1915.

**Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro:**

*Anais do Conselho Municipal*, 07 de setembro de 1893.

*Anais do Conselho Municipal*, 22 de outubro de 1896.

*Anais do Conselho Municipal*, 10 de outubro de 1903.

*Anais do Conselho Municipal*, 24 de setembro de 1901.

*Anais do Conselho Municipal*, 07 de maio de 1907.

*Códigos de posturas municipais*. Rio de Janeiro, 1889.

AGCRJ. “Estrada de Ferro Cascadura a Bangú”, Códice 55-3-20.

AGCRJ. “Carris”, Códice 55-3-42.

AGCRJ. “Estrada de Jacarepaguá a Guaratiba – 1891”, Códice 57-2-41.

AGCRJ. “Empreza Ferro Carris de Sepetiba”. Códice 55-2-27.

AGCRJ. “Representação dos habitantes de várias zonas suburbanas”. Códice 56-4-9.

AGCRJ, Melhoramentos em Irajá e Jacarepaguá - 1891. Códice 46-2-70.

AGCRJ, “Melhoramentos e edificação de um bairro nas Serras do Matheus, Jacarepaguá, logares Boca do Matto, Engenho de Dentro, Inhaúma e Irajá (1890)”, Códice 46-2-60.

AGCRJ. “Melhoramentos entre Engenho Novo e Santa Cruz”. Códice 46-2-68.

*Códigos de Posturas Municipais*. Rio de Janeiro, 1889.

### **Hemeroteca digital brasileira:**

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1903.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1918.

*A Epoca*, 1913.

*A Imprensa*, 1914.

*A Notícia*, 1917.

*Correio da Noite*, 1915.

*Careta*, 1920.

*Diário Carioca*, 1929.

*Jornal do Brasil*, 1919 -1929.

*Jornal do Commercio*, 1892 - 1895.

*O Imparcial*, 1923.

*Kosmos*, 1904 - 1906.

*Gazeta de Notícias*, 1881, 1907, 1912 a 1923.

*Gazeta Suburbana*, 1910.

*O Paiz*, 1906, 1914 a 1922.

Revista Ilustrada, 21 de fevereiro de 1885.

Revista O Malho, 1903 – 1910.

Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1907.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 2011.
- ALENCAR, J. **Lucíola: um perfil de mulher**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ANDRATTA, V. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- ARANHA, P. M. **A Prostituição e o Contexto do Século XIX**. Núcleo de Estudos Contemporâneos (UFF), 2005. p.8.
- ASSAF, R. **Bangu: bairro operário, estação do futebol e do samba**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- AZIZ, S. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado**. São Paulo: Editora Dominus, 1966.
- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Recordações do escrivão Isaias Caminha**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 1998.
- BARRETO, L. **Feiras e mafuás: artigos e crônicas**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARROS, J. História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social** (UNICAMP), v. 13, p. 7-21, 2007.
- BATALHA, C. H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: \_\_\_\_\_. ; SILVA, F.T.; FORTES, A. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- BERTONHA, J. F. Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos de São Paulo, 1890-1945. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 19, p. 51-67, 1998.
- BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio**. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília/DF: Editora da UnB, 1998.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- CALADO, L. E. F. A Belle Époque nas crônicas de João do Rio: o olhar de um flâneur. In: International Congress of the Brazilian Studies Association, 2008, New Orleans.



INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9. 2008. **Anais....** New Orleans, 2008. p. 31-39.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CERASOLI, J. F. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Unicamp, Campinas, 2004.

CESAREO, V. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília/DF: Editora da UnB, 1998.p.64.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2 ed. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, M. B. C. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COUTINHO, C.N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CPDOC, **coleção Armando Vidal Leite Ribeiro**, apresentação do índice, 537.

CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Diário Oficial, **Estrada de Ferro Central do Brazil**. Maio de 1890, p. 1915.

EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Niterói: Imprensa Oficial, 2009.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, N. N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio - Rio de Janeiro 1858/1945**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Faperj, 2011.

FERRÉS, J. **Televisão subliminar: socializando através de comunicações despercebidas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FONSECA, V. M. M. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRAZÃO, I. O sagrado em palimpsesto: o carnaval da crônica de Lima Barreto. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.16, n.2, p. 227-237, jul./dez. 2012.

FREITAS, A. O. **Abalou Bangu!** A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005.131f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade:** literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONÇALVES, R. S. **Os ranchos pedem passagem:** o carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das culturas, 2007.

GUIMARÃES, M. **Uma rua chamada Ferrer.** Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDMAN, F.F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Ática. 1982.

JESUS, R. P. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus (Juiz de Fora)**, v. 13, p. 63-96, 2007.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** 3.ed. Barcelona, Ediciones Península, 1975.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

LONER, B. A. **Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Editora Universitária: Unitrabalho. 2001.

MALAIÁ, J. M. **Revolução Vascaína:** a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. 489f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATIAS, J. L. Vida urbana, marginália, feiras e mafuás: a modernidade urbana nas crônicas de Lima Barreto. In: III SEMINÁRIO INTERNO DAS LINHAS DE PESQUISA DO MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA E DO DOUTORADO EM LITERATURA COMPARADA, 3, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

MATTOSO, R. **Echos de Resistência Suburbana:** uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903). 2009.160f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARZANO, A. e MELO, V. Apresentação. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, V. A. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educ. Pesqui., São Paulo, Ahead of print**, fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Esporte, cidade e modernidade: Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 19-48.

\_\_\_\_\_. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In: HOLLANDA, B. B. B., MELO, V. A. (Org.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 21-51.

\_\_\_\_\_. **Esporte e Lazer: conceitos**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

\_\_\_\_\_. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 4-19, 2001.

MOLINARI, C. **Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)**. 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MOREIRA, L. V. S. Formação do espaço social suburbano no Rio de Janeiro do início do século XX nas páginas do jornal O Subúrbio. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, p. 43-55, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MOTTA, M. P. O centro comercial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX - Uma interlocução com a noção de área central. In: ABREU, Mauricio de Almeida. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Estudos de geografia histórica carioca. 1ed. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 106-127.

MOURA, R. M. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

NEPOMUCENO, E. B. **Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)**. 2011. 250f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

NOGUEIRA, C. M. A. **Cronistas do Rio: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922)**. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

PECHMAN, S.; FRITSCH, L. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v. 5, n. 8/9, set.1984/abr.1985, p. 139-195.

PEREIRA, L. A. de M. A flor da união: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922). **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 14, p.169-179, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Footballmania**: uma história social no Futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: CUNHA, M. C. P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas, SP: Editora Unicamp/Cecult, 2002. p. 419-444.

\_\_\_\_\_. O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República. In: MARZANO, A. e MELO, V. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades; USP, 1973.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

PROSHANSKY, H. M., FABIAN, A. K., KAMINOFF, R. Place identity: Physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, 3, 57-83. 1983.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e terra, 2014.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1980

RELPH, E. Reflections on Place and Placelessness. **Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter**, v. 7, n. 3, p. 15-18, 1996.

RESENDE, B. Lima Barreto e A República. **Revista da USP**, v. 3, n. set., p. 89-94, 1989.

REZENDE, V. F. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: **Cidade**: histórias e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 257-281.

RODRIGUES, C. M. O Rio de Janeiro no século XIX: a busca pela cidade-monumento brasileira. In: ABREU, M. A. (org.). **Rio de Janeiro**: formas, movimentos, representações. RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005.

RODRIGUEZ, B. M. Cavando tesouros no quintal: relações entre crônica e ficção na obra de Lima Barreto. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11. **Anais...** São Paulo: ABRALIC, 2008.

SANTOS, A. C. M. Da colonização à Europa Possível: dimensões da contradição. In: \_\_\_\_\_. **A Invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SANTOS, L. S. A cidade está chegando: expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). **Revista Crítica Histórica**, v. 1, p. 114-137, 2011a.

\_\_\_\_\_. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano (Online)**, v. 1, p. 1-17, 2011b.

\_\_\_\_\_. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. **Mneme – Revista de Humanidades** (Caicó. Online), v. 12, p. 257-280, 2011c.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Quando a fábrica cria o clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 6, p.1-19, jan./jun., 2013.

\_\_\_\_\_. MELO, V. A. Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). **Rev. bras. educ. fís. esporte** [online]. v.27, n.3, p.411-422, 2013.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, G. A. A. **Bangu: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.p.879.

SILVA, L. M. Cidades Mortas: o rural como sinônimo de atraso e decadência. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 19, p. 69-82, 2012.

SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

SIQUEIRA, U. Entre Maxixes, peladas e palavras de ordem: associações dos trabalhadores paulistanos durante a Primeira República. **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, n.14. Florianópolis. 2005.

SILVEIRA, M. da R. A cidade-jardim e o subúrbio carioca. In: FERNANDES, N; COELHO, O.G.P. (Org.). **Historiografia e geografia fluminense**. 1 ed. Rio de Janeiro: CREA, 2008, v. 1, p. 67-78.

SJOBORG, G. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. In: HOURSE, P.; SCHNORE, L. **Estudos de Urbanização**. Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1975.

SOARES, M.T. S. A Fisionomia das Unidades Urbanas. In: SILVA, Fernando Nascimento. **Rio de janeiro em seus quatrocentos anos: Formação e desenvolvimento da cidade**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1995.

SOIHET, R. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil: dos primeiros anos da República aos anos 1930. **Trajetos Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 11-36, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEID, E. v. d.; BASTOS, A. M. R. **O Fio da meada: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.